



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PROLING

ANA CAROLINA VIEIRA BASTOS

**DE QUEM É ESSA VOZ? UM ESTUDO SOBRE AS MARCAS DE
SUBJETIVIDADE EM MONOGRAFIAS DE CONCLUSÃO DE CURSO**

JOÃO PESSOA
2017

ANA CAROLINA VIEIRA BASTOS

**DE QUEM É ESSA VOZ? UM ESTUDO SOBRE AS MARCAS DE
SUBJETIVIDADE EM MONOGRAFIAS DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Tese submetida ao PROLING - Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de Doutora em Linguística.

Área de concentração: Teoria e Análise Linguística

Linha de pesquisa: Linguagem, Sentido e Cognição

Orientador: Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento

JOÃO PESSOA

2017

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B327q Bastos, Ana Carolina Vieira.

De quem é essa voz? : um estudo sobre as marcas de
subjetividade em monografias de conclusão de curso /
Ana Carolina Vieira Bastos. - João Pessoa, 2017.
251 f. : il.

Orientação: Erivaldo Pereira do Nascimento.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Linguística. 2. Polifonia de locutores. 3.
Subjetividade - Fenômenos polifônicos. I. Nascimento,
Erivaldo Pereira do. II. Título.

UFPB/BC

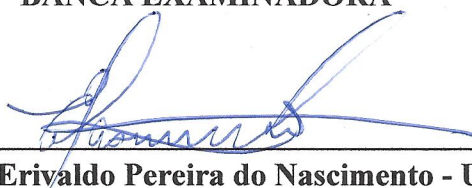
ANA CAROLINA VIEIRA BASTOS

**DE QUEM É ESSA VOZ? UM ESTUDO SOBRE AS MARCAS DE SUBJETIVIDADE
EM MONOGRAFIAS DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística – PROLING, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, como requisito para obtenção do título de Doutora em Linguística.

APROVADA em: 30/10/2017.

BANCA EXAMINADORA



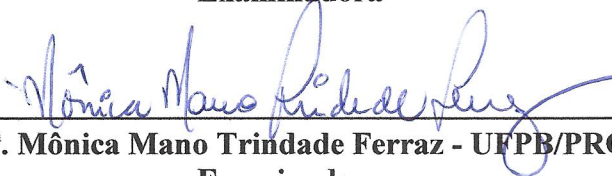
Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento - UFPB
Orientador



Prof. Dr. Adilson Ventura da Silva - UESB
Examinador

Profª. Drª. Joseli Maria da Silva - IFPB
Examinadora

Profª. Drª. Maria Ester Vieira de Sousa - UFPB/PROLING
Examinadora



Profª. Drª. Mônica Mano Trindade Ferraz - UFPB/PROLING
Examinadora

Profª. Drª. Maria Vanice Lacerda de Melo Barbosa - Ufersa/UFCG
Suplente

Prof. Dr. Rubens Marques Lucena - UFPB/PROLING
Suplente

Dedico este trabalho:

A Álvaro Moreira Bastos (*in memoriam*),

Roberto Vieira Bastos (*in memoriam*) e

José de Arimatéia Vieira Lucena (*in memoriam*).

A saudade não apaga o sorriso orgulhoso no rosto de vocês.

A Maria Dolores Vieira e Romero Vieira Bastos, meus queridos desde sempre. Vocês são o meu tudo; expressão de amor na forma mais pura.

AGRADECIMENTOS

A Deus. Obrigada, meu Pai, porque o Senhor me permitiu realizar mais um sonho. Agradeço a companhia e a provisão durante o período de doutoramento.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Erivaldo Pereira Nascimento, porque não desistiu de mim e acreditou desde sempre que eu conseguiria concluir esta pesquisa. Obrigada, grande amigo e parceiro acadêmico pela paciência, palavras de incentivo, sensibilidade, compreensão, ajuda e pelo investimento de tempo. Você é um exemplo em tudo o que faz.

Aos professores que aceitaram participar da banca, pela disponibilidade em ler nosso trabalho e pelas indispensáveis contribuições.

A Valberto e Ronil, pela atenção, esclarecimentos e encaminhamentos relacionados à vida acadêmica dos matriculados no PROLING-UFPB.

Aos meus tios e tias, primos e primas, família maravilhosa que sempre me ajudou em tudo. Vocês são um presente especial de Deus. Dentre os primos, destaco a ajuda de Maria José (Mazé), que abdicou muitas vezes de sua casa, trabalho e lazer para nos dar suporte em momentos de extrema dificuldade.

À Lindalva e ao Sr. Lauro, obrigada pelas visitas frequentes. Os alimentos colhidos por suas mãos fortaleceram nosso corpo; as orações, o espírito e as flores, a alma.

À equipe do Programa de Gerenciamento de Casos da GEAP-PB (Dra. Izabel Soares, Enf. Emilene Soares, Dra. Ana Rachel Pimentel e Dra. Ana Luiza) pelo tratamento humanizado prestado à mamãe e pelo carinho para com meu irmão Romero. Vocês têm contribuído para melhor qualidade de vida de nossa família.

À profa. Dra. Mariana Pérez, que não mediu esforços para me ajudar das mais variadas formas. Obrigada pelo apoio incondicional e amizade genuína.

Aos professores Dr. Fábio Bezerra e Dr. Anderson Soares, pelo carinho, amizade, suporte, por acreditarem na força do meu trabalho e por me incentivarem a seguir adiante.

Aos meus colegas de curso, em especial: Henrique, Marcos, Clécida, Vanice e Janete. Vocês me inspiram.

Aos meus colegas de trabalho do Departamento de Letras - *Campus IV* da UFPB. Primeiro, pela excelente receptividade, boas conversas e, em seguida, pela compreensão e apoio à época da minha remoção.

À profa. Dra. Laurênia Sales, pela agradável forma como me recebeu no DL – *Campus IV*. Jamais me esquecerei de como você lidou tão bem com a burocracia e demais dificuldades.

À profa. Dra. Julienne Osias, pelo companheirismo, disposição e momentos de descontração durante as viagens ao *Campus IV*.

Ao prof. Dr. Roberto Carlos de Assis, porque soube ver, ouvir e agir da melhor forma no meu processo de remoção.

Aos meus colegas de trabalho do Departamento de Mediações Interculturais - *Campus I* da UFPB, pelo acolhimento, mas principalmente, por terem tomado a corajosa decisão de me receber no Departamento.

Aos funcionários da Biblioteca Central da UFPB, em especial a Washington (Peninha) e Viviane Lima, que pacientemente me ajudaram com a pesquisa em bibliotecas fora do Brasil.

Aos funcionários da biblioteca Juarez da Gama Batista (Espaço Cultural-PB) pela atenção, orientação e por terem cuidado de meus pertences enquanto eu desfrutava do paradisíaco silêncio daquele lugar.

Aos alunos Luiz Pereira Filho, Paula Lins e Patrícia Lins e à profa. Dra. Kátia Fraga, que me incentivaram e me deram todo o suporte necessário com as traduções, principalmente dos textos em francês.

Aos amigos, agradeço a compreensão e peço desculpas pelos repetitivos momentos de necessária ausência.

Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre

(Fernando Brant e Milton Nascimento)

RESUMO

Esta tese de doutoramento consiste em uma descrição semântico-argumentativa do gênero textual/discursivo monografia de conclusão de curso. A hipótese que norteia esta investigação é a de que a subjetividade se manifesta no referido gênero através de fenômenos polifônicos, em especial, o fenômeno da polifonia de locutores e do *ON-locuteur* (SE-locutor), além da modalização e de estratégias de impessoalidade que pretendem ocultar a presença do locutor ou isentá-lo da responsabilidade enunciativa. O *corpus* coletado é constituído por quatro monografias de cursos de diferentes áreas do conhecimento: Engenharia Elétrica, Direito, História e Economia para que pudesse ser o mais representativo possível do gênero investigado. O estudo, de abordagem qualitativa e de natureza descritivo e interpretativista, tem como referencial a Teoria da Argumentação na Língua (TAL), desenvolvida por Ducrot e colaboradores (1977, 1987, 1988, 1994), segundo a qual há elementos na própria língua que marcam a presença da argumentatividade. Este estudo também está baseado na afirmação de Espíndola (2004) de que o uso que fazemos da língua é argumentativo. No âmbito da Teoria da Argumentação na Língua, esta pesquisa está centrada nas noções de *polifonia* e de *impessoalidade*, fundamentais para a compreensão do fenômeno *ON-locuteur* (SE-locutor), investigado por Anscombre (2005, 2010, 2014). Tais fenômenos são tratados também segundo a ótica de Nascimento (2005, 2009, 2012, 2014, 2015). Os estudos acerca da modalização – forma de perceber o ponto de vista do locutor diante do enunciado – estão embasados em Lyons (1975), Palmer (2009), Koch (2002), Castilho e Castilho (2002), Neves (2010), Nascimento (2009) e Silva (2012). A impessoalidade é concebida e descrita de acordo com os moldes propostos por García Negroni (2008 e 2009). No que se refere à descrição do gênero proposto, tomou-se como base os trabalhos de Bahktin (2000) e de Marcuschi (2008). Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é verificar como a subjetividade se processa no gênero monografia de conclusão de curso. Os resultados mostram que esse gênero, embora descrito pelos manuais normatizadores como de caráter eminentemente impessoal, é constituído por um entrelaçamento de vozes e marcas de subjetividade, mesmo com o uso de estratégias por meio das quais o locutor responsável pelo discurso, na maioria das vezes, procura se distanciar do enunciado ao criar a imagem de que o discurso é autônomo e, assim, parece se apresentar como porta-voz da ciência.

PALAVRAS-CHAVE: Argumentação. Subjetividade. Polifonia de locutores. (*ON-locuteur*) SE-locutor. Estratégias de impessoalidade.

ABSTRACT

This doctoral thesis consists of a semantic-argumentative description of the undergraduate final paper genre. The hypothesis behind this research is that subjectivity manifests itself in this genre through polyphonic phenomena, especially the phenomenon of speaker polyphony and *ON-locuteur* (generic speaker), besides modalization and impersonality strategies whose purposes are to hide the presence of the speaker or exempt him from the enunciative responsibility. The *corpus* of this research is composed of four undergraduate final papers of different courses: Electrical Engineering, Law, History and Economics. This study – of qualitative approach and descriptive and interpretative nature – has as reference the Theory of Argumentation in Language (TAL), developed by Ducrot and contributors (1977, 1987, 1988, 1994) to whom there are elements in language that mark the presence of argumentativeness. This study is also based on Espíndola's (2004) statement that our use of language is argumentative. In the context of the Theory of Argumentation in Language, this research is centered on the notions of *polyphony* and *impersonality*, fundamental to the understanding of the *ON-locuteur* phenomenon (generic speaker), investigated by Anscombre (2005, 2010, 2014). These phenomena are also treated according to Nascimento's perspective (2005, 2009, 2012, 2014, 2015). The studies about modalization - ways of perceiving the speaker's point of view before the enunciation - are based on Lyons (1975), Palmer (2009), Koch (2002), Castilho and Castilho (2002), Neves (2009) and Silva (2012). Impersonality is conceived and described here according to what is proposed by García Negroni (2008 and 2009). The description of the proposed genre has the studies of Bahktin (2000) and Marcuschi (2008) as basis. In this sense, the objective of this research is to verify how subjectivity is processed in the chosen genre. Results have shown that this genre, although described by the normative manuals as having impersonal nature, is constituted by interlacing voices and marks of subjectivity, even with the use of strategies through which the speaker responsible for the discourse, most of the times tries to hide himself from the utterance by creating the image that discourse is autonomous and thus appears to present itself as spokesperson for science.

KEYWORDS: Argumentation. Subjectivity. Speaker polyphony. *ON-locuteur* (Generic speaker). Strategies of impersonality.

RESUMEN

Esta tesis de doctorado consiste en una descripción semántico-argumentativa del género textual / discursivo tesina de conclusión de curso. La hipótesis que orienta esta investigación es que la subjetividad se manifiesta en el referido género a través de fenómenos polifónicos, en especial, la polifonía de locutores y del *ON-locuteur* (OMNI-locutor), además de la modalización y de estrategias de despersonalización que pretenden ocultar la presencia del locutor o eximirlo de la responsabilidad enunciativa. El *corpus* está constituido por cuatro monografías de diferentes cursos: Ingeniería Eléctrica, Derecho, Historia y Economía. El estudio, de abordaje cualitativo y de naturaleza descriptiva e interpretativa, tiene como referencial la Teoría de la Argumentación en la Lengua (TAL), desarrollada por Ducrot y colaboradores (1977, 1987, 1988, 1994), según la cual hay elementos en la propia lengua que marcan la presencia de la argumentación. Este estudio también está basado en la afirmación de Espíndola (2004) de que el uso que hacemos de la lengua es argumentativo. En el ámbito de la TAL, esta investigación se centra en las nociones de *polifonía* y de *impersonalidad*, fundamentales para la comprensión del fenómeno *ON-locuteur* (OMNI-locutor), investigado por Anscombre (2005, 2010, 2014). Estos fenómenos se tratan también según la óptica de Nascimento (2005, 2009, 2012, 2014, 2015). Los estudios sobre la modalización – forma de percibir el punto de vista del locutor ante el enunciado- se basan en Lyons (1975), Palmer (2009), Koch (2002), Castilho y Castilho (2002), Neves (2010), Nascimento (2009) y Silva (2012). La impersonalidad es concebida y descrita de acuerdo con los moldes propuestos por García Negroni (2008 y 2009). En lo que se refiere a la descripción del género propuesto, se tomó como base los trabajos de Bahktin (2000) y de Marcuschi (2008). En este sentido, el objetivo de esta investigación es verificar cómo la subjetividad se procesa en el género monografía de conclusión de curso. Los resultados muestran que este género, aunque descrito por los manuales normatizadores como de carácter eminentemente impersonal, está constituido por un entrelazamiento de voces y marcas de subjetividad, incluso con el uso de estrategias por medio de las cuales el locutor responsable del discurso, la mayoría de las veces, busca alejarse del enunciado al crear la imagen de que el discurso es autónomo y así parece presentarse como portavoz de la ciencia.

PALABRAS CLAVE: Argumentación. Subjetividad. Polifonía de locutores. (*ON-locuteur*) OMNI-locutor. Estrategias de despersonalización.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Sentido de um enunciado segundo a Concepção Tradicional e segundo a TAL.....	29
QUADRO 2 - Resumo dos principais conceitos desenvolvidos na Teoria da Argumentação na Língua.....	34
QUADRO 3 - Jogo de vozes presentes na composição do sentido de um enunciado.....	48
QUADRO 4 - Graus de incidência dialógico-polifônica.....	60
QUADRO 5 - Traços linguísticos que permitem identificar a presença de SE-Locutor em enunciados.....	85
QUADRO 6 - Principais contribuições teóricas para a compreensão do fenômeno do SE-Locutor.....	90
QUADRO 7 - Categorias básicas de modalidade, de acordo com Palmer	100
QUADRO 8 - Tipos de modalização.....	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

E - Enunciador

E1 - Enunciador 1

E2 - Enunciador 2

ESAELD – Estudos Semântico-Argumentativos e Enunciativos na Língua e no Discurso: marcas de (inter) subjetividade e de orientação argumentativa

L1 - Locutor (ou locutor responsável pelo enunciado como um todo)

L2 - Locutor 2

L3 - Locutor 3 ... 4 e assim por diante

M - Monografia

P - Proposição

P1 - Proposição 1

P2 - Proposição 2

SE - Sujeito Empírico (utilizado por Ducrot. Não confundir com o prefixo SE, tradução nossa, para o português, do original em francês, ON. Nesta pesquisa, pode ser empregado na forma SE-Locutor, ou de modo reduzido: SE-L)

SE-L – SE-Locutor

SE-I – SE- Interlocutor

T- Trecho

TAL - Teoria da Argumentação na Língua

λ - Locutor enquanto ser no mundo

SUMÁRIO

RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
RESUMEN.....	xix
LISTA DE TABELAS	x
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xi
INTRODUÇÃO.....	16
1 ARGUMENTAÇÃO: da descrição objetiva à expressão da subjetividade.....	21
1.1 TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA: pelo fim da unidade do sujeito falante.....	21
1.2 TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA: conceitos fundamentais.....	26
1.3 POLIFONIA: vozes que se entrecruzam no discurso	38
1.3.1 Polifonia de Enunciadores.....	49
1.3.2 Polifonia de Locutores.....	49
2 A SUBJETIVIDADE EM FOCO.....	52
2.1 O PAPEL DO OUTRO NA CONSTRUÇÃO DA MÁSCARA DA IMPARCIALIDADE.....	53
2.2 O FENÔMENO DO SE-LOCUTOR	66
2.2.1 Elementos introdutórios de SE-locutor: estudos acerca dos marcadores mediativos	69
2.2.2 A contribuição do estudo dos estereótipos na delimitação da comunidade linguística evocada pelo SE-locutor.....	75
2.2.3 Estudos acerca do posicionamento do locutor diante da comunidade evocada por meio de alguns prefixos verbais.....	79
2.2.4 Pesquisas recentes acerca do fenômeno do SE-locutor: o fazer científico e a voz do outro.....	87
3 OS MODOS DE DIZER.....	91
3.1 MODALIZAÇÃO: REFLEXÕES INICIAIS.....	92

3.2 QUESTÕES TERMINOLÓGICAS E DELIMITAÇÕES TEMÁTICAS	93
3.3 ALGUMAS CLASSIFICAÇÕES	96
3.4 VERBOS <i>DICENDI</i> MODALIZADORES.....	108
4 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	115
4.1 QUESTÕES METODOLÓGICAS INICIAIS.....	115
4.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE E CATALOGAÇÃO.....	118
4.3 O GÊNERO MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	121
4.3.1 O que dizem os manuais.....	122
4.3.2 Acerca da objetividade, imparcialidade e precisão prevista nos textos normatizadores.....	125
4.3.3 Características do gênero monografia de conclusão de curso.....	127
5 MAPEANDO AS MARCAS DE SUBJETIVIDADE.....	132
5.1 POLIFONIA DE LOCUTORES.....	132
5.1.1 Discurso relatado em estilo direto.....	132
5.1.1.1 com verbo <i>dicendi</i> não-modalizador ou termo equivalente.....	132
5.1.1.2 com verbo <i>dicendi</i> modalizador ou por termo equivalente.....	140
5.1.2 Discurso relatado em estilo indireto.....	143
5.1.2.1 com verbo <i>dicendi</i> não- modalizador ou termo equivalente.....	143
5.1.2.2 com verbo <i>dicendi</i> modalizador ou termo equivalente.....	146
5.1.3 Discurso relatado em estilo direto corroborando o discurso relatado em estilo indireto.....	149
5.2 O SE-LOCUTOR.....	154
5.2.1 SE-Locutor introduzido por marcadores mediativos	155
5.2.2 Termos equivalentes aos marcadores e que podem assumir o papel de introdutores de SE-locutor.....	164
5.2.3 Frases genéricas e formas sentenciosas	166
5.3 DEMAIS ESTRATÉGIAS DE IMPESSOALIDADE.....	170
5.3.1 Estratégias de impessoalidade com maior grau de distanciamento.....	170
5.3.2 Estratégias de impessoalidade com menor grau de distanciamento.....	181
6 ENTRE A VOZ DA CIÊNCIA E A EXPRESSÃO DA SUBJETIVIDADE.....	185
6.1 Relembrando alguns pontos principais do caminho percorrido.....	185

6.2 Reflexões a respeito dos resultados obtidos.....	187
--	-----

REFERÊNCIAS.....	198
-------------------------	------------

APÊNDICES.....	204
-----------------------	------------

APÊNDICE A – POLIFONIA DE LOCUTORES.....	205
--	-----

APÊNDICE B – SE-LOCUTOR.....	223
------------------------------	-----

APÊNDICE C – ESTRATÉGIAS DE IMPESSOALIDADE.....	230
---	-----

ANEXOS (disponíveis no CD)

ANEXO A – MONOGRAFIA M1: Geração de energia através de painéis fotovoltaicos: um estudo comparativo entre técnicas de mppt

ANEXO B – MONOGRAFIA M2: O protagonismo judiciário na concretização dos direitos fundamentais sociais

ANEXO C – MONOGRAFIA M3: MEN OF COLOR, TO ARMS!: as tropas negras na guerra civil americana (1861 – 1865)

ANEXO D – MONOGRAFIA M4: QUANDO ESTIVERMOS TODOS MORTOS: uma análise pós-keynesiana do longo prazo

INTRODUÇÃO

Os gêneros textuais do universo acadêmico têm, como uma de suas características, o cuidado acurado com a linguagem. Por serem gêneros que descrevem e retratam resultados de pesquisas, investigações, há toda uma série de normatizações a fim de que o rigor metodológico inerente à pesquisa científica seja também refletido em tais gêneros.

No caso das monografias de conclusão de curso, uma das formas de “Trabalho de Conclusão de Curso”, também referido como TCC – gênero escolhido para esta pesquisa – as próprias instituições de educação superior oferecem meios para os alunos se apropriarem tanto da linguagem utilizada quanto do formato como tais gêneros devem ser apresentados, como condição *sine qua non* para a conclusão do curso de graduação, no caso das instituições que assim os exigirem.

Dessa forma, as monografias de conclusão de curso devem manifestar o uso peculiar da linguagem que reflita a imparcialidade, o rigor, precisão, a neutralidade e impessoalidade, característicos do mundo da ciência.

Entretanto, mesmo com todo o cuidado e rigor, inerentes a um gênero dessa natureza, as monografias, por se tratarem de um gênero e, conseqüentemente, de um modelo comunicativo, além das funções já mencionadas, servem também para criar uma expectativa no interlocutor e prepará-lo para uma determinada reação (MARCUSCHI, 2002). Apesar do cuidado com a linguagem, na busca por um pretendo discurso neutro, há, nas monografias de conclusão de curso, uma argumentatividade que se processa, posto que a argumentação é inerente à língua (DUCROT, 1988). Assim, a subjetividade se faz presente também nesse gênero. Ainda, pelo simples fato de ser um gênero discursivo ou um tipo relativamente estável de enunciado (BAKHTIN, 2000), as monografias são portadoras de orientação de sentido, o que torna possível seu estudo como forma de compreender de que maneira a subjetividade se processa em tais textos.

Nosso interesse por estudar a subjetividade em trabalhos monográficos surge da necessidade, como parte de nossa atividade docente, de orientar graduandos em fase de conclusão de curso. Assim, nossa preocupação reside em compreender como a subjetividade se processa no gênero em questão e em como os graduandos fazem uso de estratégias para

que o discurso científico prevaleça sobre a manifestação de sua própria subjetividade como pesquisadores.

Pretendemos, com este trabalho¹, contribuir para que tanto docentes como discentes possam melhor compreender a estrutura semântico-argumentativa do gênero escolhido para nossas análises como também refletir acerca do uso de estratégias argumentativas a fim de compreender os efeitos de sentido² produzidos por uma ou outra escolha.

A importância de se pesquisar a argumentatividade/subjetividade nas monografias de conclusão de curso é fazer saber que, por trás de todas as estratégias utilizadas para que o discurso se torne neutro, imparcial e limpo, há um locutor que faz um uso argumentativo da língua (Espíndola, 2004) ao tentar atuar sobre o interlocutor, direcionando o modo como seu discurso deve ser lido e, conseqüentemente, compreendido. Em outras palavras, há orientações de sentido que se manifestam por um modo de escrever, ao se fazerem escolhas por este ou aquele recurso linguístico.

Tais usos podem ser identificados e descritos tomando-se por base a Teoria da Argumentação na Língua (DUCROT, 1988), segundo a qual a argumentação está marcada na própria língua, seja por processos polifônicos, ao se evocarem vozes alheias, pela modalização, que mostra como o locutor se posiciona em relação ao que está sendo enunciado, ou pelo uso de estratégias de impessoalidade, quando o locutor responsável pelo discurso da monografia procura, em alguns momentos, ocultar sua presença ao longo do texto.

Para esta pesquisa, de caráter descritivo e interpretativista, nossa hipótese é a de que a subjetividade se manifesta no gênero monografia de conclusão de curso através de fenômenos polifônicos, em especial, os fenômenos da polifonia de locutores e do *ON-locuteur* (SE-locutor – um caso particular de polifonia), além da modalização e de estratégias de impessoalidade que pretendem ocultar a presença do locutor ou isentá-lo da responsabilidade enunciativa.

¹ Ressaltamos que esta pesquisa está vinculada ao projeto ESAELD – Estudos Semântico-Argumentativos e Enunciativos na Língua e no Discurso: marcas de (inter)subjetividade e de orientação argumentativa, da Universidade Federal da Paraíba, coordenado pelo prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento, que orienta este estudo.

² A expressão *efeito de sentido*, neste trabalho, é tomada como *orientação discursiva*, ou seja, o sentido e a direção para a qual a palavra aponta, a partir de sua ocorrência no enunciado.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é verificar como a subjetividade se processa no gênero monografia de conclusão de curso. Para tal, traçamos os seguintes objetivos específicos: i) identificar, descrever e analisar o funcionamento semântico-discursivo da polifonia de locutores, através do discurso relatado em estilo direto e indireto com verbo *dicendi* modalizador ou não; ii) identificar, descrever e analisar o funcionamento de um caso particular de polifonia, a ocorrência do SE-Locutor; que é tratado, nesta pesquisa, também como um caso de impessoalidade discursiva, iii) identificar, descrever e analisar diferentes estratégias de impessoalidade presentes no gênero.

É importante destacar que a polifonia de locutores, o SE-locutor, a modalização e as estratégias de impessoalidade ocorrem por meio de recursos linguísticos utilizados pelo locutor responsável pelas monografias com o propósito de criar uma pretensa impessoalidade. Ainda assim, tal impessoalidade não anula a subjetividade, uma vez que não são fenômenos opostos e que a subjetividade é inerente à língua. A impessoalidade é, nesse entender, um fenômeno que tenta isentar o locutor pela responsabilidade enunciativa, conforme sugere Ducrot (1988), ou seja, é uma tentativa de ocultar as marcas desse sujeito e, ao tentar se negar, se denuncia e acaba por reforçar a subjetividade intrínseca à língua, como veremos ao longo deste estudo.

Esta pesquisa, de abordagem qualitativa e de natureza descritivo e interpretativista, teve como primeira fase o levantamento e leitura de quatro monografias de conclusão de curso de diferentes áreas, obtidas por meio da rede mundial de computadores, dos cursos de Engenharia Elétrica, Direito, História e Economia. Esclarecemos que optamos por escolher monografias de cursos de diferentes áreas do conhecimento para que o corpus selecionado pudesse ser o mais representativo possível do gênero investigado.

Feita a seleção do *corpus*, identificamos os trechos contendo os elementos a serem investigados e descrevemos seu funcionamento linguístico-discursivo. Dessa forma, descrevemos os efeitos de sentido gerados nos enunciados em que aparecem. Por fim, verificamos de que maneira esses se constituem uma característica semântico-discursiva do gênero em estudo.

Assim, esta tese está estruturada em seis capítulos. São três capítulos teóricos, um capítulo metodológico – que apresenta os procedimentos adotados e o gênero discursivo objeto da investigação, um capítulo destinado às análises e, por fim, o sexto capítulo com reflexões acerca dos achados.

No primeiro capítulo, discutimos acerca da Teoria da Argumentação na Língua (TAL) desenvolvida por Ducrot e colaboradores (1977, 1987, 1988, 1994). Fazemos uma breve explanação sobre como Ducrot se posiciona contrariamente à tese da unicidade do sujeito falante e sobre como são embasadas as noções de polifonia. Assim, apresentamos uma compreensão geral da teoria, com os principais conceitos.

No capítulo seguinte, a partir da teoria da alteridade de Platão (2003), que influenciou os estudos de Ducrot e de uma série de linguistas, buscamos compreender como o filósofo desenvolveu o conceito de *outro*, fruto das relações de oposição. Vemos como tal ideia repercute nos trabalhos de Saussure (2012) e de Benveniste (1991), esse último colocando em oposição a relação eu / tu. Mostramos, em seguida, como esse tema é retomado por García Negroni (2008, 2009) ao transformar a ideia de dicotomia em um *continuum*, que leva à existência de uma voz impessoal no discurso com maior ou menor grau de impessoalidade.

Assim, chegamos ao conceito de SE-Locutor, a partir do *ON-locuteur* de Anscombre (2005, 2010, 2014), e estudamos o papel dos marcadores mediativos na ocorrência desse fenômeno. Também vemos como a noção de estereótipos e de comunidade linguística são importantes no estudo do posicionamento do locutor. Encerramos o capítulo com os achados de Nascimento (2015) acerca do fenômeno do SE-locutor, corroborando a ideia de que o fazer científico, embora pretensamente impessoal, também é constituído pela voz do *outro*.

O terceiro capítulo versa sobre o fenômeno da modalização – através do qual é possível verificar como o locutor pode se posicionar, avaliar o que está sendo enunciado. A partir das observações de Ducrot (1987, 1989) a respeito dos trabalhos de Charles Bally (1965), apresentamos as noções de *modus* e *dictum*.

Como a utilização do termo *modalização* está longe de ser uma unanimidade entre os estudiosos, vemos como Lyons (1975), Palmer (2009), Koch (2002), Castilho e Castilho (2002), Neves (2010), Nascimento (2009) e Silva (2012) se referem ao fenômeno. Dando continuidade às nossas investigações, verificamos como os referidos autores tratam o tema e propõem uma classificação para o estudo, que é reformulada por Nascimento (2005, 2009, 2010), sendo atualizada por Nascimento e Silva (2012) e adotada para este trabalho de pesquisa.

O quarto capítulo tem como foco principal detalhar os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa e apresentar o gênero monografia de conclusão de curso, objeto de nossa

investigação. Vemos também como as contribuições de Marconi e Lakatos (2003), Laville e Dionne (1999), entre outras, são essenciais para a compreensão acerca de como a concepção positivista da ciência influencia no cuidado com a linguagem nos gêneros pertencentes ao universo acadêmico/científico.

No capítulo das análises, utilizamos trechos catalogados das monografias de conclusão de curso utilizadas como *corpus*. Primeiramente, estudamos os trechos nos quais se manifesta o fenômeno da polifonia de locutores, tanto em discurso relatado em estilo direto, como em estilo indireto, com verbo *dicendi* modalizador ou não. Em seguida, analisamos os trechos em que aparecem o SE-Locutor, que consideramos um caso de polifonia e também de impessoalidade e, finalizando a sequência de análises, debruçamo-nos sobre as demais estratégias de impessoalidade. Buscamos, com essas etapas, descrever as marcas da subjetividade e os efeitos de sentido produzidos pela língua em uso.

O capítulo sexto traz as reflexões acerca dos resultados obtidos com a confirmação da hipótese levantada – a de que a subjetividade se processa no gênero monografia de conclusão de curso por meio da polifonia de locutores, do SE-locutor, da modalização e de diferentes estratégias de impessoalidade. Encerramos as discussões mostrando, com os dados coletados, que esse gênero é essencialmente polifônico e que as estratégias de impessoalidade são utilizadas para mascarar essa subjetividade inerente à língua, produzindo a imagem que o texto se apresenta como porta-voz da ciência.

1 ARGUMENTAÇÃO: da descrição objetiva à expressão da subjetividade

“A língua, independentemente das utilizações que dela podem ser feitas, apresenta-se, fundamentalmente, como o lugar do debate e da confrontação das subjetividades”

Oswald Ducrot (1987, p.30)

Neste capítulo inicial, apresentamos a Teoria da Argumentação na Língua (TAL) desenvolvida por Ducrot e colaboradores (1977, 1987, 1988, 1994). Abordamos os principais conceitos, direcionando nosso foco para as noções de *polifonia* e *impessoalidade*, por serem essas fundamentais para a compreensão do fenômeno *ON-locuteur*, investigado por Anscombre (2005, 2010, 2014), e objeto de estudo desta pesquisa nos capítulos seguintes.

1.1 TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA: pelo fim da unidade do sujeito falante

A Teoria da Argumentação na Língua é fruto dos estudos de Oswald Ducrot e colaboradores, entre eles Jean Claude Anscombre, seu parceiro de pesquisa desde o início do desenvolvimento da teoria, e Marion Carel, pesquisadora que tem contribuído mais recentemente por meio do trabalho desenvolvido por Ducrot na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, em Paris. Os estudos sobre a argumentação, tal como é concebida nesta pesquisa, tiveram início a partir da obra *L'argumentation dans la langue*, de autoria de Anscombre e Ducrot, publicada em 1983.

A Teoria da Argumentação na Língua – doravante TAL – assim como qualquer outra teoria em construção, tem passado por fases de ajustes e alterações, sendo importante mencionar que o caminho teórico percorrido por Anscombre e Ducrot (1994) está embasado em um compromisso estruturalista – como afirmam os próprios autores – de descrever a língua não apenas como um meio de fornecer informações sobre o mundo mas como uma forma de construir discursos.

Assim, é possível perceber, ao longo do desenvolvimento da TAL, um momento inicial fortemente influenciado pelos estudos referencialistas e lógicos, que evoluem ao longo das investigações até considerarem a subjetividade como elemento presente na língua.

Como veremos adiante, de forma mais detalhada, ao adotarem um ponto de vista linguístico, Anscombre e Ducrot (1994) defendem que as relações (inter)subjetivas não estão apenas ao lado mas também na base, na estrutura profunda dos dados aparentemente objetivos, a tal ponto de não ser possível distinguir os fatos de sua roupagem linguística, argumentativamente materializada. Isso é observável através das sucessivas análises comparativas feitas pelos referidos autores, das expressões “pouco” e “um pouco”. Em princípio, partem da ideia de que tais expressões veiculam um aspecto eminentemente quantitativo, de conteúdo factual e, em permanente amadurecimento e evolução da teoria, passam a considerar que tais expressões veiculam essencialmente valores argumentativos.

Feitas essas considerações, retomemos que, de uma forma geral, a TAL pode ser dividida em duas grandes partes: Forma *Standard* e a Teoria dos Blocos Semânticos, fase na qual se encontra atualmente.

A Forma *Standard*, também conhecida como Forma Padrão, compreende quatro fases: Descritivismo Radical, Descritivismo Pressuposicional, Argumentação como Constituinte da Significação e Argumentatividade Radical.

A Forma *Standard* ou Forma Padrão pode ser assim resumidamente descrita:

1- Descritivismo Radical – Essa etapa segue a tradição retórica e está apoiada em uma concepção clássica de argumentação, na qual a relação entre argumento A e conclusão C está justificada pelos fatos presentes nos argumentos; assim a estrutura linguística de um enunciado não tem relação com sua utilização argumentativa. É, portanto, uma fase ainda referencialista; apoiada em fatos da realidade, influenciada, como já dissemos, pelos estudos lógicos. Para ilustrar, tomemos o seguinte exemplo:

Exemplo 01:

Pedro trabalhou *pouco*

Pedro trabalhou *um pouco*

De acordo com o pensamento de Anscombe e Ducrot (1994), nessa fase da teoria, o movimento argumentativo não decorre da língua em si, pois as palavras apenas têm o poder de descrever fatos.

Assim, língua e argumentação são vistas separadamente, seguindo a tradição retórica dominante. Nesse sentido, a diferença entre os operadores “pouco” e “um pouco” é meramente factual, sendo “pouco” uma quantidade x de trabalho e “um pouco”, uma quantidade de trabalho maior que x . Em outras palavras, essa diferença está ligada à quantidade de trabalho efetivamente realizada por Pedro. Consoante essa visão, a função dos operadores era entendida como a de realizar os encadeamentos entre os enunciados e, conseqüentemente, a relação entre os fatos.

2- Descritivismo Pressuposicional – Nesse segundo estágio da teoria, como afirmam os próprios autores (1994, p. 199), há um ajuste em relação à etapa anterior. Ao sofrer influência da filosofia da linguagem, Ducrot e Anscombe passam a considerar a existência de uma força ilocutória, de valor argumentativo, na estrutura linguística dos enunciados.

Nessa fase, marcada pelos estudos da pressuposição, os fatos são colocados em nível do posto e do pressuposto. Entendem os autores que o valor semântico da frase se distribui em valor afirmado/posto e valor pressuposto. Estipulam, então, que os encadeamentos argumentativos recaem sobre a informação posta, afirmada, e relacionam o pressuposto às atitudes ilocutórias.

De acordo com Ducrot (1977, p. 77), “[...] pressupor não é dizer o que o outro sabe ou o que se pensa que ele sabe ou deveria saber, mas situar o diálogo na hipótese de que ele já soubesse.”. Em outras palavras, o pressuposto é entendido como um implícito presente no nível da língua. Ainda, a língua, enquanto estrutura que permite a realização de discursos, veicula conteúdos que nem sempre são explícitos.

Assim, permanece a ideia de que os encadeamentos argumentativos são unicamente de origem factual, entretanto, já não mais se fundamentam em todos os fatos veiculados pelos enunciados, mas apenas sobre os afirmados (ou postos).

Por motivos didáticos, retomemos o exemplo 01:

Exemplo 01:

Pedro trabalhou *pouco*

Pedro trabalhou *um pouco*

No primeiro enunciado do exemplo, “Pedro trabalhou *pouco*”, o conteúdo posto é *A quantidade de trabalho realizada por Pedro é pequena*. O conteúdo pressuposto é *Pedro trabalhou*.

No segundo enunciado, “Pedro trabalhou *um pouco*”, o conteúdo posto é *Pedro realizou uma certa quantidade de trabalho*. E o pressuposto é: *Se Pedro realizou uma quantidade x de trabalho, essa quantidade é pequena*.

Vejamos como se dá o encadeamento argumentativo, por meio do exemplo a seguir:

Exemplo 02:

Pedro trabalhou *pouco*: não avançou na produção de alimentos.

Pedro trabalhou *um pouco*: avançou na produção de alimentos.

Como se pode observar no exemplo 02, nessa etapa, o encadeamento argumentativo se dá a partir do conteúdo posto (afirmado). O uso das expressões linguísticas “pouco” e “um pouco” deixa de ser observado em relação à quantidade e passa a desempenhar o papel de permitir movimentos conclusivos com potencialidades argumentativas de ordem contrária, no caso; avançar/não avançar na produção de alimentos. Em outras palavras, o elemento factual é a noção de quantidade débil. Nesse momento, os autores percebem que a língua já direciona a argumentação, embora compreendam que esse fenômeno se dá em virtude de propriedades muito gerais, como a distinção afirmado/pressuposto e não como uma propriedade especificamente argumentativa, constituinte da semântica das frases.

3- Argumentação como Constituinte da Significação – Permanece, nessa fase de investigação, a ideia de que o sentido dos enunciados contém indicações factuais presentes na significação da frase. O avanço, em relação à etapa anterior, reside no entendimento de que certas frases favorecem certas argumentações e não apenas isso, mas que o fazem em direções determinadas. Ademais, postulam que os operadores argumentativos têm por função introduzir a argumentatividade na estrutura semântica das frases.

Recorrendo ao mesmo exemplo que utilizamos nas frases anteriores, os autores percebem que os operadores “pouco” e “um pouco” não mais devem ser analisados em termos de quantidade, como já verificado, tampouco em termos de posto/afirmado, visto que, ao se analisar o posto, ter-se-ia que se recorrer ao conceito de “pouca” quantidade/quantidade “débil” de trabalho. E assim, seria necessário definir o conceito de “pouco”. Aprofundando essas questões, os estudiosos (1994, p. 204) compreendem que uma quantidade “débil” é inferior a certo limite que a frase indica, mas não a natureza. Essa última, como afirmam os autores, “[...] está especificada, en el nivel del enunciado, por el contexto: eso puede ser la cantidad aguardada, deseada, esperada, considerada como normal³”.

Concluem, por fim, que não se trata de uma questão de quantidade indicada, mas de *ponto de vista* apresentado pelo enunciado, sendo esse o que coloca tal quantidade como esperada, desejada ou ainda, considerada normal. É, inclusive, da adoção desse ponto de vista que procedem as direções argumentativas. Anscombre e Ducrot (1994, p. 206), nesse ponto da teoria, reconhecem “valores argumentativos” na língua. Em outras palavras, a argumentação é inerente à língua. Se, no segundo momento da construção da TAL, consideravam que apenas a estrutura semântica das frases possibilitava ou não certas argumentações, na terceira fase, reconhecem que certas expressões do tipo: “pouco” e “um pouco” favorecem algumas argumentações ao passo que proporcionam outras.

4- Argumentatividade Radical – Essa última etapa da forma *standard* é marcada pela introdução do conceito de *topos* ou princípios gerais; crenças compartilhadas que proporcionam o encadeamento discursivo entre o *enunciado-argumento* e o *enunciado-conclusão*. Note-se que os pesquisadores fazem o que poderíamos chamar de releitura dos princípios aristotélicos. Essa releitura pode ser explicada da seguinte forma:

Si de un enunciado A se concluye un enunciado B, no es porque A señale um hecho F, B un hecho G, ni porque la existencia a de F haga que G sea inevitable; sino es porque A presenta F de tal modo que convierte en legítima la aplicación de un *topos* (o de una cadena de *topoi*) que conduce a un enunciado B en donde se puede ver una envoltura lingüística de G⁴. (ANSCOMBRE; DUCROT, 1994, p. 207, grifos dos autores)

³ “[...] está especificada, no nível do enunciado, pelo contexto: podendo ser a quantidade aguardada, desejada, esperada, considerada normal.” (Tradução nossa).

⁴ Se, de um enunciado A se conclui um enunciado B, não é que A indique um fato F, B um fato G, nem porque a existência de F faça com que G seja inevitável, mas porque A apresenta F de tal modo que torna legítima a aplicação de um *topos* (ou de uma cadeia de *topoi*) que conduz ao enunciado B de onde se pode ver uma roupagem ou invólucro linguístico de G. (Tradução nossa).

Assim, para os autores, o conceito de significação de uma frase passa a ser o conjunto de *topoi* (sendo *topoi* o plural de *topos*), cuja aplicação é autorizada pela frase no momento da enunciação. Optar por enunciar uma frase em detrimento da outra é resolver eleger certos *topoi* frente a outros. Nesse sentido, a opção por qualificar um objeto como “caro” ou “barato” não é fornecer indicações sobre o preço, mas optar por aplicar *topoi* relativos à carestia, do tipo: “quanto mais custa, menos vantajoso é” em oposição a “quanto menos custa, mais vantajoso é”. De acordo com o ponto de vista dos autores, o valor semântico das frases reside em permitir e impor a adoção de pontos de vista argumentativos aos fatos.

A fase atual, denominada Teoria dos Blocos Semânticos, investiga o sentido como resultado de interdependência entre dois segmentos, ligados por um determinado conector e formando um bloco semântico. Argumentar passa a ser, então, articular no discurso, criando interdependência semântica coerente, um encadeamento argumentativo.

Esclarecemos que não nos detivemos em aprofundar⁵ os estudos desenvolvidos por cada fase, por não ser esse o objetivo de nossa pesquisa. Entretanto, é importante salientar que nosso trabalho se situa na terceira etapa da Forma *Standard* ou Padrão, denominada Argumentação como Constituinte da Significação, na qual a argumentação passa a ser *inscrita* na língua, tese que permanece ao longo da evolução da teoria, inclusive na fase atual.

Feitas essas considerações iniciais, vejamos alguns dos principais conceitos necessários à plena compreensão da TAL e como Ducrot se opõe à concepção tradicional de sentido de um enunciado.

1.2 TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA: conceitos fundamentais

Para Ducrot (1988, p. 49), de acordo com a tradição linguística dominante, há três tipos de indicações no sentido de um enunciado: as *indicações objetivas* ou representações da realidade; as *indicações subjetivas*, que correspondem à atitude do locutor frente à realidade, e as *indicações intersubjetivas* ou relações do sujeito para com as pessoas às quais se refere.

⁵ Para uma exposição mais detalhada das fases de desenvolvimento da Teoria da Argumentação na Língua, ver BASTOS (2011) cf. referências bibliográficas.

Ainda, em conformidade com o pensamento tradicional, o aspecto objetivo corresponde à denotação e os outros dois aspectos – subjetivo e intersubjetivo – correspondem à conotação.

Explica Ducrot que essa distinção é muito clara, por exemplo, nos trabalhos do linguista alemão Karl Bühler (1934, 2011), pertencente ao Círculo de Praga, que propôs o *modelo órganon* da língua e descreve três funções principais na língua: 1) representação da realidade; 2) expressão das atitudes do locutor; 3) chamamento ou ação do locutor sobre o alocutário.

Assim, esclarece Ducrot (1988) que, em um enunciado como:

Exemplo 03:

Pedro é inteligente

haveria um aspecto objetivo, pois descreve Pedro como sendo inteligente. O aspecto subjetivo se manifestaria na admiração que o locutor tem por Pedro. Ainda a respeito desse enunciado, o aspecto intersubjetivo permitiria ao locutor pedir ao destinatário que tivesse confiança em Pedro pelo fato de ele ser inteligente. Permitiria, inclusive, o contrário; justamente por Pedro ser inteligente, que fosse prudente desconfiar dele. Dessa forma, seguindo a concepção tradicional, o enunciado como um todo serviria para que o locutor pedisse a seu interlocutor para portar-se de determinada maneira em relação a Pedro.

Outro exemplo apresentado pelo linguista francês ilustra esse pensamento tradicional. No enunciado

Exemplo 04:

Faz bom tempo

haveria um aspecto objetivo na descrição do tempo por meio do uso do adjetivo *bom*, que indicaria uma apreciação positiva por um tempo sem chuvas, ventos ou nuvens. O aspecto subjetivo indicaria uma certa satisfação do locutor em relação à boa condição do tempo. E o aspecto intersubjetivo poderia ser constatado pelo fato de esse discurso permitir ao locutor propor ao interlocutor uma saída para um passeio, por exemplo.

Ao propor a TAL, Ducrot suprime a separação conotação/denotação por não acreditar que a linguagem possua um componente objetivo que permita aos enunciados acessarem a realidade diretamente. Afirmar o teórico (1988, p. 50): [...] mi objetivo es suprimir esta

separación entre denotación y connotación [...]. No creo que el lenguaje ordinario posea una arte objetiva ni tampoco creo que los enunciados del lenguaje den acceso direto a la realidad [...]”⁶.

Assim, além de não concordar com a descrição objetiva, Ducrot (1988), ao desenvolver a TAL, visou extinguir a oposição objetivo / subjetivo / intersubjetivo, pois, conforme o autor, ao utilizarmos a linguagem para descrever algo, já o fazemos por meio dos aspectos subjetivo e intersubjetivo. Isso acontece porque, para o estudioso (1988, p. 50), “La manera como el lenguaje ordinario describe la realidad consiste en hacer de ella el tema de un debate entre los individuos”⁷.

Retomando o primeiro exemplo “Pedro é inteligente” e o analisando não mais por meio da concepção tradicional de enunciado, mas pela perspectiva apresentada por Ducrot e colaboradores, quando se diz que “Pedro é inteligente”, ou seja, se há uma descrição de Pedro, tal perspectiva se encontra intrinsecamente ligada à admiração subjetiva que Pedro desperta no falante. Concomitantemente, dizer que Pedro é *inteligente* é, de maneira inseparável, pedir ao locutor que se porte de determinada maneira para com Pedro. Consequentemente, a *descrição* ou o chamado *aspecto objetivo* é perpassado por uma expressão de *atitude* e de um chamamento que o locutor faz ao interlocutor. Por esse motivo, em sua teoria, Ducrot não reconhece a existência de tal aspecto objetivo. Além de ignorar esse aspecto, o referido teórico funde os aspectos subjetivos e intersubjetivos passando a chamá-los de *valor argumentativo* dos enunciados. Para o autor (1988, p. 51), “El valor argumentativo de una palabra es por definición la orientación que esa palabra da al discurso”⁸, ou seja, o papel que a palavra pode desempenhar no discurso, e, nesse sentido, se constitui no “[...] nivel fundamental de la descripción semántica”⁹.

⁶ [...] meu objetivo é suprimir esta separação entre denotação e conotação [...]. Não creio que a linguagem ordinária possua um componente objetivo, tampouco creio que os enunciados da língua acessem diretamente a realidade [...]. (Tradução nossa). É importante frisar que desse ponto em diante de nossa pesquisa, todos os trechos traduzidos da língua espanhola para a língua portuguesa dessa mesma obra de Ducrot terão tradução de nossa autoria.

⁷ A maneira pela qual a linguagem ordinária descreve a realidade consiste em fazer dela um debate entre os indivíduos.

⁸ O valor argumentativo de uma palavra é, por definição, a orientação que essa palavra dá ao discurso.

⁹ [...] o nível fundamental da descrição semântica.

Ducrot, ao refletir acerca da polissemia da palavra *sentido*, destaca que ela significa duas coisas: significação e direção, ou seja; uma orientação no discurso. Desse modo, o emprego de uma palavra torna possível ou impossível uma certa continuação do discurso.

Retomando o exemplo 03, se por um lado escolho qualificar Pedro por meio do adjetivo *inteligente*, por outro não posso continuar dizendo “logo não passará no concurso”, pois a escolha do termo *inteligente* me oferece como possibilidade de continuação algo como “provavelmente passará no concurso”, ou seja, tal valor corresponde ao conjunto dessas possibilidades ou impossibilidades de continuação discursiva que seu emprego determina. Consequentemente, impede discursivamente que uma dada continuidade seja empregada, enquanto abre caminhos para outros usos ao orientar discursivamente o sentido do discurso.

O quadro a seguir resume essa primeira ideia na TAL acerca da concepção de sentido de um enunciado:

Quadro 1: Sentido de um enunciado segundo a Concepção Tradicional e segundo a TAL

Sentido de um enunciado	
Concepção Tradicional	Teoria da Argumentação na língua (TAL)
Indicação objetiva → descrição da realidade	Quando ocorre descrição, esta se dá em razão dos aspectos subjetivos e intersubjetivos
Indicação subjetiva → atitude do locutor frente à realidade	Fundem-se em valor argumentativo = conjunto de possibilidades ou impossibilidades de continuação discursiva
Indicação intersubjetiva → relação do sujeito para com o interlocutor	

Fonte: a própria autora, a partir de Ducrot (1988).

Para a plena compreensão da Teoria da Argumentação na Língua, é fundamental apresentar como a TAL concebe algumas noções semânticas fundamentais. São as noções de frase, enunciado, significação e sentido.

Para Ducrot (1988, p. 53), o *enunciado* é “[...] una de las múltiples realizaciones posibles de una frase¹⁰” e também “una realidad empírica [...] ¹¹”, ou seja; o que se pode observar quando ouvimos alguém falar, ou ainda, a materialização da língua em ação. Por isso, cada enunciado é único e irrepetível. Explica o estudioso: “se eu disser três vezes seguidas: ‘Faz bom tempo’”, teremos então três enunciados sucessivos de uma mesma frase.

A frase, por sua vez, é entendida como “[...] una entidad teórica.¹²”, ou ainda; “una construcción del lingüista que le sirve para explicar la infinidad de enunciados ¹³”. É algo não observável, pois, segundo o autor, “no oímos, no vemos frases. Solamente vemos y oyímos enunciados¹⁴”.

Outro conceito fundamental é o de língua. Para o teórico da TAL (1988, p. 56), a língua é “un conjunto de frases.¹⁵”. De acordo com esse pensamento, descrever uma língua é descrever as frases dessa língua de forma sistemática, o que consiste em calcular o valor das frases complexas a partir do valor semântico de frases simples, como a seguir:

Exemplo 05:

X mas Y

No caso do emprego da conjunção *mas*, a frase pode ser descrita por meio da regra *X mas Y*, o que significa que uma vez conhecido o valor semântico de X e de Y, é possível calcular o valor semântico de *X mas Y*. Destacamos que essa descrição será retomada com maior detalhamento mais adiante.

O *discurso*, nessa mesma teoria (1988, p. 53), vem a ser definido como “una sucesión de enunciados¹⁶” e assim, diferentemente das frases, os enunciados podem ser vistos e ouvidos, já que são a materialidade da língua.

¹⁰ [...] é uma das múltiplas realizações possíveis de uma frase.

¹¹ uma realidade empírica [...].

¹² uma entidade teórica.

¹³ uma construção do linguista que serve para explicar a infinidad de enunciados.

¹⁴ não ouvimos ou vemos frases. Somente vemos e ouvimos enunciados.

¹⁵ um conjunto de frases.

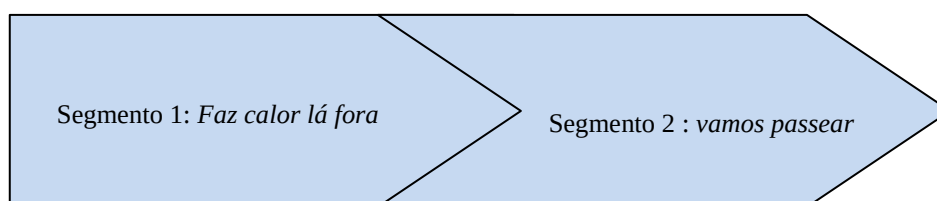
¹⁶ uma sucessão de enunciados.

Para Ducrot, todo discurso está constituído por uma sucessão de enunciados. Os enunciados, inclusive, podem ser segmentados, pois, se um discurso possui dois segmentos sucessivos, S_1 e S_2 , e, se o Segmento 1 tem sentido somente a partir de S_2 , então a sequência $S_1 + S_2$ se constitui em um único enunciado. Tome-se o exemplo do próprio Ducrot:

Exemplo 06:

Faz calor lá fora, vamos passear.

Suponhamos um contexto de clima europeu, em que o fato de fazer um tempo bom sirva de argumento para um passeio. Temos, então, um enunciado com dois segmentos:



sendo que o primeiro segmento é argumento para o segundo, pois na Europa, explica o autor, o fato de fazer calor é propício para que as pessoas saiam de casa; é uma razão para passear. Assim, cada vez que há uma sequência na qual o primeiro segmento é argumento para o segundo, há um só enunciado.

A respeito das definições de significação e sentido, Ducrot (1988) faz a seguinte distinção: *significação* é valor semântico da frase, e *sentido* o valor semântico do enunciado.

Esclarece o estudioso (1988, p. 57) que “Esta es una decisión arbitraria, terminológica [...] ¹⁷”. Por *significação*, entende-se o valor semântico da frase. A significação indica o trabalho que se deve fazer para compreender o enunciado, como se fosse um modo de usar. É, portanto, aberta, pois *orienta*; funciona como pistas que dizem o que se deve fazer para atingir o sentido do enunciado. Por *sentido*, entende-se o valor semântico do enunciado. Dessa forma, o enunciado diz mais que a frase que o origina, pois o sentido do enunciado é produzido quando são seguidas as pistas fornecidas pela significação.

Para Ducrot, entre a significação de uma frase e o sentido de um enunciado há uma diferença de quantidade e de natureza. A questão reside no fato de que, para o linguista (1988,

¹⁷ é uma decisão arbitrária, terminológica [...]”.

p. 57), “[...] el enunciado dice mucho más que la frase que realiza.¹⁸” O autor exemplifica retomando o exemplo 04.

Exemplo 04:

Faz bom tempo

Esse enunciado indica muitas outras coisas que não encontramos na frase que o origina, porque esse enunciado significa, entre outras coisas: 1) que faz bom tempo no momento da fala; 2) que faz bom tempo no lugar em que o locutor se encontra. Isso acontece porque o sentido do enunciado é composto por certos atos de fala, dado que o enunciado pode conter uma constatação, um conselho, uma ameaça, uma advertência, entre outros atos que não estão escritos na significação da frase em si.

Para explicar a diferença de natureza entre o sentido e a significação, Ducrot utiliza o exemplo “*X mas Y*”, já mencionado. Adverte o estudioso que, sem uma concepção aberta da significação, daremos à palavra *mas* uma descrição inexata, que corresponde exatamente à descrição tradicionalmente proposta pelos linguistas e que funciona muito bem em alguns casos muito específicos. Assim, uma frase do tipo *X mas Y* até então vinha sendo descrita da seguinte forma: “*X é verdadeira e Y é verdadeira. Geralmente, quando X é verdadeira, Y é falsa*”. Tomemos o exemplo clássico, frequentemente utilizado para exemplificar o cumprimento desse tipo de descrição:

Exemplo 07:

João é republicano, mas honesto.

Aplicando a descrição tradicional e analisando essas frases, temos o seguinte:

<i>X</i>		<i>Y</i>
João é republicano	<i>mas</i>	honesto

A significação desse tipo de frase é a seguinte: João é membro do partido republicano e João é honesto. A presença da conjunção *mas* indica que, quando alguém é republicano,

¹⁸ [...] o enunciado diz mais que a frase que o realiza.

geralmente não é honesto. Em outras palavras, embora João seja membro do partido republicano, ele é honesto.

Entretanto, Ducrot mostra que essa descrição nem sempre se cumpre, e utiliza o seguinte contraexemplo:

Exemplo 08:

Sim, Maria estava, mas estava com sua mãe.

X		Y
Sim, Maria estava	<i>mas</i>	estava com sua mãe

Aplicando novamente a descrição tradicional, esse enunciado significa: 1) que Maria estava lá, 2) que Maria estava com sua mãe. A presença da conjunção *mas* indica que, quando Maria está lá, geralmente não está com sua mãe. Entretanto, Ducrot aponta para uma outra questão. Além de significar o que já foi descrito na significação dessa frase, o enunciado pode também ser interpretado como: “Maria ali estava” – o que me agradou. Mas “estava com sua mãe” – o que me desagradou.

A partir dessas reflexões, Ducrot (1988, p. 59) propõe outra descrição da estrutura *X mas Y* mantendo-se, para isso, os dois primeiros elementos: X continua sendo verdadeiro assim como Y. E acrescenta a seguinte instrução para a interpretação desses tipos de enunciados: procure uma conclusão *r* que seja justificada por X e uma conclusão não-*r* justificada por Y. Para isso, devemos buscar qual a conclusão que o locutor tinha em mente quando produziu esse enunciado. O locutor pensava em uma conclusão justificada por X e contradita por Y. A natureza dessa conclusão varia de maneira infinita de acordo com os enunciados. Retomando o exemplo anterior e aplicando a nova descrição elaborada pelo teórico da argumentação, temos:

X		Y
Sim, Maria estava	<i>mas</i>	estava com sua mãe
Conclusão <i>r</i> , justificada por X: estava contente pela presença de Maria		Conclusão não- <i>r</i> , justificada por Y: estava descontente pela presença da mãe de Maria

Conforme previsto por Ducrot, o mesmo enunciado autoriza outro tipo de conclusão:

<i>X</i> Sim, Maria estava	<i>mas</i>	<i>Y</i> estava com sua mãe
Conclusão <i>r</i> , justificada por <i>X</i> : não estava contente pela presença de Maria		Conclusão não- <i>r</i> , justificada por <i>Y</i> : estava tranquilo pela presença da mãe de Maria

Por isso, o estudioso defende que o sentido do enunciado é produzido quando são seguidas as instruções fornecidas pela significação, ou seja; a significação é aberta. Reforçando, Ducrot tem uma concepção aberta, instrucional, da significação. Acrescenta o autor (1988, p. 62): “Vemos que lo importante no son las implicaciones sino las conclusiones que el locutor tiene en la mente¹⁹”. Por esse motivo, o teórico defende a ideia de que a frase, e consequentemente a língua, contém alusões à atividade de fala; ou seja, contém alusões sobre o que fazemos quando falamos, quando proferimos algum enunciado.

Assim, a enunciação é definida por Ducrot (1987, p. 168) como o “acontecimento constituído pela aparição de um enunciado”. Destaca o pesquisador que a realização de um enunciado é um acontecimento histórico, pois é dada existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que, inclusive, não existirá mais depois desse momento.

O resumo das principais ideias até aqui apresentadas pode ser melhor visualizado no quadro a seguir:

Quadro 2: Resumo dos principais conceitos desenvolvidos na Teoria da Argumentação na Língua.

Principais conceitos desenvolvidos por Oswald Ducrot (1987; 1988) na TAL	
Língua	Conjunto de frases
Frase	Entidade teórica. Construção do linguista que serve para explicar a infinidade de enunciados
Significação	Valor semântico da frase
Enunciado	Uma das múltiplas realizações possíveis de uma frase
Discurso	Uma sucessão de enunciados

¹⁹ Vemos que o importante não são as implicações, mas as conclusões que o locutor tem em mente ¹⁹”. (Tradução nossa).

Sentido	Valor semântico do enunciado
Enunciação	A realização de um enunciado

Fonte: a própria autora, a partir de Ducrot (1987, 1988).

Feitas as considerações a respeito dos conceitos fundamentais, no intuito de demonstrar o pensamento de Ducrot ao se opor à concepção tradicional de sentido de um enunciado, vejamos como esse estudioso, de espírito contestador, também se opõe à concepção tradicional de argumentação, algo já tratado no início deste capítulo, mas que retomaremos por motivos didáticos.

Conforme a tradição, segundo o próprio Ducrot (1988), há argumentação quando, em um discurso, três condições forem satisfeitas:

1) o discurso deve conter dois segmentos, A e C, sendo A o argumento e C a conclusão. A ordem em que A e C são apresentados é indiferente;

2) A indica um fato H^{20} ;

3) a conclusão C pode ser inferida a partir do fato H.

Ao indicar um fato H, A é uma asserção e possui um valor de verdade, ou seja, pode ser julgado como verdadeiro ou falso independentemente de C.

Essa ideia pode ser melhor compreendida com a retomada do exemplo 04.

Exemplo 04

Faz bom tempo vamos passear

no qual o segmento *Faz bom tempo* corresponde ao argumento A e o segmento *vamos passear* corresponde à conclusão C.

O trecho *Faz bom tempo* pode ser julgado como verdadeiro ou falso, ainda que não conheçamos a conclusão *vamos passear*, pretendida pelo locutor.

Para Ducrot (1988), essa ideia é inadmissível, pois o primeiro segmento pode ser julgado como verdadeiro pelo interlocutor antes mesmo de saber a conclusão. Isso pode ser

²⁰ O fato é representado pela letra H por ser a inicial da palavra em espanhol (*hecho*) (DUCROT, 1988).

feito, por exemplo, por meio de uma estratégia muito comum que é a de perguntar ao interlocutor se concorda com a apresentação do argumento, que o faz de maneira isolada. No caso, a pergunta a ser feita é: “você concorda que faz bom tempo?”. Ao receber a resposta, o locutor lhe apresenta a conclusão. Por esse motivo, de acordo com o pensamento tradicional, o argumento tem seu valor independente da conclusão.

Ainda, a respeito dessa concepção, na qual a conclusão pode ser inferida a partir do fato H, há uma implicação permanente entre o fato e a conclusão, que gera um espaço, uma lacuna a ser preenchida. O que chama a atenção do estudioso é que esse laço de união entre A e C não é fornecido pela língua em si, mas é de ordem lógica, sociológica ou de qualquer outra ordem, exceto a linguística, e, por isso mesmo, nessa concepção, a argumentação é exterior à língua. Por isso, é uma concepção tratada por Ducrot (1988) como ingênua.

Assim, para contradizer a concepção tradicional, Ducrot utiliza pares de frases que indicam o mesmo fato, em um mesmo contexto, mas com argumentações possíveis, a partir dessas frases, completamente diferentes. Um deles é o clássico exemplo de *pouco* e *um pouco* nos enunciados a seguir, considerando-se o contexto no qual se admite que o trabalho conduz ao êxito:

Exemplo 09:

Pedro trabalhou *pouco* (-)

Exemplo 10:

Pedro trabalhou *um pouco* (+)

Nesses exemplos, o fato é exatamente o mesmo, ou seja; que Pedro trabalhou. A verdade de (09) é também a verdade de (10). Entretanto, as conclusões não são iguais. No caso de (09), a conclusão é de ordem negativa, enquanto que a de (10) é positiva. Inclusive, se o contexto fosse inverso para ambos os enunciados, no caso de o trabalho conduzir ao cansaço, as conclusões também seriam opostas.

Disso decorre que, para Ducrot, as possibilidades argumentativas não estão determinadas apenas pelos fatos, mas pelas formas linguísticas, que impõem certas orientações discursivas e impedem outras.

O teórico apresenta outros pares de frases e os analisa para defender que a argumentação não é exterior à língua. Assim: “[...] la conclusión no se explica solamente a partir del hecho expresado por el segmento A sino a través de la forma lingüística de A. En otras palabras la argumentación esta marcada em la lengua misma²¹” (DUCROT, 1988, p. 80).

Isso posto, a tese geral da teoria tem como base a ideia de concepção instrucional da significação, já apresentada neste trabalho, em que as frases contêm, em si mesmas, instruções do tipo: “busque qual a conclusão pretendida pelo locutor”. Nesse sentido, há uma espécie de orientação para indicar a conclusão possível. Como exemplo dessa orientação, podemos citar o uso de *pouco* e *um pouco*, anteriormente apresentados.

Feitas essas considerações iniciais acerca da diferença entre enunciado e frase, entre sentido e significação, além de outras questões cruciais, passemos à apresentação de outro ponto fundamental para a plena compreensão da teoria tomada por base em nossa pesquisa. Para Ducrot, o sentido do enunciado está muito intimamente ligado aos pontos de vista que dele emanam bem como à origem desses pontos de vista. É disso que se ocupa a Teoria da Polifonia, assunto tratado na seção a seguir.

²¹ “[...] a conclusão não se explica somente a partir do fato expresso pelo segmento A mas através da forma lingüística de A. Em outras palavras a argumentação está marcada na própria língua.”

1.3 POLIFONIA: vozes que se entrecruzam no discurso

Além de se opor à concepção tradicional de sentido, como já descrito neste trabalho, Ducrot contesta, na linguística, o pressuposto da unicidade do sujeito falante, segundo o qual cada enunciado possui um e somente um autor. Para isso, toma emprestado um termo empregado por Bakhtin (2000) ao propor que o sentido do enunciado é, por natureza, *polifônico*.

Bakhtin (2000), ao estudar o romance de Dostoiévski, verificou que esse é povoado por diversas vozes e não apenas pela voz do autor. Dessa forma, o sentido global da obra é resultado da confrontação das vozes de diferentes personagens e do próprio narrador. Para descrever esse tipo de literatura, Bakhtin tomou emprestado o termo *polifonia*, empregado na teoria musical e de origem grega, que significa várias vozes. A *polifonia*, em sua acepção primeira, refere-se a um tipo de composição musical em que várias vozes são superpostas, em contraste com a *monofonia*, em que uma só voz existe.

A noção de polifonia foi utilizada por Bakhtin para caracterizar duas formas de literatura: *literatura clássica* – também conhecida como *dogmática*, em que o leitor ouve apenas uma voz, a voz do autor, que guia o leitor acerca do que deve pensar a respeito dos personagens.

A segunda forma de literatura é a literatura *popular*, *polifônica* ou ainda *carnavalesca*, assim denominada, segundo Silva (2012, p. 48), porque “há a presença de diversas personagens que se apresentam por si mesmas, tais quais as máscaras de carnaval”. Nesse tipo de literatura, várias vozes falam simultaneamente, com igual importância, não havendo preponderância nem julgamentos de uma sobre as outras. São vozes que têm vida própria e que não dependem da voz do narrador para que venham à existência na história. Nesse caso, os personagens não são julgados pelo autor, e o sentido global é resultado das confrontações dos personagens, sem que o autor dê a entender, necessariamente, o seu próprio ponto de vista.

O que Bakhtin aplicou na teoria literária, a textos, Ducrot aplicou, na linguística, aos enunciados de que esses textos são constituídos. Com isso, pretendeu o estudioso francês mostrar que um enunciado pode conter várias vozes e, a partir daí, coloca em questão o princípio da unicidade do sujeito falante.

Em sua trajetória acerca dos estudos polifônicos, Ducrot (1989) também se inspirou nos trabalhos de Charles Bally (1965) a respeito da teoria da enunciação, em que a língua é um instrumento que permite à palavra comunicar um pensamento. Mais especificamente, Ducrot se interessou pela ideia de que esse pensamento poderia não ser comunicado pelo sujeito falante, mas por um sujeito modal, o que segue na direção de quebra de paradigma com relação à unicidade do sujeito falante.

Ainda, no percurso da elaboração da TAL, Ducrot parte de uma análise crítica da pesquisa de Ann Banfield (1979). Na visão do linguista francês, essa pesquisadora chegou muito próximo de abandonar a ideia do pressuposto da unicidade do sujeito.

Segundo Ducrot, Banfield chega a um estágio de desenvolvimento tal em seus estudos que, na visão do autor, o passo seguinte seria a ruptura com a ideia de unicidade do sujeito. Entretanto, a pesquisadora segue em outra direção: “[...] no momento em que está para abandoná-lo, reestabelece-o *in extrimis*, como se se tratasse de um dogma intocável” (DUCROT, 1988, p. 162, grifos do autor).

Esse movimento se deu da seguinte forma: em sua pesquisa acerca do estilo indireto livre, Ann Banfield (1979) rompe com a tradicional descrição de estilo indireto livre como uma das formas de discurso relatado. A pesquisadora avança ao enxergar nesse estilo um ponto de vista que pode não ser o do autor empírico do enunciado e denomina a fonte desse ponto de vista de *sujeito de consciência*. De acordo com Ducrot (1988), ao alcançar esse ponto em que a ideia de pluralidade de sujeitos poderia ser introduzida no enunciado, Banfield (1979) acaba por retroceder ao formular dois princípios que acabam conduzindo seus estudos a outras conclusões.

O primeiro princípio defendido por Banfield (1979) é o da existência de apenas um sujeito de consciência para um dado enunciado. Dessa forma, enxerga como anormais os enunciados nos quais há pontos de vista justapostos ou imbricados, algo que será resolvido por Ducrot, como veremos mais adiante. A segunda ideia é afirmar que não há locutor quando acontece de o sujeito de consciência não ser o autor empírico dos enunciados. Para Banfield, se houver um locutor, ele é idêntico ao sujeito de consciência.

Ducrot critica exatamente o posicionamento da pesquisadora em manter o pressuposto da unicidade do sujeito falante, após ter avançado consideravelmente nos estudos ao conseguir atingir a abstração referente ao produtor empírico.

A pesquisa de Banfield foi objeto de análise de Authier (1978) e Plénat (1975), como afirma Ducrot. Essas discussões – além dos trabalhos de Bakhtin (2000) – contribuíram para o desenvolvimento da Teoria Polifônica da Enunciação.

Lembramos que a enunciação é definida por Ducrot (1987, p. 168) como “o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado”. O referido autor (1988, p. 163) se mostra especialmente interessado naquilo “[...] que se considera que a fala, segundo o próprio enunciado, faz”. É o caso de um enunciado interrogativo em que, por meio da fala, se pretende que a pessoa adote determinado comportamento – o de responder –, ou o caso de um imperativo, em que o indivíduo é incitado a agir de certa maneira. Ducrot enfatiza que o importante é perceber que a obrigação em responder e a incitação para se comportar de determinada forma são “efeitos da enunciação”.

Ao adaptar a noção de polifonia à análise linguística, Ducrot mostra que o autor de um enunciado nunca se expressa diretamente, mas coloca em cena, num mesmo enunciado, um certo número de personagens, como ocorre em uma peça teatral. Destarte, o sentido de um enunciado é o resultado da confrontação desses diferentes sujeitos, das diferentes vozes que daí emergem. Esse posicionamento é contrário ao postulado da unicidade do sujeito falante, de acordo com o qual, por trás de cada enunciado, haveria apenas uma pessoa que fala. Para Ducrot, em um mesmo enunciado estão presentes vários sujeitos com status linguísticos diferentes. Segundo o teórico, é importante refletir acerca das propriedades tradicionalmente atribuídas a esse sujeito.

Em primeiro lugar, o sujeito é dotado de toda atividade psico-fisiológica requerida para a produção do enunciado, como a atividade intelectual para formação de julgamento, escolha de palavras, utilização de regras gramaticais, além do trabalho muscular para tornar audíveis as palavras do enunciado.

O segundo atributo do sujeito é ser o autor, a origem dos atos ilocutórios, ou seja, do tipo da ordem, da pergunta, da asserção etc. realizados na produção do enunciado.

A terceira propriedade habitualmente atribuída ao sujeito falante é a de ser designado, em um enunciado, pelas marcas de primeira pessoa, inclusive nos casos em que designam um ser extralinguístico, pois “[...] é, neste caso, o suporte dos processos expressos por um verbo cujo sujeito é *eu*, o proprietário dos objetos qualificados por *meus*, é ele que se encontra no lugar denominado *aqui...*” (DUCROT, 1987, p. 179). (Grifos do autor). Assim, compreende-

se que esse sujeito é o mesmo responsável por produzir o enunciado e por expressar os atos ilocutórios de promessa, ordem etc. Afirmar Ducrot que, nos chamados enunciados simples, essas três propriedades constitutivas do sujeito falante se cumprem. É o caso de enunciados do tipo: “Na semana passada, eu estava em Lyon” em que o locutor L, responsável pelo ato de afirmação veiculado pelo enunciado, coincide com o ser designado por eu, ou seja, L é quem estava em Lyon.

Entretanto, de acordo com suas reflexões, Ducrot observa que, se houver qualquer forma de retomada, a tese da unicidade começa a ruir, como no caso do discurso relatado direto, dentre outros casos de polifonia.

Segundo Ducrot, há casos em que o enunciado é referido a uma voz coletiva, por exemplo, quando dois autores escrevem um artigo e que se designam coletivamente por um *nós*. A esse respeito, afirma o autor (1987, p. 182): “[...] os autores pretendem constituir uma só pessoa moral, falante de uma única voz: sua pluralidade apresenta-se fundida em uma personagem única, que engloba os indivíduos diferentes”.

Ducrot também cita os casos da circular da escola em que o pai autoriza o filho a participar de alguma atividade e que precisa preencher apenas as lacunas do tipo: “Eu... autorizo meu filho...” em que o autor real tem pouca relação com o locutor, o ser apresentado no enunciado como o responsável pela ocorrência do enunciado e que, após o preenchimento e assinatura, se tornará o ser designado pelas marcas de primeira pessoa.

A respeito desses casos, afirma Ducrot (1987, p. 183) que, além do locutor poder ser diferente do sujeito falante efetivo, “[...] pode ser que certas enunciações, tal como são descritas no sentido do enunciado, não apareçam como produto de uma subjetividade individual [...]”. São enunciados que não apresentam marca explícita, tampouco indicação implícita de primeira pessoa, não atribuindo a nenhum locutor a responsabilidade de sua enunciação.

Prosseguindo com as constatações de que nem sempre o autor empírico do enunciado é quem se responsabiliza por ele, Ducrot propõe a Teoria Polifônica da Enunciação e assim atribui funções diferentes para o sujeito da enunciação: Sujeito Empírico (SE), Locutor (L) e Enunciador (E). Essas funções são assim definidas, por Ducrot:

Sujeito empírico (SE) é o autor efetivo, o produtor do enunciado. Em um enunciado em que um professor faz um comentário a respeito de seu aluno, tal como: “Sandro é muito

dedicado”, o sujeito empírico, (SE) é o professor de Sandro, produtor efetivo do enunciado. Entretanto, encontrar o sujeito empírico de alguns enunciados nem sempre é algo de fácil solução. Ducrot reconhece a dificuldade em se determinar quem seja o autor efetivo do enunciado em alguns casos específicos, como o da circular administrativa, quando muitas pessoas estão envolvidas na produção do documento: seria a secretária, o funcionário que ditou a circular ou o superior que tomou as decisões ali anunciadas?

Outro caso de difícil distinção é o da obra teatral, pois, quando o ator fala, quem seria o produtor dos enunciados articulados pelo ator? O próprio ator? O autor, o diretor, ou o personagem que o ator representa? São realmente perguntas difíceis de serem respondidas.

Entretanto, alerta Ducrot (1988, p. 17) que

[...] la determinación del SE no es un problema lingüístico. El lingüista y en particular el lingüista semanticista debe preocuparse por el sentido del enunciado, es decir debe describir lo que *dice* el enunciado, lo que este aporta. De manera que lo que le interesa es lo que está en el enunciado y no las condiciones externas de su producción²². (grifo do autor)

Reforçando o não interesse a respeito da autoria do enunciado, afirma categoricamente o linguista francês: (1987, p. 169): “Não tenho que decidir se há um autor e qual é ele”.

Terminadas as considerações a respeito do SE, passemos para a função do Locutor (L), que é a de ser o responsável pelo enunciado. O locutor, segundo o concebido na Teoria Polifônica da Enunciação, é a pessoa a quem se atribui a responsabilidade da enunciação no próprio enunciado. A respeito da função de locutor, Ducrot tece importantes observações:

a) O locutor inscrito no sentido do enunciado possui marcas no próprio enunciado, marcas de primeira pessoa, como: *eu, mim, me* etc. e, em certa medida *aqui, agora*, como no exemplo: “Esse resultado *me* surpreendeu” em que a marca do pronome *me* identifica o locutor L responsável por todo o enunciado.

Explica o teórico que, se para falar de si mesmo, o locutor utilizasse seu nome próprio, o problema do locutor não seria linguístico, pois não haveria marcas que pudessem denunciá-lo, como o fazia o general De Gaulle, ao usar uma estratégia que será comentada mais adiante.

²² [...] a determinação do SE não é um problema linguístico. O linguista, e em particular o linguista semanticista deve se preocupar com o sentido do enunciado, com o que *diz* o enunciado, com o que este aporta. De maneira que o que o interessa é o que está no enunciado e não as condições externas de sua produção.” Grifo do autor.

b) Prossegue o autor explicando que o locutor pode ser totalmente diferente do SE e que frequentemente pode ser um personagem fictício a quem se atribui a responsabilidade do enunciado. Essa distinção permite conceder a palavra a seres que são incapazes de falar, como é o caso dos exemplos, citados pelo próprio Ducrot, das expressões “não hesite em me usar” impressas em canecas, em que o pronome *me* remete à caneca, apresentada como locutor, que logicamente é diferente do sujeito empírico; ou no caso de expressão “não devo entrar”, impressa em portas de armazéns alemães, em que se visualiza a imagem de uma pequena cabeça de cachorro. O SE nesse caso, poderia ser um comerciante ou prefeito, mas nesse tipo de enunciado um cachorro fala.

E, por último, Ducrot (1988, p. 19) afirma que “[...] es posible fabricar enunciados que no tiene L, mientras que salvo un milagro un enunciado siempre tiene un SE”²³. Explica o autor que um provérbio é um caso de enunciado sem locutor. Ao proferirmos um enunciado por meio de provérbios, a responsabilidade sobre o que dizemos é alheia à situação de discurso na qual nos encontramos. O estudioso (1988, p. 19) esclarece que “Ao utilizar um enunciado impessoal, busco que minha palavra não pareça como proveniente de mim, indivíduo particular, mas saída de uma sabedoria situada distante de qualquer subjetividade individual.” Destacamos que esse tipo de enunciado é especialmente importante para o desenvolvimento desta pesquisa e será retomado mais adiante na exposição a respeito do locutor impessoal.

Ainda, a respeito da impessoalidade, lembra Ducrot que essa mesma intenção leva certos políticos a referirem a si mesmos utilizando o nome próprio, em detrimento do pronome pessoal *eu*. Estratégia conhecidamente utilizada por César ao relatar a guerra das Gálias e também pelo general De Gaulle que, em algumas circunstâncias particulares, quando queria dramatizar, não dizia “eu”, mas “De Gaulle” ou “O general De Gaulle”. Ao utilizar tal recurso, tinha como propósito o de apagar qualquer marca de origem pessoal de sua enunciação e assim deixava de ser firmada uma espécie de compromisso pessoal ao atribuir à história a responsabilidade do fato.

Há, ainda, uma noção importante descrita por Ducrot: no interior da própria noção de locutor, o teórico (1987) distingue o locutor enquanto tal (L) e o locutor enquanto ser no mundo (λ). Note-se que ambos são seres do discurso, constituídos no sentido do enunciado,

²³ “[...] é possível fabricar enunciados sem L, enquanto que, salvo um milagre, um enunciado sempre possui um SE”. (Tradução nossa).

entretanto com estatuto metodológico diferente do sujeito falante, que tem uma representação externa da fala. Assim, o locutor enquanto tal (L) tem a propriedade de ser responsável pela enunciação, enquanto que o locutor enquanto ser no mundo (λ) é uma “[...] ‘pessoa’ completa, que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado” (DUCROT, 1987, p. 188, grifo do autor).

Para mostrar essa diferença, Ducrot utiliza o exemplo das interjeições. Na definição do teórico, uma interjeição apresenta sua enunciação motivada pelo sentimento que expressa, assim, as interjeições situam o sentimento na própria enunciação. Em um enunciado do tipo: “Ai de mim!” de alguém que se sinta triste, o sentimento de tristeza é atribuído a L, locutor em seu engajamento enunciativo. Isso acontece porque, nas interjeições, o sentimento, como já dito, está situado na própria enunciação. O mesmo não acontece nos enunciados declarativos, pois o sentimento aparece de forma exterior, como objeto da própria enunciação.

Nos enunciados declarativos, o sentimento é, então, atribuído a λ , ou seja, ao ser no mundo que tem, entre outras propriedades, a de enunciar sua tristeza ou sua alegria. A respeito disso, afirma o teórico: “[...] de um modo geral, o ser que o pronome *eu* designa é sempre λ , mesmo se a identidade deste λ só fosse acessível através de seu aparecimento como L.” (DUCROT, 1987, p. 188, grifo do autor).

No enunciado “Eu desejo sucesso”, o ato de desejar existe a partir da fala em que se realiza e não antes. Assim, L realiza o ato de desejar afirmando o que λ deseja, pois não é enquanto locutor que se experimenta o desejo, mas enquanto ser do mundo.

Feitas essas observações, retomemos às funções do sujeito. A terceira função de sujeito, a de enunciador (E), apresenta um certo número de pontos de vista relativos à situação de fala.

Para Ducrot, e queremos destacar que este é um ponto central em sua teoria, descrever o sentido de um enunciado é, basicamente, responder a uma série de questionamentos, como por exemplo, se o enunciado contém a função de locutor, a quem é atribuída essa função, a quem se assimila o locutor, quais os pontos de vista expressos, quais as diferentes funções de enunciador presentes no enunciado e a quem são atribuídas, eventualmente, essas funções.

Ressalta o autor que os enunciadores não são pessoas, mas origens dos diferentes pontos de vista que se apresentam no enunciado. São pontos de perspectiva abstratos, com

alguns dos quais o locutor pode se identificar, mas que, na maioria dos casos, guarda certa distância.

Baseando-se nessas ideias, Ducrot elabora uma definição de humor e de ironia e assim exemplifica a ideia de enunciadores. De acordo com o pensamento do autor, para ser humorístico, o enunciado precisa satisfazer a três condições:

1- entre os pontos de vista apresentados, pelo menos um deve ser absurdo, insustentável em si mesmo ou no contexto;

2- o ponto de vista absurdo não é atribuído ao locutor;

3- no enunciado não há expresso nenhum ponto de vista contrário ao ponto de vista absurdo que não é retificado por nenhum enunciador.

Entre os enunciados humorísticos, há os irônicos, os quais, de acordo com o pensamento de Ducrot, possuem um ponto de vista absurdo atribuído a um determinado personagem a ser ridicularizado. O pensador apresenta uma história para mostrar, por meio do uso da língua, como esse fenômeno acontece.

A história se passa em um restaurante de luxo em Paris onde o dono do restaurante inicia uma conversa com um cliente que está apenas acompanhado de seu cachorro de raça teckel. O dono do restaurante, ao supor que o cliente aprecia a comida servida em seu estabelecimento, afirma que o cozinheiro já trabalhou como *chef* para o rei da Suécia. O cliente não responde e o dono continua dizendo que o vinho por ele escolhido é de excelente qualidade e que teve a sorte de poder contratar o antigo catador da rainha da Inglaterra. Não obteve resposta mais uma vez. Sem desanimar, o dono do restaurante se põe a elogiar os garçons e informa que o chefe dos garçons já havia trabalhado para o rei da Espanha. O cliente permaneceu mudo. Ao perceber que deveria mudar o tópico do assunto, o dono do restaurante exclamou: “Oh, o senhor tem um precioso teckel!”. O cliente finalmente interagiu: “Meu teckel, senhor, é um antigo São Bernardo”.

Nessa história, cumprem-se os pré-requisitos determinados por Ducrot para que um enunciado seja humorístico e assim analisa essa história por meio da perspectiva da Teoria da Polifonia:

No enunciado final, “Meu teckel, senhor, é um antigo São Bernardo” há um locutor marcado pelo pronome “meu”, que corresponde ao cliente. Há também, nesse mesmo

enunciado, um ponto de vista absurdo, segundo o qual o teckel seria um antigo cão da raça São Bernardo. Isso posto, a condição primeira para existência do enunciado humorístico é cumprida (a de haver um ponto de vista absurdo).

A segunda condição, de que o ponto de vista absurdo não seja atribuído ao locutor também é satisfeita, pois ao responder: “Meu *teckel*, senhor, é um antigo São Bernardo” essa resposta significa: “de acordo com sua lógica, assim como seu funcionário é um antigo funcionário da rainha da Inglaterra, meu *teckel* é um antigo São Bernardo”. Em outras palavras, o ponto de vista absurdo não é atribuído ao locutor, o cliente, mas ao dono do restaurante.

A terceira condição também é satisfeita por não haver nenhuma retificação do enunciado absurdo. Temos dessa forma, um enunciado humorístico irônico, pois o objetivo é atacar uma pessoa: aquela a quem se atribui o ponto de vista absurdo, no caso, o dono do restaurante. Esse enunciado pode ser assim analisado, segundo a teoria polifônica da enunciação:

“Meu <i>teckel</i> , senhor, é um antigo São Bernardo”	
Pronome de primeira pessoa que indica o locutor responsável pelo enunciado como um todo = cliente.	Enunciador E ₁ , responsável pelo ponto de vista segundo o qual, de acordo com a lógica do dono do restaurante, assim como o empregado dele é um antigo funcionário da rainha da Inglaterra, o <i>teckel</i> do cliente é um antigo São Bernardo.

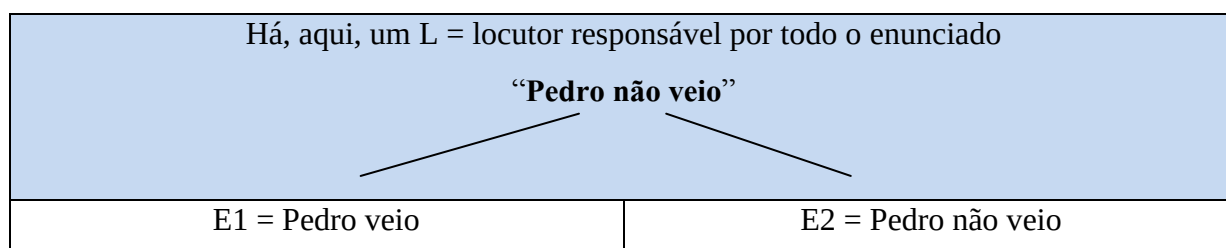
A respeito do enunciado negativo, Ducrot admite que se inspira na ideia de negação freudiana segundo a qual, quando alguém enuncia uma frase negativa não-P, duas vozes emergem desse enunciado: a voz da libido ou pulsão, que se expressa através do ato P, e a do superego ou censura, que se expressa através do rechaço ligado ao morfema de negação. Consequentemente, a negação é um truque inventado pelo *ego* para satisfazer a libido e ao superego ao mesmo tempo.

Para Ducrot (1988), um enunciado negativo não-P possui, pelo menos, dois enunciadores: um primeiro enunciador E₁, que expressa o ponto de vista representado por P e

um segundo enunciador E_2 , que rechaça esse ponto de vista. “Un enunciado negativo es pues una espécie de diálogo entre dos enunciadores que se oponen el uno al outro.”²⁴ (DUCROT, 1988, p. 23)

Note-se que a semelhança entre o humor e a negação é que ambos possuem um enunciador que diz algo inadmissível perante os olhos do locutor, sendo que, no humor, o enunciador é apenas apresentado pelo locutor que não concorda com esse ponto de vista, mas também não o corrige. Já na negação, há um enunciador a mais para rechaçar esse ponto de vista inadmissível.

Quando digo: *Pedro não veio* há, nesse enunciado, dois pontos de vista: um ponto de vista positivo, segundo o qual Pedro veio, e outro ponto de vista que rechaça o anterior. “[...] el enunciado negativo es una especie de pequeña obra de teatro con dos personajes a quienes llamo enunciadores. El enunciado presenta, a pesar de su apariencia monológica, un diálogo cristalizado”²⁵ (DUCROT, 1988, p. 25). Esse jogo de vozes pode ser visualizado da seguinte forma:



Após termos visto como Ducrot elabora a compreensão de sentido de um enunciado humorístico e da negação, mostrando como há um locutor responsável pelo enunciado e como surgem os pontos de vista ou enunciadores, passemos à descrição da posição do locutor com relação aos enunciadores, também essencial para essa descrição de sentido. Dentre as múltiplas posições, destaca Ducrot, nesse ponto da teoria, três delas: identificação, aprovação e rechaço. Explicando cada uma delas:

²⁴ “Um enunciado negativo é, portanto, uma espécie de diálogo entre dois enunciadores que se opõem.” (Tradução nossa).

²⁵ “[...] o enunciado negativo é uma espécie de pequena obra de teatro com dois personagens, os quais denomino enunciadores. O enunciado apresenta, apesar de sua aparência monológica, um diálogo cristalizado”. (Tradução nossa).

1- Identificar, nessa teoria, significa o locutor tomar como seu o ponto de vista de um enunciador. O locutor pode identificar-se com um dos enunciadores, como ocorre na asserção. Por exemplo, quando diz “Pedro veio”, o locutor apresenta um ponto de vista segundo o qual *Pedro veio*, ao passo que assume esse ponto de vista.

2- A segunda atitude possível é a de aprovar um enunciador, caso que ocorre nas pressuposições. Assim, o locutor indica que está de acordo com o enunciador, mesmo que o enunciado não tenha como objetivo impor o ponto de vista desse enunciador. Ducrot (1988, p. 66) retoma o exemplo clássico “Pedro deixou de fumar” para ilustrar essa situação. Segundo ensina o autor, há dois enunciadores E_1 e E_2 . E_1 apresenta a ideia segundo a qual Pedro fumava e E_2 , a de que Pedro não fuma atualmente. O locutor, então, aprova E_1 e se identifica com E_2 .

3- A terceira posição possível do locutor é a de se opor, rechaçar o ponto de vista do enunciador. Para ilustrar essa atitude, Ducrot cita o humor. No enunciado humorístico, o locutor apresenta um ponto de vista absurdo que ele mesmo rechaça sem apresentar nenhum outro ponto de vista que possa corrigi-lo.

Concluída a exposição de três dos posicionamentos possíveis, recordemos que, de acordo com a concepção ducrotiana, alguns elementos são necessários para a compreensão do sentido de um enunciado: apresentação dos pontos de vista dos enunciadores; a posição do locutor em relação a esses enunciadores; e a assimilação do enunciador com uma pessoa X. Essa assimilação pode ser explicada a partir do enunciado humorístico irônico, como no caso da história do cachorro *teckel* já discutida neste capítulo, em que o ponto de vista absurdo se atribui ao interlocutor, no caso, ao dono do restaurante.

Resumindo as ideias a respeito dos seres que emergem em um enunciado, podemos ter o seguinte quadro:

Quadro 3: Jogo de vozes presentes na composição do sentido de um enunciado

Jogo de vozes presentes na composição do sentido de um enunciado	
Sujeito Empírico (SE)	Autor efetivo do enunciado
Locutor (L)	Responsável pelo enunciado como um todo
Locutor enquanto ser no mundo (λ)	Pessoa completa que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado

Enunciador (E)	Responsável pelos pontos de vista presentes no próprio enunciado
----------------	--

Fonte: a própria autora, a partir de Ducrot (1987, 1988).

Tendo realizado a identificação e caracterização dos seres do discurso, Ducrot estabelece dois tipos de polifonia: polifonia de enunciadores e polifonia de locutores.

1.3.1 Polifonia de enunciadores

A polifonia de enunciadores ocorre quando, no mesmo enunciado, há pontos de vista diferentes, colocados em cena pelo locutor, como no caso dos exemplos já citados: “Pedro não veio”, em que o locutor coloca em cena dois enunciadores, E_1 e E_2 , sendo que E_1 expressa o ponto de vista segundo o qual Pedro veio e E_2 o ponto de vista contrário, de acordo com o qual Pedro não veio. Citamos também o exemplo “Pedro deixou de fumar”, em que o locutor L coloca em cena os seguintes pontos de vista: E_1 , segundo o qual Pedro fumava, e E_2 , de acordo com o qual Pedro não fuma mais.

Note-se que são perspectivas abstratas e não de pessoas. Ao colocar em cena esses enunciadores, o locutor toma posição, conforme descrito anteriormente, e assim pode aprovar, assimilar, ou opor-se a esses pontos de vista. Ducrot (1988) esclarece que a polifonia de enunciadores pode ocorrer em contextos de pressuposição, humor, na ironia, na negação, como visto neste trabalho e também nos enunciados do tipo *masPA*, como no clássico exemplo do autor “*Creo que vamos a tener éxito, pero nada hay seguro en la vida*”²⁶ em que o locutor coloca em cena quatro enunciadores: E_1 *Creo que vamos a tener éxito*, que crê no êxito, E_2 que conclui para um desfecho de resultado positivo, E_3 *pero nada hay seguro en la vida*, que demonstra insegurança diante dos acontecimentos da vida, e E_4 que conclui, a partir da insegurança, que o êxito não é dado como certo.

1.3.2 Polifonia de Locutores

A polifonia de locutores ocorre quando em um mesmo enunciado há dois locutores distintos, eventualmente subordinados. Esclarece Ducrot (1987, p. 182) que não se trata de casos em que o enunciado é referido a uma voz coletiva, como, por exemplo, em um artigo com dois

²⁶ “Creio que vamos ter êxito, mas nada é seguro na vida”.

autores, em que eles se designam coletivamente pelo uso do pronome *nós*. Nesse caso, afirma o linguista, em que os autores constituem uma só pessoa moral, falante de uma única voz: “sua pluralidade apresenta-se fundida em uma personagem única, que engloba os indivíduos diferentes”.

Feito esse esclarecimento, Ducrot defende uma pluralidade de responsáveis distintos. Esse locutor, designado por *eu*, pode ser diferente do autor empírico do enunciado – como já explicitado nessa pesquisa – de seu produtor, mesmo que as duas personagens coincidam habitualmente no discurso oral.

Há casos em que o autor real tem pouca relação com o locutor, o ser apresentado no enunciado como o responsável pela ocorrência do enunciado, como ocorre com os documentos elaborados por uma secretária, cujo chefe assina e assume a responsabilidade pelo enunciado, conforme já mencionamos.

A pluralidade de locutores à qual Ducrot se refere ocorre, por exemplo, no discurso relatado em estilo direto.

No Exemplo 11:

Maria *me* disse: *eu* vou comprar um carro novo

há duas marcas de pessoa que remetem a dois seres diferentes. São dois locutores distintos: o primeiro locutor (L_1), representado pelo pronome oblíquo átono ***me***, é o responsável pelo discurso como um todo. Esse L_1 introduz no discurso um outro locutor marcado linguisticamente por meio do pronome pessoal do caso reto ***eu***, e que é o responsável pelo trecho “*eu vou comprar um carro novo*”, que nesse contexto corresponde ao personagem Maria.

Além da forma descrita, a polifonia de locutores também ocorre de outras maneiras, como na utilização das aspas, no uso de travessões, em alguns casos de argumentação por autoridade, entre outros sobre os quais não vamos nos deter por não serem objeto de nossa análise.

A respeito do discurso relatado em estilo indireto, Ducrot não o considera um caso de polifonia de locutores por não existir, para o teórico, o fenômeno da dupla enunciação. Entretanto, para Nascimento (2014), com o qual nos alinhamos, o discurso relatado em estilo indireto também se configura como um caso de polifonia de locutores. Nascimento (2014, p.

06), justifica seu posicionamento ao afirmar que “[...] no próprio sentido do enunciado, o locutor responsável pelo discurso (L₁) atribui a responsabilidade do discurso relatado a um outro ser do discurso, explicitamente identificado no próprio enunciado [...]”. Para ilustrar seu posicionamento, Nascimento utiliza o seguinte exemplo:

Exemplo 12:

Carlos *me* disse que viria amanhã.

Explica o estudioso que, nesse discurso relatado em estilo indireto, há um locutor L₁, responsável pelo discurso como um todo e que é identificado pelo pronome oblíquo átono *me*. Há também, no interior desse discurso, o trecho relatado “viria amanhã”, que é atribuído a outro ser, Carlos, que é considerado como um outro locutor, no caso, L₂. Nascimento (2014) observa que o eco imitativo ou teatro no interior do enunciado, assim como a subordinação a L₁, também se configuram no estilo relatado indireto. Ressalta o autor (2014, p. 6) que, embora o discurso se apresente com apagamento de marcas dêiticas da presença das vozes alheias no estilo indireto, tais vozes podem ser recuperadas por meio dos verbos *dicendi*, como dizer, afirmar, responder, entre outros. Argumenta o autor que, além de os verbos *dicendi* marcarem a subordinação da voz de um segundo locutor à voz do locutor responsável pelo discurso como um todo, tais verbos podem indicar como L₁ se posiciona diante do discurso de L₂, como veremos nas análises do *corpus* desta pesquisa.

Com relação ao apagamento de marcas alheias, trataremos, no capítulo a seguir, da questão da impessoalidade discursiva.

2 A SUBJETIVIDADE EM FOCO

“Trata-se de *argumentar* [...] de orientar [...] a apreciação do interlocutor (este outro necessário para que meu enunciado tenha sentido, este outro presente na própria significação de minhas palavras).”

Ducrot (2009, p.16, grifo do autor)

No capítulo anterior, apresentamos um panorama dos principais conceitos relativos à Teoria da Argumentação na Língua - TAL. Com base nas ideias desenvolvidas por Ducrot e colaboradores (1977, 1987, 1988, 1994), observamos, entre outras questões, como se dá o fenômeno da polifonia e como a subjetividade está presente nos enunciados.

Neste capítulo, nosso foco é compreender, ainda no âmbito dos estudos polifônicos, como essa subjetividade se manifesta linguisticamente nos enunciados ditos objetivos e impessoais, tal é o caso dos gêneros pertencentes ao universo acadêmico.

Iniciamos com uma breve reflexão a respeito do conceito do *outro*, a partir da teoria da alteridade de Platão (2003) e das relações de oposição também presentes nos trabalhos de Saussure (2012). Trazemos, ainda, a reverberação dessa oposição na relação mútua com o outro (eu / tu) nos estudos de Benveniste (1991) acerca da subjetividade. Em seguida, mostramos como tal tema é atualizado por García Negroni (2008, 2009) ao reformular a dicotomia e transformá-la em um *continuum*, apontando para a existência de uma voz impessoal, ideia também compartilhada por Anscombre (2005, 2010, 2014) em seu conceito de *ON-locuteur*. Por fim, veremos como as investigações mais recentes de Nascimento (2015) acerca do fenômeno do *ON-locuteur* corroboram, ratificam a ideia de que o fazer científico, embora pretensamente impessoal, também é constituído pela voz do *outro*.

Esclarecemos que as discussões promovidas nesta pesquisa estão respaldadas na afirmação de Ducrot (1988) de que a impessoalidade no discurso é uma estratégia argumentativa cuja pretensão é isentar o locutor de responsabilidade, ou seja: escondê-lo por trás da máscara da imparcialidade.

2.1 O PAPEL DO OUTRO NA CONSTRUÇÃO DA MÁSCARA DA IMPARCIALIDADE

Como já pontuamos no capítulo primeiro, para Ducrot (1988), se a língua descreve a realidade, ela o faz por meio dos aspectos *subjetivos* e *intersubjetivos* que o autor reúne em valor argumentativo. Em outras palavras, se há algo de descritivo e objetivo na língua, isso ocorre em função da nossa expressividade (subjetividade) e das intenções que temos quando interagimos com outros sujeitos (intersubjetividade). Assim, defendemos que a subjetividade sempre está presente na língua, ainda que perpassada por uma *máscara de objetividade* (DUCROT, 1988).

Retomando a ideia do parágrafo anterior, se levarmos em consideração que a função primordial da língua é argumentar, como bem explica Ducrot (2009, p. 15), “[...] o ato de fala fundamental [...] é o ato de argumentar, de obrigar outrem, através das palavras que pronunciamos, a dirigir-se para tal ou qual tipo de conclusão.”; e não apenas isso, mas também que seu *uso* é argumentativo – conforme acrescentou Espíndola (2004); e também que, por meio da língua, o *outro* é guiado a determinadas conclusões previamente estabelecidas pelo locutor por meio de *escolhas* linguísticas, temos que a *intersubjetividade* é o lugar onde o *locutor* encontra o *outro*, seu *interlocutor* (DUCROT, 2009). Consequentemente, o *outro* tem papel preponderante na TAL, pois a ação do locutor se dá em função das conclusões que esse tem em mente. É a essas conclusões que o locutor quer levar o *outro* a chegar ao fazer *uso* da língua.

A respeito do importante papel atribuído ao *outro* na TAL, Ducrot (1987), profundo conhecedor da filosofia clássica, evidencia a teoria da alteridade de Platão. Esclarece o estudioso que a influência dessa teoria é perceptível também nos trabalhos de Saussure, fundador da Linguística, assim como nos trabalhos dos linguistas subsequentes, como é o caso de Benveniste (1991) que, inclusive, dedica ao tema da subjetividade um capítulo de seu livro, estudo que veremos mais adiante.

De fato, é na obra “O Sofista” que Platão (2003) desenvolve sua teoria da alteridade ao estabelecer o Movimento, o Repouso, o Mesmo, o Ser e o Outro como *categorias fundamentais da realidade*. Avalia Ducrot (2009) que essa poderia ter sido uma classificação como tantas outras, a não ser pelo fato de que Platão destaca a quinta categoria das demais.

De acordo com Platão (2003), entre as categorias fundamentais da realidade, também chamadas pelo filósofo de gêneros primeiros²⁷, o quinto gênero – o Outro – é dotado de uma natureza singular que o distingue radicalmente e que o constitui como fundamento dos demais. É, inclusive, descrito como o mais importante ou o *gênero dos gêneros*.

Para o pai da teoria da alteridade, as categorias Movimento, Repouso, Mesmo e o Ser são distintas entre si. Entretanto, essa diferença não é atribuída a uma característica própria ou a conjunto de características que as distinguiria, mas ao fato de que há a participação do gênero Outro na natureza de cada um delas. De acordo com o filósofo, se um gênero é diferente dos demais, é porque, *a priori*, foi feita uma comparação a respeito do que há de semelhante e em quais aspectos se diferenciam “Ora, o que se nos revelou de maneira certíssima foi que não pode haver *outro* a não ser em relação com outra coisa.” (PLATÃO, 2003, p. 53, grifo nosso). Em outras palavras, algo não pode ser definido apenas por suas características próprias, mas a partir da comparação com outros para que sejam notadas as semelhanças e diferenças. Esse é o papel do Outro. De acordo com esse ponto de vista, tudo só se especifica se relacionado com o outro.

Ducrot, ao prefaciар o livro de Vogt (2009), lembra que essa ideia²⁸ de oposição desenvolvida por Platão, aplicada ao mundo das ideias, foi utilizada por Saussure quando a aplicou às palavras da língua.

Com efeito, examinando o capítulo sobre o Valor, do Curso de Linguística Geral, encontramos a explicação de que dois fatores são necessários para a existência do valor de uma palavra; o *semelhante* e o *diferente*. De acordo com esse pensamento, os valores são sempre constituídos: “por uma coisa *dessemelhante*, suscetível de ser *trocada* por outra cujo valor resta determinar; por coisas *semelhantes* que se podem *comparar* com aquela cujo valor está em causa” (SAUSSURE, 2012, p. 162, grifos do autor). Assim, o valor de qualquer termo está determinado por aquilo que o circunda. Ainda, a respeito do valor, diz Saussure (2012, p. 164) que sua “característica mais exata é ser o que os outros não são”. Clara está a ideia de comparação, de oposição, da existência do outro, tal como proposta por Platão. Essa mesma ideia é retomada e aprofundada por Benveniste ao desenvolver o tema da subjetividade.

²⁷ Importante frisar que o termo gênero é aqui empregado como sinônimo de categoria fundamental da realidade, dentro da teoria da alteridade, apresentada por Platão, não tendo nenhuma ligação com a acepção de gênero discursivo ou textual utilizada nos estudos linguísticos.

²⁸ Tal ideia também está expressa na página 67 do livro “O dizer e o dito”, cf. referências bibliográficas.

Benveniste (1991, p. 285), ao refutar a concepção de linguagem como instrumento de comunicação – que a coloca como algo externo ao homem, afirma que a linguagem é constitutiva do próprio homem, não podendo, portanto, ocupar essa função de instrumento. Para o teórico, “A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou”.

Assim, explica o linguista (1991, p. 285, grifos do autor), essa tarefa instrumental deve ser atribuída à palavra, visto que “Seguramente, na prática cotidiana, o vaivém da palavra sugere uma troca, portanto uma ‘coisa’ que trocaríamos, e parece, pois assumir uma função instrumental [...]”.

De acordo com os estudos de Benveniste (1991, p. 286), a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito numa relação com o outro: “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito.” Essa ideia é desenvolvida baseada na relação de alternância e reciprocidade; Benveniste defende um “eu” a partir de um “tu” em que os dois termos são complementares, sendo que “eu” ou “*ego*” assume uma posição de transcendência em relação a “tu”. De acordo com essa perspectiva, nenhum dos dois termos pode ser concebido sem a existência do outro. Nas palavras do autor, “É numa realidade dialética que engloba os dois termos e os define pela relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade” (BENVENISTE, 1991, p. 287).

Essa troca ou *diálogo* permite ao homem colocar-se como sujeito, “[...] pois implica reciprocidade – que *eu* me torne *tu* na alocução daquele que por sua vez se designa por *eu*”. A partir daí, Benveniste (1991, p. 286, grifo do autor) define, então, a subjetividade como “a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” nessa alternância e a considera como uma “propriedade fundamental da linguagem”.

Afirma Benveniste que a linguagem é tão profundamente marcada pela expressão da subjetividade que chega a questionar – caso fosse construída de outra forma – se ainda poderia funcionar e ser chamada de linguagem.

Com relação a esse “eu” que transcende, trata-o, o autor, como algo muito singular, exclusivamente linguístico, referindo-se ao “ato de discurso individual no qual é pronunciado” e que designa o locutor. Benveniste (1991, p. 288) argumenta que a linguagem está de tal forma organizada que cada indivíduo pode se apropriar da língua, designando-se como “eu” e que, por isso, o fundamento da subjetividade está no exercício da língua a cada

instância de discurso, que é constantemente atualizada. Consequentemente, a subjetividade é inerente ao próprio exercício da linguagem, ideia com a qual concordamos.

O fundamento linguístico da subjetividade está pautado, segundo Benveniste, numa relação dialética, na qual um locutor, no momento da enunciação, se apresenta como sujeito e se dirige a um "tu". Nessa relação mútua, a pessoa da forma linguística "tu", ao se apresentar como sujeito, passa a ocupar a condição ou posição de "eu". É uma polaridade, como diz Benveniste, muito singular, na qual não há simetria, tampouco igualdade, mas uma transcendência de *ego* em relação a *tu*.

Importante lembrar que a noção *eu-tu* foi objeto de reflexão de Buber (1977), na filosofia do diálogo ou da relação. A base de tal princípio entende a palavra essencialmente como dialógica e, enquanto tal, possibilita a relação entre os sujeitos e os faz viver a experiência da interação. De acordo com esse pensamento filosófico, o homem não é entendido como um ser individual, mas como fruto de uma relação dialógica entre eu e tu. Para Buber (1977, p. 32), “O homem se torna *eu* na relação com o *tu*”. Para o autor, o *eu* individualmente não existe, mas se configura em uma janela para o outro.

Voltando às reflexões de Benveniste, para esse estudioso, o fenômeno da expressão da pessoa, ou seja, da ocorrência dos pronomes pessoais no discurso acontece em todas as línguas, mesmo naquelas em que a forma linguística de pessoa não esteja explicitada. Ressalta ainda, que, em certas línguas, esses pronomes são omitidos, sublimados ou substituídos por outras formas que revelam valores sociais, culturais ou relações de classe.

Ao discutir sobre a complexidade que envolve o conceito do "eu", Benveniste destaca o fato de não haver um conceito capaz de englobar todos os "eus" que ocorrem nos enunciados e que tampouco é possível defini-lo como referente a uma pessoa particular. Dessa forma, o “eu” se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado e lhe designa o locutor. É um termo que não pode ser identificado a não ser dentro da instância de instância de discurso, quando sua referência é atualizada pelo locutor.

Assim, a realidade à qual ele remete é a realidade do discurso. (BENVENISTE, 1991, p. 288). É nesse sentido que o autor defende a subjetividade manifesta por intermédio do "eu" como um dos exemplos de que o fundamento da subjetividade está no exercício da língua.

Conforme o mesmo autor (1991, p. 290), a subjetividade se amplia a partir da observação dos pronomes e atinge a expressão da temporalidade, também presente em todas

as línguas, determinada, cada vez, pelo locutor, para cada uma das instâncias de discurso ocorridas. O autor afirma, inclusive, que é a "instalação da subjetividade" que cria a categoria da pessoa, não só na linguagem, mas também fora dela. Inclusive, a instalação da subjetividade provoca efeitos nas estruturas das línguas, tanto na organização das formas como nas relações de significação. Baseado nessas observações, o autor declara que "a linguagem é a possibilidade da subjetividade", promovida pela emergência do discurso.

Afirma ainda que "A linguagem de algum modo propõe formas 'vazias' das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua pessoa, definindo-se ao mesmo tempo a si mesmo como *eu* e a um parceiro como *tu*" (BENVENISTE, 1991, p. 289, grifos do autor). O estudo a respeito do uso dos pronomes pessoais é entendido por Benveniste como a primeira revelação da subjetividade na linguagem. A segunda revelação da subjetividade se manifesta por meio da temporalidade, como, por exemplo, a utilização de verbos no presente. Para o estudioso, a própria escolha do verbo já implica certa atitude do locutor em relação ao enunciado e assim se configura a manifestação da subjetividade. Quando se utiliza, por exemplo, a forma *eu presumo*, ou ainda, *eu suponho*, o locutor toma certa atitude com relação ao enunciado ao imprimir, à asserção, a ideia de dúvida, presunção, inferência. De acordo com o referido linguista (1991, p. 293, grifos do autor), "[...] é a língua, enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de *intersubjetividade*, única que torna possível a comunicação linguística".

A partir dos estudos sobre os dêiticos de pessoa "eu" e "tu", e também das relações temporais em francês, o autor postula dois planos diferentes de enunciação: o do discurso e o da história. É a partir desses achados que García Negroni (2009) analisa os diferentes graus de presença do sujeito no discurso e de seu posicionamento diante de outras vozes e pontos de vista evocados pelo próprio discurso.

Benveniste defende que os tempos verbais em francês se dividem em dois sistemas diferentes, porém complementares, e que manifestam dois planos de enunciação. O primeiro é o *sistema do discurso* e está relacionado ao momento presente da enunciação, inclusive o momento em que se fala. Nesse sistema, existe a figura do locutor que se dirige a um outro e tenta influenciá-lo. Pertencem a esse plano de enunciação todos os gêneros²⁹ nos quais alguém se dirige a outro, como nos discursos orais, desde os mais triviais até os mais

²⁹ Os gêneros dos quais falamos nesse trecho não devem ser entendidos como os gêneros ou categorias da realidade definidos por Platão, mas gêneros do discurso, orais ou escritos.

elaborados, e também os escritos em que há o registro da interlocução, como as correspondências, memórias, teatro, obras didáticas. As marcas formais desse tipo de discurso são o par “eu” e “tu” e a terceira pessoa gramatical, também chamada de não-pessoa, além de alguns tempos verbais do francês, língua em que o autor desenvolveu seu estudo.

O segundo tipo de enunciação é o da história. Trata-se da apresentação de fatos ocorridos em um certo momento do tempo, sendo típico da língua escrita, mais especificamente do relato ficcional e do relato dos historiadores clássicos, nos quais, segundo Benveniste, não há nenhuma intervenção do locutor. Nesse tipo de enunciação, o narrador relata os fatos sem se pronunciar sobre eles, não deixando marcas de sua presença; os fatos parecem narrar a si mesmos. Assim sendo, as marcas de subjetividade do locutor não podem ser recuperadas. É um tipo de enunciação que elimina ou tende a eliminar os dêiticos³⁰ e na qual os tempos gramaticais não fazem alusão ao presente, passado e futuro, mas há apenas a função de marcar no tempo o antes e o depois dos fatos narrados. Além do mais, as marcas que surgirem, como as de terceira pessoa, são interpretadas como uma ausência de pessoa.

Benveniste reconhece que não são dois planos de enunciação estanques e que na língua em uso acontecem passagens de um para outro, quase que imediatamente, como no relato histórico, quando o narrador introduz, em estilo direto, as palavras de um personagem ou quando julga os fatos narrados.

García Negroni (2009), contudo, considera limitada a distinção discurso / história feita por Benveniste e se propõe a reelaborar tal dicotomia dos planos enunciativos do discurso e da história. Apesar de García Negroni (2009) reconhecer a importância dos trabalhos do linguista, a distinção discurso/história feita por Benveniste não dá conta de uma série de posicionamentos do sujeito frente o enunciado, tampouco das modalidades e graus de presença desse sujeito e pontos de vista evocados. Para a autora (2009, p. 16), “[...] todo discurso contiene marcas más o menos explícitas de la presencia de su autor [...]”³¹. Isso significa que, mesmo em textos como os que Benveniste classifica como pertencentes ao plano de enunciação da história, existem marcas de dialogismo e de polifonia enunciativa em que há sempre algum grau de presença e de manifestação do sujeito em seu relato.

³⁰ Dêixis quer dizer “apontar para”. Os dêiticos são elementos ou expressões que se interpretam por referência a elementos do contexto extralinguístico em que ocorre a fala (ILARI, 2001).

³¹ “[...] todo discurso tem marcas mais ou menos explícitas da presença de seu autor [...]” . (Tradução nossa).

Assim, para García Negroni (2009), há outras marcas incontestáveis de subjetividade do locutor, tais como alteridade e polifonia, que evocam discursos e pontos de vista diante dos quais o locutor se posiciona e que não foram assinaladas por Benveniste. Algumas dessas marcas, já encontradas pela autora em fragmentos como pertencentes ao plano da história, são: adjetivos subjetivos avaliativos, expressões valorativas, uso da primeira pessoa do plural, marcas de polifonia – nas quais são evocados discursos e pontos de vista frente os quais o locutor se posiciona e adota uma determinada atitude.

De acordo com a linguista (2009), a distinção história/discurso de Benveniste, por estar focada apenas na presença ou ausência formal de marcas de pessoa, tempo e espaço é limitada. Para a autora, esse problema persiste em outras tipologias textuais que reformulam essa dicotomia, pois todas elas continuam mantendo a caracterização de um plano objetivo sem marcas da intervenção do locutor.

[...] al estar limitada fundamentalmente a la presencia/ausencia de marcas de persona, tiempo y espacio, la distinción discurso / historia no permite dar cuenta de las diversas modalidades y de los diferentes grados de presencia del sujeto en su enunciado y de su posicionamiento frente a los otros discursos, voces y punto de vistas evocados³². (GARCÍA NEGRONI, 2009, p. 20)

Com o propósito de investigar os modos e graus de presença do sujeito no enunciado, além de seu posicionamento, García Negroni (op. cit) propõe utilizar as categorias de Polifonia e Dialogismo, sendo a primeira baseada nos trabalhos de Ducrot, já apresentada nessa pesquisa. A segunda categoria, ancorada nos trabalhos de Bakhtin (1979), tem a ver com as relações que todo enunciado mantém com aqueles já produzidos ou com os que poderão vir a ser produzidos em resposta a ele.

De acordo com García Negroni, há um *continuum* de enunciações com maior ou menor incidência de marcas dialógico-polifônicas, mesmo em textos ditos impessoais e objetivos. A respeito disso, diz a autora (2009, p. 22): “[...] detrás de la supuesta objetividad, también es posible descubrir las huellas de su presencia³³”. Em um de seus estudos, a pesquisadora analisou um texto que se enquadraria, de acordo com a classificação proposta

³² [...] ao estar limitada fundamentalmente à presença/ausência de marcas de pessoa, tempo e espaço, a distinção discurso / história não permite dar conta das diversas modalidades e dos diferentes graus de presença do sujeito no enunciado e de seu posicionamento frente aos outros discursos, vozes e pontos de vistas evocados³². (GARCÍA NEGRONI, 2009, p. 20). (Tradução nossa).

³³ “[...] por trás da suposta objetividade, também é possível descobrir as marcas de sua presença³³”. (Tradução nossa).

por Benveniste, como pertencente ao plano da história. Nele, García Negroni (2009, p.22) encontra, como traços da presença do narrador, discursos atribuídos a uma fonte imprecisa, outros pertencentes à *doxa*, entendida como “[...] voz de la opinión popular [...]”³⁴, manifestações de dúvidas, indicações de possibilidade, introdução de uma conjectura, introdução de pontos de vista ou de perspectiva que não são, necessariamente os do narrador, além da negação, pressuposição, explicação causal, dentre outras. A autora mostra, por meio de sua análise, que não apenas o locutor está presente nesse tipo de enunciado mas que faz intervenções e assim “[...] muestra por lo tanto siempre algún grado de presencia y de manifestación del sujeto en su relato”³⁵.

García Negroni (2009, p. 26) refuta, então, a tese defendida por Benveniste (1991) de que no plano da história “nadie habla”³⁶. Ao considerar inadmissível a existência de um plano objetivo em que não existem marcas da intervenção do locutor, García Negroni (2009) propõe reelaborar essa distinção em termos de um *continuum* de enunciações com maior ou menor incidência de marcas dialógico-polifônicas. Seriam as chamadas marcas menos e mais polifonicamente abertas. Assim, propõe, na língua espanhola, uma classificação que pode ser sintetizada da seguinte forma:

Quadro 4: Graus de incidência dialógico-polifônica

Descrições menos polifonicamente abertas Descrições mais polifonicamente abertas →	
-	+
Marcas de não-pessoa se combinam com as intenções de apagamento de marcas de subjetividade Formas de PPS (Pretérito Perfeito Simples) Escassas marcas de dialogismo e polifonia	Elementos dêiticos de pessoa, tempo e espaço combinados com formas de PPS (Pretérito Perfeito Simples) e PPC (Pretérito Perfeito Composto) Procedimentos de citação, opinião, qualificação, modalidade que se manifestam por meio de discursos referidos, enunciados negativos, estruturas concessivas, procedimentos de focalização, pressuposição, reformulação parafrástica e não parafrástica Pontuação expressiva – uso de itálico, aspas, caixa alta

Fonte: a própria autora, a partir de García Negroni (2009).

³⁴ “[...] voz da opinião popular”. (Tradução nossa).

³⁵ “[...] mostra, portanto, que sempre há algum grau de presença e de manifestação do sujeito em seu relato”. (Tradução nossa).

³⁶ “ninguém fala”. (Tradução nossa).

A autora, ao analisar o discurso científico-acadêmico comumente caracterizado pelas propriedades de objetividade, impessoalidade e precisão, que se enquadra no plano da enunciação da história proposto por Benveniste, chegou à conclusão de que o “[...] discurso científico-acadêmico no admite ser caracterizado como monológico, neutro y objetivo³⁷”.

Segundo García Negroni (2009, p. 27), a tentativa de uma “asepsia” linguística dificilmente logra êxito, pois, mesmo nos textos ditos objetivos e impessoais, há marcas do locutor. Por trás da aparência da objetividade e imparcialidade, “[...] el autor del discurso científico siempre deja huellas de su presencia³⁸”. A autora vai mais além ao afirmar que, apesar de todo o esforço na tentativa de apagamento do sujeito na superfície discursiva, o dialogismo e a polifonia se manifestam também nesse tipo de discurso.

Para ilustrar a presença dessas marcas, a linguista investiga o uso das aspas em um texto do gênero artigo científico. Segundo a autora, a partir da classificação proposta por Authier (1995), as aspas podem ser de dois tipos: *polêmicas* ou de *aval*. O uso de uma ou de outra forma permite ao locutor-autor³⁹ controlar e dominar seu discurso por meio de uma operação metalinguística, processo pelo qual se distancia da responsabilidade enunciativa, pois, nesse momento, a palavra é do outro. O locutor-autor pode, então, assumir posicionamentos com relação a essa voz que tem lugar em seu discurso. Assim, nas polêmicas, o locutor-autor pode permitir a participação do discurso do outro a fim de refutá-lo. O mesmo não ocorre com as aspas de aval cuja função é apoiar e fazer com que o locutor-autor prossiga na construção do saber.

A respeito da escrita científica, já havia García Negroni (2008, p. 10) estudado os textos tradicionalmente caracterizados pelas propriedades de objetividade, neutralidade, impessoalidade e precisão. Os textos, assim definidos como científicos, eram vistos como “[...] totalmente independiente de las emociones, sentimientos y apreciaciones del autor⁴⁰”. Sua sintaxe era caracterizada por uma ausência ou baixa frequência de marcas de primeira

³⁷ “[...] o discurso científico-acadêmico não admite ser caracterizado como monológico, neutro e objetivo.” (Tradução nossa).

³⁸ “[...] o autor do discurso científico sempre deixa marcas de sua presença.” (Tradução nossa).

³⁹ Locutor-autor é um termo utilizado por García Negroni para se referir ao autor do artigo.

⁴⁰ “[...] totalmente independente das emoções, sentimentos e apreciações do autor⁴⁰”. (Tradução nossa).

pessoa, coincidente com o número de autores e “formas desagentivadas”⁴¹ (op.cit. p.17), como por exemplo; a voz passiva e as estruturas impessoais ou nominalizações. Entretanto, as investigações de García Negroni (2008) acerca do locutor do discurso científico/acadêmico têm mostrado que, mesmo nesses casos, o locutor desse discurso deixa marcas de sua presença e de que seu discurso não é monológico ou neutro.

Com o objetivo de verificar como a subjetividade se manifesta em textos acadêmicos, García Negroni investigou as marcas de sujeito em artigos científicos escritos em língua espanhola, além de analisar as diversas formas de se referir à palavra alheia, em especial, a função das aspas.

Assim, a pesquisadora constatou primeiramente, no *corpus* investigado, o uso de estratégias de despersonalização como forma de instalar uma pretensa neutralidade, além de diluir a responsabilidade e ocultar a fonte de enunciação. Em tal estudo, conduzido em língua espanhola, García Negroni percebeu, inclusive, a existência de graus dessa personalização, utilizadas para aludir ao sujeito da enunciação.

As estratégias a seguir indicam a ocorrência desse fenômeno em menor grau, ou seja; marcam um distanciamento pela responsabilidade do enunciado:

1) uso de nominalizações, como no trecho:

Exemplo 13:

“El estudio de las características geomorfológicas, de la composición de las series detríticas y de la estructura, permiten precisar las características de la evolución [...]” (**O estudo das características geomorfológicas, da composição das séries detríticas e da estrutura,** permite precisar as características da evolução[...])

2) uso de metonímia – ao atribuir ao texto ou à investigação as intenções, teses e conclusões do locutor, como em:

Exemplo 14:

“Las páginas siguientes proponen reconocer las vivencias de la religiosidad, por un lado, recuperando aquellos comportamientos y realidades [...]” (**“As páginas seguintes**

⁴¹ Esclarecemos que não encontramos termo equivalente em português e, por isso, optamos por manter a expressão no sentido empregado pela autora.

propõem reconhecer as vivências da religiosidade, por um lado, recuperando aqueles comportamentos e realidades [...])

3) uso do impessoal + infinitivo com o objetivo de neutralizar o agente do processo evocado:

Exemplo 15:

“Sin embargo, **cabe destacar** que en el sector estudiado, estos depósitos [...]”
 (“Contudo, **cabe destacar** que na área estudada, esses depósitos [...])

4) uso de passivas com o objetivo de deixar indeterminado o responsável pela ação, como pode ser observado em:

Exemplo 16:

“Dado el estado clínico general del paciente, no **se consideró** conveniente en ese momento realizar una biopsia cutánea.” (“Dado o estado clínico geral do paciente, não **se considerou** conveniente nesse momento realizar uma biópsia cutânea”).

A seguir, as estratégias de maior personalização ou de responsabilidade enunciativa encontradas pela pesquisadora. Informamos que estão elencadas por ordem crescente de personalização:

1) uso da primeira pessoa do plural com referência genérica – casos em que o autor se inclui e assume papel de representante de um grupo amplo, seja a comunidade científica ou a sociedade em geral;

Exemplo 17:

“La sociedad en la que **vivimos**, con su entretejido social, económico, político y cultural, es el sustrato del imaginário que impregna **nuestro** decir, y aflora [...]” (“A sociedade em que **vivemos**, com seu entrelaçamento social, econômico, político e cultural, é a base do imaginário que impregna **nosso** dizer e aflora [...])

2) uso da primeira pessoa do plural considerando o leitor como participante desse grupo em que o autor se posiciona como guia ao longo do texto;

Exemplo 18:

“ Ahora **veremos** un estudio de casos que nos permitirá apreciar [...]” (Agora **veremos** um estudo de caso que nos permitirá apreciar [...])”

3) uso da primeira pessoa do plural como autor do texto em uma atitude de modéstia, visto que sua referência é o autor do texto;

Exemplo 19:

“Participar de los presupuestos teóricos de Ducrot tiene consecuencias profundas en el método de estudio de los marcadores discursivos. A ello **vamos a dedicar** las siguientes páginas” (“Participar dos pressupostos teóricos de Ducrot tem consequências profundas no método de estudo dos marcadores discursivos. A ele **vamos dedicar** as seguintes páginas”)

4) em caso de autorias coletivas, uso de primeira pessoa coincidente, podendo ser um pronome de primeira pessoa do plural ou do singular, mas que fala em nome de uma autoria coletiva:

Exemplo 20:

“**Propongo** aquí un estudio del proverbio que tenga en cuenta los diversos niveles [...]” (“**Proponho** aqui um estudo do provérbio que leve em consideração os diversos níveis [...])”)

Essas são algumas das maneiras pelas quais o sujeito exibe sua presença. O último exemplo (20) analisado por García Negroni, considerado como de maior grau de responsabilidade enunciativa, mostra a presença explícita do locutor mesmo nos discursos mais supostamente objetivos.

García Negroni (2008) mostra que, além de ser possível evidenciar a presença desse locutor, é também possível identificar sua atitude frente ao dito. São, portanto, manifestações dessa subjetividade indissociável do uso. Uma dessas manifestações se dá, segundo a autora, por meio das referências a outros autores e citações. Nesses casos, também há graus de envolvimento com o que está enunciado.

A ocorrência de referências a autores, segundo investigou García Negroni (2008, p. 17), pode ser do tipo referências não integradas, nas quais são empregadas “formas desagativadas”, como voz passiva com a partícula “se”, estruturas impessoais ou formas

nominais metonímicas que atribuem aos textos as teses ou conclusões de seus autores, como em:

Exemplo 21:

“**Se han descrito** diferentes efectos adversos tras la administración de amiodarona [...]”. (“Tem-se descrito diferentes efeitos adversos da administração de amiodarona [...]”)

Nas referências não integradas, os autores aparecem listados apenas na referência bibliográfica completa no final do trabalho.

Entretanto, a autora elenca outros tipos de referências tais como: parcialmente integradas ou de apoio, com indicações bibliográficas entre parênteses no sistema autor-data. Dependendo da natureza do verbo ou da expressão que introduz esse tipo de referência, é possível perceber certa atitude do locutor frente às investigações evocadas. No caso das referências semi-integradas ou de paráfrase, com a citação do nome do autor e comentários, é frequente identificarmos o posicionamento do locutor frente ao discurso evocado.

Há, ainda, as citações destacadas, extensas que são, por esse motivo recuadas no texto. Nesse tipo de citação, a palavra alheia é geralmente isenta de marcas de avaliação, mas, a depender do tipo de verbo ou da expressão que as apresenta, é possível conferir o ponto de vista do locutor. Nas citações integradas, que aparecem incorporadas como parte do discurso do locutor, é possível perceber atitudes como acordo, aceitação ou refutação frente ao dito.

Nas chamadas citações destacadas, que se manifestam por meio do estilo direto do discurso relatado, a palavra alheia geralmente é introduzida de uma maneira mais distanciada, sem marcas de avaliação. Há apenas uma ruptura sintática, marcada por um verbo introdutório, seguida de dois pontos e aspas. Ainda assim, consegue-se identificar a posição do locutor perante o que relata.

Como bem resume García Negroni (2008), o sujeito poderá introduzir a fala alheia e identificar-se ou não com a continuidade discursiva, como é o caso dos enunciados introduzidos pela preposição *segundo*, através da qual o sujeito pode não só aderir ao ponto de vista apresentado como fazer dele objeto de sua própria enunciação. Em outros casos, a atitude será de discordância para com o discurso alheio, havendo possibilidades de o locutor trazer essa voz alheia para questioná-la, negá-la e até desqualificá-la.

Para a pesquisadora, as formas de referenciar a palavra alheia mostram não só a atitude do locutor, mas formas de controle e monitoramento a respeito do que se enuncia. Em uma de suas pesquisas, que teve como *corpus* artigos acadêmicos, a autora concluiu que “[...] la dimensión subjetiva y polifónica del lenguaje se manifiesta sin duda en la escritura científico-académica [...]”⁴²,

Acompanhando o pensamento de García Negroni (2008), sobre a possibilidade de resgatar linguisticamente as marcas da subjetividade no discurso acadêmico, escolhemos também estudar, nesta tese de doutoramento, no âmbito do fenômeno polifônico, a ocorrência do *ON-locuteur*, tema que será tratado a seguir.

2.2 O FENÔMENO DO SE-LOCUTOR

Retomando o pensamento de Ducrot⁴³ (1988), quando tratamos do tema polifonia, a utilização de um enunciado impessoal tem como objetivo fazer parecer que a palavra não pareça proveniente de um indivíduo particular, mas de uma sabedoria situada distante de qualquer subjetividade individual. Anscombre (2014), seguindo a mesma linha de pensamento, afirma que, assim como há vozes específicas e determinadas nos estudos polifônicos, há casos em que uma voz geral e anônima pode ocorrer no enunciado.

Anscombre (2005) utiliza a expressão francesa *ON-locuteur* ou *OMNI-locutor* em espanhol, para designar a ocorrência de um locutor cujo enunciado remete à opinião pública. Em português, adotaremos a nomenclatura proposta por Nascimento (2015)⁴⁴, que utiliza o termo *SE-locutor* para se referir a tal fenômeno.

Assim, o *ON-locuteur* ou *OMNI-locutor*, doravante *SE-locutor*, é posto em cena no enunciado pelo locutor L – responsável pelo enunciado como um todo – e remete

⁴² “[...] a dimensão subjetiva e polifônica da linguagem se manifesta sem dúvida na escrita acadêmico-científica [...]”. (Tradução nossa).

⁴³ A citação original pode ser recuperada na página 43 dessa tese, na seção 1.3 Polifonia: vozes que se entrecruzam no discurso.

⁴⁴ Optamos adotar o termo *SE-locutor* utilizado por Nascimento, por ser esse mais facilmente associado a um locutor impessoalizado na língua portuguesa. Foi preservada a grafia da partícula SE, em letras maiúsculas, para manter a ideia original de Berrendonner (1981), adotada por Anscombre (2005).

deiticamente a um conjunto de falantes, podendo incluir o locutor e o interlocutor, como veremos adiante.

O fenômeno do SE-locutor é caracterizado por Anscombre (2010, p. 42) através das seguintes propriedades: “a) Il s’agit d’une voix (ici constitutive) du discours mis en place par le locuteur; b) Cette voix est collective; c) Cette voix est anonyme⁴⁵”.

É importante frisar, consoante afirmação do próprio Anscombre, que a expressão *ON-locuteur* foi inspirada no conceito de *ON-vérité*⁴⁶, de Berrendonner (1981, p. 41) ao estudar o estatuto da noção de pressuposição.

Explica Berrendonner (ibidem) que, dada uma proposição *p*, para que *p* seja considerada como *ON-vérité*, ou seja, *SE-verdade*, significa que ‘*p* geralmente é considerado como verdadeiro ou, ainda, que a opinião geral é a de que *p* seja verdadeiro.

Outra observação a ser feita é que, no termo composto *ON-locuteur*, o pronome *ON* – ou seu equivalente em português, *SE* – deve ser sempre grafado de forma maiúscula. É assim denominado por falta de um termo melhor ou mais adequado, como assume o próprio Berrendonner (1981, p. 58), ideia também admitida por Anscombre que, pelo mesmo motivo, resolveu manter o termo. “La denomination *ON-locuteur* est rapidement apparue [...]”⁴⁷ (ANSCOMBRE 2005, p. 78).

Ainda, a respeito da nomenclatura, esclarece Anscombre (2014) que, na língua francesa, há dois tipos de pronomes pessoais: os tônicos ou fortes, que são facultativos e os átonos ou fracos, que são obrigatórios – ao menos quando não houver nenhum sujeito explícito. Entre eles, está o *on*, um pronome indefinido, de terceira pessoa, que não remete a nenhuma entidade específica na maioria de seus usos e que desempenha muitos papéis, sendo um deles o de fazer referência a uma comunidade mais ou menos ampla e de contornos imprecisos. Ensina o linguista que na língua espanhola não há esse tipo de pronome. Contudo, no catalão há um pronome muito parecido com o caso *on* francês: é o pronome *hom / om* de uso muito pouco frequente, mas que tem sobrevivido principalmente na combinação *tothom* (todo mundo, todos) como no exemplo:

⁴⁵ “a) Trata-se de uma voz (aqui constitutiva) do discurso introduzida pelo locutor; b) Esta voz é coletiva; c) Esta voz é anônima”. (Tradução nossa).

⁴⁶ Ou *SE-verdade*. (Tradução Nossa).

⁴⁷ “A denominação *SE-locutor* rapidamente apareceu [...]”. (Tradução Nossa).

Exemplo 22:

Ho sap tothom

que significa, segundo o pesquisador (2014, p. 11), “Todo mundo sabe”, ou “É de domínio público”. Tal expressão, como já mencionamos, foi traduzida para o espanhol como OMNI-locutor, também com iniciais maiúsculas, para manter a forma utilizada por Anscombre (2014).

Segundo Anscombre (2010, p. 40), a noção de SE-locutor “[...] ocupe une place importante dans l’optique polyphonique. Elle est censée représenter em effect une voix collective et anonyme, i.e. aux limites floues⁴⁸”. Por se tratar de uma voz cujo limite é fronteiroço, ou de contornos indeterminados, um dos maiores desafios para o linguista é o de traçar os limites da comunidade linguística evocada nessas estruturas, tarefa a que se propõe Anscombre.

É importante frisar que nem sempre o uso do pronome *on* (se) em um enunciado significa uma ocorrência em termos de SE-locutor, dado que “El *on* francés, desgraciadamente, es bastante polifacético [...]”⁴⁹(ANSCOMBRE, 2014, p. 14). Assim, há casos em que uma voz coletiva e anônima é posta em cena. Em outros, o pronome se refere a um locutor específico, perfeitamente delimitado. Vejamos a diferença por meio dos dois exemplos a seguir:

Exemplo 23:

On sait que les singes aiment les bananes (Sabe-se que os macacos gostam de bananas).

No exemplo 23, apresentado por Anscombre (2014)⁵⁰, é possível perceber uma voz coletiva e anônima introduzida pelo locutor responsável por todo o enunciado. Essa voz

⁴⁸ “[...] ocupa um lugar importante na ótica polifônica. Nesse sentido, representa uma voz coletiva e anônima, isto é, de um limite fronteiroço”. (Tradução nossa).

⁴⁹ O *on* francês, infelizmente, possui muitas facetas. (Tradução nossa).

⁵⁰ Os exemplos 23 e 24 foram originalmente escritos em francês e em espanhol, uma decisão de Anscombre para que o efeito dos prefixos em francês fossem verificados no restante da frase, escrita em espanhol. Assim, os exemplos 23 e 24, correspondem, respectivamente a: [On sait que] a los simios les gustan los plátanos e Nosotros, em casa, [on mange] (= ‘comemos’) jabugo cada día. Preferimos optar por apenas uma das línguas, a fim de evitar interpretações equivocadas ocasionadas por análise envolvendo três línguas.

geralmente remete ao povo, à sabedoria popular, ao domínio público ou, como diz o autor, a “[...] una comunidad lingüística⁵¹”. Conforme explicita o autor, temos uma comunidade lingüística não definida na qual é senso comum o fato de os macacos comerem banana. É um exemplo claro de ocorrência de ON/SE-locutor. Observe-se que o mesmo não ocorre no exemplo a seguir, também apresentado pelo autor (op. cit):

Exemplo 24:

Chez nous, on mange du jambon tous les jours. (Em nossa casa, se come presunto todos os dias).

No exemplo dado, verifica-se que o pronome indefinido *on* (se) está presente no trecho *on mange* (se come). O que Anscombe (2014) destaca é que uma primeira leitura poderia levar a uma interpretação em termos de SE-Locutor, pela simples presença do referido pronome no trecho. No entanto, verificamos que o pronome possessivo de primeira pessoa do plural *nous* nos permite inferir um “nós” incidindo sobre o *on* (se), invocado pela expressão *chez nous*, que remete a uma comunidade identificável e de contornos delimitados (nós, os que moramos nesta casa, ou nossa família), não se tratando, portanto, de um caso onde ocorre o SE-locutor.

2.2.1 Elementos introdutórios de SE-locutor: estudos acerca dos marcadores mediativos

Com o objetivo de distinguir uma opinião geralmente admitida por uma vasta comunidade e a opinião que abrange o julgamento de um locutor L, Anscombe (2010, p. 42) desenvolve, a partir dos trabalhos de Marque-Pucheu (1999), um estudo sobre os *marcadores mediativos* (que, entre outras funções, desempenham o papel de introduzir uma fala em um enunciado).

Consoante esse último autor, os marcadores mediativos se organizam em torno de três parâmetros:

⁵¹ [...] uma comunidade lingüística. (Tradução Nossa).

- a fonte de informação, ou seja, a origem e o conteúdo;
- a posição do locutor diante dessa fonte;
- o tipo de inferência utilizada pelo locutor L da fonte, com relação ao conteúdo que apresenta.

Além dos estudos de Marque-Pucheu (1999), Anscombre também recorre aos trabalhos de Authier-Revuz (1992), no que se refere ao conceito de *marcador de modalização*⁵² em discurso relatado. De acordo com a referida autora, algumas expressões não servem para relatar o discurso de outrem, mas para indicar a origem do discurso do locutor.

Anscombre (2005), em suas análises, observa que diferentes marcadores mediativos de modalização em discurso relatado também chamados de M.D.S.⁵³, correspondem a diferentes posicionamentos do SE-locutor. Assim, se propõe a identificar o SE-locutor, mapeando as propriedades linguísticas que permitam concluir sua presença e tenta traçar uma tipologia para ocorrência de SE-locutor em contextos reais de língua em uso.

Analisando trechos retirados de situações reais de língua em uso, Anscombre (2010, p. 40) observa que o SE-locutor ocorre em circunstâncias que podem ser divididas em três grandes grupos, abaixo descritos:

Primeiro grupo:

Pertencem a esse grupo os marcadores aparentemente especializados em introduzir SE-locutor formados por:

- um *on* indefinido (equivalente a *se*, em português) combinado com verbos de dizer – doravante *verbos dicendi*⁵⁴, a exemplo de *comme on dit* (como se diz ou como dizem)

⁵² Trataremos sobre o tema da modalização com maior grau de detalhamento no capítulo seguinte.

⁵³ M.D.S. é a abreviação adotada por Anscombre para se referir a *Marqueurs Médiatifs de Modalisation en Discours Second*.

⁵⁴ A respeito da tradução, para o português, do termo *verb de dire*, expressão utilizada no francês por Anscombre, utilizaremos a expressão verbos *dicendi*, adotada por Nascimento (2015), por ser esse o termo empregado em sua pesquisa, à qual estamos alinhados.

- expressões do tipo: *de l'avis de tous* (*na opinião de todos*), *l'avis general* (como diz o ditado, ou a visão geral), *selon des sources dignes de foi* (de acordo com fontes confiáveis), entre outros.

Importante ressaltar que Anscombe reconhece a dificuldade de circunscrever os verbos *dicendi* com precisão, pois podem assumir vários sentidos de acordo com o contexto, como no caso do verbo crer, a seguir.

Exemplo 25:

Je crois que Dieu existe. (Creio que Deus existe).

Exemplo 26:

Je crois qu'il est temps de partir. (Creio que é tempo de partir).

Exemplo 27:

Il s'est réfugié , croit-on, à l'étranger (Acredita-se que ele se refugiou no estrangeiro).

No exemplo 25, expressa uma crença. No exemplo 26, é empregado como verbo de opinião. Já no exemplo 27, há uma opinião exterior reportada.

Assim, verbos como dizer, pretender, afirmar, pensar, crer, admitir, afirmar com certeza (no sentido de garantir), entre outros, podem ser empregados como verbos *dicendi*, assegurando uma voz no discurso que não é necessariamente a voz do locutor, como em:

Exemplo 28

On dit que la paix en Iraq est pour demain, ce qui est pour moi totalement illusoire. (Diz-se / dizem que a paz no Iraque é para amanhã, o que, para mim, é totalmente ilusório).

Assim, podemos verificar que o trecho do exemplo 28 “On dit que la paix en Iraq est pour demain” (Diz-se / dizem que a paz no Iraque é para amanhã) é atribuído à voz de um outro locutor, trazida para o interior do enunciado pelo locutor L, responsável por todo o trecho, cujo ponto de vista é representado pelo segmento “ce qui est pour moi totalement illusoire” (o que para mim é totalmente ilusório) e com o qual concorda.

Prosseguindo em seus estudos, Anscombe decide mostrar que essa voz trazida pelos marcadores é, efetivamente, representativa de uma coletividade e lembra que a simples

presença do pronome indefinido (se) é insuficiente para comprovar tal tese, como já mostramos nos exemplos 23 e 24. Contudo, afirma o pesquisador, várias propriedades asseguram a presença de uma comunidade anônima introduzida por esses marcadores. Tais possibilidades podem ser elencadas da seguinte forma:

a) a possibilidade de combinação com advérbios como: geralmente, comumente, habitualmente, entre outros:

Exemplo 29

*Comme on dit **communément**, tout est bien qui finit bien.* (Como se diz **comumente**, tudo está bem quando termina bem)

b) a possibilidade de combinação com advérbios de frequência, tais como: sempre, frequentemente, às vezes, compatíveis com uma interpretação de pluralidade:

Exemplo 30

*Comme on dit **toujours**, un bon tiens vaut mieux que deux tu l'auras.* (Como **sempre** dizem, é melhor um pássaro na mão que dois voando.)

Ainda, em seus estudos, Anscombe observa que certos marcadores são acompanhados de uma designação *mais* precisa ou *menos* precisa da fonte, como ocorre em:

Exemplo 31:

*On affirme **dans les milieux autorisés** qu'un accord est proche.* (Afirma-se, **nos meios autorizados**, que um acordo está próximo.)

Desta feita, ampliam-se as possibilidades de ocorrência do fenômeno do SE-locutor nos enunciados. Para o autor, o caráter coletivo e anônimo das comunidades evocadas pode ser linguisticamente materializado não apenas por um verbo *dicendi* combinado com pronome ON (SE) mas também com as seguintes combinações:

“As pessoas”	}	+	verbo <i>dicendi</i>
“Todo mundo”			
“Há que se”			

Para Anscombe, também são casos de SE-locutor até mesmo certos usos como: *selon* x (segundo x), *de l'avis de* x (na opinião de x) e *pour* x (para x) e seus equivalentes, apenas nos casos em que não sejam definidas, tal como em: “Segundo estatísticas recentes”, ou: “Para a imprensa”, ou ainda; “De acordo com os *experts*”, nas ocorrências em que evocarem uma voz de fonte coletiva e indeterminada.

Segundo grupo:

A esse grupo pertencem as expressões naturalmente vocacionadas a designarem uma comunidade anônima. São termos que representam uma voz massificada por meio de expressões de introdução tais como: “A opinião...”, “O rumor...”, “A crença..”, como no exemplo a seguir:

Exemplo 32:

“ [...] De plus, **la rumeur prétend** qu'il [Jiang Rong] serait l'époux d'une romancière officielle récemment bombardée présidente de [...]” (Além disso, há rumores de que ele [Jiang Rong] seria o esposo de uma romancista recentemente bombardeada presidente de [...])

Tais entidades lexicais geralmente se combinam com adjetivos, como ocorre em: “a reprovação unânime”, “o rumor público”, “a opinião geral”, “a voz popular”, entre outros. Na maioria das ocorrências são exemplos de SE-locutor, exceto nos casos em que essa voz seja definida, como em: “A opinião de Max...”, “A reprovação de Lia...”.

Nesse grupo também estão incluídas expressões como “a lei”, “o provérbio”, “a gramática”, “a ciência”, “a história” que representam uma autoridade que transcende os indivíduos. Note-se que tais expressões têm origem em uma comunidade mais ou menos vasta que a representa: a lei ou autoridade suprema; o provérbio ou a sabedoria popular; a ciência ou o pensamento racional e lógico. Além disso, tais expressões geralmente são acompanhadas de verbos *dicendi*: “A lei garante...”, “A ciência nos ensina...”.

Utilizando o recurso da paráfrase com os verbos *dicendi*, é possível mostrar como essas expressões remetem a uma voz coletiva e anônima, sendo, portanto, exemplos de ocorrência de SE-locutor, como se pode constatar em:

Exemplo 33:

Le proverbe dit que les apparences sont trompeuses. (O provérbio diz que as aparências enganam).

Exemplo 34:

Comme on dit (en proverbe), les apparences sont trompeuses. (Como se diz no provérbio, as aparências enganam).

Terceiro grupo:

Compõem esse grupo os demais elementos linguísticos. Aqui, Anscombe inclui algumas funções tais como: o tema, a pressuposição, as asserções, formas sentenciosas, frases genéricas analíticas, como

Exemplo 35:

Les vaches sont des mammifères (As vacas são mamíferos)

Ou frases tipificantes *a priori* – que veremos mais adiante, como:

Exemplo 36:

Les castors construisent des barrages. (Os castores constroem barragens)

Essas expressões são frequentemente introduzidas pelos *prefixos verbais* do tipo *on* (se), + verbo *dicendi*, como por exemplo: *on sait que* (sabe-se que), *on dit que* (se diz que), *on raconte que* (conta-se que), *on prétend que* (afirma-se sem dar provas), *on admet que* (admite-se que/reconhece-se que), além de advérbios de generalidades como “geralmente”, “comumente”, entre outros, formando frases como:

Exemplo 37:

On dit généralement que les vaches sont des mammifères. (Geralmente se diz que as vacas são mamíferos)

Sobre os *prefixos verbais*, temos duas observações a fazer. A primeira, diz respeito à tradução. A fim de nos mantermos o mais fiel possível ao texto original, buscamos em português as expressões equivalentes às propostas pelo autor, para o espanhol:

Los verbos *savoir* ('saber'), *dire* ('decir'), *raconter* ('contar'), *admettre* ('admitir, reconocer'), tienen aproximadamente el mismo significado que los correspondientes verbos españoles. El caso conflictivo es el verbo *prétendre* à, y es verbo de decir en todos los demás empleos. Significa aproximadamente 'afirmar sin dar pruebas de ello' [...] ⁵⁵. (ANSCOMBRE, 2014, p., grifos do autor).

A segunda observação diz respeito ao emprego do termo *prefixo* – que optamos por manter nesta pesquisa. O autor faz o seguinte esclarecimento:

Se les llama *prefijos verbales* porque tienden a independizarse del verbo y formar auténticos marcadores. Por ejemplo, el francés *on dirait que* significa *grosso modo* 'por lo visto', tiene poco que ver con *decir*, y ya no es un condicional pese a las apariencias. ⁵⁶ (ANSCOMBRE, 2014, p. 8, grifos do autor)

Assim, tais expressões surgem emanando uma voz coletiva e anônima, introduzida pelo locutor responsável pelo enunciado como um todo. São casos claros de ocorrência de SE-locutor.

2.2.2 A contribuição do estudo dos estereótipos na delimitação da comunidade linguística evocada pelo SE-locutor

Conforme afirmamos no início deste capítulo, Anscombe se propõe também a definir a comunidade linguística evocada pela ocorrência do SE-locutor.

Assim, com base no fato de o SE-locutor apresentar contornos indeterminados, Anscombe (2005) procurou buscar em Putnam (1975) a ideia de *comunidade linguística* que perpassa o conceito de *estereótipos*.

Putnam (1975), ao separar radicalmente a significação da função referencial, entende que os termos são definidos pelas características, estereótipos ou conjunto de traços típicos.

⁵⁵ Os verbos *savoir* ('saber'), *dire* ('dizer'), *raconter* ('contar'), *admettre* ('admitir, reconhecer'), têm aproximadamente o mesmo significado que os correspondentes verbos espanhóis. O caso conflitivo é o verbo *prétendre* à, e é verbo dicendi em todos os demais empregos. Significa aproximadamente 'afirmar sem dar provas' [...]. (Tradução nossa).

⁵⁶ Chamam-se *prefixos verbais* porque tendem a se tornarem independentes do verbo e formarem autênticos marcadores. Por exemplo, o francês *on dirait que* significa, *grosso modo* 'pelo visto', tem pouco a ver com *dizer* e já não é um condicional, apesar das aparências. (Tradução nossa).

Esses paradigmas ou espécie de lista aberta são fornecidos pela comunidade linguística e assim o estereótipo representa as ideias ligadas a um termo, por convenção. O autor explica como se dá esse processo, por meio do seguinte exemplo: “Consider the stereotype of ‘tiger’ for a moment. This includes such features as being an animal; being big-cat-like; having black stripes on a yellow ground (yellow stripes on a black ground?); etc.⁵⁷” (PUTNAM, 1975, p. 267, grifos do autor). Ressalta o autor que não necessariamente o falante precisa ter tido contato físico com o animal para listar o conjunto de traços típicos para o termo “tigre”, por exemplo.

Assim, a comunidade linguística é definida (PUTNAM, 1975) como o grupo de sujeitos falantes que compartilham a mesma lista de termos e de significação. Ressalte-se que, de acordo com essa teoria, as comunidades linguísticas não são reais, mas apresentadas como tal, nas circunstâncias da enunciação. Consequentemente, um mesmo sujeito pode fazer parte de diversas comunidades linguísticas, como no trabalho, na família, entre outras, de acordo com os diferentes momentos em que se torna locutor.

A partir dessas duas noções, de *estereótipos* e de *comunidade linguística*, Anscombre (2005, p. 79) ensina que “Quand nous parlons, le sens d’une occurrence d’un syntagme correspond à l’activation d’un ou plusieurs énoncés stéréotypiques⁵⁸”.

Para ilustrar esse pensamento, tomemos os mesmos exemplos utilizados pelo pesquisador:

Exemplo 38:

“gatos caçam ratos”

Ce chat est normal: il chasse les souris. (Esse **gato** é normal: ele caça ratos.)

Exemplo 39:

Ce chat est curieux: il chasse les souris. (Esse gato é curioso: ele caça os ratos.)

Comparando-se os exemplos 38 e 39, temos que, no exemplo 38, há a ativação de um enunciado estereotípico dentro do estereótipo de *gato* que evoca a presença da frase⁵⁹ “Gatos

⁵⁷ Considere o estereótipo de ‘tigre’. Tal estereótipo inclui características como: ser um animal, parecer-se com um gato grande, possuir listras pretas em um fundo amarelo (listas amarelas em um fundo preto?); etc. (Tradução nossa).

⁵⁸ Quando falamos, o sentido de uma ocorrência de um sintagma corresponde à ativação de um ou vários enunciados estereotipados. (Tradução nossa).

caçam ratos”. É esse estereótipo que torna estranha ou inadequada, nessa mesma comunidade, uma frase como a do exemplo 39; “Esse gato é curioso: ele caça ratos”, já que o conhecimento compartilhado por todos os que compõem essa determinada comunidade é o de que caçar ratos seja algo esperado do comportamento de um gato.

Ressalta Anscombre que os estereótipos não estão apenas ligados a nomes mas também a verbos, como em:

Exemplo 40

“você se casa para ter filhos”

Max et Lia sont mariés, mais ils n'ont pas d'enfants. (Max e Lia são **casados**, mas não têm filhos.)

Nesse exemplo, o enunciado é facilmente explicável a partir de frases estereotipadas ligadas a “estar casado”, sendo assim recuperadas, em algumas comunidades: “você se casa para ter filhos”. Anscombre (2005, p. 80) frisa que, quando um locutor utiliza uma frase estereotipada,

il la présente comme le point de vue d'une communauté linguistique à laquelle il dit ou pas appartenir. Une telle phrase n'est donc pas à proprement parler énoncée, mais plutôt mise en place, convoquée, un peu à la façon dont les proverbes le sont pour appuyer un raisonnement⁶⁰.

Em seus estudos, o referido pesquisador procurou entender que tipos de frases compreenderiam os estereótipos. Após algumas análises, concluiu que poderiam se tratar de frases genéricas de, pelo menos, três tipos:

a) Analíticas, necessariamente verdadeiras, como a seguir:

Exemplo 41

Le mercure est un métal. (O mercúrio é um metal).

b) Analíticas, geralmente verdadeiras, ou também chamadas de tipificantes *a priori*, em que uma opinião é geralmente admitida por toda a comunidade, como em:

⁵⁹ Decidimos manter o termo *frase*, por ser assim utilizado por Anscombre (2005) em seus estudos sobre frases estereotipadas.

⁶⁰ “ele a apresenta com o ponto de vista da comunidade linguística à qual diz ou não pertencer. Uma determinada frase não é, portanto, estritamente definida, mas estabelecida, convocada, um pouco ao modo como os provérbios o são para apoiar um raciocínio.” (Tradução nossa).

Exemplo 42

Les singes mangent des bananes. (Os macacos comem bananas).

c) Sintéticas, ou tipificantes locais, que representam a opinião, julgamento próprio do locutor L, como se pode verificar no

Exemplo 43

Les chats sont affectueux. (Os gatos são afetuosos).

Como bem observou Anscombe (2005), as frases genéricas podem se referir a eventos, acontecimentos, e podem também estar contidas em um ou mais estereótipos. Ressalte-se que alguns tipos de estereótipos geralmente são mais facilmente recuperados, segundo o autor, quando o indivíduo / interlocutor é escolarizado⁶¹, como nos exemplos 44 e 45 a seguir, em que as frases fazem parte de estereótipos de *privilégio* e de *rei*.

Exemplo 44:

Les privilèges ont été abolis par la Révolution Française. (Os privilégios foram abolidos pela Revolução Francesa).

Exemplo 45:

Louis XIV a été un grand roi. (Luís XV foi um grande rei).

De forma resumida, o estereótipo de um termo pode compreender dois tipos de frases: aquelas ligadas a um locutor particular, portadoras de julgamentos, experiências pessoais, como

Exemplo 46:

Les singes son amusants. (Os macacos são divertidos).

ou aquelas frases ligadas a uma comunidade linguística, sejam genéricas ou relacionadas a um acontecimento ou evento, como a seguir

⁶¹ Para Anscombe (2005), os indivíduos que passaram pelo processo de escolarização fazem parte de uma comunidade linguística detentora de um conhecimento – no caso, histórico – necessário para recuperar frases subjacentes a um determinado estereótipo. Convém ressaltar que Anscombe fala a partir do contexto escolar e histórico europeu, dada a sua origem francesa.

Exemplo 47

Les singes mangent des bananes. (Os macacos comem bananas).

Em suas análises sobre a comunidade linguística, Anscombre (2005, p. 87) não considera as frases genéricas tipificantes locais como um SE-locutor. Isso se dá pelo fato de, após terem sido objeto de muitos estudos e testes, esses tipos de frases admitem a combinação com construções como: “na minha opinião”, o que expressa claramente o ponto de vista do locutor L, como pode ser verificado no exemplo:

Exemplo 48:

(Na minha opinião), os macacos são divertidos.

Feitas essas considerações, passemos a refletir acerca do emprego de alguns prefixos verbais e o modo como o locutor se posiciona no discurso.

2.2.3 Estudos acerca do posicionamento do locutor diante da comunidade evocada por meio de alguns prefixos verbais

Ao estudar as propriedades de alguns *prefixos verbais* na língua francesa, mais especificamente *on sait que* (sabe-se que), *on dit que* (se diz que), *on raconte que* (conta-se que), *on prétend que* (afirma-se sem dar provas), *on admet que* (admite-se/reconhece-se que), Anscombre (2014) percebeu que o funcionamento desses grupos verbais está diretamente relacionado a alguns temas do universo semântico-pragmático tais como; a) verbos *dicendi* - ao introduzirem a fala de alguém; b) marcadores discursivos – ao introduzirem um valor externo ao conteúdo proposicional; c) polifonia – ao introduzirem outras vozes e refletirem a atitude do locutor perante o enunciado; d) mediatividade – ao indicarem a fonte, a origem de tal informação; e) estereótipos – ao remeterem à noção de comunidade linguística.

Como dissemos, Anscombre (2014) denomina esse grupo de verbos de *prefixos verbais* porque tendem a se tornar independentes do verbo e formar autênticos marcadores ao introduzirem um valor externo ao conteúdo proposicional. Explica o teórico (2014, p. 8), por exemplo, que a expressão *on dirait* (dir-se-ia), cujo significado *a priori* se aproxima de

“dizer”, tem sido utilizada no francês moderno como “aparentemente”, “parece”, distanciando-se do significado primeiro.

Em suas análises, o teórico (2014, p. 7) defende que cada prefixo pertencente a esse grupo verbal “consiste en un posicionamiento específico del locutor respecto al contenido proposicional⁶²”.

No caso dos prefixos aqui analisados, explica Anscombe que o *on* “remite siempre a una persona indeterminada, y de alcance impreciso [...]”⁶³, sendo um dos desafios justamente o de delimitar a comunidade linguística evocada.

O estudioso vê a língua como sendo constituída por várias comunidades linguísticas, entre as quais as comunidades científicas. Defende, ainda, que as comunidades representam diferentes tipos de saber, podendo o locutor evocá-las ou não e em relação aos quais se posiciona. Acrescenta, ainda, que a existência de diversos tipos de frases estereotípicas, incluindo as genéricas, coloca em questão a unicidade do SE-locutor, consequentemente, apontando para a existência e funcionamento de eventuais marcas ligadas a essa não-unicidade.

Para Anscombe (2014), há vários SE-locutores possíveis e, para cada um, há uma estratégia enunciativa específica, particularmente com relação à posição do locutor em relação ao SE-locutor.

Em seus estudos, primordialmente escritos em língua francesa e também espanhola, Anscombe cita alguns exemplos de ocorrência mesclando as duas línguas, ideia que decidimos manter nessa exposição, para destacar o funcionamento de tais prefixos no enunciado.

Postula Anscombe que, quando o *on* dos prefixos verbais remete a uma comunidade linguística não definida, é possível inserir em tais enunciados elementos que impliquem uma origem difusa do conteúdo proposicional, como as expressões: *geralmente, em todo lugar, de domínio público*, entre outras, como em:

⁶² consiste em um posicionamento específico do locutor em relação ao conteúdo proposicional. (Tradução Nossa).

⁶³ remete sempre a uma pessoa indeterminada, e de alcance impreciso [...]. (Tradução Nossa).

Exemplo 49:

[*On dit / on raconte / on admet / on prétend / on sait*] **generalmente, en todas partes, es del dominio publico** que la Biblia tiene varios autores.

(Diz-se / conta-se / admite-se/ afirma-se sem dar provas / sabe-se / **geralmente, em todo lugar, é de dominio público** que a Bíblia possui vários autores).

Anscombe também concluiu que os referidos prefixos frequentemente ocorrem acompanhados de uma designação de entidade global, com pouca possibilidade de referência a indivíduos concretos, como no exemplo a seguir.

Exemplo 50:

[*On admet*] **en el Gobierno /en lós círculos autorizados/ en la prensa** / que el nombre del terrorista es conocido.

(Admite-se / **no Governo / nos círculos autorizados / na imprensa** / que o nome do terrorista é conhecido).

Explica Anscombe (2014, p. 15) que uma forma de verificar, em um coletivo genérico, a presença de um SE-locutor, é por meio da pergunta “Quem?” que acessa uma resposta específica. Quando a pergunta “Quem?” não fizer sentido, ou seja, quando a resposta apontar para uma coletividade na qual não seja possível encontrar um locutor perfeitamente identificável, tem-se um caso de SE-locutor⁶⁴. Ainda sobre a atribuição de origem de um conhecimento ou informação, Anscombe (2014, p. 15) considera importante a diferenciação entre *saber alegado* e *saber fundado*.

Um saber é alegado quando não há nenhum processo observacional ou experimental para afiançar sua credibilidade. Segundo Anscombe, entre os prefixos estudados, *on dit* (se diz), *on raconte* (conta-se), *on prétend* (afirma-se sem dar provas), e *on admet* (admite-se/ se reconhece) remetem a esse tipo de saber.

Exemplo 51:

[*On dit / on raconte / on admet / on prétend*] que Marte no tiene atmósfera, pero faltan pruebas conclusivas.

⁶⁴ Este aspecto será melhor discutido na página 84.

(Diz-se / conta-se / admite-se / afirma-se) que Marte não tem atmosfera, mas faltam provas conclusivas).

O saber fundado, por outro lado, advém de um processo objetivo ou de forma dedutiva, caso dos conteúdos introduzidos pelo prefixo *on sait* (*sabe-se*).

Todavia, a origem de um saber pode ser múltipla, sendo necessário analisar cada construção linguística, diz o autor.

Passaremos agora a tratar da interação entre o locutor L – responsável pelo discurso como um todo e o SE-locutor, através dos prefixos verbais estudados. Começamos pelos prefixos *on dit que* (se diz que) e *on sait que* (sabe-se que), já que ambos, como visto anteriormente, introduzem um SE-locutor que afirma a veracidade de p.

Com relação ao primeiro prefixo *on dit que* (se diz que), o locutor L pode ou não fazer parte da comunidade linguística evocada pelo SE-locutor.

Exemplo 52:

Diz-se que Cristóvão Colombo era genovês, mas não concordo com essa história

Nesse exemplo, temos o locutor L, responsável por todo o enunciado e que insere um SE-locutor, por meio do prefixo “Diz-se”, representante de uma comunidade linguística e que é responsável pelo trecho “Cristóvão Colombo era genovês”. Entretanto, L não faz parte dessa comunidade linguística, apresentando distanciamento em relação ao conteúdo do enunciado, relação expressa pela escolha linguística do prefixo verbal “Diz-se que”. O posicionamento de L em relação ao conteúdo apresentado pelo SE-locutor é o de refutá-lo, fato expresso pelo trecho “mas não concordo com essa história”. Análise análoga deve ser feita com o exemplo a seguir, exceto no que concerne ao posicionamento do locutor L:

Exemplo 53:

Diz-se que Cristóvão Colombo era genovês, opinião com a qual concordo totalmente.

O posicionamento de L em relação ao conteúdo apresentado pelo SE-locutor é o de assimilá-lo. Apesar de L não fazer parte da comunidade linguística evocada pelo prefixo “Diz-se que”, ele a assimila, por meio do trecho: “opinião com a qual concordo totalmente”.

No que se refere a *on sait que* (sabe-se que), observem-se os exemplos abaixo estudados por Anscombe (2014):

Exemplo 54:

Sabe-se que Cristóvão Colombo era genovês, mas não concordo com essa história.

Com relação ao enunciado anterior, claro está que L é parte do SE-locutor, visto que *sabe-se que p* tem p como um pressuposto e que o pressuposto representa o ponto de vista de uma comunidade à qual L pertence. Entretanto, L rechaça o ponto de vista apresentado pelo SE-locutor – o de Cristóvão Colombo ser genovês, expresso pelo trecho: “mas não concordo com essa história”.

Exemplo 55:

Sabe-se que Cristóvão Colombo era genovês, opinião com a qual concordo totalmente.

Nesse enunciado, conforme assinalam os estudos feitos por Anscombe (2005), L é parte do SE-locutor e faz parte da comunidade evocada, contudo, seu posicionamento é o de assimilar o ponto de vista apresentado pelo locutor, expresso pelo trecho: “opinião com a qual concordo totalmente”.

Nessas análises, fica claro que a anuência ou rechaço de L não tem a ver com o verbo dos prefixos *on dit que* (se diz que) e *on sait que* (sabe-se que).

Com relação a *on raconte que* (conta-se que) e *on admet que* (admite-se/se reconhece que), L pode fazer parte da comunidade linguística evocada pelo SE-locutor, como no exemplo a seguir, sendo que, apenas no caso de *on raconte que* (conta-se que), é possível um distanciamento.

Exemplo 56:

[*On raconte + on admet*] que el Gobierno cometió un grave error táctico, com lo cual estoy totalmente de acuerdo.

(Conta-se / admite-se que o governo cometeu um grave erro tático, no que eu concordo totalmente).

Entretanto, no caso de *on-raconte* (conta-se), é possível haver um distanciamento entre L e o SE-locutor. Isso pode ser verificado no exemplo a seguir:

Exemplo 57:

On raconte que el Gobierno cometió un grave error táctico, pero no estoy en absoluto de acuerdo com esta opinión.

(Conta-se que o governo cometeu um grave erro táctico, mas tenho dúvidas em relação a isso).

De fato, é possível haver pontos de vista opostos sobre o tema evocado, ou seja, entre L e o SE-locutor, no caso de *on admet que* (admite-se que / se reconhece que), como visto anteriormente, inclusive, por esse prefixo verbal remeter a um saber parcialmente fundado.

No caso de *on prétend que* (afirmar sem dar provas), o locutor L não compartilha da mesma opinião do SE-locutor, como em:

Exemplo 58:

[*On pretend*] que la contaminación es um fenómeno irreversible. (Afirma-se, sem provas, que a contaminação é um fenômeno irreversível).

A análise é feita da seguinte forma: uma comunidade linguística, na qual o locutor L está incluído, afirma que a contaminação não é um fenômeno irreversível – o que corresponde ao conteúdo pressuposto. Outra comunidade assevera que a contaminação é um fenômeno irreversível, o que equivale ao conteúdo posto. Sabemos que, por se tratar de um conteúdo posto, L não está, obrigatoriamente, incluído nessa comunidade, a menos que o faça de modo explícito.

Findos esses estudos, com base nas leituras que realizamos a partir de Anscombe (2005, 2010, 2014), apresentamos, a seguir, um quadro no qual sistematizamos as principais formas linguísticas que desempenham o papel de introdutores de SE-Locutor em enunciados.

Quadro 5: Traços linguísticos que permitem identificar a presença de SE-Locutor em enunciados

1 MARCADORES MEDIATIVOS GENÉRICOS	
Expressões introdutoras de SE-Locutor	Exemplos de termos com potencial de ocorrência
1- Caso clássico: verbo <i>dicendi</i> ou expressões equivalentes + SE	alega-se, afirma-se, pensa-se, diz-se, acredita-se, admite-se, garante-se, observa-se etc.
1a) Considerar as paráfrases de SE (estruturas indefinidas)	As pessoas Todo mundo Há os que Alguns Muito } + verbo <i>dicendi</i>
1b) Como + dizer indefinido	Como se costuma dizer; Como se diz lá em casa; Como se diz na minha terra; Como disse alguém de quem não me lembro etc.
2- Segundo x, Na opinião de x, Para x e equivalentes + fonte do saber, sendo essa fonte:	Para x, Na opinião de x, Segundo x e equivalentes + designação imprecisa da fonte do saber: a) a imprensa, os especialistas, os meios autorizados, as pessoas como um todo b) alguns, muita gente, todos, todo mundo, há os que c) jornais, previsões, relatórios, as estatísticas recentes e demais designações imprecisas
2 TERMOS EQUIVALENTES AOS MARCADORES MEDIATIVOS GENÉRICOS E QUE PODEM ASSUMIR O PAPEL DE INTRODUTOR DE SE-LOCUTOR	
Expressões introdutoras de SE-Locutor	Exemplos de termos com potencial de ocorrência
Nomes predicativos de dizer, desde que o complemento de nome ao qual remeta não seja uma entidade específica	O rumor, a opinião, a reprovação, a crença popular, a <i>vox populi</i> etc.
Autoridade que transcende os indivíduos ou nomes que representam o papel de uma voz coletiva	A lei, o provérbio, a gramática, a ciência, a história etc.
3 FRASES GENÉRICAS E FORMAS SENTENCIOSAS	
Expressões introdutoras de SE-Locutor	Exemplos de termos com potencial de ocorrência
Frases genéricas e formas sentenciosas	Frases reverberadas por comunidades como um saber compartilhado. Frases analíticas (Os macacos são mamíferos) e tipificantes <i>a priori</i> (Os macacos comem bananas).
Anáforas associativas e conectores concessivos	Discursos prévios com referências a objetos diferentes por meio de frases subjacentes que contêm um saber compartilhado (Em: “Chegamos à cidade: a igreja estava fechada”, há um SE-L responsável por “toda cidade tem uma igreja”). (Em: “Não tomaram a

	vacina, embora temessem a doença”, o termo que precede o conector contém uma frase subjacente, um SE-L: “quem não toma vacina, pode adquirir a doença”).
Afirmações prévias, pressupostos e temas	Discursos virtuais apresentados como anteriores, que são conhecimentos comuns. (Em: “Ana pensa que estudar linguística é fácil”, o pressuposto “estudar linguística não é fácil” surge como proveniente de um SE-Locutor).

Fonte: a própria autora, a partir de Anscombe (2005, 2010 e 2014).

Também achamos conveniente compilar as ideias de Anscombe (2005, 2010 e 2014) e, para fins didáticos, sugerimos um “Método prático para reconhecimento da presença do SE-L em um enunciado”.

Retomando nossas considerações, Anscombe (2005, 2010 e 2014) orienta que, diante da dúvida sobre existência de um SE-Locutor em um dado enunciado, deve-se fazer a pergunta “Quem?”. Se a resposta for uma voz definida, deve-se descartar a possibilidade de ocorrência desse fenômeno, pois se trata de um locutor perfeitamente identificável. No caso de uma resposta que aponte para uma coletividade, temos um caso de SE-L.

Exemplo 59:

Segundo os cientistas, o aquecimento global é uma realidade.

Utilizando o método prático, perguntamos: “Quem defende que o aquecimento global é uma realidade?”. Resposta: “Os cientistas”. Essa resposta expressa uma vaguidão que não nos fornece meios de identificar a pessoa evocada. Assim, temos uma ocorrência de SE-L: *uma voz coletiva e anônima, introduzida pelo locutor responsável pelo enunciado como um todo*.

Quando houver dúvidas a respeito da natureza da comunidade anônima mencionada, devemos analisar se a subtração de um ou vários membros da coletividade altera o seu *status*. Assim, devem ser consideradas como *comunidade anônima evocada* certas expressões como: “A comitiva da ministra”, “Os meios autorizados”, “A imprensa”, “A comunidade científica”, “Os corredores do ministério”, “Por toda parte...” etc.

É necessário estarmos atentos para o fato de que o pronome *OMNI* (SE), que faz parte da estrutura clássica do SE-L, pode se apresentar sob a forma de paráfrases, com estruturas indefinidas do tipo: “Há pessoas que alegam que...”, “Há os que afirmam que...”, “Alguns

reconhecem que...”, “Todo mundo leu que...”, “Na opinião de todos...”, “Segundo fontes confiáveis...” etc.

Ainda, para saber se a voz é ligada a uma coletividade, basta verificar a possibilidade de combinações com advérbios de generalidade⁶⁵, compatíveis com uma interpretação de pluralidade: “comumente”, “geralmente”, “correntemente”, “habitualmente”, “sempre”, “frequentemente” etc., conforme exemplo a seguir:

Exemplo 60:

Alega-se, *geralmente*, que essas chuvas no mês de fevereiro são fenômenos esporádicos.

Informamos que, uma vez sistematizado o fenômeno do SE-locutor por meio do quadro 5, faremos uso desse elemento em nossas análises, no capítulo cinco desta tese.

2.2.4 Pesquisas recentes acerca do fenômeno do SE-locutor: o fazer científico e a voz do outro

Nascimento (2015), que investiga a argumentação em gêneros pertencentes ao universo administrativo-acadêmico, encontrou, em seus estudos, a voz de um locutor impessoalizado que identificou como sendo ocorrências de SE-locutor – termo que prefere usar, conforme já pontuamos – como uma estratégia linguístico-discursiva na qual o locutor apresenta-se em terceira pessoa. Essa estratégia produz, no enunciado, “a ideia de que o referido ponto de vista apresenta-se a si mesmo” (NASCIMENTO, 2015, p. 349). Ele utiliza, como uma das pistas do posicionamento do locutor em suas análises, a utilização de verbos *dicendi* modalizadores, tema que será tratado no capítulo a seguir.

No gênero ata administrativo-acadêmica, em língua espanhola, observou no *corpus* analisado, conforme exemplo a seguir, que o locutor coloca em cena um SE-locutor por meio do verbo *dicendi* “reafirmar”:

⁶⁵ Preferimos, nesse momento de explanação, manter o termo utilizado por Anscombe.

Exemplo 61:

Se resuelve votar la asignación de las rentas disponibles y **se reafirma** el critério de continuar com el listado de *ad honorem*, por lo que los beneficiados son los siguientes [...]

(Resolve-se votar a atribuição do rendimento disponível e **se reafirma** o critério de continuar com o que está listado *ad honorem*, de modo que os beneficiários são os seguintes [...])

E que essa voz, genérica e impessoalizada, geralmente estava associada ao próprio conselho administrativo-acadêmico a que o texto se referia, sendo, dessa forma, possível mapear sua origem. Ademais, observou o pesquisador que se tratava de uma tentativa de criar, “no sentido do enunciado, uma noção de objetividade” (NASCIMENTO, 2015, p. 349).

A evocação da voz do SE-locutor também foi verificada no gênero relatório, em língua portuguesa, em *corpus* coletado por Batista (2010), em que surgiu como uma voz coletiva não identificada explicitamente no enunciado, mas que é possível ser atribuída à coletividade dos presentes na reunião a respeito da qual o relatório foi produzido. Tome-se o exemplo a seguir:

Exemplo 62:

A proposta do Ministério das Cidades para [...] foi apresentada e **sugeriu-se** a possibilidade de acrescentar entre os mecanismos [...]

A respeito do enunciado, é importante frisar que essa voz, tal como foi empregada, produz uma certa distância entre o locutor L1 e o dito. É, portanto, uma estratégia de não comprometimento. Para o estudioso, o efeito de sentido produzido pelo contexto é o de uma “pretensa objetividade” (NASCIMENTO, 2015, p. 349) ou criação de uma imagem na qual o ponto de vista expresso no enunciado se apresenta.

Um achado importante nesses estudos é o fato de que em ambos os gêneros não foram encontradas marcas da presença do locutor-narrador em terceira pessoa como sendo parte dessa voz coletiva, mas posicionou-se em relação a ela ora assimilando, concordando, como no exemplo 61, ora se distanciando, numa atitude de não comprometimento, conforme o exemplo 62. Tais achados corroboram a ideia de Anscombre de que há várias maneiras de o locutor se posicionar diante da voz alheia. Para Nascimento, o fato de não terem sido encontradas marcas de que o locutor-narrador em terceira pessoa pertença a essa voz coletiva não impede que possa ocorrer em outros gêneros, o que abre espaço para novas investigações.

Outro ponto a ser ressaltado é que Nascimento (2015, p. 350) considera o fenômeno da evocação do SE-locutor – por parte do locutor L₁ responsável pelo discurso – como um caso particular de polifonia. Para o autor, como ainda não foi identificada a origem dessa voz coletiva, não é possível incluir o SE-locutor nos casos de polifonia de locutores – discurso relatado em estilo direto e indireto, uma vez que “essa voz coletiva não é atribuída, explicitamente, a um segundo locutor, enquanto ser do discurso, no próprio enunciado.”

Em seus estudos acerca do fenômeno da polifonia, Nascimento tem verificado que a polifonia de locutores produz vários efeitos de sentido tais como: criação do caráter de objetividade no discurso, assimilação ou distanciamento de vozes alheias, avaliação axiológica dessas vozes, entre outros efeitos.

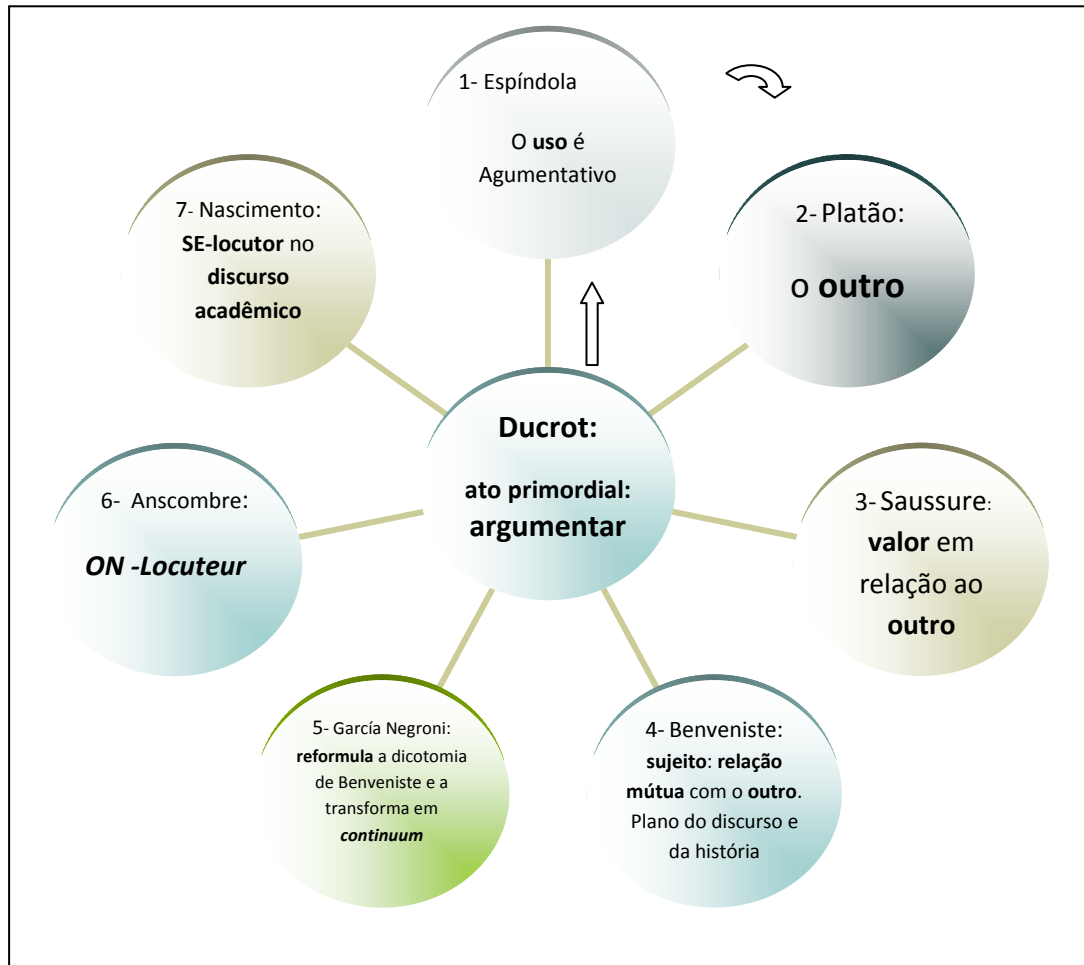
Destaca o autor que, no universo científico, a voz alheia é utilizada não só para justificar pesquisas já realizadas, mas para justificar novas investigações, além de ser objeto de pesquisa. “Nesse sentido, o fazer científico não se constrói no acaso, mas em consonância com a voz do outro, devidamente apresentado e identificado discursivamente” (NASCIMENTO, 2015, p. 350).

Para concluir, Nascimento defende que é possível, por meio de análises linguísticas dessas vozes que se apresentam ora em estilo direto, ora em estilo indireto, ou por meio de um SE-locutor, identificar posicionamentos do locutor não apenas em relação ao discurso mas também com relação à voz alheia.

Ao introduzir a voz alheia, a voz do *outro*, o locutor responsável pelo discurso deixa marcas de sua presença, marcas de *subjetividade* desse locutor que se pretende *objetivo* e, em alguns casos, porta-voz da ciência.

Concluindo este estudo, apresentamos o percurso teórico traçado até o momento nos dois primeiros capítulos desta tese, o que pode ser visualizado no quadro resumitivo a seguir:

Quadro 6: Principais contribuições teóricas para a compreensão do fenômeno do SE-locutor



Fonte: a própria autora, a partir das leituras feitas para a elaboração deste capítulo.

Findas essas reflexões, trataremos, no próximo capítulo, do fenômeno da modalização por meio do qual a subjetividade também se manifesta no discurso, no caso da nossa pesquisa, principalmente através dos verbos *dicendi*, uma das formas de se introduzir a voz do *outro* no discurso.

3 OS MODOS DE DIZER

“A argumentação [...] é para mim um ato público, aberto, não pode realizar-se sem se denunciar enquanto tal.”

(DUCROT, 1987, p. 174)

No primeiro capítulo, afirmamos que Ducrot (1989) – como ele mesmo situa – sofreu influência dos estudos de Charles Bally (1965) na concepção da Teoria Polifônica da Enunciação (TAL). Ducrot (1987, 1989) observa – ainda que brevemente – algumas questões postas por Bally (1965) a respeito do *modus* e *dictum* importantes para os estudos da Modalização, objeto deste capítulo.

Esclarecemos que incluímos os estudos acerca da Modalização nesta pesquisa por entender que tal fenômeno veicula argumentatividade e nos permite identificar as marcas de subjetividade do locutor, até mesmo nos enunciados onde ocorrem casos de SE-locutor, conforme veremos nas análises.

Nesse sentido, iniciamos o capítulo com as referidas observações de Ducrot (1987, 1989) e de Bally (1965). A partir da constatação de que a nomenclatura não é consenso no estudo da modalização, buscamos entender como Lyons (1975), Palmer (2009), Koch (2002), Castilho e Castilho (2002), Neves (2010), Nascimento (2009) e Silva (2012) tratam essa questão.

Dando continuidade aos nossos estudos, investigamos como os autores acima referidos discutem e propõem a classificação das modalidades. Em especial, durante o percurso, procuramos compreender a proposta de Castilho e Castilho (2002) com sua classificação em três grandes grupos, ideia reformulada por Nascimento (2005, 2009, 2010) e atualizada por Nascimento e Silva (2012), versão adotada para este trabalho de pesquisa.

Por fim, dedicamos uma seção ao estudo dos verbos *dicendi*, que funcionam como elementos modalizadores. Para tanto, trazemos as contribuições dos estudos de Nascimento e Silva (2012), Neves (2000) e Travaglia (2003) a respeito de tais expressões verbais.

3.1 MODALIZAÇÃO: reflexões iniciais

Bally (1965) define a língua como um instrumento que permite a comunicação de um pensamento pela palavra. Assim, de acordo com o autor, uma frase é um pensamento, e esse, a *reação* a uma *representação*⁶⁶. Essa reação pode ser de ordem intelectual, afetiva ou volitiva, ou seja, o elemento subjetivo do pensamento. A representação é o elemento objetivo.

Trata-se, portanto, de uma concepção tradicional de pensamento. Entretanto, devemos associar o *elemento subjetivo*, chamado de *reação* por Bally, à *força ilocutória*, presente nos estudos pragmáticos e, conseqüentemente, importante para a compreensão do fenômeno da modalização.

Resumindo a ideia de Bally (1965), quando se diz que:

X tem tal reação diante de tal representação

o sujeito modal é “X”, “*X tem tal reação*” é o *modus* e o verbo modal é o tipo de reação. O *dictum* corresponde à representação objeto da reação. Em conformidade com esse pensamento, a estrutura semântica da frase é sempre do tipo *modus* + *dictum*.

A partir dessa relação de oposição objetivo / subjetivo, ou seja, entre a descrição da realidade e o posicionamento que se toma diante do que se descreve, Ducrot (1989) defende a ideia de que a modalidade pode ser incorporada no *dictum* por meio de um adjetivo de julgamento e de apreciação, como pode ser verificado no exemplo a seguir:

Exemplo 63:

Esta fruta é deliciosa (Eu tenho prazer em comê-la)

De acordo com a descrição de Bally (1965), há na estrutura semântica “Tenho prazer em comê-la”, um sujeito modal “eu”, verbo modal “ter prazer” e o *dictum* “eu como esta fruta”. Segundo Ducrot (1987), esse exemplo possui um *modus* (tenho prazer) e um *dictum* (comer).

⁶⁶ Não nos deteremos a detalhes por não ser esse nosso foco do nosso trabalho. Para um estudo mais aprofundado sobre o assunto, consultar *Linguistique générale et linguistique française* (1965) de Charles Bally e o prólogo de *La argumentación en la lengua* (1994), de Ducrot e Anscombe. Ducrot faz uma análise dos trabalhos de Bally no capítulo VII de *Logique, structure, énonciation* (1989), como também no capítulo VIII de *O dizer e o dito* (1987), cf. referências bibliográficas.

Feitas essas observações iniciais, verificaremos como outros estudiosos tratam o tema, mas julgamos necessário tecer algumas distinções de ordem terminológica, considerando que o termo *modalização* não é senso comum entre os autores.

3.2 QUESTÕES TERMINOLÓGICAS E DELIMITAÇÕES TEMÁTICAS

Lyons (1977) afirma que há uma histórica ligação, de fundo etimológico, no emprego dos termos *modalidade*, *modal* e *modo* – o que tem gerado uma série de interpretações conflitantes, ainda presentes nos estudos lógicos e linguísticos.

Diante desse problema, o autor prefere reservar o termo “modo”, na forma como é concebido na gramática tradicional, para se referir às categorias: indicativo, imperativo e subjuntivo: “ In traditional usage, ‘mood’ is applied to such subsets of inflected forms of verbs as are distinguished one from another by means of the terms ‘indicative’, ‘imperative’, ‘subjunctive’, etc; and we have chosen to respected this usage”⁶⁷ (LYONS, 1977, p. 848, grifos do autor).

Ainda, conforme se pode verificar em seus estudos, o *modo* é resultado da gramaticalização da *modalidade*, seja ela epistêmica, deôntica ou de qualquer outro tipo. No seu entendimento, as noções de necessidade e possibilidade são centrais nos estudos da lógica modal, pensamento que se manifesta de uma forma ou outra, nas demais definições, como se pode verificar mais adiante.

Lyons (op. cit.) defende, ainda, que a *modalidade* está intimamente associada às categorias de tempo e aspecto. Nesse sentido, Palmer (2009, p. 1) compartilha do mesmo ponto de vista: “Modality is concerned with the status of the proposition that describes the event”⁶⁸, sendo que esse último autor utiliza o termo *evento* numa acepção mais ampla, incluindo não apenas eventos em si, mas ações, situações, estados etc.

⁶⁷ Tradicionalmente, o termo ‘modo’ corresponde ao subconjunto de formas verbais flexionadas que se distinguem através dos termos ‘indicativo’, imperativo’, ‘subjuntivo’, etc.; e temos optado por manter esse uso. (Tradução nossa).

⁶⁸ “A modalidade está relacionada ao status da proposição que descreve o evento”. (Tradução nossa).

Koch (2002, p. 73), por sua vez, utiliza o termo *modalidades* – no plural – e as define como “[...] parte da atividade ilocucionária, já que revelam a atitude do falante perante o enunciado que produz”.

Para Castilho e Castilho (2002), habitualmente se designa por *modalidade* a apresentação do conteúdo proposicional pelo falante e por *modalização* o relacionamento do falante com o conteúdo, ao utilizar as formas escolhidas para verbalizá-lo. Entretanto, os referidos autores preferem usar os termos *modalidade* ou *modalização* indistintamente, como sinônimos, por defenderem que, de qualquer forma, há sempre uma avaliação prévia do falante sobre o que e como deseja verbalizar.

Uma profunda revisão bibliográfica é feita por Neves (2010, p. 151) a respeito do tema. Na sua visão, “Conceituar a modalidade é uma tarefa complexa exatamente porque esse conceito envolve não apenas o significado das expressões modalizadas, mas, ainda, a delimitação das noções inscritas no domínio conceptual implicado”.

A autora levanta algumas questões importantes a respeito desse complexo tema, como a existência ou não de modalidade em enunciados sem marca de modalização explícita e detectável, além do difícil estabelecimento de fronteiras entre Lógica e Linguística, quando o assunto é modalidade.

Mais que um modo de dizer ou uma postura a respeito do que se enuncia, Nascimento (2009) compreende a *modalização* como uma estratégia semântico-argumentativa que se faz presente em diferentes gêneros discursivos. Assim, observamos em sua concepção do fenômeno uma associação explícita com a argumentatividade ao definir a *modalização* como “[...] uma das estratégias argumentativas que se materializa linguisticamente e que se constitui em um ato de fala particular.” (NASCIMENTO, 2009, p. 1369).

Diante da problemática questão a respeito da definição de um termo para se referir a tal fenômeno, relata o autor que a questão terminológica é um problema ainda não resolvido pelos autores nesse campo de pesquisa. De acordo com seu ponto de vista, essa variação tem suas raízes na distinção entre subjetividade e intersubjetividade, como também na crença de que é “[...] possível separar o subjetivo do intersubjetivo.” (ibidem, p. 1371). Adverte Nascimento (2009) que, no processo de interação, esses fenômenos não são tão separáveis assim e nem o são na própria estrutura da língua.

Observa-se, com um breve panorama das definições trazidas acerca do tema, que é raro um autor apresentar uma clara distinção dos três conceitos em um mesmo trabalho de pesquisa. Assim, encontramos um estudo de Silva (2012) sobre pareceres técnicos jurídicos em que a autora se propõe a discutir a ocorrência do *modo*, da *modalidade* e da *modalização* e, dessa forma, busca traços que possam diferenciar um fenômeno do outro. Nesse sentido, a autora entende a *modalização* como

um processo responsável pelo efeito que pretendemos causar, ou intenção que pretendemos manifestar através do enunciado produzido, ou seja, seu efeito sobre o outro, enfim, sobre uma plateia, com a qual interagimos, socialmente, em nossa atividade discursiva. (SILVA, 2012, p. 57)

Em seu estudo sobre as expressões verbais, a autora (op. cit., p. 57) trata o *modo* como “o traço mesmo da categoria do verbo, podendo manifestar uma modalidade”. E assim explica que, com respeito às instâncias do verbo, o modo indicativo é empregado ao indicar algo que pertença ao campo da existência, do realizável ou ainda como agente das relações entre o locutor e o interlocutor, sendo possível prever “sua ligação, em graus, com o dito”. O modo subjuntivo está diretamente relacionado à modalidade da possibilidade, do virtual. Seu trabalho mostra também que o modo imperativo leva em conta as intenções de ordem ou desejo demonstrando total engajamento do locutor com seu enunciado e com o seu interlocutor.

Por fim, Silva (2012) compreende a *modalidade* como uma manobra discursiva que se manifesta de forma implícita ou explícita, mas que permite sua identificação no enunciado, agindo intencionalmente, muitas vezes, sobre o interlocutor, concretizando a *modalização*. É perceptível, conforme Silva aponta, um “efeito sobre o outro”, no caso, o interlocutor, também, uma ação que vai além das relações do locutor com o enunciado, apenas.

Em estudos posteriores de Nascimento e Silva (2012), essa postura é reafirmada. O elemento “ação sobre o interlocutor” também surge de forma explícita na definição que apresentam: “[...] na modalização não se pode separar subjetividade (marca do locutor) de intersubjetividade (ação sobre o interlocutor)”, ideia elaborada a partir do que postula Ducrot, como vimos no capítulo primeiro, quando o referido autor reúne os aspectos subjetivo e intersubjetivo e os denomina *valor argumentativo* dos enunciados.

Ressaltamos que nesta pesquisa, assim como Nascimento (2009), preferimos usar os termos *modalidade*, *modalização* ou ambos indistintamente – postura que adotamos por

motivos práticos. Aqui, também deixamos claro que, para esta tese tomaremos a *modalização* “[...] como um ato de fala particular que permite ao locutor, além de deixar marcas de suas intenções, agir em função do seu interlocutor.” (op. cit., p. 1369).

Finda a discussão sobre as questões terminológicas, veremos como alguns autores procedem à classificação das modalizações.

3.3 ALGUMAS CLASSIFICAÇÕES

Tradicionalmente, os estudos lógicos se concentram, quase que exclusivamente, com o que se conhece como modalidade *alética*, sendo esse um termo que vem do grego e significa “verdade” (LYONS, 1977). Assim, a modalidade alética está relacionada ao caráter de verdade das proposições. Uma verdade necessária pode ser denominada também como proposição aleticamente necessária. Similarmente, proposições que não são necessariamente falsas, são descritas como aleticamente possíveis. Lyons (op. cit.) menciona, ainda, que dois outros tipos de necessidade e possibilidade são reconhecidos pelos lógicos, sendo elas a epistêmica e a deôntica.

A partir de um exemplo trazido pelo próprio autor (1977, p. 789), é possível perceber como a modalidade epistêmica é vista sob o prisma dos linguistas e dos lógicos.

Exemplo 64:

Alfred must be unmarried. (Alfredo deve ser solteiro.)

A interpretação de tal exemplo, partindo do ponto de vista lógico é algo como: “In the light of what is known, it is necessarily the case that Alfred is unmarried” (À luz do que se sabe, é necessariamente o caso de Alfredo ser solteiro). Observe-se que não há referência ao falante ou a inferências, mas está baseada na evidência que determina a necessidade epistêmica, tratada como algo objetivo.

De acordo com Lyons (op. cit.), para um linguista, na interpretação do mesmo exemplo, a subjetividade é levada em consideração: “I (confidently) infer that Alfred is unmarried”. (“Eu (seguramente) infiro que Alfredo deve ser solteiro).

A subjetividade é, inclusive, um tema bastante presente nos trabalhos de Lyons (1977), que postula que as modalidades epistêmica e deôntica podem ser objetivas ou subjetivas.

A modalidade epistêmica objetiva está diretamente ligada à factualidade da informação que se enuncia. Assim, o mesmo exemplo 64, como aponta Lyons (op.cit.), se proferido no contexto de uma comunidade em que o estado civil de cada membro é sabido, exceto o de Alfredo, e que se sabe também que um número X de pessoas não é casada, tal enunciado (Alfredo deve ser solteiro) é válido, pois está baseado em um conhecimento da possibilidade objetiva, ou nível de probabilidade de verdade.

Em uma interpretação de caráter epistêmico subjetivo, o falante qualifica seu compromisso com a possibilidade de Alfredo estar solteiro, considerando sua incerteza, o que abre possibilidades para complementos do tipo (mas eu duvido), (e eu estou inclinado a pensar que ele está / eu creio ser possível que), indicando subjetividade.

Uma interpretação deôntica objetiva para esse mesmo exemplo é: “Alfred is obliged to be unmarried” (Alfredo é obrigado a ser solteiro), enquanto que a interpretação deôntica subjetiva significa o falante, por meio da proposição, proibir que Alfred seja casado.

Segundo o autor, a modalidade subjetiva é bem mais utilizada na linguagem do dia a dia, em que os falantes expressam suas próprias crenças e atitudes ou sua própria vontade ou autoridade mais que simplesmente estar reportando, como observadores neutros, a existência desse ou daquele estado de coisas.

Quando o assunto é modalidade, afirma Palmer (2009), as línguas podem ser gramaticalmente categorizadas de duas formas: sistema modal e modo. Em algumas línguas, é possível que essas duas categorias estejam presentes, entretanto, na maioria das línguas, apenas uma delas é possível.

Com relação ao modo, o que geralmente ocorre é uma classificação binária com o modo indicativo marcando o que se pode chamar de enunciados *reais* e o subjuntivo marcando os enunciados considerados *irreais*. Entretanto, afirma o autor (2009, p. 7): “It is

not always possible to draw a clear distinction between mood and modal system, since, in some languages, the overall system of modality has characteristics of both⁶⁹.

Palmer (ibidem) postula que deve haver uma clara distinção entre o que ele chama de *modalidade proposicional* e *modalidade de evento*, afirmando que tal distinção geralmente é feita em termos de modalidade epistêmica e deôntica, ilustradas pelas paráfrases usando-se, para isso, os termos *possível* e *necessário*. Para explicar, Palmer (2009, p. 7) cita os seguintes exemplos:

Exemplo 65:

Kate may be at home now (It is possible that Kate is at home now) Kate pode estar em casa agora (É possível que Kate esteja em casa agora)

Exemplo 66:

Kate must be at home now (It is necessarily the case that Kate is at home now) Kate deve estar em casa agora (É necessariamente o caso de que Kate esteja em casa agora)

Como se pode perceber, os exemplos 65 e 66 estão ligados ao julgamento do falante a respeito da proposição *Kate estar em casa*.

Vejamos os próximos exemplos:

Exemplo 67:

Kate may come in now (It is possible for Kate to come in now) Kate pode entrar agora (É possível para Kate entrar agora)

Exemplo 68:

Kate must come in now (It is necessary for Kate come in now) Kate deve entrar agora (É necessário para Kate entrar agora)

⁶⁹ “Nem sempre é possível fazer uma distinção em termos de modo e sistema modal, dado que, em algumas línguas, o sistema de modalidade tem características de ambos”. (Tradução nossa).

Os exemplos 67 e 68, por sua vez, estão relacionados à atitude do falante com relação a um potencial futuro evento; o de Kate entrar, por isso, justifica o autor, a sua divisão entre modalidade proposicional e modalidade de evento.

A modalidade proposicional comporta o que Palmer (2009) denomina sistemas epistêmico e evidencial (ver quadro 7 logo mais adiante).

No sistema epistêmico, o falante expressa seu julgamento a respeito do estado factual da proposição, podendo ser especulativa, dedutiva e de assunção. De acordo com essa concepção, a modalidade especulativa se refere a uma conclusão possível (Ex.: Kate pode estar em casa agora); a dedutiva está ligada à única conclusão possível (Ex.: Kate deve estar em casa agora) e a de assunção está relacionada a uma conclusão razoável (Ex.: Kate estará em casa agora).

No sistema evidencial, como o próprio nome sugere, o falante indica o tipo da evidência relacionada ao estado factual da proposição. Assim, pode ser na forma de um discurso reportado (Ex.: Ele disse que era extremamente rico) ou de forma sensorial: uma experiência pessoal, segundo o autor, geralmente visual.

A respeito da modalidade de evento, o autor explica que a diferença dos fatores condicionantes, no caso da deôntica, é externo. Assim, a modalidade deôntica está relacionada à obrigação, permissão ou comprometimento para fazer algo que emana de uma fonte externa. Simultaneamente, implica uma aceitação, por parte do interlocutor, do valor de verdade expresso no enunciado para que possa executá-lo. Na modalidade dinâmica, os fatores são internos, relacionados à habilidade, capacidade, disposição, ou ainda, desejo, vontade do indivíduo para executar algo.

A ideia de Palmer a respeito das categorias básicas pode ser resumida por meio do quadro a seguir:

Quadro 7: Categorias básicas de modalidade, de acordo com Palmer (1977):

Modalidade proposicional	
1 Epistêmica	2 Evidencial
Especulativa	Reportada
Dedutiva	Sensorial
De assunção	
Modalidade de evento	
1 Deôntica	2 Dinâmica
Permissiva	Habilitativa
Obrigatória	Volitiva
Comissiva	

Observando o quadro, vemos que Palmer (1977) reconhece quatro valores modais: epistêmico, evidencial, deôntico e dinâmico. Com relação à modalidade habilitativa, diz o autor que essas não expressam nem a atitude nem a opinião do falante, por isso, chegou a cogitar a possibilidade de tais modalidades serem excluídas de sua classificação, mas prefere mantê-las devido ao seu grau de importância para o estudo do significado dos verbos modais.

Palmer (1977), que faz um estudo profundo a respeito do tema, reconhece, ainda, outras categorias gramaticais associadas à modalidade, especialmente no que se refere ao modo, como por exemplo, o uso do subjuntivo em pressuposições. Considera, também, como manifestação da modalidade as negações, as interrogativas, as expressões relacionadas aos desejos e medos impressas nos enunciados, o tempo passado, entre outras marcas de expressão de modalidade que não serão tratadas nesta pesquisa por razões de espaço e de desfoque do objeto de análise.

Para Koch (2002), há uma tendência em se considerar como modalidades básicas o *necessário* e o *possível*, assim como as modalidades do *ser* e do *fazer*, além do *dever*, *poder*, *saber* e *querer*.

Em seus estudos, a autora dedica especial atenção aos verbos *crer* e *saber*, por entender que tais expressões verbais são consideradas um pressuposto geral das outras

modalidades, já que regem todo ato de enunciação. Na acepção da autora, essas duas modalidades estão intimamente ligadas ao mecanismo de produção de um enunciado, quer no nível do posto, que no nível do pressuposto, já que todo e qualquer enunciado requer um mínimo de informação por parte do locutor. Por isso, defende que a modalidade pode ou não aparecer no enunciado e, quando for o caso de não poder ser recuperada de forma explícita, podemos estar diante de um caso de *ocultação modal*.

Segundo a autora, a ocultação modal, quando ocorre, é compreendida como uma estratégia do locutor que apenas “[...] finge esquecê-la para dar a impressão de que seu ato é neutro, de que ele não manifesta nenhuma atitude com relação a ela, de que o valor de seus enunciados é objetivo” (KOCH, 2002, p. 82). Afirma, ainda (ibidem, p. 83), que esse é um fato bastante comum “[...] citem-se, como ex., o discurso didático e o discurso científico...”.

A autora nos orienta ainda que, consoante as relações com o destinatário, o locutor adota uma ou outra modalidade. Importante ressaltar que vemos, nos estudos de Koch, uma preocupação em analisar o fenômeno para além das relações do locutor diante do dito. Prossegue a autora, afirmando que ainda há ocasiões em que convém ao locutor mascarar seu comportamento, para tornar seu enunciado mais facilmente aceitável pelo interlocutor.

Entendemos que, nesse ponto, há um alinhamento entre os estudos de Nascimento (2009) e Silva (2012), já mencionados nessa pesquisa e o que defendem Ducrot e Anscombre (1976) como também Koch (2002), a respeito do tratamento da argumentatividade como característica inerente à linguagem humana.

Esta abordagem das modalidades **crer** e **saber** como um pressuposto geral das demais modalidades, e a aceitação da possibilidade de sua ocultação (“modalização implícita”) vem fortalecer a posição de que não existem enunciados neutros e, em decorrência de que a argumentatividade é uma característica inerente à linguagem humana”. É por esta razão que se torna possível postular, de conformidade com Ducrot e Anscombre (1976), que o ato de argumentação constitui o ato lingüístico fundamental, subjacente até mesmo às modalidades do **crer** e do **saber**. (KOCH, 2002, p. 83, grifo da autora).

Retomando o conceito das modalidades como “[...] atos ilocucionários dotados de valor argumentativo”, Koch (ibidem, p. 83) deixa clara a importância de seu estudo para uma tipologia dos atos que se podem realizar e apresenta a relação entre os três grandes tipos de frases e as três principais modalidades (que tradicionalmente são citadas nos estudos acerca desse tema):

assertivas	—————→	alética
interrogativas	—————→	epistêmica
imperativas	—————→	deôntica

A autora reconhece, entretanto, que essa classificação não é a mais apropriada e que para cobrir todas as possibilidades, seria necessário criar uma tipologia exaustiva, dados os inúmeros atos de linguagem. Além do mais, seria necessário recorrer a informações contextuais. Porém, destaca que, de toda essa discussão, o que realmente deve ser ressaltado é que

[...] ao produzir um discurso, o locutor manifesta suas intenções e sua atitude perante os enunciados que produz através de sucessivos atos ilocucionários de modalização, que se atualizam por meio dos diversos modos de lexicalização que a língua oferece (operadores modais). (KOCH, 2002, p. 85).

A autora apresenta uma classificação de alguns tipos de lexicalização possíveis das modalidades:

- a) performativos explícitos: *eu ordeno, eu proíbo, eu permito etc.*;
- b) auxiliares modais: *poder, dever, querer, precisar etc.*;
- c) predicados cristalizados: *é certo, é preciso, é necessário, é provável etc.*;
- d) advérbios modalizadores: *provavelmente, certamente, necessariamente, possivelmente etc.*;
- e) formas verbais perifrásticas: *dever, poder, querer etc. + infinitivo*;
- f) modos e tempos verbais: *imperativo, certos empregos de subjuntivos, uso do futuro do pretérito com valor de probabilidade, hipótese, notícia não confirmada; uso do imperfeito do indicativo com valor de irrealidade etc.*;
- g) verbos de atitude proposicional: *eu creio, eu sei, eu duvido, eu acho etc.*;
- h) entonação: (que permite por ex.: distinguir uma ordem de um pedido na linguagem oral);
- i) operadores argumentativos: *pouco, um pouco, quase, apenas, mesmo etc.*

Ressalta Koch (2002) que a importância do estudo das modalidades reside justamente na abrangência do que tal recurso linguístico possibilita ao locutor, como bem pontua Espíndola (2016) ao fazer “uso” da língua:

- marcar a distância entre ele próprio e o enunciado;
- estabelecer o grau de engajamento em relação ao que é dito;
- determinar o grau de tensão entre os interlocutores;
- deixar claro que tipos de atos deseja realizar;
- fornecer pistas quanto às intenções do locutor diante do que está sendo enunciado.

Em suas discussões, Castilho e Castilho (2002) traçam o caminho teórico de partir também da concepção tradicional antes de proporem sua classificação acerca do fenômeno da modalização:

A gramática tradicional reconhece dois grandes componentes da sentença: o componente proposicional, constituído de sujeito + predicado (= *dictum*), e o componente modal, que é uma qualificação do conteúdo na forma de P, de acordo com o julgamento do falante (= *modus*). (CASTILHO e CASTILHO, 2002, p. 201)

Para os autores, o falante apresenta o conteúdo proposicional numa forma assertiva, interrogativa ou jussiva, além de expressar seu relacionamento com o conteúdo proposicional, através da avaliação do teor de verdade ou expressando seu julgamento sobre a forma de verbalização desse conteúdo. Ressalte-se que, para os autores, a avaliação do falante sobre o conteúdo da proposição que vai ser veiculado também é sempre feita previamente, decorrendo daí suas decisões sobre afirmar, negar, interrogar, ordenar, permitir, expressar a certeza ou a dúvida sobre esse conteúdo.

Castilho e Castilho (2002) evidenciam a relevância de se investigar a modalização na estruturação e na interpretação semântica das sentenças, visto que todos os modalizadores sempre verbalizam a atitude do falante com respeito à proposição.

Assim, propõem a classificação das ocorrências da modalização em Epistêmica, Deontica e Afetiva. Conforme essa divisão, a modalização epistêmica expressa uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição. Subdivide-se em asseverativa, quase-asseverativa e delimitadora.

Os modalizadores epistêmicos asseverativos indicam que o falante considera verdadeiro o valor da proposição P, seja uma afirmação ou negação, de forma que não há dúvidas sobre o conteúdo afirmado ou negado. Esse tipo de modalização produz, como efeito de sentido, uma ênfase do conteúdo proposicional e revela um alto grau de adesão do falante em relação ao que enuncia.

Castilho e Castilho (2002) listam algumas das expressões que funcionam como modalizadores asseverativos:

a) Afirmativos: *realmente, evidentemente, naturalmente, efetivamente, obviamente, reconhecidamente, logicamente, seguramente, verdadeiramente, certamente, absolutamente, forçosamente, indubitavelmente, exato, claro, certo, lógico, pronto, na realidade, sem dúvida, mesmo.*

b) Negativos: *de jeito nenhum, de forma alguma.*

No que diz respeito à modalização epistêmica quase-asseverativa, como o próprio nome assinala, o falante considera o conteúdo de P como quase certo, próximo à verdade ou como algo que precisa ser ainda confirmado. É expressa por meio de predicadores quase-assertivos, tais como: *eu acho, eu suponho, é provável que P*. Esses predicadores indicam que há baixa adesão do falante em relação ao conteúdo verbalizado, como nos seguintes quase-asseverativos: *talvez, assim, possivelmente, provavelmente, eventualmente.*

O terceiro tipo de modalização epistêmica proposta pelos autores, a delimitadora, estabelece os limites dentro dos quais o conteúdo de P deve ser realizado. Os autores citam como exemplo os seguintes delimitadores: *quase, um tipo de, uma espécie de, em geral, em princípio, fundamentalmente, basicamente, do ponto de vista de + adj, geograficamente, biologicamente, historicamente, profissionalmente, pessoalmente.*

Além da modalização epistêmica, já exemplificada, a modalização deôntica mostra como o falante estabelece uma relação com o conteúdo de P de tal forma que este deve, precisa ocorrer obrigatoriamente.

Ao fazer uso desse tipo de modalização, o falante deseja atuar fortemente sobre o interlocutor. Segundo Castilho e Castilho (2002), esse tipo de modalização pode ser representada pelo predicador “tem que P”. Os autores identificaram os seguintes modalizadores deônticos: *obrigatoriamente, necessariamente.*

Já a modalização afetiva exclui qualquer possibilidade de atitude de caráter epistêmico ou deôntico com respeito ao conteúdo proposicional P. Em vez disso, revela verbalizações de reações emotivas do falante em relação a esse conteúdo e podem ser representadas pelo predicador “eu sinto X em face de P”. Para os referidos autores, há dois tipos de modalizadores afetivos: subjetivos e intersubjetivos.

Os subjetivos expressam predicação dupla: a predicação do falante em face de P e a da própria proposição: *felizmente, infelizmente, curiosamente, surpreendentemente, espantosamente*.

Os intersubjetivos expressam uma predicação simples, assumida pelo falante em face de seu interlocutor, a propósito de P: *sinceramente, francamente, lamentavelmente, estranhamente*.

De acordo com Neves (2010), falar de modalização é falar de conceitos lógicos, como *possibilidade, necessidade, probabilidade, factualidade*, apesar de os estudos da lógica modal estarem preocupados com a estrutura formal das modalidades em termos de valores de verdade, independentemente do enunciador. A autora reconhece, entretanto, que não é um problema de fácil resolução. Em seus estudos, fica evidente que, embora alguns linguistas tenham tentado fazer essa distinção, há, ainda, resquícios da marca lógica, como por exemplo, nas definições.

Com relação aos diversos tipos de modalidade, diz Neves (op. cit.) que a *modalidade alética* reflete a escala do necessário ao impossível, passando pelo possível e pelo contingente. Tal modalidade, no ponto de vista da autora, é dificilmente detectada nas línguas naturais, já que no discurso comum é improvável haver casos de sentenças apenas aleticamente modalizadas. “É muito improvável que um conteúdo asseverado num ato de fala seja portador de uma verdade não filtrada pelo conhecimento e julgamento do falante” (NEVES, 2009, p. 160). Assim, as modalidades alética, epistêmica e deôntica têm sido consideradas básicas, sendo a primeira reduzida às investigações lógicas, restando praticamente a epistêmica e a deôntica.

Para a autora, a modalidade epistêmica está relacionada com a necessidade e possibilidade e a deôntica a obrigações e permissões. Ela ainda acrescenta outros tipos de modalidades em sua classificação, como a *bulomaica* ou *volitiva*, que está relacionada aos desejos do falante e a *disposicional* ou *habilitativa*, relativa à disposição, habilitação, capacitação de alguém para realizar algo. O estudo de Neves considera ainda outros tipos de modalidades, como as *avaliativas*, *temporais*, *causais*, *probabilísticas* bem como os meios *prosódicos*, presentes na modalização em linguagem falada.

Assim, de acordo com a autora (op. cit., p. 168), os meios linguísticos por meio dos quais a modalidade pode ser expressa nos enunciados são diversos, entre os quais ela destaca:

1- verbo auxiliar modal (ex.: *pode, deve*); 2 - verbo de indicação de opinião, crença ou saber (ex.: *acredito que*); 3- advérbio (ex.: *provavelmente*); 4- adjetivo em posição predicativa (ex.: *É impossível que...*); 5- substantivo (ex.: *Tenho a impressão de que...*); 6- categorias gramaticais de tempo/ aspecto / modo do verbo da predicação (ex.: *Esta obra talvez tenha sido um dos...*); 7 - utilização de primeira pessoa do singular (ex.: [...] o feminismo é para mulheres muito especiais, *eu acho*).

Nascimento (2009), que tem uma preocupação em analisar o fenômeno com maior amplitude, lança um olhar que vai para além do enunciado “[...] o fenômeno da modalização vai do enunciado ao texto, ultrapassando as fronteiras da proposição para o discurso como um todo.” (ibidem, p. 1369).

Desde 2005, Nascimento tem proposto uma classificação das modalidades, em princípio, influenciado pelos trabalhos de Castilho e Castilho (2002) a partir dos quais fez algumas alterações. Uma delas é a respeito da “modalização afetiva”, preferindo referir-se a esse tipo de modalização como *avaliativa*, pois

[...] mais que do que revelar um sentimento ou emoção do locutor em função da proposição ou enunciado, esse tipo de modalização indica uma avaliação da proposição por parte do falante, emitindo um juízo de valor e indicando ao mesmo tempo, como o falante quer que essa proposição seja lida. (NASCIMENTO, 2005, p 64).

Também há que se notar um novo olhar lançado sobre a modalização deôntica, analisada a partir de uma concepção semântico-argumentativa, em que Nascimento (2010) enxerga além dos aspectos formais ou retóricos e funcionais. “Assim, é possível afirmar que a presença de um deôntico, em um enunciado, além de revelar como o locutor deseja que o conteúdo seja lido, estabelece parâmetros para interlocução, gerando diferentes efeitos argumentativos e pragmáticos” (NASCIMENTO e SILVA, 2012, p. 88).

Em estudos posteriores, Nascimento e Silva (2012) propõem uma classificação das modalizações:

Quadro 8 - Tipos de modalização

Tipos de Modalização	Subtipos	Efeito de sentido no enunciado ou enunciação
Epistêmica – expressa avaliação sobre o caráter de verdade ou conhecimento	Asseverativa	Apresenta o conteúdo como algo certo ou verdadeiro
	Quase-asseverativa	Apresenta o conteúdo como algo quase certo ou verdadeiro
	Habilitativa	Expressa a capacidade de algo ou alguém realizar o conteúdo do enunciado
Deôntica – expressa avaliação sobre o caráter facultativo, proibitivo, volitivo ou de obrigatoriedade	De obrigatoriedade	Apresenta o conteúdo como algo obrigatório e que precisa acontecer
	De proibição	Expressa o conteúdo como algo proibido, que não pode acontecer
	De possibilidade	Expressa o conteúdo como algo facultativo ou dá permissão para que algo aconteça
	Volitiva	Expressa um desejo ou vontade de que algo ocorra
Avaliativa – expressa avaliação ou ponto de vista	-----	Expressa avaliação ou ponto de vista sobre o conteúdo, excetuando-se qualquer caráter deôntico ou epistêmico
Delimitadora	-----	Determina os limites sobre os quais se deve considerar o conteúdo do enunciado

Fonte: Nascimento e Silva (2012).

Ressaltamos que tal classificação será tomada como base para as análises realizadas nesta pesquisa. Ainda, a respeito do tratamento dado a esse tema, Nascimento e Silva (2012) verificaram a existência de coocorrência de modalização, por exemplo, da modalização deôntica com outros modalizadores no mesmo enunciado ou no mesmo discurso, com efeitos de sentido diversos. Outro ponto a ser ressaltado em seus estudos é que um mesmo item lexical pode expressar diferentes modalidades. Salientam os autores que, para a identificação da modalidade expressa, é necessária uma análise semântico-discursiva do item em questão.

Por se tratar de um fenômeno complexo, e que implica, segundo Nascimento (2009, p. 1376), “[...] uma série de fatores de ordem linguística e de ordem pragmática, é necessário investigar ainda mais a Modalização em diferentes gêneros textuais/discursivos”, tarefa que nos propomos fazer com essa pesquisa, filiando-nos a esses pressupostos nas análises desenvolvidas com este trabalho.

3.4 VERBOS *DICENDI* MODALIZADORES

No capítulo primeiro, referimo-nos ao papel dos verbos *dicendi* ao introduzir o discurso no âmbito do fenômeno polifônico. No capítulo segundo, voltamos a mencionar a presença de tais expressões verbais como elementos introdutórios de uma voz alheia quando do estudo do SE-locutor. Nesta seção, trataremos do tema com maior detalhamento, na perspectiva do fenômeno da modalização.

Nascimento (2005), ao estudar o gênero notícia, observou como a modalização pode ser utilizada para avaliar o discurso de outro locutor. Isso ocorre, por exemplo, quando o locutor responsável pela notícia traz para seu texto o discurso de diferentes locutores, como no exemplo a seguir, estudado pelo autor (*ibidem*, p. 134):

Exemplo 69:

“‘Eu e Patrícia somos um casal bastante feliz’, reage o candidato”.

Assim, o locutor responsável pela notícia (L1) traz o discurso de um segundo locutor, no caso, o candidato, através do verbo *dicendi* “reagir”. A utilização desse verbo indica que o discurso do candidato (L2) deve ser lido como uma reação.

Com esse exemplo, Nascimento (*op. cit*) mostra que os verbos *dicendi* “ [...] não são apenas meros introdutórios de discurso ou relato” (NASCIMENTO, 2005, p. 195). Segundo o autor, no gênero notícia, discurso eminentemente polifônico, o locutor, além de trazer outros locutores na construção do texto, assume posições com relação a esses locutores: “Funcionam, nesse caso, como modalizadores epistêmicos ou avaliativos” (p. 195). Isso significa que, além de terem a função de introduzirem o discurso do *outro*, tais verbos são portadores de sentido e podem indicar o modo como esse discurso ou relato deve ser lido.

Nascimento analisou a ocorrência dos verbos *dicendi* em outros gêneros e, de acordo com sua pesquisa, a definição proposta em 2005 tem se confirmado. Nascimento (2009) classifica os verbos *dicendi* em dois grupos:

- Não-modalizadores ou de primeiro grupo: *dizer, falar, perguntar, responder, concluir* etc.
- Modalizadores ou de segundo grupo: *acusar, protestar, afirmar, declarar* etc.

De acordo com essa classificação, os verbos *dicendi* não-modalizadores são os que introduzem o discurso de um segundo locutor - L2 sem deixar marcas ou avaliação do locutor que o apresenta, ou seja, o locutor responsável por todo o enunciado – L1.

Para Nascimento (Ibidem), o locutor L1, ao apresentar o discurso de um outro locutor por meio de verbo *dicendi* não-modalizador, também indica o ato verbal realizado por esse mesmo locutor L2, podendo ser um ato de fala, de pergunta, de resposta etc. Ao realizar tal ato, L1 se mantém numa atitude de distância com relação ao discurso introduzido. Mesmo assim, apresenta uma certa interpretação de tal discurso, ao indicar que tipo de ato foi realizado: uma pergunta, resposta etc.

O segundo grupo de verbos *dicendi*, o dos modalizadores, é formado pelos verbos que, além de introduzirem o discurso de um outro locutor, o fazem incorporando determinados efeitos de sentidos modais a respeito do que está sendo apresentado. Assim, indicam uma “avaliação, modalização ou direção desse discurso pelo locutor que os apresenta (L1)” (NASCIMENTO, 2009, p. 55). Assevera o autor que tais verbos podem ser epistêmicos ou avaliativos.

Serão epistêmicos quando veicularem um grau de certeza por parte de L1 acerca do enunciado de L2, como no exemplo abaixo (NASCIMENTO, 2009, p. 55, grifos do autor):

Exemplo 70:

Passada a primeira semana do horário eleitoral gratuito, duas pesquisas apontam queda de Ciro Gomes (PPS) e crescimento de José Serra (PSDB) na disputa pela Presidência da República.

Com esse exemplo, Nascimento explica como o verbo *dicendi* “apontar” funciona como um modalizador epistêmico quase-asseverativo, utilizado por L1 ao colocar em cena o discurso de L2 como uma hipótese, no campo da sugestão, expressando, dessa forma, uma avaliação sobre o valor de verdade de tal discurso.

Retomando o exemplo 69 “‘Eu e Patrícia somos um casal bastante feliz’, **reage o candidato**”, verifica o autor que se trata de um caso de modalização avaliativa pelo fato de o verbo *dicendi* “reagir” ter sido usado por L1 para apresentar o trecho “Eu e Patrícia somos um casal bastante feliz” como uma reação de L2, emitindo, assim, uma avaliação axiológica ou juízo de valor a respeito do trecho inserido no enunciado.

O estudioso (2009) ressalta que, em suas análises, considera como *dicendi* qualquer verbo utilizado por L1 para apresentar o discurso de outro locutor L2, mesmo que tais verbos sejam utilizados em outros discursos ou situações com outros objetivos. Nesse sentido, há verbos tipicamente *dicendi* e há “verbos que, em determinadas contextos, podem funcionar como *dicendi* ou não”. (NASCIMENTO, 2009, p. 56), sendo esses últimos, os chamados verbos potencialmente *dicendi*.

Destacamos que esse ponto de vista também é compartilhado por Anscombre (2010). Apesar de termos já tratado desse assunto no capítulo anterior, vale recordar que o linguista também reconhece a dificuldade de circunscrever os verbos *dicendi* com precisão, pois, de acordo com seus estudos, esses verbos podem assumir vários sentidos conforme o contexto. Informamos que, embasados nesses autores, adotaremos o mesmo posicionamento em nossas análises.

Outros autores já haviam observado o comportamento de tais verbos. É o caso de Neves (2000), que os coloca na categoria de *verbos de elocução* e assim os define: “Os **verbos de elocução** são **verbos** introdutores de discurso (**discurso direto** ou **discurso indireto**) (p. 47, grifos da autora).

Para a autora, no discurso direto, o falante tem uma responsabilidade menor, como ocorre no exemplo a seguir:

Exemplo 71:

E o pior é que ela sabia assinar. Aí, diz que o padre tirou o papel do bolso e disse: “Então assine aqui”.

No discurso direto, o controle das expressões fica circunscrito à própria oração citada e assim não depende da referência ao falante. Já o discurso indireto não envolve citação literal, mas uma paráfrase em que o falante assume a responsabilidade pelo que é referido, como se pode verificar no exemplo a seguir (ibidem), versão em relato indireto, do exemplo anterior:

Exemplo 72:

E o pior é que ela sabia assinar. Aí, diz que o padre tirou o papel do bolso e disse que **ela** assinasse **lá**.

Nesse exemplo, o falante controla a correferência do pronome (ela) e do advérbio dêitico (lá); note-se que dêixis deixa de ficar centrada no sujeito do verbo.

Em seus estudos, Neves (ibidem, p. 48) divide os verbos de elocução em dois grandes grupos: a) Verbos de dizer ou verbos *dicendi* e b) Verbos que introduzem um discurso, mas que não necessariamente indicam atos de fala.

A respeito do grupo a) *Verbos de dizer ou verbos dicendi*, são considerados pela autora como tais, os verbos de elocução propriamente ditos, isto é; verbos de ação cujo complemento direto é o conteúdo do que se diz. Fazem parte desse grupo os verbos *falar, dizer, gritar, berrar, exclamar, sussurrar, cochichar* etc.

A autora faz, ainda, uma subdivisão do primeiro grupo, separando os verbos *falar* e *dizer*, que são considerados neutros, básicos, dos demais, como *gritar, berrar, exclamar, sussurrar, cochichar* etc. que trazem, em seu significado, informações sobre o modo de realização do enunciado. Ainda pertencem a esse grupo os verbos *retrucar, repetir, completar, emendar, arrematar, tornar* etc. sendo esses, de acordo com Neves (2000), os que podem acrescentar informações sobre a cronologia discursiva.

Ainda, a respeito dos “Verbos de dizer ou verbos *dicendi*”, na classificação de Neves, há uma correlação entre os verbos considerados “neutros ou básicos”, que correspondem aos verbos “não-modalizadores, ou de primeiro grupo”, na classificação proposta por Nascimento (2009) e que também ocorre com os demais verbos desse grupo, a exemplo de *gritar, berrar, exclamar, sussurrar, cochichar* etc. que se encontram no mesmo grupo proposto por Nascimento por haver uma relação com os atos de fala.

Apesar de a autora não se referir explicitamente ao fenômeno da modalização discursiva por meio dos verbos *dicendi*, há, ainda, algumas formas pertencentes ao primeiro grupo – o dos “Verbos de dizer ou verbos *dicendi*” e que se apresentam, segundo Neves (2000), lexicalizando o modo que caracteriza esse dizer. São verbos como *queixar-se, comentar, confidenciar, observar, protestar, explicar, avisar, informar, responder, sugerir* etc. que podem ser parafraseados por: *dizer uma queixa, dizer um comentário, dizer uma confidência* e assim por diante.

A autora (2000) apresenta os seguintes exemplos para ilustrar a ocorrência dos verbos do primeiro grupo:

Exemplo 73:

A professora *disse* que o aluno não tinha feito a prova.

Exemplo 74:

A professora *gritava* que o aluno não tinha feito a prova.

Exemplo 75:

A professora *repetia* que o aluno não tinha feito a prova.

Comparando-se os exemplos 73 e 74, observamos que há uma diferença no modo de realização. No exemplo 73, o locutor responsável pelo enunciado como um todo (L1) traz a voz da professora de uma forma diferente de como a realiza no enunciado 74. Nesse enunciado, L1 constrói o discurso introduzindo um L2 por meio do verbo *dicendi* gritar, de forma que o enunciado seja lido como um grito, diferente da realização do enunciado apresentado no exemplo anterior. Já no exemplo 75, temos, além de outras informações, o tempo marcado e até uma certa dinamicidade no enunciado por meio da utilização do *dicendi* repetir.

Ainda, no quadro de verbos de elocução, além dos verbos *dicendi*, Neves (2000) inclui os b) *Verbos que introduzem discurso*, mas não necessariamente indicam atos de fala, e também faz subdivisões. Assim, temos: b.1) *Verbos que instrumentalizam o que se diz* e b.2) *Verbos que circunstanciam o que se diz*.

Sobre o primeiro caso, trata-se de verbos que indicam ações realizadas com o uso de um instrumento, mas que podem se consistir, eventualmente, em um dizer, tais como; *acalmar, ameaçar, consolar, desiludir e garantir*, como pode se verificar no exemplo da autora a seguir:

Exemplo 76:

Eu o *ameacei* com um processo junto à corregedoria de Justiça.

Em que se pode ameaçar alguém com uma faca, com palavras ou gestos.

Sobre o segundo caso, segundo a autora, são verbos que indicam as circunstâncias que caracterizam o ato de fala e assim expressam uma ação ou processo que se realiza ao mesmo

tempo em que o dizer se realiza. O exemplo abaixo, também da autora (ibidem), ilustra essa ocorrência:

Exemplo 77:

– Como? – *Espantou-se* – Quer prestar exames no Ateneu e me vem com “um tiquinho” para Aritmética?

Alguns dos verbos que também se comportam dessa forma, segundo a autora, são: *rir*, *chorar*, *suspirar*.

Travaglia (2003), ao discutir sobre o processo de ensino-aprendizagem de alguns verbos e propor procedimentos didáticos para o seu ensino, propõe uma classificação, e os divide em dois grandes grupos: os verbos lexicais e os verbos gramaticais.

De uma forma geral, no primeiro grupo, estão os verbos relacionados a situações identificáveis ao mundo “biopsicofisicossocial”, segundo o autor (2003, p. 163), funcionando como lexemas:

- de situação dinâmica:

a) de ação: *comprar*, *escrever*, *andar* etc.

b) de acontecer: b.1): transformativos: *engordar*, *escurecer* etc.

b.2): fenômenos: *chover*, *ventar* etc.

b.3): fatos: *quebrar*, *morrer* etc.

- de situação estática:

a) estados: *ser*, *estar* etc.

b) localizadores: *estar em*, *situar-se* etc.

c) constantes: *saber*, *medir*, *conter* etc.

No segundo grupo – o dos verbos gramaticais – estão os verbos que exercem funções como: a) marcar categorias verbais (tempo, modalidade etc.); b) ser suporte de categorias (como no caso dos verbos de ligação); c) indicar noções gerais e abstratas em reação a uma situação apresentada por outro verbo (resultado, atribuição etc.); d) exercer funções ou papéis

textuais-discursivos (marcar relevância, indicar tempo, exercer papéis na interação, atuar como operadores argumentativos etc.).

Enfatiza o autor que outra classe importante de verbos a serem estudados (e que especialmente nos interessa neste trabalho) é a dos verbos *dicendi*. A respeito desse último tipo, assevera Travaglia que a relevância do estudo de tais verbos se dá pelos papéis e funções que eles podem assumir, a saber:

a) introduzir falas, permitindo que se veiculem informações a respeito da fala que não são reproduzidas na língua escrita, como entonações, tons, altura de voz, entre outras informações que são veiculadas por verbos como: *sussurrar, sibilar, gritar, pedir num gemido, chamar desesperado*, dentre outros;

b) dizer o tipo de fala que se produz; *perguntar, responder etc.*;

c) instituir perspectivas em que se deve tomar a fala: *segredar, instilar, acalmar etc.*

Afirma Nascimento (2005) sobre esse último grupo verbal que, ao estabelecer perspectivas, tais verbos imprimem um ponto de vista diante do dito e, assim, permitem ao locutor direcionar o modo como o discurso deve ser lido. Na acepção do autor, tais verbos são entendidos como elementos modalizadores do discurso.

Para Nascimento (op. cit), os verbos do grupo c) que *instituem perspectivas em que se deve tomar a fala* possuem duas funções: introduzir o discurso de um segundo locutor e direcionar o olhar do leitor diante do que se enuncia.

Contudo, na visão do autor, as classificações propostas tanto por Travaglia (2003) como por Neves (2000), apesar de pertinentes e apresentarem contribuições relevantes, dos verbos *dicendi* e/ ou verbos de elocução “[...] não descrevem com precisão o funcionamento dos verbos *dicendi* modalizadores [...]” (NASCIMENTO, 2005, p. 74). Portanto, para nossa pesquisa, tomaremos a classificação proposta por Nascimento (2009) por considerarmos mais detalhada e abrangente.

Findas as exposições e classificações a respeito do fenômeno da modalização, trataremos, no capítulo a seguir, acerca dos aspectos metodológicos e do gênero objeto da investigação.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

“Muitas vezes, é a própria voz da ciência que é objeto de investigação”

Nascimento, 2015, p. 350

Afirmamos em capítulos anteriores que nossa investigação está fundamentalmente embasada sob a ótica da Teoria da Argumentação na Língua, de Ducrot e colaboradores (1977, 1987, 1988, 1994 etc.) como também na contribuição de Espíndola (2004) a respeito do *uso* argumentativo que da língua fazemos.

Com o intuito de mapear como a subjetividade se manifesta no *corpus* coletado, ou seja, nas monografias de conclusão de curso – situações reais de língua em *uso* – objetivamos, com este capítulo, apresentar os procedimentos metodológicos adotados em nossa pesquisa e tecer algumas considerações a respeito do gênero escolhido como objeto de investigação. Assim, verificamos como a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT define e caracteriza tal gênero, além de alguns autores, entre eles, Marconi e Lakatos (2003), Laville e Dionne (1999). Nesse percurso, verificamos como os ideais positivistas influenciaram a concepção e elaboração das *monografias de conclusão de curso* e fazemos uma crítica ao emprego desse termo como sinônimo ou equivalente a *trabalho de conclusão de curso*.

4.1 QUESTÕES METODOLÓGICAS INICIAIS

Importante relembrar que iniciamos nossa pesquisa defendendo que a subjetividade está presente na língua e, conseqüentemente, se materializa também nas monografias de conclusão de curso, ainda que esse gênero possua como características a imparcialidade e o tratamento mais cuidadoso para com a linguagem, a fim de eliminar qualquer caráter de pessoalidade, já que se trata da busca de precisão no que se refere a resultados de pesquisas científicas.

Conforme expusemos, no que diz respeito à linguagem, uma das características dos gêneros pertencentes a esse universo é que devem prezar pela objetividade e, em suas

construções, deve-se evitar ambiguidade. O foco deve se voltar para o objeto a ser pesquisado, mantendo-se distância entre esse e o observador, no caso, o pesquisador. Assim, a linguagem deve ser limpa de impressões pessoais para promover, além do rigor científico, a experimentação, a validade, as leis e, conseqüentemente, refletir a precisão nos procedimentos investigatórios e nos resultados de pesquisas.

Confrontando as leituras realizadas e o gênero em questão, nossa hipótese é a de que a subjetividade se manifesta no gênero monografia de conclusão de curso através de fenômenos polifônicos, como a polifonia de locutores e o *ON-locuteur* (SE-locutor), além da modalização e de estratégias de impessoalidade que pretendem ocultar a presença do locutor ou isentá-lo da responsabilidade enunciativa.

Especificamente, referimo-nos à polifonia de locutores manifesta pela utilização dos discursos relatados em estilos direto e indireto, com verbo *dicendi* modalizador ou não. Além disso, tivemos um interesse particular em estudar a ocorrência do SE-locutor, que aqui tratamos como uma forma de polifonia e como estratégia de impessoalidade. Investigamos também diferentes estratégias de impessoalidade usadas pelo locutor responsável pelo discurso para criar a imagem de que o discurso apresenta a si próprio, ou seja, como se o discurso fosse autônomo, sem haver um locutor responsável pelo enunciado como um todo.

Para as investigações acerca do fenômeno da polifonia de locutores, tomamos por base os estudos de Nascimento (2014) que também servem de parâmetro para as análises do fenômeno do SE-locutor, juntamente com os trabalhos de Anscombre (2005, 2010, 2014). Destacamos que o SE-locutor é um caso de polifonia, ponto de vista defendido por Anscombre, corroborado por Nascimento (2015) e que decidimos manter.

Feitas as análises com foco no fenômeno do SE-locutor – que entendemos ser também um caso de impessoalidade – verificamos como as demais marcas de impessoalidade se manifestam no *corpus*. Para isso, nos apoiamos nas pesquisas empreendidas por García Negroni (2008).

Nesse sentido, a pesquisa que ora se desenvolve possui o caráter descritivo-interpretativista, uma vez que está pautada na identificação da materialização linguística da subjetividade e na descrição do funcionamento linguístico-discursivo de tal achado. É, portanto, um trabalho de base qualitativa, pois não há preocupação em quantificar os dados.

Essas decisões de ordem metodológica, assim como nossa hipótese, estão em consonância com os procedimentos adotados nos estudos empreendidos pelo projeto Estudos Semântico-Argumentativos e Enunciativos na Língua e no Discurso: marcas de (inter) subjetividade e de orientação argumentativa (ESAELD), desenvolvido no âmbito da Universidade Federal da Paraíba.

Considerando nossa hipótese, bem como o fenômeno a ser analisado – o processamento da subjetividade em monografias de conclusão de curso –, traçamos o seguinte percurso: i) estudo mais aprofundado a respeito da Teoria da Argumentação na Língua, com foco no fenômeno da polifonia e da impessoalidade – realizado no capítulo um; ii) aprofundamento dos estudos acerca do papel do *outro* na manifestação da subjetividade, desenvolvido no capítulo dois; iii) compreensão e aprofundamento do fenômeno da modalização e de seu processamento na língua; realizado no capítulo três; iv) descrição do gênero monografia de conclusão de curso; tarefa desempenhada no capítulo quatro; v) análise dos fenômenos estudados – descrita no quinto capítulo.

Para a análise, coletamos quatro monografias de conclusão de curso a partir de trabalhos disponibilizados na rede mundial de computadores. Dessa forma, nossa pesquisa tem como *corpus* trabalhos de conclusão dos seguintes cursos: Engenharia Elétrica, Direito, História e Economia.

As monografias foram obtidas a partir de sites de Universidades Federais – que disponibilizam os trabalhos para o público em geral após serem defendidos. Por razões de espaço, tais monografias foram gravadas em CD e disponibilizadas nos anexos desta tese. Esclarecemos que não há nenhuma pretensão de compararmos as Ciências Exatas e as Ciências Humanas, nem as monografias entre si, por não ser esse o foco de nosso trabalho.

Escolhidas as monografias, fizemos uma primeira leitura para constatar a presença dos fenômenos investigados e verificar sua recorrência. Em seguida, a partir das demais leituras para elaboração dos capítulos teóricos em razão dos objetivos traçados para esta investigação, decidimos por duas categorias principais de análise: a polifonia de locutores e as estratégias de impessoalidade.

Cabe aqui destacar que o fenômeno do SE-locutor nos saltou aos olhos como uma ocorrência muito peculiar de polifonia e que também possui relação com as estratégias de

impessoalidade. Consequentemente, decidimos por incluí-lo entre essas duas categorias principais de análise. Nesse sentido, os objetivos de nossa pesquisa são:

- identificar, descrever e analisar o funcionamento semântico-discursivo da polifonia de locutores, através do discurso relatado em estilo direto e indireto com verbo *dicendi* modalizador ou não;
- identificar, descrever e analisar o funcionamento de um caso particular de polifonia, a ocorrência do SE-Locutor; que é tratado, nesta pesquisa, também como um caso de impessoalidade discursiva;
- identificar, descrever e analisar diferentes estratégias de impessoalidade presentes no gênero

Para atingirmos os objetivos de pesquisa delineados, estabelecemos algumas categorias de análise para procedermos à seleção e catalogação do material linguístico, descritas a seguir.

4,2 CATEGORIAS DE ANÁLISE E CATALOGAÇÃO

Para a investigação da polifonia de locutores, tomamos por base os estudos de Nascimento (2014), em concordância com a categorização de modalização proposta por Nascimento e Silva (2012), descrita no capítulo três dessa tese, quadro 8: “Tipos de modalização”, sendo observadas as seguintes ocorrências:

a) Discurso relatado em estilo direto

- a.1) com verbo *dicendi* não-modalizador ou termo equivalente;
- a.2) com verbo *dicendi*-modalizador ou termo equivalente;

b) Discurso relatado em estilo indireto

- b.1) com verbo *dicendi* não-modalizador ou termo equivalente;
- b.2) com verbo *dicendi* modalizador ou termo equivalente

c) Discurso relatado em estilo direto corroborando o discurso relatado em estilo indireto

No que diz respeito à ocorrência do fenômeno do SE-locutor, baseamo-nos nos trabalhos de Anscombe (2005, 2010, 2014) como também nos estudos de Nascimento (2014).

A partir das leituras realizadas, fizemos uma sistematização das propriedades linguísticas que nos permitem concluir a presença do SE-Locutor nos enunciados. Tal quadro resumitivo pode ser localizado no capítulo dois desta tese com a seguinte identificação: “*Quadro 5: Traços linguísticos que permitem identificar a presença de SE-Locutor em enunciados*”. Com base nesse quadro, analisamos o fenômeno por meio de ocorrências que categorizamos em três grandes grupos:

- a) marcadores mediativos genéricos;
- b) termos equivalentes que exercem o papel de introdutores de SE-Locutor;
- c) frases genéricas e formas sentenciosas.

Para proceder à investigação acerca da utilização de estratégias de impessoalidade, tomamos por base os estudos de García Negroni (2008, 2009), descritos também no segundo capítulo desta pesquisa. Assim, analisamos tal fenômeno por meio da ocorrência de estratégias de impessoalidade com maior e menor grau de responsabilidade enunciativa.

Com relação à ocorrência de maior distanciamento, os seguintes elementos linguísticos são observados:

- 1) uso de nominalizações;
- 2) uso de metonímia;
- 3) uso impessoal combinado com infinitivo;
- 4) uso de passivas.

No que diz respeito às estratégias de menor distanciamento, analisamos as seguintes ocorrências:

- 1) uso da primeira pessoa do plural com referência genérica;

- 2) uso da primeira pessoa do plural considerando o leitor como participante do grupo;
- 3) uso da primeira pessoa do plural com o autor do texto em uma atitude de modéstia;
- 4) uso de pessoa coincidente.

Definidas as categorias de análise, procedemos às leituras seguintes para catalogação das ocorrências. Para fins de identificação, cada monografia recebeu um código, assim distribuído:

Engenharia Elétrica	M1
Direito	M2
História	M3
Economia	M4

em que M significa Monografia. A numeração serve apenas como referencial para a ordem em que as apresentaremos nas análises. Convém esclarecer que cada trecho de análise foi catalogado com a letra T e a respectiva numeração de identificação. Assim, o código T1M1 se refere, por exemplo, ao trecho 1 da Monografia 1, que, no caso, corresponde à monografia de Engenharia Elétrica. Dessa forma, as monografias utilizadas para fins de exame de qualificação são as seguintes:

M1 – GERAÇÃO DE ENERGIA ATRAVÉS DE PAINÉIS FOTOVOLTAICOS: um estudo comparativo entre técnicas de mppt

M2 – O PROTAGONISMO JUDICIÁRIO NA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS

M3 – MEN OF COLOR, TO ARMS!: as tropas negras na guerra civil americana (1861 – 1865)

M4 – QUANDO ESTIVERMOS TODOS MORTOS: uma análise pós-keynesiana do longo prazo

Ressaltamos que, por razões operacionais, não utilizaremos as monografias em sua totalidade, mas os textos compreendidos entre a introdução e a conclusão. Tais monografias constam, em sua íntegra, nos anexos em CD, sendo possível consultá-las em sua forma original.

Alertamos que, apesar de algumas monografias apresentarem inconsistências no que diz respeito à correção gramatical, preferimos não interferir, preservando os desvios em relação à norma culta, permanecendo a forma original dos trechos analisados. É importante também registrar que, em alguns casos, o mesmo trecho pode ser utilizado para análises com diferentes propósitos, dada a ocorrência de fenômenos diferentes em um mesmo parágrafo. Também ressaltamos que não descreveremos todos os trechos encontrados na análise, mas uma amostra que consideramos significativa para as discussões. Os demais trechos estão devidamente catalogados, de forma que podem ser acessados nos apêndices.

4.3 O GÊNERO MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO

Antes de descrevermos o gênero que escolhemos como objeto para nossas análises, é primordial deixar clara nossa opção por utilizar os termos *gêneros do discurso/discursivo* ou *gênero textual* de modo intercambiável nesta pesquisa.

Também é importante esclarecer que entendemos por gêneros o que postula Bakhtin (2000), que os compreende como “[...] *tipos relativamente estáveis de enunciados*”. Segundo o teórico, a utilização da língua se dá em forma de enunciados, sempre “concretos e únicos”. E assim o autor (2000, p. 293) define enunciado⁷⁰ como a “[...] unidade real da comunicação verbal [...]”, sendo determinado por três fatores: i) o tratamento exaustivo do objeto; ii) a intenção do locutor e iii) a sua estruturação em um gênero do discurso (2000, p. 299).

Ressaltamos que, ao considerar o elemento *intenção* do locutor em sua definição de enunciado, Bakhtin (2000) leva em consideração a existência da *subjetividade* inerente ao gênero, ideia com a qual concordamos. Assim, o elemento *intencionalidade* mencionado por Bakhtin (op. cit), aponta para a subjetividade, que é inerente a qualquer gênero discursivo. Essa subjetividade, conforme sugere o próprio autor, se manifesta, entre outros aspectos, pela intencionalidade e pelo próprio estilo linguístico do locutor responsável pelo enunciado.

⁷⁰ Note-se que o termo “enunciado” aproxima-se do que hoje se considera como texto. Não se deve confundir, portanto, com a expressão “enunciado” tal como empregado na Teoria da Argumentação na Língua de Ducrot (1988).

Ainda, segundo o estudioso, (2000, p. 279) o enunciado reflete as condições específicas e também as finalidades de cada esfera da atividade humana através de seus elementos indissolutos: a) conteúdo temático; b) construção composicional e c) estilo verbal. Ressaltamos que esses três elementos servirão como base para a caracterização do gênero monografia de conclusão de curso nesta pesquisa.

Além dessas considerações, destacamos que Marcuschi (2008) compreende os gêneros como textos que encontramos no nosso cotidiano e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos, com funções, objetivos enunciativos e estilo, ponto de vista do qual também compartilhamos.

4.3.1 O que dizem os manuais

Marconi e Lakatos (2003, p. 234) definem monografia de conclusão de curso como um trabalho escrito que trata especialmente de um ponto da ciência. As autoras compreendem esse gênero como “[...] um estudo sobre um tema específico ou particular, com um suficiente valor representativo e que obedece a rigorosa metodologia. Investiga determinado assunto não só em profundidade, mas também em todos os seus ângulos e aspectos”. Assim, sua característica essencial é o caráter do trabalho e a qualidade da tarefa, ou seja: o nível de pesquisa.

Votre, Pereira e Gonçalves (2010, p. 76) defendem que a palavra monografia pode ser entendida de mais de uma forma. De uma maneira mais ampla, como “qualquer trabalho acadêmico dissertativo obedecendo ou não às regras de metodologia e padronização da ABNT”. A segunda forma é como um “trabalho de conclusão de curso, que deve seguir uma série de normas e padrões da escrita acadêmica”. Ressaltam, ainda, os autores que, dependendo da universidade, seu nome pode mudar para “trabalho de conclusão de curso” ou “artigo de conclusão de curso”, mas suas características permanecem inalteradas.

Segundo os autores, a monografia de conclusão de curso contribui para a qualidade da formação do aluno universitário, pois o coloca em contato com o ambiente de pesquisa e o faz produzir escrita acadêmica, tratando-se geralmente de uma pesquisa bibliográfica ou

empírica, na qual o aluno conta com o apoio de um orientador que o acompanha e ajuda na condução dos seus estudos.

Para Medeiros (2006), as monografias, de uma forma geral, além de outros objetivos, cumprem o papel de apresentar e discutir um problema, caracterizar um fenômeno, por meio de revisão bibliográfica, investigações, experimentos, além de expor os resultados obtidos.

A Norma Técnica Brasileira, (NBR) 14724:2011, trata, no subitem 3.35, acerca da conceituação de trabalho de conclusão de curso de graduação, utilizando para esse a mesma definição utilizada para *trabalho de graduação interdisciplinar, trabalho de conclusão de curso de especialização e/ou aperfeiçoamento*. Essa norma os define como “documento que apresenta resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa, e outros ministrados” (ABNT, 2011, p. 4). Diz ainda a referida norma que o trabalho deve ser feito sob a coordenação de um orientador.

A respeito das definições, de uma forma geral, constatamos dois equívocos: o primeiro, diz respeito ao emprego dos termos *trabalho de conclusão de curso* e *monografia/monografia de conclusão de curso* como equivalentes e intercambiáveis. O segundo, resultante do primeiro, reside na ideia de que o trabalho de conclusão de curso deve possuir o formato de uma monografia, ou seja, na modalidade escrita, como resultado de uma pesquisa bibliográfica ou empírica.

Frisamos que os documentos oficiais que mencionaremos a seguir trazem uma prescrição diferente daquela comumente difundida.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394, de dezembro de 1996⁷¹ (doravante LDB 9394/96), em seu artigo 53, por exemplo, garante ao ensino superior maior flexibilidade na organização curricular dos cursos e reconhece uma crescente heterogeneidade tanto na formação como nas expectativas e interesses dos alunos. Assim, a LDB 9394/96 confere autonomia às universidades para “[...] II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes...”, por meio de parâmetros curriculares detalhados. Consequentemente, os documentos decorrentes dessa legislação reverberam tal

⁷¹ Convém ressaltar que foi publicada uma nova versão da LDB em 2017.

determinação, como o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES 776/97)⁷² que estabelece a orientação geral para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação, reafirmando a garantia da flexibilidade, como também a criatividade e a responsabilidade das instituições ao elaborarem suas propostas curriculares. Entre as ações que estão sob a responsabilidade das universidades está a de decidir acerca das orientações para a condução das avaliações por meio de instrumentos variados e que sirvam para informar a docentes e discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas.

Assim, como parte do processo de avaliação, cada instituição de ensino superior deve decidir acerca de incluir nos currículos de seus cursos de graduação o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Deverá, portanto, emitir regulamentação própria, aprovada por seu Conselho Superior Acadêmico, a respeito de: critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas para a elaboração do trabalho.

Nesse sentido, refutamos a ideia apresentada em alguns manuais de Metodologia, no que se refere à equivalência entre os termos *trabalho de conclusão de curso* e *monografia/monografia de conclusão de curso* bem como a ideia de que o trabalho de conclusão de curso deve ser escrito, pois conforme o Parecer Nº 289/2003 do Conselho Nacional de Educação

[...] o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC deve ser entendido como um componente curricular opcional da instituição que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em determinada área teórico-prática ou de formação profissional do curso, na forma disposta em regulamento (BRASIL, 2003)⁷³.

Retomando nossas observações acerca das definições apresentadas, nota-se que o gênero monografia de conclusão de curso é bastante controlado. As palavras *norma*, *padronização*, *regra*, *rigor*, *método*, entre outras, povoam as definições e reverberam ideias ligadas ao universo científico, da precisão em resultados.

O cuidado e controle com a descrição do problema, caracterização do fenômeno, investigação e resultados são parte do fazer científico e, por isso, a figura do orientador é uma

⁷² Outros pareceres tratam da mesma temática, a exemplo dos Pareceres CNE/CES Nº583/2001, 67/2003 etc.

⁷³ Há outras resoluções que tratam da mesma temática, como as Resoluções CNE/CES Nº5 134/ 2003, 289/2003, 9/2004 etc.

condição para sua produção. Além disso, a monografia precisa ser avaliada por um grupo de professores/pesquisadores da área investigada, com titulação superior (especialistas, mestres, doutores) para que seja recebida, aceita no meio acadêmico, a partir do cumprimento de uma série de procedimentos e rituais, entre eles, a apresentação oral do trabalho seguida dos comentários e ou perguntas da banca de avaliadores. Ao ser aceito como válido, o trabalho também pode ser utilizado como referencial para investigações futuras.

Ainda tratando de questões de cunho metodológico e procurando situar o gênero na classificação proposta por Bakhtin (2000), a monografia de conclusão de curso é classificada como um gênero do discurso secundário (complexo), porque reflete uma comunicação cultural mais evoluída, principalmente na escrita.

A respeito da classificação por domínios discursivos, sugerida por Marcuschi (2008, p. 190), a monografia de conclusão de curso pertence ao domínio discursivo instrucional (científico, acadêmico e educacional).

4.3.2 Acerca da objetividade, imparcialidade e precisão prevista nos textos normatizadores

Buscando compreender de que maneira as concepções sobre o fazer científico acabaram por influenciar as ideias que perpassam os manuais pertencentes a esse universo e, conseqüentemente, a forma como as monografias devem ser construídas, fizemos um breve levantamento sobre tais questões.

Segundo Laville e Dionne (1999), para sobreviver e facilitar sua existência, o ser humano sempre se confrontou com a necessidade de dispor do saber. Ao longo de sua história, foi necessário desenvolver vários modos de aquisição ou desenvolvimento do saber até chegar ao que hoje julgamos mais eficaz: a pesquisa científica e outras formas de conhecimento, sendo esses constitutivos de uma forma de saber fundamentado ou fundado. Há, porém, outros tipos, como os saberes espontâneos ou fundamentados no senso comum, na intuição e ou tradição, conforme citamos no capítulo 2 deste trabalho e que são resumidos em dois grupos por Anscombe (2014): *saber fundado e saber alegado* ao tratar, como vimos, do fenômeno do SE-locutor.

Assim, o homem, ao perceber a fragilidade de alguns tipos de saber, tratou de desenvolver e de dispor de conhecimentos mais confiáveis. É, portanto, uma longa trajetória, desde a reflexão filosófica dos gregos, passando pela Idade Média com suas asserções dominadas pela religião, ao século XVII, com a ciência representando a união entre o experimental e o racional. A partir daí, o pensamento científico moderno começa a ganhar força, com o homem racional cada vez mais preparado para compreender e dominar os fenômenos, por meio das Ciências Naturais.

No século XIX, a ciência triunfa. O homem desse século percebe como o método aplicado à natureza se mostra eficaz e resolve aplicá-lo também ao próprio ser humano. Surgem as ciências humanas, desenvolvidas sob uma construção do saber científico baseada no empirismo, *objetividade*, experimentação, validade, leis e *precisão* ou perspectiva positivista. Assim, todas as ciências humanas sofreram sua influência. Mais tarde, porém, os limites, algumas ambiguidade e inadequações desse modelo foram questionados.

O positivismo tornou-se especialmente enfraquecido quando foi aplicado ao domínio humano, pois, para os positivistas, o valor do conhecimento pousava sobre o procedimento e a quantificação das observações.

Ainda, de acordo com Laville e Dionne (1999), houve um desgaste dessa ideia ao se perceber que o conceito de *objetividade*⁷⁴ como aquilo que preserva o objeto, como o que permite revelar sua natureza sem que sua integridade seja alterada, passava pelo papel do pesquisador e não mais dependia exclusivamente do objeto de estudo, nem do método. A relação com o objeto de estudo passa a ser considerada, e, assim, mais um elemento é incluído no fazer científico: a *subjetividade* do pesquisador, que interpreta os dados colhidos, que faz a observação do objeto. Entretanto, não é uma subjetividade gratuita. Ressaltam os autores (1999, p. 39) que o que se espera do papel do pesquisador é que sua subjetividade seja “[...] racional, controlada [...] mesmo sabendo que o pesquisador não pode ser perfeitamente objetivo”.

A partir dessas considerações, entendemos que os manuais normatizadores estão, de certa forma, ecoando uma concepção positivista do fazer científico, ao focar exclusivamente no caráter objetivo, na precisão, no rigor que entendemos serem tão necessários a esse gênero

⁷⁴ É importante não confundir tal conceito com o que descrevemos no capítulo 1, quando tratamos da Teoria da Argumentação da Língua, de O. Ducrot (1988).

discursivo e cuja linguagem reflete essa *esfera da atividade humana* – para usar um termo do próprio Bakhtin (2000). Contudo, é preciso levar em consideração que há outros elementos presentes em tais produções, tal é o caso da subjetividade, inerente à língua e ao próprio pesquisador, como um ser que interage com o objeto pesquisado.

4.1.3 Características do gênero monografia de conclusão de curso

Para procedermos à caracterização propriamente dita do referido gênero, retomamos os preceitos de Bakhtin (2000) com relação aos elementos constitutivos e indissociáveis dos gêneros: o conteúdo temático, a construção composicional e o estilo verbal.

No que diz respeito ao conteúdo temático, podemos afirmar que as monografias de conclusão de curso tratam de qualquer tema ligado a qualquer área de investigação. É, portanto, um gênero que dialoga com as várias ciências e diversos tipos de saber com tema específico ou particular de uma ciência ou parte dela. Refletem um estudo pormenorizado e exaustivo, abordando vários aspectos e ângulos do caso, com um tratamento extenso do assunto escolhido por meio de uma metodologia específica. Além disso, devem apresentar contribuição importante, original e pessoal para a ciência.

Ainda, no se refere ao conteúdo, é importante destacar que há, nas monografias, um querer-dizer, uma *intencionalidade* (KOCH, 2002) que se manifesta ao longo do estudo e que é expressa pelo locutor responsável pelo que está dito/registrado na pesquisa, mesmo que tal conteúdo precise ser envolvido por um tratamento especial, a linguagem do discurso acadêmico.

Sobre a construção composicional, como já vimos, a monografia é um dos gêneros que possui a sua composição mais normatizada, pelos motivos já expostos neste trabalho. Citamos, inclusive, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (doravante ABNT), entidade privada e sem fins lucrativos, fundada em 1940, órgão responsável pela normalização técnica no Brasil. É, portanto, o Foro Nacional de Normalização por reconhecimento da sociedade brasileira desde a sua fundação, sendo membro fundador da International Organization for Standardization (Organização Internacional de Normalização - ISO), além de membro de outras comissões internacionais. A ABNT é responsável pela publicação das Normas

Brasileiras (ABNT NBR), elaboradas por seus Comitês Brasileiros (ABNT/CB), Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ONS) e Comissões de Estudo Especiais (ABNT/CEE).

Assim, a ABNT é considerada uma referência em padronização, servindo como parâmetro para autores de livros técnicos que tratam sobre como produzir trabalhos acadêmicos, como observam Leitão e Pereira (2014, p. 23) “As orientações evidenciadas pela ABNT são retomadas pela maioria dos autores dos Manuais de Metodologia Científica. Em alguns casos, essa recuperação aparece com recomendações adicionais [...]”. Essa é, segundo as autoras, uma tentativa de sanar, ainda, algumas lacunas deixadas pelos documentos da referida associação, que obviamente não consegue dar conta da contínua sistematização em constante evolução, como é o caso da produção científica.

Ainda, sobre a construção composicional, frisamos que a norma que rege as prescrições no tocante às monografias de conclusão de curso é a NBR 14724 de 2011 sobre trabalhos acadêmicos. Segundo a referida norma, a estrutura de um trabalho acadêmico compreende elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

Com a finalidade de orientar os graduandos no sentido de elaborarem suas monografias de conclusão de curso, a norma determina que os elementos pré-textuais obrigatórios sejam os seguintes: capa, folha de rosto, folha de aprovação, resumo na língua vernácula, resumo na língua estrangeira e sumário. Acerca da obrigatoriedade com relação aos elementos textuais em si, a norma prescreve introdução, desenvolvimento e conclusão. As referências são o único elemento pós-textual obrigatório. As normas da ABNT determinam as demais formatações necessárias para a composição das pesquisas e que não serão pormenorizadas aqui por questões de espaço e por não ser este nosso objeto de estudo.

Para Marconi e Lakatos (2003), as monografias devem, de uma maneira geral, apresentar, estruturalmente: introdução, desenvolvimento e conclusão. As autoras também fazem um detalhamento acerca de como tais trabalhos podem ser produzidos, mas afirmam que deve ser um trabalho escrito, sistemático e completo acerca de um determinado tema.

Todas essas características devem tomar o formato de diagramação previsto para esse fim, conforme previsto nos manuais e ou ABNT, de maneira que, se apresentada de outra forma, não pode ser considerada como monografia de conclusão de curso.

O estilo verbal é, sem dúvida, o elemento constitutivo e indissociável desse gênero que mais interesse desperta para a pesquisa que ora empreendemos. Dados os propósitos

comunicativos desse gênero, o estilo é formal por essência. Sabemos que a ênfase na impessoalidade, neutralidade e precisão são uma tentativa de deixar a linguagem mais objetiva e livre das marcas de quem a produz, um sujeito que, por meio desse estudo, se inicia na vida acadêmica e que precisa ser aprovado por um grupo de participantes da comunidade acadêmica para ser aceito. Tal cuidado com a linguagem é consequência, como já explicitado, de uma concepção científica pautada no paradigma positivista, com foco no método, no modelo empírico de fazer ciência.

Assim, há predomínio na linguagem de marcas de impessoalidade em que o texto é apresentado como isento de responsabilidade enunciativa. O aluno em fase de conclusão de curso, ciente de que precisa satisfazer às exigências desse universo discursivo, procura fazer uso de determinados recursos linguísticos buscando a linguagem objetiva, o que, ao nosso entender, se configura em uma pretensa imparcialidade. Conforme discutido no capítulo 3 desse estudo, sabemos que o sujeito deixa marcas no texto porque não há como separar objetividade e subjetividade (NASCIMENTO, 2009).

Garcia Negroni (2008, 2009), que investiga o discurso acadêmico, identifica, por exemplo, nos artigos científicos, formas “desagentivadas”, como a voz passiva com a partícula “se”, outras estruturas impessoais, além de formas nominais metonímicas nas quais as conclusões dos estudos parecem “não ser de ninguém”, sendo atribuídas aos próprios textos. Há, inclusive, outros recursos mencionados pela estudiosa e que serão tratados com maior profundidade no quinto capítulo desta tese, quando faremos uma análise mais detalhada sobre essas ocorrências.

Nascimento (2015, p. 348), que também estuda os gêneros discursivos pertencentes ao universo acadêmico, registra um fenômeno bastante peculiar “[...] a apresentação de um locutor-narrador em terceira pessoa responsável pelo discurso como um todo”. Tal estratégia, bastante eficaz, visa criar a imagem de um discurso autônomo, em que a ciência parece dar voz a si mesma.

Todavia, segundo o referido autor,

[...] ainda que um texto se apresente de forma impessoalizada com um locutor-narrador em terceira pessoa, responsável pelo discurso como um todo (L1), a subjetividade desse locutor se manifesta no texto através de outras marcas linguístico-discursivas, a exemplo dos verbos *dicendi*. (NASCIMENTO, 2015, p. 348)

Ainda de acordo com Nascimento, a subjetividade pode ser percebida por outros elementos linguístico-discursivos presentes na materialidade linguística. É o caso da polifonia, modalização, do SE-locutor e demais estratégias de impessoalidade, já mencionadas em capítulos anteriores e que serão foco de nossas análises no capítulo cinco.

A respeito da pretensa impessoalidade em produções acadêmicas, Leitão e Pereira (2014) relatam, em seus estudos, a ocorrência – ainda que tímida – de discursos em que prevalece uma concepção interpretativista da ciência, com menor densidade de termos técnico-científicos e enunciados com maior expressividade, tal é o caso de expressões linguístico-discursivas de cunho avaliativo.

É importante frisar que, mesmo lançando mão de recursos linguísticos que visem apagar as marcas da responsabilidade enunciativa, ocultar as marcas de sujeito, apagar as expressões de um pesquisador que testa a eficácia de um método, analisa dados e avalia resultados chegando a conclusões, não há como manter-se neutro, imparcial e isento em todos os momentos do discurso, pois, como defende Bakhtin (1982), esse é um espaço de dialogismo enunciativo. Há, portanto, marcas de subjetividade inerentes ao discurso.

Antes de passarmos para o capítulo das análises, é importante dizer que a perspectiva adotada em nosso trabalho leva em consideração que há, também, da parte do interlocutor uma reação (MARCUSCHI, 2002) provocada por tal texto, de aceitar ou não a intenção pretendida. Em outras palavras, ao identificar a intenção, cabe ao interlocutor ou leitor da monografia reconhecê-la como pertinente ou não.

É importante lembrar que, além dessa perspectiva, entendemos que a argumentação é intrínseca à língua, sendo elemento constitutivo, e assim, se faz presente nas monografias. Some-se a isso, o fato de que “[...] os gêneros são modelos comunicativos. Servem, muitas vezes, para criar uma expectativa no interlocutor e prepará-lo para uma determinada reação” (MARCUSCHI, 2002, p.33). Desta feita, entendemos que a objetividade é uma construção linguística intencional. “A neutralidade é apenas um mito; o discurso que se pretende ‘neutro’, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade.” (KOCH, 2002, p. 17, grifo da autora).

García Negroni (2008, p. 118), em seu trabalho a respeito dos modos de dizer do sujeito no discurso acadêmico, diz que o estudo “[...] das marcas da argumentação, entre

outros, permite colocar em evidência que a dimensão polifônica e subjetiva se materializa também na escrita científico-acadêmica por meio da mera utilização da linguagem”.

É nesse sentido que afirmamos que o estilo verbal, mais que o conteúdo temático e a construção composicional, despertam nosso interesse, pois é por meio do estilo verbal que podemos perceber como os fenômenos linguísticos se manifestam em sua complexidade.

Como será visto no capítulo seguinte, debruçar-nos-emos sobre fenômenos que marcam a presença do sujeito nas produções acadêmicas, ora se apresentando como responsável pelo enunciado, ora se ausentando dessa responsabilidade enunciativa, mas sempre fazendo uso de estratégias, de recursos oferecidos pela língua, como é o caso do fenômeno da polifonia, da modalização, do SE-locutor e de demais estratégias de impessoalidade.

5 MAPEANDO AS MARCAS DE SUBJETIVIDADE

“O fazer científico não se constrói no acaso, mas em consonância com a voz do outro, devidamente apresentado e identificado discursivamente”.

Nascimento, 2015, p. 350

5.1 POLIFONIA DE LOCUTORES

Para a análise da polifonia de locutores dos enunciados a seguir, adotamos as seguintes convenções:

Designação	Cor da fonte
L1- para indicar o discurso do locutor responsável pelo enunciado como um todo	preto, sem destaque
L2 - para indicar o discurso do segundo locutor, introduzido por L1	preto, em negrito
<i>Verbos dicendi e termos equivalentes</i>	vermelho

Importante destacar que, nas análises de trechos em discurso relatado, quando ocorrer citação de grande extensão, parte dela será subtraída por razões de espaço, nos casos em que não houver prejuízo à análise. Essa indicação será sinalizada por meio de colchetes [...]. Há, ainda outra observação a ser feita: em alguns recortes, é possível visualizar um número após o nome dos autores citados. Esse número corresponde à nota de rodapé citada no texto original, com as informações de data e ano de publicação das obras referenciadas.

Feitas essas observações, vejamos como se processa a polifonia de locutores no discurso relatado.

5.1.1 DISCURSO RELATADO EM ESTILO DIRETO

5.1.1.1 Discurso relatado em estilo direto com verbo *dicendi* não-modalizador ou termo equivalente⁷⁵

⁷⁵ Com base em Nascimento (2005), consideramos *termo equivalente* as expressões que assumem papel de verbos *dicendi*.

Objetivando identificar, descrever e analisar o funcionamento semântico-discursivo da polifonia de locutores no discurso relatado em estilo direto com verbo *dicendi* não-modalizador, observamos que a voz de um segundo locutor (L2), além de marcar linguisticamente a presença de um dado ponto de vista, desempenha funções discursivas ao serem introduzidas pelo locutor responsável pelo enunciado como um todo (L1).

Assim, identificamos nas monografias investigadas três funções desempenhadas por L2: a) corroborar⁷⁶ o que foi apresentado por L1; b) fundir-se à voz de L1, dando continuidade discursiva ao enunciado; c) corroborar o que foi apresentado e acrescentar uma explicação mais detalhada ou conceito a respeito do tema tratado.

A seguir, descrevemos tais ocorrências:

5.1.1.1.1 Discurso relatado em estilo direto com L1 introduzindo uma voz que corrobora o que foi apresentado

M2T9

Diante do exposto, a pergunta formulada por Carvalho⁷⁹ serve de reflexão, diante das distorções existentes entre a crescente atuação dos grupos organizados nas ações diretas de constitucionalidade e a dificuldade encontrada individualmente pelos cidadãos de conseguirem assistência na busca da efetivação dos seus direitos, em específico, os sociais. **Vejamos:**

Não podemos deixar de notar ainda que, diferente do acesso à justiça comum que possui diversos problemas que não iremos aqui discutir, o acesso aos interesses dos grupos organizados da sociedade brasileira foi amplamente contemplado, seria esta diferença uma nova forma de participação da sociedade organizada via judicialização ou mais uma faceta da desigualdade crônica brasileira?

O recorte M2T9, extraído de uma monografia do curso de Direito, traz um exemplo de discurso relatado em estilo direto com L1 introduzindo uma voz que corrobora o que foi apresentado, ou seja, comprova.

⁷⁶ É importante frisar que empregamos o verbo *corroborar* no mesmo sentido usado por Barbosa e Nascimento (2014) no estudo “O estilo direto corroborando o estilo indireto no gênero resenha acadêmica: estratégia semântico-argumentativa”, cf. referências bibliográficas. Em tal estudo, os autores empregam o verbo *corroborar* no sentido de “comprovar”, “confirmar”, “ratificar”, “reafirmar”, ou ainda, “fortalecer”, “justificar” o dito, sendo alguns desses sentidos registrados também no Grande Dicionário Houaiss, cf. referências bibliográficas.

O locutor L1, responsável pela monografia, ao discorrer sobre o tema *atuação de grupos organizados nas ações diretas de constitucionalidade versus dificuldade de acesso à assistência para efetivação de direitos, no caso de iniciativas individuais*, após expor seu ponto de vista em desfavor dos grupos organizados, insere a voz de um segundo locutor (Carvalho), em forma de pergunta, que tem como função confirmar, comprovar o pensamento apresentado por L1.

Antes de introduzir as palavras de Carvalho, L1 orienta discursivamente o interlocutor, situando-o a respeito de como a pergunta deve ser compreendida: “a *pergunta* formulada por Carvalho⁷⁹ *serve de reflexão* diante das distorções [...]”. Em seguida, L1 introduz a voz de L2, utilizando, para isso, o verbo “ver”, que desempenha, nesse trecho, o papel de um verbo *dicendi* não-modalizador. Note-se que o verbo ocorre conjugado na primeira pessoa do plural, na forma “vejamos”, grafada na cor vermelha. Assim, o efeito de sentido produzido por esse uso é o de um chamamento, um convite para que o interlocutor participe juntamente com L1 da “reflexão”, numa clara estratégia de orientação discursiva.

O ponto de vista trazido por tal “reflexão” corrobora o pensamento de L1, apresentado em forma de pergunta, cujo conteúdo trata do mesmo posicionamento já apresentado. Ao se referir ao *acesso individualizado à justiça*, L2 faz uso do adjetivo “diversos”, o que amplia semanticamente o valor associado ao substantivo “problemas”, produzindo uma avaliação do acesso “à justiça comum” como ineficiente.

Observamos também, nesse trecho, que L2 coloca o acesso à justiça por grupos organizados como “amplamente contemplado”, com o uso do advérbio potencializando, de forma positiva, como tal acesso tem sido bem-sucedido. Ao contrapor esse dois pontos de vista, L2 faz uso do recurso da ironia, ao questionar se essa diferença no acesso para os grupos seria “uma *nova forma de participação da sociedade organizada* via judicialização”, já que ativa o ponto de vista segundo o qual a participação da sociedade de forma organizada em se tratando de contexto brasileiro, é um absurdo. Logo, o recurso da ironia é utilizado para guiar o interlocutor no sentido de rechaçar tal ponto de vista.

A conclusão a que L1 quer fazer o interlocutor chegar, com a pergunta que traz para o interior do seu discurso, está exatamente na segunda opção oferecida na pergunta “ou mais uma faceta da desigualdade crônica brasileira?”. O efeito de sentido produzido por tal uso de jogo de palavras e vozes é uma assimilação do discurso de L2 por L1, tentando, com essa estratégia, guiar o interlocutor às mesmas conclusões por ele traçadas, pois é senso comum

que não há participação da sociedade organizada e sim uma desigualdade crônica na sociedade brasileira. É nesse entrelaçar de vozes que o discurso de L1 está montado, revelando a sua subjetividade por meio do recurso polifônico e da modalização.

M2T10

Devido a essa situação, faz-se mister que a Administração Pública se justifique quando um determinado recurso for desviado para fim diverso do previsto no orçamento. A discricionariedade administrativa não é absoluta, devendo existir o controle jurisdicional em razão dos princípios norteadores como a moralidade e a publicidade, principalmente quando a consecução de determinados direitos fundamentais sociais não pode ser realizada sob o manto da “escassez artificial” de recursos. Nesse diapasão, Olsen⁶⁵:

Neste âmbito, a escolha e alocação de recursos feita para um determinado fim, e não para outro, necessitará de justificação. A partir do momento que se torna a escassez de recursos econômicos, para a realização dos direitos fundamentais como uma escassez artificial, e não natural, quando se está consciente de que o Estado escolhe dedicar recursos a um determinado fim, no lugar de outros, torna-se possível, e desejável, que esta alocação de recursos seja justificativa sob o ponto de vista constitucional. É certo que existe uma margem de discricionariedade que deve ser respeitada, todavia, também existe margem de controle.

No fragmento acima, ao tratar do tema *escassez de recursos e controle jurisdicional*, L1 defende o ponto de vista segundo o qual a Administração Pública deve se justificar quando um determinado recurso for utilizado para um fim diferente daquele previsto no orçamento, obedecendo-se, com esse procedimento, aos princípios da moralidade e publicidade.

Esse posicionamento é construído por meio das expressões modalizadoras “faz-se mister que” no trecho *faz-se mister que a Administração Pública se justifique quando um determinado recurso for desviado para fim diverso do previsto no orçamento* e “devendo existir” no trecho *devendo existir o controle jurisdicional em razão dos princípios norteadores como a moralidade e a publicidade*, imprimindo aos conteúdos proposicionais um caráter deôntico de obrigatoriedade, como algo que precisa acontecer.

Na sequência, L1 continua defendendo o seu ponto de vista a respeito da necessidade de justificativa e, para isso, faz uso do advérbio modalizador “principalmente”, que funciona discursivamente como uma ênfase que recai sobre todo o restante do enunciado: *principalmente quando a consecução de determinados direitos fundamentais sociais não pode ser realizada sob o manto da “escassez artificial” de recursos*.

Observe-se que L1 ainda faz uso da expressão “manto”, semanticamente correspondente a uma cobertura ou proteção, para se referir à escassez de recursos nos casos em que determinados direitos fundamentais sociais não são atendidos. Assim L1 pretende, com esse expediente, colocar a “*escassez artificial*” de recursos como um pretexto para a não consecução dos referidos direitos.

Findas as suas colocações, L1 traz para o interior do discurso, a voz de L2, Olsen, por intermédio da expressão “Nesse diapásão”, cuja equivalência semântica é a de expressar uma mesma linha de pensamento; representando, com uma palavra que remete a um instrumento musical, uma “afinação” de argumentos e, assim, antecipa ao interlocutor sua posição em relação à voz que traz para o interior de seu discurso.

A passagem de um locutor para outro é graficamente indicada por meio dos dois pontos, que marca a entrada do discurso de L2 em estilo direto. Assim, a vírgula, após a expressão introdutória “Nesse diapásão”, ocupa o lugar de um verbo *dicendi* não-modalizador, que poderia ser o verbo “dizer”, por exemplo. Trata-se, portanto, de uma ocorrência de verbo *dicendi* não-modalizador oculto, com a vírgula marcando a elipse verbal, termo que pode ser recuperado pelo contexto enunciativo.

Analisando as palavras de L2, observamos que esse segundo locutor defende o ponto de vista que já identificamos nas palavras de L1: o de que a *alocação de recursos necessita de justificativa*. Esse ponto de vista é marcado pelo emprego do verbo deôntico “necessita”, que expressa a respeito do dito uma avaliação sobre o caráter de obrigatoriedade, como em: *a escolha e alocação de recursos feita para um determinado fim, e não para outro, necessitará de justificção*.

Na continuidade discursiva, L2 explica as razões pelas quais a justificativa é necessária e, para isso, faz uso dos adjetivos “possível” e “desejável”, que imprimem caráter deôntico ao que se enuncia, sendo, o primeiro, a expressão de possibilidade; permissão dentro da lei para que a justificativa aconteça. O segundo expressa uma avaliação por parte de L2 não apenas volitiva, em termos de desejo ou vontade para que algo ocorra, mas nesse contexto, e sendo o enunciado acompanhado da construção delimitadora “*sob o ponto de vista constitucional*”, L2 pretende que a utilização do termo “desejável” seja revestida de um valor semântico acentuado, como algo que precisa acontecer.

Continuando sua exposição, L2 faz uso da asseverativa “*É certo que*”, ao colocar o conteúdo proposicional “*existe uma margem de discricionariedade que deve ser respeitada*” como a expressão de uma verdade, materializada em uma construção impessoal cujo efeito de sentido é apresentar um conhecimento sem se responsabilizar pelo dito. Há, ainda, nesse trecho, a ocorrência do deôntico de obrigatoriedade “deve”, que incide sobre o enunciado: *a margem de discricionariedade ser respeitada* indicando estar previsto em lei que a Administração Pública deva lançar mão de tal margem quando houver recurso desviado para outro fim que não seja o previsto em orçamento.

Em seguida, L2 usa a conjunção adversativa “todavia” no trecho “*também existe a margem de controle*” para introduzir um pensamento que se contrapõe à conclusão obtida pelo interlocutor a partir do segmento anterior (a de que a margem de discricionariedade deve ser respeitada e que, portanto, não há necessidade de justificativa a respeito do recurso alocado para outro fim).

Há que se notar, nesse trecho, a ocorrência de modalização delimitadora, materializada pela expressão “*margem de*”. Observe-se que nesse contexto, o delimitador “*margem de*” assume um caráter quase-asseverativo ao deixar expresso que tanto a “discricionariedade” como o “controle” não são totais, mas parciais, dentro de determinados limites. Esse emprego atenua o caráter asseverativo do enunciado.

Ao trazer à tona no enunciado a *existência da margem de controle*, após o uso de uma conjunção adversativa (no caso, elemento ativador de polifonia), L2 quer fazer emergir uma voz a partir da conclusão que coincide/corresponde exatamente ao seu posicionamento em favor de que a Administração Pública se justifique.

Por fim, mas não menos importante, é a expressão “Nesse âmbito”, utilizada por L2 no início do parágrafo e que afeta todo o enunciado, colocando-o dentro dos limites nos quais o conteúdo (sua análise) deve ser compreendido.

Com essa análise de entrelaçamento de vozes e uso de recursos linguísticos ao se construir pontos de vista, queremos dizer que L1 assimila o discurso de L2, ou seja, traz para o enunciado uma voz que sustenta o mesmo ponto de vista que o seu, numa relação dialética de construção de conhecimento e que tem a função de comprovar o que foi apresentado.

5.1.1.1.2 Discurso relatado em estilo direto com L1 introduzindo uma voz que se funde a sua voz, dando continuidade discursiva ao enunciado iniciado por L1

M2T11

A alegação de inconstitucionalidade na ação direta deve se fundar, **segundo** lições de Meirelles Teixeira, “**na violação de determinado preceito ou princípio, expresso ou implícito da Constituição, não no seu espírito como um todo**”³³.

No trecho M2T11, o locutor responsável pela monografia (L1) trata do tema *tipos de ações e controle de constitucionalidade*. Ao iniciar um parágrafo curto sobre um tipo dessas ações, L1 coloca em cena um segundo locutor, responsável por tal conhecimento.

Assim, L1 utiliza o deôntico “deve” para indicar que *a alegação de inconstitucionalidade* precisa estar fundamentada em algo, direcionando a interlocução. Para seguir na exposição do seu ponto de vista, ou seja, a fim de completar o seu pensamento, L1 introduz a voz de L2 (Meirelles Teixeira) por intermédio da conjunção “segundo” – em destaque, na cor vermelha.

Tal conjunção é uma palavra introdutora de citação e funciona de maneira análoga a um verbo *dicendi* não-modalizador, conforme mostram Barbosa (2015) e Bessa (2015) em seus estudos.

O efeito de sentido gerado por essa troca de locutores é o de unidade discursiva. (Observe-se o uso do delimitador “determinado” no trecho “*na violação de determinado preceito ou princípio [...]*”, ponto de vista expresso por L2 e assimilado por L1). Com essa estratégia de troca de locutores, há uma aproximação tal de ideias que L1 inicia o enunciado e L2 conclui, numa confluência de vozes, sendo L2 uma autoridade responsável pelo conhecimento apresentado. Veja-se que o discurso é construído como uma espécie de encaixe de vozes, de um ponto de vista que L1 toma como seu, assimilando-o, mas que o atribui a um segundo locutor, isentando-se pela responsabilidade enunciativa.

5.1.1.1.3 Discurso relatado em estilo direto com L1 introduzindo uma voz que, ao corroborar o que foi apresentado, acrescenta uma explicação mais detalhada ou conceito a respeito do tema tratado.

M2T13

Ademais, é salutar observar que a redemocratização encampada pela Constituição Federal de 1988, fomentou a renovação dos membros do Supremo Tribunal Federal, até então

vinculados ao Regime Militar, bem como o fenômeno da judicialização, que agregado a outros fatores levou a transferência de poder para os juízes decidirem questões que até então cabiam ao Executivo ou ao Legislativo. De forma ínsita, Luis Roberto Barroso⁶ **conceitua** a judicialização, da seguinte forma: **Judicialização significa que algumas questões de larga repercussão política ou social estão sendo decididas por órgãos do Poder Judiciário, e não pelas instâncias políticas tradicionais: o Congresso Nacional e o Poder Executivo – em cujo âmbito se encontram o Presidente da República, seus ministérios e a administração pública [sic.] em geral [...].**

No trecho em tela, ao desenvolver o tema *judicialização*, L1 inicia um novo parágrafo com o advérbio “*Ademais*”, orientando o interlocutor no sentido de que pretende apresentar o argumento mais forte de uma escala argumentativa em relação a algo que já havia sido referido no decorrer da monografia. Ato contínuo, emprega a construção impessoal modalizadora avaliativa “*é salutar observar que*”, com o objetivo de chamar a atenção para o que vai ser dito, em seguida, a respeito da redemocratização.

De forma geral, o ponto de vista apresentado por L1, é o de que a redemocratização *fomentou a renovação dos membros do Supremo Tribunal Federal* e também a *judicialização*. Assim, com o objetivo de esclarecer o termo *judicialização*, L1 lança mão da expressão modalizadora “*De forma ínsita*”, que imprime caráter delimitador e também avaliativo, incidindo sobre o discurso relatado, além de utilizar o verbo dicendi não-modalizador *conceitua*. Por meio desse recurso, o interlocutor é guiado a ler o conceito apresentado por L2 como algo natural, de forma instintiva, até. Dessa forma, L1 coloca em cena o segundo locutor, Luis Roberto Barroso.

Note-se que a introdução de L2 é feita por meio do verbo “conceituar”. Embora seja um *dicendi* não-modalizador, tal uso indica que o enunciado deve ser lido como um conceito, como uma definição. Nesse sentido, o *dicendi* não-modalizador “conceituar” assinala um ato de fala realizado por parte de L2, como descrito por Nascimento (2005), segundo o qual há um grupo de verbos que serve para introduzir o discurso e assinalar as circunstâncias em que o relato foi produzido.

Assim, L1 faz uso da palavra alheia para acrescentar um dito na forma de um conhecimento apresentado por uma autoridade no assunto, ratificando o ponto de vista apresentado inicialmente por L1, segundo o *qual teria havido uma transferência de poder de decisão ou transferência de poder de juiz do Executivo e do Legislativo – instâncias tradicionais – para o poder Judiciário*.

Não podemos deixar de mencionar nessa análise que o “conjunto de estratégias” descritas acaba por denunciar a subjetividade de L1, no sentido de que faz *escolhas* por uma construção impessoal, mas “se trai”, por exemplo, ao deixar transparecer uma avaliação em seu discurso. Em outro momento, faz uso de um *dicendi* não-modalizador para trazer a voz alheia, a qual introduz, apresenta um conceito que amplia o que foi dito e, conseqüentemente, fortalece o próprio ponto de vista de L1.

Feitas essas observações, passemos a analisar o discurso relatado em estilo direto, introduzido por um verbo *dicendi* modalizador ou termo que o substitui.

5.1.1.2 Discurso relatado em estilo direto com verbo *dicendi* modalizador ou com termo equivalente;

M2T1

Ao abordar os direitos fundamentais, indiretamente os questionamentos se voltam ao dispêndio de recursos para financiá-los, não só para aqueles que requerem uma prestação positiva, mas também aos demais.

No mesmo sentido, Virgílio Afonso da Silva⁵⁹ **afirma** que “**não são apenas aqueles direitos garantidos pelo que se convencionou chamar de norma de eficácia limitada que exigem uma ação onerosa do Estado, mas também as liberdades públicas e os direitos políticos.**”

Os custos, por exemplo, com a polícia para que esta preserve a liberdade de ir e vir dos cidadãos cristaliza o entendimento de que existem despesas para manter os direitos que demandam “um não fazer” do Estado. Esses recursos para a satisfação dos direitos fundamentais provêm da arrecadação de tributos, já que as verbas, pelo menos teoricamente, devem ser revertidas para os próprios contribuintes, seja através da manutenção das estruturas estatais ou mesmo tendo por aporte a efetivação dos direitos sociais, através de prestações positivas estatais.

No trecho acima, retirado de uma monografia do curso de Direito em que se discute o *papel do Judiciário e dos direitos fundamentais*, o locutor responsável pela monografia (L1) trata especificamente da discussão em torno do *dispêndio de recursos públicos para financiar direitos fundamentais*. Ao fazê-lo, coloca em cena um segundo locutor (L2), no caso, Virgílio Afonso da Silva, por meio do verbo *dicendi* modalizador asseverativo “afirmar”, cuja síntese semântica é “dizer + certeza”, conforme constata Nascimento (2005).

Sendo assim, no trecho analisado, o verbo *dicendi* modalizador “*afirmar*” tem dois papéis: apresentar o segundo locutor no discurso e imprimir credibilidade ao conhecimento trazido para o interior do enunciado.

Tal trecho introduzido no discurso de L1 produz o efeito de sentido de apoio, ratificação de suas palavras. Isso é feito por L2 defender a ideia de que *não só os direitos garantidos oneram o Estado, mas também as liberdades públicas e os direitos políticos*. Esse ponto de vista já havia sido expresso por L1 no primeiro parágrafo do recorte, quando L1 diz que *os questionamentos se voltam ao dispêndio de recursos para financiar os direitos, não só para aqueles que requerem uma prestação positiva, mas também aos demais*. Sendo a expressão “demais”, nesse contexto, equivalente a “outros casos”, explanados por L2 e que correspondem a, por exemplo, liberdades públicas e direitos políticos.

Há, inclusive, uma orientação argumentativa na introdução da fala de L2, assinalada com a expressão introdutória do enunciado, “*No mesmo sentido*”, que indica que as palavras de Virgílio Barroso devem ser entendidas como uma ideia que corrobora o pensamento anteriormente apresentado de L1, e que ambas as vozes caminham na mesma direção.

Na continuidade discursiva, numa espécie de retomada de turno, L1 prossegue exemplificando de que modo o Estado pode ser onerado ao manter os direitos dos cidadãos, numa clara assimilação do discurso L2 por L1.

M2T15

O reconhecimento da existência de custos não é o cerne da problemática brasileira, mas a carência de recursos e a forma como os gestores públicos enfrentam tais questões, pois **conforme acentua** José Reinaldo de Lima Lopes “**estados de escassez resultam várias vezes de escolhas feitas [...].São as escolhas de prioridade que podem levar à escassez uma área e não a outra**”.

No exemplo M2T15, há um trecho de discurso relatado em estilo direto introduzido por um verbo modalizador *dicendi* avaliativo.

L1, responsável pelo discurso como um todo, ao defender o ponto de vista segundo o qual *a carência de recursos como também a maneira como os gestores públicos atuam no enfrentamento dos problemas é que são o cerne da problemática brasileira*, traz, para o interior do seu discurso, um segundo locutor cujas palavras corroboram seu ponto de vista.

Importante ressaltar que o ponto de vista de L1 é construído por meio de um jogo polifônico onde há o recurso da negação e do elemento retificador *mas* – conforme aponta Silva (2015) em seus estudos – no trecho “*O reconhecimento da existência de recursos não é o cerne da problemática brasileira, mas a carência de recursos e a forma [...]*”, contrapondo um ponto de vista que emerge no dito, ativado por esses elementos, segundo o qual “O reconhecimento da existência de custos é o cerne da problemática brasileira”.

Na continuidade discursiva, ao justificar tal ponto de vista, L1 insere no discurso as palavras de José Reinaldo de Lima Lopes, o segundo locutor, assimilando o seu discurso. Essa identificação se dá por meio da expressão “conforme acentua”, formada por uma conjunção conformativa e pelo verbo “acentuar”, que expressa um caráter modalizador avaliativo, indicando uma orientação no sentido de que o discurso de L2 deve ser lido como um destaque. O efeito de sentido provocado por esse uso é reforçar, corroborar a tese defendida por L1.

M3T4

O major Stearns **denuncia** este panorama, **destacando** a importância do soldo para esses soldados manterem suas famílias:

“Neste momento, há um número grande deles que são destituídos (de suas famílias), porque são soldados e trabalhadores nas fortificações (...). Devido a esta destituição das famílias que estavam nos pressionando muito severamente (...). O negro está muito ansioso para saber o que restará a família dele se ele se alista, e estaria alegre de dividir o pagamento dele para o apoio deles. Se o Governo lhe pagar \$13,00 por mês, ele pode [...]

No fragmento M3T4, L1 (responsável pela monografia do Curso de História), ao narrar *a situação de vulnerabilidade dos soldados negros durante a Guerra da Secessão*, coloca em cena a tradução do inglês para o português de trechos⁷⁷ de uma carta cujo responsável enunciativo é o major Stearns (L2).

Para trazer as palavras de L2 para o seu discurso, L1 faz uso do verbo *dicendi* modalizador avaliativo “denunciar”, que incide sobre o termo “*panorama*”, que, por sua vez, remete à situação vivenciada pelos referidos soldados, guiando a interlocução no sentido de

⁷⁷ Utilizamos o trecho tal como aparece na monografia, com subtrações em parênteses.

que a narração deve ser compreendida como uma denúncia. Além do verbo “denunciar”, L1 também utiliza o avaliativo “destacar”, fazendo-se entender que na denúncia há algo que merece atenção especial.

No trecho em estilo direto, as palavras do major corroboram o ponto de vista apresentado por L1. Assim, o enunciado deve ser lido como uma denúncia das condições do soldados, com destaque para a importância do salário na manutenção das famílias.

M4T9

A intervenção judicial no remanejamento das verbas orçamentárias, diante da escassez aparente de recursos, também se justifica quando estiver em confronto a satisfação dos direitos sociais, pois como bem **reafirma** Barcellos⁶⁶, “**dentre os objetivos constitucionais se encontra a preservação da dignidade da pessoa humana, condicionando os poderes públicos a buscarem condições mínimas de vida [...]**”.

No recorte de dados acima, ao discorrer a respeito da *intervenção judicial no remanejamento de verbas orçamentárias em casos de escassez de recursos*, L1 expressa sua opinião no sentido de que apoia tal intervenção. Isso se dá por meio da construção “se justifica”, que, apesar de ser uma forma impessoal, é seguida por uma expressão de caráter limitador, assim L1 demarca, no enunciado, as circunstâncias em que sua asserção deve ser considerada: “*quando estiver em confronto a satisfação dos direitos sociais*”.

Na continuidade discursiva, para justificar sua tomada de posição, L1 utiliza a conjunção explicativa “*pois*” que ocorre com a expressão “como” indicando conformidade com o que vai ser enunciado. Em seguida, faz uso do advérbio de modo “bem”, que expressa um grau de envolvimento com o dito, uma avaliação positiva.

Assim, L1 traz a voz de L2 (Barcellos) por meio do *dicendi* “reafirmar”, modalizador epistêmico asseverativo, de forma que a voz de L2 continua discursivamente o trecho iniciado por L1. Note-se que o efeito de sentido gerado a partir do *dicendi* asseverativo é o de *afirmar mais uma vez*, ou *afirmar com segurança* o conteúdo proposicional atribuído a L2, que funciona corroborando o pensamento de L1.

5.1.2 DISCURSO RELATADO EM ESTILO INDIRETO

5.1.2.1 Discurso relatado em estilo indireto com verbo *dicendi* não-modalizador ou com termo equivalente;

M2T18

Segundo Ferdinand Lassalle²⁷, **as constituições sempre existiram, sendo um erro julgá-las como uma conquista dos tempos modernos.** Todavia, como se analisou em capítulo específico, a presença das Constituições de forma escrita, de modo que se asseguurassem princípios como a separação dos poderes e direitos fundamentais é prerrogativa da substituição do Absolutismo em Constitucionalismo moderno.

No relato acima, o locutor responsável pela monografia (L1), apresenta o discurso do locutor L2 (Ferdinand Lassalle) através da expressão introdutória “*Segundo*” – já discutida em nossas análises e que desempenha o papel discursivo de *dicendi* não-modalizador.

Nesse recorte, o discurso de L2 é introduzido em estilo indireto e, por meio do elemento introdutor de citação “Segundo”, L1 traz para o interior do enunciado o posicionamento atribuído a L2, para quem *as constituições não são uma conquista dos tempos modernos, tendo sempre existido*.

Na continuidade discursiva, L1, por meio do operador de contraposição “*todavia*” introduz um ponto de vista contrário ao de L2 e assim, um verdadeiro “jogo de vozes” é instalado no interior do discurso.

Nesse “jogo”, o primeiro ponto de vista que emerge no enunciado é o de L2. Veja-se que o advérbio “*sempre*” incide sobre o verbo “existir”. Com esse recurso linguístico, o efeito de sentido produzido é de ênfase em relação ao que se enuncia, mostrando que *faz muito tempo que as constituições existem*. Em seguida, conforme ponto de vista expresso no relato, L2 coloca como um “erro” o fato de se julgarem as constituições *como uma conquista dos tempos modernos*. A opção lexical pelo vocábulo “erro”, no sentido em que foi empregada no enunciado, principalmente em se tratando de uma monografia, sinaliza para o interlocutor que o conteúdo proposicional expresso em “*julgá-las como uma conquista dos tempos modernos*” não deve ser considerado como um conhecimento correto.

Nesse entrelaçar de vozes, é possível inferir a subjetividade de L1 – que traz o ponto de vista de L2 com a intenção de refutá-lo, lançando mão da adversativa “*todavia*” para apresentar o argumento de que *as constituições, em sua forma escrita, de modo a assegurar princípios como a separação dos poderes e direitos fundamentais surgem com o Constitucionalismo moderno*, ou seja, para L1 as constituições são uma conquista dos tempos modernos. L1 afirma, inclusive, que tal ponto de vista já havia sido analisado em um outro capítulo da monografia.

Assim, a intenção de L1, com a construção desse parágrafo, é a de trazer um conhecimento, promover uma espécie de “debate” a respeito da época em que as constituições passaram a existir e, ao fazê-lo, acaba por expressar e reforçar seu próprio posicionamento.

M2T19

Nesse primeiro momento, debruçar-nos-emos sobre esse primeiro tipo de Estado, que surgiu imediatamente após a Revolução da Independência Americana e a Revolução Francesa. Entre os teóricos mais importantes que se destacaram na propagação dos princípios regedores desse momento histórico, estava Montesquieu, que no *Espírito das Leis*, **abordou o princípio da separação dos poderes**. Esse pensador francês **deu publicidade a uma divisão antes de tudo orgânica**, pois **para ele os órgãos que legislam não podem ser os mesmos que executam nem se encarregar de decidir controvérsia**. Cada qual desempenhará funções diversas, não devendo existir vínculos de subordinação, mas independência entre os mesmos.

[...]

Essa primeira modalidade de Estado explanada, não tinha compromissos tão somente com o raio de ação do poder político, também se preocupava com a liberdade, com os direitos fundamentais de primeira geração, os direitos políticos e civis, por isso fora denominado de Estado Liberal.

Acima temos o trecho de uma monografia na qual o locutor L1, ao tratar do tema *modalidades do Estado Constitucional*, por meio do discurso relatado em estilo indireto, coloca em cena um segundo locutor: Montesquieu, filósofo iluminista.

Ao orientar discursivamente a leitura do enunciado, L1 apresenta L2 ao interlocutor fazendo uso da construção “*Entre os teóricos mais importantes que se destacaram*” onde a combinação do advérbio “*mais*” com o adjetivo “*importantes*” incide sobre o termo “teóricos”, que também é tratado com um “destaque” na propagação dos princípios relacionados ao momento histórico referido na monografia.

A utilização de tais recursos linguísticos indica uma acentuação do caráter avaliativo, ou seja, uma avaliação positiva que indica aprovação por parte de L1 em relação à figura de L2, revelando sua subjetividade e antecipando seu posicionamento em relação ao que se vai enunciar.

Ao resumir o pensamento do teórico em estilo indireto, a voz de Montesquieu é trazida para o discurso de L1 em três momentos de inserção por meio dos termos *dicendi* não-modalizadores: “abordar” (verbo) quando se refere ao *princípio da separação dos poderes*,

“dar publicidade” (expressão equivalente a “dar a conhecer”, “expor”) ao relatar a respeito da *divisão orgânica* proposta pelo autor do Espírito das Leis, e por meio da expressão “para” (preposição) ao apresentar o ponto de vista segundo o qual *os órgãos que legislam não podem ser os mesmos que executam tarefas ou que decidem controvérsias*.

No parágrafo seguinte, L1 analisa a modalidade de Estado apresentada e que representa o ponto de vista das ideias de Montesquieu, o L2. Assim, L1 retoma o pensamento de L2 assimilando-o, ao elencar os aspectos positivos de tal modalidade. Observe-se a escolha lexical “*compromissos*” na construção: “*não tinha compromissos tão somente com o raio de ação do poder político*”. Igualmente importante é notar o uso de “também” e de “se preocupava” no trecho: “*também se preocupava com a liberdade, com os direitos fundamentais de primeira geração, os direitos políticos e civis*”. Assim, o verbo “se preocupar”, indica atenção, cuidado. Já o uso da palavra “também” indica ao interlocutor que esse cuidado, a atenção, a preocupação se aplica ao trecho anterior do enunciado, ou seja, “*ao raio de ação do poder político*”, ou seja, tal modalidade de Estado apresentava duplo alcance.

Em razão do modo como L1 se dirige ao discurso de L2, bem como o reformula e o analisa, por meio de expressões de caráter positivo para se referir ao Estado Liberal, mostra como L1 aprova o discurso de L2 e assim revela sua subjetividade.

5.1.2.2 Discurso relatado em estilo indireto com verbo *dicendi* modalizador ou termo equivalente;

M2T18

Reconhecer um direito fundamental também exige do intérprete a observação dos limites expressos ao seu exercício. Todavia, a ideia de estabelecimento de restrição a direitos suscita uma problemática, pois, **como bem adverte** Friedrich Klein⁴⁶, usando das leis da lógica, **não pode existir restrição a direito individual, mas tão somente o conceito do que seja a mesma.**

O excerto acima é o parágrafo de abertura de uma das sessões da monografia M2. Nesse parágrafo, L1 problematiza *a restrição de direitos individuais*.

L1, responsável pelo discurso como um todo, inicia o seu dito afirmando que “*reconhecer um direito fundamental também exige do intérprete a observação dos limites*

expressos ao seu exercício”. Nessa asserção, a palavra “*também*” sinaliza para o interlocutor que há outras exigências no reconhecimento de um direito fundamental, inclusive *a observação dos limites expressos ao seu exercício*. Com essa construção, L1 emite uma avaliação de caráter deôntico ao que enuncia, mas não se responsabilizando pelo dito, já que a materialização linguística se dá de forma impessoalizada.

Em seguida, L1, por meio do operador de contraposição “*todavia*”, indica para o interlocutor uma mudança de rota da continuidade discursiva, ou seja, a ótica de que o *estabelecimento de restrição a direitos provoque um problema*.

No sentido de substanciar o segundo ponto de vista, L2 traz para o interior de seu discurso um segundo locutor (Friedrich Klein). É na passagem de um locutor para o outro que percebemos o posicionamento de L1 em relação a esse ponto de vista.

Ao inserir as palavras de L2, em estilo indireto, L1 utiliza o verbo *dicendi* modalizador avaliativo “advertir”, que é introduzido no discurso acompanhado dos elementos “como” e “bem”, compondo a expressão “como bem adverte”.

O advérbio “como” normalmente indica, de acordo com Garcia Negroni (2008, p. 20), conformidade com o ponto de vista introduzido, ou seja, um engajamento de L1 com relação ao discurso de L2. Dita conformidade, segundo a autora, pode ser reforçada pela presença do advérbio “bem” como ocorre em expressões do tipo “como bem disse x”. No trecho em análise, tal indicador ocorre seguido do advérbio “bem”, modalizador avaliativo positivo, acompanhado por um *dicendi* também modalizador avaliativo, no caso, o verbo “advertir”.

O funcionamento discursivo de tal combinação imprime um caráter avaliativo positivo ao ponto de vista apresentado, de forma que esse conteúdo deve ser lido como uma advertência, ponto de vista expresso pelo uso do advérbio “bem”, que indica aprovação, algo que já estava sinalizado pelo emprego do advérbio “como”, indicador de engajamento.

Assim, há uma assimilação do ponto de vista de L2 por L1, pois para L2, a restrição aos direitos individuais *não pode existir, apenas o seu conceito*. Inclusive, nas palavras de L2 há uma modalização deôntica de proibição, tais palavras expressam o conteúdo como algo que não pode acontecer, ideia assumida por L1.

M4T30

Esta relação é importante, pois mostra que não necessariamente um aumento no emprego na indústria de investimentos será proporcional ao ocorrido nos demais setores (consumo).

De forma mais geral, Keynes **admite** que $k = k'$, **implicando** que, **se houver um aumento do emprego da indústria de investimento na magnitude de n** (dada uma política fiscal expansionista, por exemplo), **o emprego total da economia crescerá n vezes**. A variação positiva da renda causada por esta expansão do investimento expande o consumo, porém inferior a esta variação, de forma que a maior poupança final iguale-se ao investimento realizado.

No trecho em tela, temos dois parágrafos de uma monografia do Curso de Economia nos quais o locutor responsável discorre sobre o tema *variação de emprego*.

A respeito do primeiro parágrafo, temos um posicionamento favorável por parte de L1 em relação à fórmula elaborada por Keynes (L2), teórico da área. Tal fórmula contém o fator multiplicador “ k ” que estabelece a relação entre emprego total e emprego primário nas indústrias de investimento ($\Delta N = k' \cdot \Delta N_2$). Assim, temos a expressão avaliativa de L1 “*Esta relação é importante*” para descrever, com aprovação, o ponto de vista de Keynes (L2) expresso em uma fórmula. Por meio do operador “*pois*”, L1 justifica seu ponto de vista: “*não necessariamente um aumento no emprego na indústria de investimentos será proporcional ao ocorrido nos demais setores*”, ponto de vista codificado na fórmula elaborada por Keynes. Nesse sentido, há um engajamento do ponto de vista de L2 por L1.

No entrelaçar de vozes que representa a explicação em relato indireto no segundo parágrafo, L1 traz a voz de L2 fazendo uso do modalizador epistêmico asseverativo “admitir” que deve ser aplicado para uma certa variável, o que pode ser traduzido como “assumir”, “tomar como verdadeiro o valor de x ”, “passar a ser”. Na continuidade discursiva, L1 utiliza o modalizador avaliativo “implicar”, para que o interlocutor leia o enunciado como uma relação de implicação na qual o aumento de uma variável influencia diretamente no aumento de outra variável.

Assim, L1 traz para a monografia a explicação de Keynes (L2) sobre o papel de tal multiplicador no contexto da fórmula apresentada, sendo essa uma maneira de assimilar seu discurso. Ao escolher trazer e explicar essa fórmula, L1 prepara o interlocutor para que, na continuidade discursiva, possa compreender como tal ponto de vista de L2 (Keynes) passa também a ser o ponto de vista adotado por L1, passo importante para a compreensão do

modelo MKS (iniciais dos teóricos Minsky, Keynes e Schumpeter) a ser adotado nas simulações computacionais realizadas na pesquisa.

5.1.3 DISCURSO RELATADO EM ESTILO DIRETO CORROBORANDO O DISCURSO RELATADO EM ESTILO INDIRETO

Em nossas investigações, percebemos, ainda, que, em alguns casos, o locutor responsável pela monografia utiliza o discurso no estilo direto para corroborar o pensamento apresentado em estilo indireto, podendo ocorrer com verbo *dicendi* modalizador ou não.

5.1.3.1 Com verbo *dicendi* não-modalizador ou termo equivalente:

M2T84

Sergio Fernando Moro⁶³ **sustenta** que a reserva do possível é uma das facetas da reserva da consistência, sendo uma forma de interpretação das normas. **Vejamos**:

Na interpretação de algumas dessas normas, especialmente das que veiculam direitos a prestações materiais, como o direito à educação ou à saúde, o juiz deve agir com redobrada cautela. Ele não pode desenvolver ou efetivar direitos sem que existam meios materiais disponíveis para tanto. Por outro lado, o atendimento de determinada pretensão a prestações materiais pode esvaziar outras. Nessas hipóteses, pode-se falar no limite da reserva do possível como faceta especial da reserva da consistência.

Na amostra acima, retirada do corpus de uma monografia do Curso de Direito, L1 dá a conhecer o locutor L2 (Sergio Fernando Moro) desde o início do parágrafo.

Antes de prosseguirmos em nossa investigação, frisamos que, apesar de estarmos focando, nessa análise, a ocorrência do verbo *dicendi* não-modalizador “*vejamos*”, é preciso registrar a presença, no trecho sob análise, de um *dicendi* modalizador “*sustenta*”, no trecho “*Sergio Fernando Moro*⁶³ **sustenta** que a reserva do possível é [...]”, já que nos propusemos a analisar a língua *em uso* e tal é a forma como ela se manifesta nesse recorte.

Desse modo, o relato é feito em estilo indireto e, por meio do verbo *dicendi* modalizador epistêmico “*sustenta*”, de valor asseverativo, semanticamente equivalente à

síntese lexical “dizer + certeza”, L1 dá a conhecer o ponto de vista de L2, para quem *a reserva do possível é uma das formas de interpretação das normas*. Esse uso funciona discursivamente como um resumo das palavras de L2.

Em seguida, L1 volta a colocar em cena L2, dessa vez, por meio do discurso direto. O relato em estilo direto, introduzido pelo verbo *dicendi* não-modalizador “vejamos”, destacado em vermelho, corrobora, reafirma o pensamento introduzido anteriormente, em estilo indireto, ao passo que convida, guia o interlocutor a compreender uma explicação mais detalhada a respeito do tema *reserva do possível*.

Atente-se que, na explicação, L2 lança mão de alguns recursos linguísticos ao defender seu ponto de vista, guiando a compreensão do interlocutor.

Inicialmente, emprega o advérbio modalizador avaliativo “*especialmente*” para chamar a atenção a respeito das normas, no que se refere ao *direito à educação e à saúde*, dando destaque a esses dois temas. Em seguida, lança mão do deôntico “*deve*” para expressar sua compreensão acerca do comportamento do juiz; esse deve proceder necessariamente de forma cautelosa, inclusive, conforme orienta o adjetivo empregado, tal cautela, deve ser “*redobrada*”. Na sequência, L2 serve-se da modalização deôntica de proibição ao expressar algo que não pode acontecer, no caso, com relação ao juiz: “*Ele não pode desenvolver ou efetivar direitos sem que existam meios materiais disponíveis para tanto*”. Logo, a conclusão que primeiro surge para o interlocutor é a de que, nos casos em que não haja meio material disponível, o direito não poderá ser efetivado.

Com a introdução da expressão “*Por outro lado*” no discurso, L2 sinaliza a entrada de um pensamento contrário, que enfraquece a ideia anteriormente apresentada. Assim, de acordo com L2, “*o atendimento de determinada pretensão a prestações materiais pode esvaziar outras*” direciona a compreensão do interlocutor no sentido de que há exceções. Por meio da expressão delimitadora “*Nessas hipóteses*”, L2 modaliza o seu discurso expressando os limites dentro dos quais o conteúdo deve ser considerado, assim tal modalização incide sobre o conteúdo proposicional *poder falar no limite da reserva do possível como faceta especial da reserva da consistência* – que inclusive, ocorre como uma possibilidade, sendo o conteúdo veiculado como algo permitido. Há, aqui, um caso de coocorrência de modalização.

É nesse imbricamento de vozes e palavras que L1 traz as palavras de L2, para aderir, sem se responsabilizar, enunciativamente, ao ponto de vista segundo o qual *a reserva do*

possível é uma forma de interpretação das normas, no discurso introduzido pelo *dicendi* não-modalizador “*vejamos*”.

M4T35

Para Keynes, esta divisão da economia em “Teoria do Valor” e “Teoria da moeda” seria incorreto. **Nas palavras do autor**,

A dicotomia correta é, no meu modo de ver, entre a teoria da indústria ou da empresa individual e das remunerações e distribuição de *dada* quantidade de recursos entre diversos usos, de uma parte, e a teoria da produção e do emprego como um todo, de outra (Keynes, 1936, p. 278).

Desta forma, com o estudo da produção e do emprego como um todo, de uma economia monetária, surge o que chamamos hoje de macroeconomia. A moeda passa a desempenhar um papel importante no estudo das trajetórias das economias capitalistas, uma vez que a mesma constitui-se como um “elo” entre o presente e o futuro (KEYNES, 1936, p. 278). É exatamente por vivermos numa economia monetária de produção que a ordem perfeita e “estável” é quase que impossível de ser alcançada pelo livre funcionamento de mercado.

No excerto em destaque, há um trecho retirado de uma monografia em que L1 traz à tona uma discussão (que se encontra em parágrafos anteriores da monografia do curso de Economia e que, por motivos de espaço, não reproduziremos aqui) a respeito da “Teoria do Valor” e “Teoria da Moeda”. Chamaremos o responsável por esse discurso de L2.

No entrelaçar de vozes a respeito do tema, L1 inicia o parágrafo seguinte trazendo as contribuições de mais um teórico, dessa vez, Keynes (L3). Assim, por meio do introdutor de citação “Para”, L1 apresenta, em estilo indireto o pensamento de L3, segundo o qual, a divisão da economia em *Teoria do Valor* e a *Teoria da Moeda*, defendida por L2, seria incorreta. Na continuidade discursiva, L1 segue apresentando os pontos de vista sem se responsabilizar pelo dito.

Corroborando o que fora relatado em estilo indireto, L1 traz a voz de L3 em estilo direto. Para isso, faz a inserção de tais palavras por meio da expressão “*Nas palavras do autor*”, que funciona discursivamente como uma expressão *dicendi* não-modalizadora, de valor equivalente a “como diz o autor” e reproduz textualmente as palavras de L3. Assim, L1 ainda não se compromete com o dito de L2 e nem com o de L3.

No trecho em estilo direto, L3, explicitamente contrário à dicotomia “Teoria do Valor” e “Teoria da Moeda” (posicionamento evidente no trecho: “*A dicotomia correta é, no meu*

modo de ver [...]”), propõe uma divisão em que *a teoria da indústria (ou da empresa individual) e das remunerações e distribuição de dada quantidade de recursos* pertença a um lado e que *a teoria da produção e do emprego como um todo* pertença a outro lado.

No parágrafo seguinte, L1 constrói uma paráfrase a respeito do pensamento de Keynes (L3). Durante a explanação das ideias de L3, L1 utiliza, na expressão “[...] *surge o que chamamos hoje de macroeconomia*”. O verbo “surgir”, flexionado na primeira pessoa do plural, indica que ele se inclui no cenário da enunciação e inclui também o interlocutor. Esse é um indício de assimilação do discurso de L3 por parte de L1, logo, de sua subjetividade.

Logo mais adiante, encerrando esse parágrafo, L1 se posiciona favoravelmente ao ponto de vista de L3, o que pode ser verificado por meio dos seguintes elementos linguísticos; “exatamente”, imprimindo um caráter asseverativo no trecho “*É exatamente por vivermos numa economia monetária de produção*” ao apresentar o conteúdo *viver numa economia monetária de produção* como algo certo; além do verbo “viver” conjugado na primeira pessoa do plural, se incluindo e incluindo o interlocutor na enunciação.

Também identificamos, por parte de L1, um uso de valor quase-asseverativo no trecho “[...] *a ordem perfeita e “estável” é quase que impossível de ser alcançada pelo livre funcionamento de mercado*” manifesto pela expressão “*é quase que impossível*”. Desse modo, podemos perceber o engajamento de L1 com o discurso de L3.

5.1.3.2 Com verbo *dicendi* modalizador

M3T2

Tratando especificamente da questão do soldo, o major é indagado acerca do recebimento desse pagamento pelos soldados negros. Stearns **reitera** que **o pagamento é irregular e insuficiente**, **afirmando** que **a administração sulista faria um investimento mais consistente caso mantivesse essas tropas pagas regularmente, isso porque a falta de soldo desmotiva os homens e prejudica seu desempenho, mesmo que nos trabalhos mais ordinários**. Mesmo estando restrito a tratar dos negros do Tennessee, o major Stearns **afirma** que **a melhor forma de se tratar os soldados negros seria lhes concedendo soldo justo e regular**:

“Elemento importante na civilização do negro é salário bom, regularmente pago. Ele sabe bem o que ele quer, e ele sabe adquirir o que ele quer, se ele tem pagamento justo e a liberdade dele, ele sabe, também, o que ele deveria evitar, e tem uma percepção muito justa de egoísmo e sagacidade considerável”.¹³⁸

Destaca-se no trecho citado acima, o papel “civilizador” da remuneração paga aos negros no exército, em paradoxal contraste com a idéia de que a guerra visava manter a

população negra escrava, o que por sua vez não requer trabalho remunerado e dentro da mesma lógica, afasta os negros do projeto de inclusão na civilização, sendo que esse propósito de civilização sempre fora um dos argumentos para a manutenção da escravidão negra no ocidente.

No excerto M3T2, o locutor responsável pela monografia do curso de História, ao discorrer sobre o pagamento dos soldados negros durante a Guerra de Secessão, apresenta as palavras do major Stearns, preocupado com a situação.

Assim, L1 (responsável pela monografia), introduz a voz de L2 (o major Stearns) na forma de discurso relatado em estilo indireto, por meio do verbo *dicendi* modalizador “reiterar”, cujo valor é equivalente a “afirmar mais uma vez”, “reforçar”. Dessa forma, tem-se uma modalização epistêmico-asseverativa em que o conteúdo *pagamento ser irregular e insuficiente* é apresentado como algo certo, verdadeiro. Ainda, a respeito desse trecho, observamos o uso dos adjetivos “irregular e insuficiente”, com carga semântica negativa para qualificar o “pagamento”, acarretando consequências também negativas como desmotivação e prejuízo ao desempenho dos soldados.

Na continuidade discursiva, por meio do *dicendi* modalizador asseverativo “afirmar”, L1 traz novamente o ponto de vista de L2, segundo o qual *o pagamento regular desses soldados traria melhores resultados, ou*, nas palavras atribuídas ao major, seria um “*investimento mais consistente*”. L1 prossegue na continuidade discursiva e explica a relação já estabelecida pelas escolhas lexicais (adjetivos de carga semântica negativa) entre pagamento de salário e resultados em termos de produtividade “[...] *a falta de soldo desmotiva os homens e prejudica seu desempenho*”.

Encerrando o parágrafo, L1 coloca em cena mais uma vez a voz o major Stearns (L2) por meio do verbo *dicendi* modalizador asseverativo “afirmar” ao atribuir a L2 o ponto de vista segundo o qual *o pagamento do salário de forma justa e regular seria a melhor forma de tratar os soldados negros*. Na sequência, L1 apresenta a voz L2 em estilo direto que corrobora o relato em estilo indireto, como uma forma de atestar a veracidade dos pontos de vista apresentados, sem se comprometer pela responsabilidade enunciativa.

Após a apresentação desses pontos de vista, L1 se posiciona, mostrando engajamento com as palavras de L2. Isso acontece no início do parágrafo seguinte, quando L1 emprega uma expressão avaliativa, guiando o interlocutor no sentido de ler o conteúdo como um

destaque: “*Destaca-se no trecho citado acima, o papel “civilizador” da remuneração paga aos negros no exército [...].* Em seguida, há um novo envolvimento com o dito, o que ocorre quando L1 lança mão do adjetivo “paradoxal” para avaliar como um “*contraste*” o objetivo da guerra: manter a população negra escrava. Seu posicionamento também fica perceptível ao fazer uso da expressão “*o que por sua vez*” e “*sendo que*” , ao estabelecer explicitamente relações de causa e consequência ao passo que avalia os fatos expressos no enunciado.

Com essas análises, concluímos a primeira etapa de nossa pesquisa. Como dissemos anteriormente, além dos casos de polifonia até esse ponto descritos, também verificamos nas monografias analisadas, a ocorrência do SE-locutor, um fenômeno bastante peculiar que tratamos como um caso especial de polifonia, além de uma forma de manifestação de impessoalidade.

5.2 O SE-LOCUTOR

Para análise dos trechos com ocorrências de SE-locutor, adotamos as seguintes convenções:

Designação	Marcação
L1- para indicar o discurso do locutor responsável pelo enunciado como um todo	preto, sem destaque
SE-L para indicar o discurso do SE-Locutor	preto, em negrito
Expressões introdutoras de SE-locutor	cor de laranja
Caso seja possível identificar a comunidade evocada ou a quem se refere o SE-Locutor, tal indicação aparece assinalada com <u>a expressão sublinhada</u>	<u>sublinhado</u>

Salientamos que, por razões de espaço, apenas alguns trechos estão descritos nas análises. As demais ocorrências deste mesmo fenômeno estão disponíveis no Apêndice B.

Antes de proceder à análise propriamente dita, consideramos importante frisar que até então analisamos a inserção, no discurso, da palavra alheia proveniente de um único locutor

por vez. A seguir, trataremos de ocorrências que abrangem a voz representativa de uma coletividade.

Desse modo, lembramos que trabalharemos com o conceito de *marcadores mediativos*, tal como proposto por Anscombre (2005, 2010, 2014) e discutido no capítulo dois desta tese. Resumidamente, podemos recuperar a noção de *marcadores mediativos genéricos* como o conjunto de expressões (e termos equivalentes) que introduzem a fala do SE-L e, conseqüentemente, pontos de vista de uma dada comunidade, sendo possível identificar a origem de tal ponto de vista, assim como os posicionamentos perante o enunciado.

5.2.1 SE-LOCUTOR INTRODUZIDO POR MARCADORES MEDIATIVOS GENÉRICOS

5.2.1.1 Caso clássico: verbo *dicendi* + SE ou expressões equivalentes

M2T24

A doutrina liberal fora acolhida inicialmente pelo capitalismo, já que a livre concorrência era uma ideia animadora para o desenvolvimento econômico. **Acreditava-se que a mão invisível do mercado juntamente com o egoísmo de todos, seriam o suficiente para balancear a economia.** Todavia, com a mecanização do processo de produção advieram consequências, como a fabricação de produtos iguais e mais acessíveis, além de tornar as técnicas artesanais obsoletas. Posteriormente, com a segunda revolução industrial o mercado passou a ser dominado por um número cada vez menor de empresas. Os capitalistas não mais se comprazem com a liberdade que detinham e o Estado é chamado a intervir na economia.

No recorte M2T24 acima, o locutor responsável pela monografia do curso de Direito (L1), ao tratar sobre o percurso histórico como *o cenário que definiria o surgimento de um novo tipo de Estado*, traz, em seu discurso, um ponto de vista de acordo com o qual *o capitalismo recebeu bem a doutrina liberal, pois a livre concorrência era vista com bons olhos para o desenvolvimento econômico*.

Na sequência, L1 coloca em cena um SE-Locutor (doravante SE-L) por meio da expressão (em destaque, na cor laranja) “acreditava-se”, cuja estrutura é um verbo + SE, sendo “acreditar”, conforme os estudos de Anscombre (2005, 2010), um verbo *dicendi* que funciona como marcador mediativo genérico. Dentre as várias acepções do verbo “acreditar”,

segundo mostram seus estudos, está a de referência de uma opinião externa⁷⁸. Na ocorrência em análise, tal verbo associado ao indefinido SE assegura uma voz no discurso que não é a voz do locutor L1. Esse SE-L é responsável pelo trecho “*a mão invisível do mercado juntamente com o egoísmo de todos, seriam o suficiente para balancear a economia*”, que corrobora o pensamento anteriormente apresentado. Observe-se, ainda, que o verbo *dicendi* “acreditar”, possui a síntese léxica “crer + possibilidade”, modalizador com valor epistêmico quase-asseverativo, caráter impresso ao enunciado.

Apesar de ocorrer em uma construção impessoalizada, com o verbo flexionado na terceira pessoa do singular combinado com a partícula SE, índice de indeterminação do sujeito, tal ponto de vista pode ser discursivamente atribuído – de acordo com o contexto do enunciado – a uma coletividade de contornos mais ou menos definidos, composta por um grupo de pensadores da época ou seguidores de uma doutrina econômica.

O efeito de sentido provocado pela inclusão do SE-L no interior do enunciado é o de isenção de L1 pela responsabilidade enunciativa do conteúdo proposicional, por não se apresentar como participante de tal comunidade de falantes.

Assim, apesar de L1 trazer para o interior do discurso o ponto de vista dessa comunidade – ponto de vista do SE-L –, ele o faz para refutá-lo. Na continuidade discursiva, por meio da conjunção adversativa “todavia”, L1 mostra como o ponto de vista atribuído ao SE-L (*a mão invisível do mercado e o egoísmo de todos serem suficientes para o equilíbrio da economia*) se mostrou ineficaz. Ele o faz enumerando as consequências decorrentes desse processo de produção: *fabricação de produtos iguais e mais acessíveis, técnicas artesanais obsoletas, mercado dominado por um número cada vez menor de empresas*. Tais exemplos negativos orientam discursivamente o interlocutor a concluir que a implantação da doutrina liberal não funcionou, “[...] a ponto de o Estado ser chamado para intervir na economia”. Nesse jogo de vozes, é a esse ponto de vista que L1 adere.

M3T10

Esses escravos, apesar de integrados ao exército, continuavam a ser propriedade de seus senhores, sendo utilizados nas forças armadas em trabalhos similares aos que tinham nas *plantations* e outras atividades que empregavam a mão de obra escrava. Esses negros não eram compreendidos como soldados, e sim como “necessidade militar”, sendo indispensável enviá-los - ao fim do conflito - novamente aos seus senhores⁸⁴.

⁷⁸ Croire possède enfin um troisième emploi, de rapport d’une opinion extérieure (ANSCOMBRE, 2010, p. 43). Crer possui enfim um terceiro emprego, de referência de uma opinião externa. (Tradução nossa).

Chegou-se a aventar – em meados de 1864 – **a possibilidade dos sulistas empregarem escravos no exercício militar prometendo**, aqueles que eventualmente sobrevivessem ao conflito, **a liberdade ao término da guerra**. Entretanto, esta medida não chegou a ser aplicada, uma vez que as tropas as quais se prometeu a liberdade não chegaram a atuar no embate com os nortistas⁸⁵.

No trecho M3T10, o responsável pela monografia do curso de História – que versa sobre o papel dos negros na Guerra de Secessão – discorre a respeito da *utilização de escravos no exército e em outras atividades*.

No parágrafo seguinte, L1 coloca em cena um segundo locutor (SE-L), por meio da expressão introdutória “Chegou-se a aventar”, construção equivalente a verbo *dicendi*, + SE-L, cujo valor equivale ao sentido de “considerar”, “sugerir”, podendo ser parafraseada como “Considerou-se”.

L1, ao colocar em cena a voz do SE-L por meio dessa construção, traz para o interior do enunciado uma informação pela qual não assume responsabilidade enunciativa; *a consideração da possibilidade de que escravos fossem utilizados como soldados na guerra, sendo-lhes prometida a liberdade, caso sobrevivessem ao conflito*. Inclusive, o conteúdo do enunciado introduzido no discurso de L1 após a expressão introdutora do SE-L “*Chegou-se a aventar*”, é feito por inserção do termo “possibilidade”, que imprime caráter quase-asseverativo ao conteúdo veiculado, indicando a leitura como uma sugestão, possibilidade.

Assim, a intenção de L1, ao empregar o SE-L nesse caso, é apresentar uma informação sem mencionar a fonte que se evoca. Entretanto, pelo contexto, é possível atribuir a voz coletiva e anônima representada por “Chegou-se a aventar” a um grupo mais ou menos definido formado por lideranças ou políticos que teriam o poder de decidir a respeito das leis sobre as pessoas negras.

M1T2

Passada a revolução industrial, o petróleo passou a ser tratado como um dos bens mais valiosos que um país poderia dispor a seu favor, entretanto, dado à sua composição, que utiliza matéria orgânica decomposta a milhares de anos, **sabe-se que ele representa uma fonte finita de energia**.

Nesse exemplo, o locutor L1 – responsável pela monografia do curso de engenharia elétrica sobre o uso de painéis fotovoltaicos – discorre a respeito de algumas formas de se obter energia, entre elas, o petróleo.

Ao informar que o petróleo passou a ser considerado, após a revolução industrial, *como um dos bens mais valiosos que um país poderia ter* – informação de caráter positivo – L1 faz uso do elemento “*entretanto*”, que aponta discursivamente a interlocução em outra direção. Assim, o responsável pela monografia apresenta uma desvantagem em relação à composição do petróleo, *a de que é uma matéria orgânica decomposta há milhares de anos*. Para levar o interlocutor a chegar à conclusão do enunciado, L1 põe em cena um SE-L.

Dessa forma, uma voz coletiva e anônima é instalada no enunciado por L1, materializada linguisticamente pelo marcador de caráter epistêmico asseverativo “sabe-se”, apresentado como responsável pelo trecho “*ele representa uma fonte finita de energia*”.

É importante observar que a expressão mediativa “sabe-se” coloca o conteúdo proposicional como um saber partilhado por todos e que, portanto, não pode ser questionado. Esse saber é atribuído a uma vasta comunidade, de contornos imprecisos, da qual, inclusive, L1 faz parte e por isso, há uma assimilação por parte de L1 com relação ao discurso do SE-L. Tal estratégia visa colocar o ponto de vista de L1 como sendo não apenas seu, mas de todos, e assim não se apresenta na monografia como responsável pelo dito.

Findas essas análises e antes de prosseguirmos com os nossos estudos, é fundamental frisar que, conforme descrito no capítulo dois desta pesquisa, Anscombre (2005, 2010, 2014) considera como SE-Locutor não apenas as ocorrências por nós denominadas de “caso clássico” (vide quadro 5), ou seja, os enunciados com os chamados *marcadores mediativos genéricos*, formados por verbos *dicendi* (e expressões equivalentes) + o pronome SE, mas considera também outras formas linguísticas como manifestações de SE-Locutor.

Recuperando o conceito do autor (2005, 2010, 2014), o SE-Locutor é uma voz coletiva e anônima introduzida pelo locutor responsável pelo discurso. Segundo seus estudos, uma das materializações linguísticas dessa voz ocorre também na forma de sujeitos genéricos, como veremos a seguir.

M4T28

De um lado, **economistas ortodoxos acreditam numa ordem perfeita e "estável" alcançada através da ação dos mercados que se ajustam, via preços, determinando a organização e distribuição da produção e da riqueza em uma trajetória "ótima"**, ou seja, o "equilíbrio geral". Para alcançar este resultado perfeito ou o "mundo ideal", é necessário que o mecanismo de mercado seja regido pela "mão invisível", que a economia seja liberal. Nesses modelos, o ajustamento das trajetórias é o que mais se aproxima de uma espécie de dinâmica.

Porém, os modelos neoclássicos não são capazes de explicar fenômenos que causam a

instabilidade na economia: desemprego, crise, *booms*. Estes fenômenos são tratados e discutidos pela teoria heterodoxa.

No recorte M4T28, do curso de Economia, ao discorrer sobre *as vertentes econômicas e o comportamento das economias capitalistas ao longo do tempo*, L1 traz para o interior do seu discurso uma voz que representa o ponto de vista dos economistas ortodoxos.

Embora não esteja materializado linguisticamente sob a forma *dicendi* + SE, essa ocorrência [...] *economistas ortodoxos acreditarem numa ordem perfeita* [...] atende às três propriedades determinadas por Anscombe (2005, 2010, 2014) para a caracterização do fenômeno do SE-L e que, obrigatoriamente, devem estar presentes de forma simultânea no enunciado: ser uma voz introduzida por L1; representar o ponto de vista de uma coletividade; ser uma voz anônima.

Conforme expusemos no capítulo dois deste trabalho, Anscombe (2010, p. 40), ao tratar de uma “*typologie intuitive des apparitions d’un ON-locuteur*”⁷⁹ reconhece também como casos de SE-L, construções que não se realizem sob o modo por nós denominado de “caso clássico” (verbo *dicendi* + SE), mas que ainda assim remetam a uma autoria de origem difusa, na qual não é possível identificar um único locutor responsável pelo enunciado, tal é o caso de *economistas ortodoxos*. Anscombe (op. cit.) reconhece essas ocorrências como paráfrases de SE-L, visto que seu funcionamento polifônico se realiza de maneira análoga à do “caso clássico”.

Em estudos posteriores, o linguista ratifica o posicionamento acerca de diferentes formas de manifestações linguísticas de SE-Locutor. Ao analisar diversos enunciados coletados de situações reais de língua em uso, chega à conclusão que “[...] hay varios OMNI-locutores posibles, y que a cada uno corresponde una estrategia enunciativa específica, articularmente en lo tocante al *posicionamiento* del locutor respecto al OMNI-locutor”⁸⁰ (Anscombe 2014, p. 13, grifos do autor).

Nesse sentido, a expressão “*economistas ortodoxos*” funciona discursivamente como um SE-L e remete a uma comunidade linguística de contornos mais ou menos definidos,

⁷⁹ “uma tipologia intuitiva de ocorrências de SE-Locutor”. (Tradução nossa).

⁸⁰ “[...] há vários SE-Locutores possíveis e cada um corresponde a uma estratégia enunciativa específica, especialmente no que concerne ao *posicionamiento* do locutor com relação ao SE-Locutor”. (Tradução nossa).

formada por um grupo de economistas cujo ponto de vista (atribuído por L1) é o de que tais economistas acreditam numa *ordem perfeita e "estável", alcançada através da ação dos mercados que se ajustam, via preços, determinando a organização e distribuição da produção e da riqueza em uma trajetória "ótima"*.

Na continuidade discursiva, após fazer a inserção do SE-L, L1 explica o ponto de vista do SE-L por meio das expressões “ou seja” e “para”, mas não se engaja com tal pensamento. Ele o faz apenas como forma de esclarecimento. Observe-se que os traços de subjetividade de L1 podem ser recuperados da seguinte forma: o verbo *dicendi* modalizador quase-asseverativo “acreditam”, no trecho “[...] *economistas ortodoxos acreditam* [...]” indica um não-engajamento por parte de L1. Ademais, L1 faz uso das aspas de diferenciação – recurso estudado por Nascimento (2014) – e empregado em algumas expressões nesse recorte, tais como: “*estável*”, “*ótima*”, “*equilíbrio geral*”, “*mundo ideal*”. Tal recurso nos indica uma posição de distanciamento de L1 com relação ao dito. Note-se, ainda, que L1 inicia o parágrafo com a expressão “De um lado”, o que deixa implícito no enunciado que há um “outro lado”.

Portanto, nesse momento, na monografia, L1 traz o ponto de vista dos *economistas ortodoxos* para contrapô-lo ao ponto de vista dos heterodoxos, com o qual se engaja discursivamente, fato que se confirma em seguida por meio da conjunção adversativa “porém”, utilizada em incisão frontal no trecho “*Porém, os modelos neoclássicos não são capazes de explicar fenômenos que causam a instabilidade na economia [...]*”. L1 conclui o parágrafo afirmando que tais “fenômenos são tratados e discutidos pela teoria heterodoxa”, pensamento com o qual se engaja na continuidade discursiva.

Feitas essas ponderações, ressaltamos que encontramos, no *corpus* analisado, outras ocorrências em que o SE-Locutor aparece sob a forma de sujeitos genéricos e que podem ser conferidas no Apêndice B.

5.2.1.2 Segundo X, Na opinião de X, Para X e equivalentes.

M3T21

Porém, sempre existiam tensões e animosidades entre os tais chefes militares e os soldados negros. Inicialmente, o choque cultural foi imenso e levou a criação de concepções racistas e preconceituosas. **Para muitos oficiais brancos, os soldados negros possuíam fortes traços de ingenuidade e imaturidade.** Assim, os ex-escravos eram compreendidos como seres

primitivos.

No recorte M3T21, ao relatar a respeito do *tratamento preconceituoso dispensado aos negros – outrora escravos e depois soldados durante a guerra civil norte-americana*, L1 dá a saber ao interlocutor que *houve imenso choque cultural entre os dois grupos levando a concepções racistas e preconceituosas*.

A subjetividade de L1 se manifesta, nesse trecho, principalmente pelo uso do operador de contraposição “porém”, indicando discordância com o pensamento anterior: “*Porém sempre existiam tensões e animosidades [...]*”, além do uso do advérbio “sempre”, orientando a leitura no sentido de que as tensões e animosidades estavam presentes de maneira recorrente nas relações entre os soldados negros e seus superiores. O adjetivo “imenso” – utilizado para caracterizar o *choque cultural* vivenciado pelos negros – também se constitui como um traço dessa subjetividade de L1 marcada no texto.

Na sequência discursiva, L1 traz para o enunciado a voz de um SE-locutor, L2, por meio do marcador mediativo “Para” (ANSCOMBRE, 2010), que evoca uma comunidade linguística de contorno mais ou menos delineados, formada por “muitos oficiais brancos”, em que o pronome “muitos” atua como uma estrutura indefinida designando uma fonte imprecisa de saber e funciona, conforme apontam os estudos do autor, como uma forma de paráfrase do pronome SE, indicativo de uma voz coletiva e anônima no enunciado. L1 atribui a essa comunidade linguística, formada por um grupo de “muitos oficiais brancos”, o ponto de vista segundo o qual *os soldados negros possuíam fortes traços de ingenuidade e imaturidade*, o que corrobora o pensamento anteriormente apresentado.

Dessa forma, vemos como L1 traz uma voz representativa de uma coletividade para corroborar o ponto de vista expresso anteriormente, buscando, com esse recurso, imprimir impessoalidade no discurso, não se responsabilizando pelo dito. Na continuidade discursiva, observamos que L1 reformula o pensamento atribuído ao SE-L e, nesse momento, percebemos que a subjetividade de L1 emerge no discurso novamente. Isso se dá por meio da expressão “assim”, que indica um pensar de modo equivalente ou igual, como em: “*Assim, os ex-escravos eram compreendidos como seres primitivos*”, e dessa forma, L1 ratifica o pensamento apresentado desde o início do parágrafo.

M2T38

Também há direitos fundamentais sem expressa previsão da Constituição Federal de reserva legal. Nesses casos, anota Gavara de Cara⁴⁸, o legislador pode justificar a intervenção com respaldo nos princípios de hierarquia constitucional ou nos direitos de terceiros. Situação, abordada pela doutrina, diz respeito à fiscalização das correspondências dos presos, que **segundo** posicionamento do Supremo Tribunal Federal **é possível**, por mais que haja previsão expressa na Constituição Federal de inviolabilidade das correspondências, **ao fundamento de que diante de um prejuízo à segurança pública, excepciona-se a norma encampada no art.5º,XII**, primeira parte, pois a cláusula de inviolabilidade não pode servir de meio para salvaguardar práticas ilícitas. [...]

Diante do exposto, pode-se extrair que os direitos não são absolutos, podendo sofrer restrições. Logo, ao nos depararmos com um problema de interpretação, de colisão de direitos, os princípios aplicáveis ao caso concreto se pautarão na premissa de que os direitos não são absolutos.

No trecho M2T38 em questão, ao discorrer sobre *os direitos fundamentais e a fiscalização de correspondência dos presos*, L1 faz uma inserção de SE-L por meio do marcador mediativo genérico “segundo”, que ocorre no trecho “[...] segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal [...]”.

A coletividade anônima posta em cena é formada pelos membros do Supremo Tribunal Federal, responsáveis conjuntamente pelo ponto de vista segundo o qual *embora haja o princípio da inviolabilidade da correspondência, em face de prejuízo à segurança pública, a correspondência se torna passível de fiscalização*.

Um ponto importante a ressaltar, em casos específicos como o do trecho em tela, é o caráter coletivo e anônimo de algumas comunidades linguísticas que possuem contornos mais definidos e que mesmo assim ainda mantêm preservado o anonimato.

Tais considerações foram alvo de preocupação de Anscombe (2010) que decidiu utilizar o conceito de *nom de collection*⁸¹ ou N_{coll} cuja aplicação pode ser compreendida com o exemplo em destaque. Nesse sentido, embora a comunidade seja formada pelos membros do STF e, por isso, seja composta por apenas 11 membros, não há meios para se afirmar que a decisão é representativa do pensamento de um indivíduo, ou seja, de uma única voz, perfeitamente identificável. O resultado da votação da maioria de todos os membros do Tribunal indica o ponto de vista a ser considerado, mesmo que cada voto seja declarado individualmente. Um dos testes dos quais Anscombe (op. cit. p. 13) lança mão em suas

⁸¹ Nome de coleção. (Tradução nossa).

análises é a aceitação do SE-L na combinação com estruturas do tipo “em seu conjunto”. Assim, é possível, nesse contexto, uma construção do tipo: “O STF, em seu conjunto, decidiu que...”.

Outro detalhe a ser levado em consideração é que os membros do STF podem ser alterados, substituídos, em caso de aposentadoria ou morte, por exemplo, sem que a coletividade “STF” se desfaça. Assim, temos um caso de SE-L com uma comunidade de traços definidos, sendo possível identificar a origem do enunciado, mas ainda de forma coletiva e anônima.

Comparando-se as ocorrências de SE-L nos recortes até o momento analisados, observamos que a coletividade anônima expressa por um SE-L do tipo “STF” é diferente da manifestação de anonimato realizada, por exemplo, pelas estruturas “acreditava-se”, “chegou-se a aventar”, “sabe-se”, que ainda difere também das expressões “economistas ortodoxos” e “muitos oficiais brancos”.

Concordamos com Anscombre (2010) no sentido de que há uma voz coletiva, entretanto, defendemos que há “graus” de anonimato e que, em alguns casos, a escolha por um ou outro tipo de manifestação revela muito do SE-L evocado. O anonimato de uma comunidade evocada por meio de uma escolha como “sabe-se” é bem maior que o de uma comunidade do tipo “economistas ortodoxos”, que por sua vez, é maior que “STF”. Nesse sentido, a própria *escolha* por um ou outro tipo de SE-L revela a subjetividade de L1 ao trazer para o interior do enunciado diferentes possibilidades de anonimato.

Retomando o foco no trecho M2T38, o ponto de vista do SE-L, no caso o STF, expressa o conteúdo como algo possível, ou seja, dá a permissão, em alguns casos, para que o princípio da inviolabilidade de correspondências seja quebrado.

O posicionamento de L1 com relação a essa comunidade que evoca, que acrescenta um saber, que traz um conhecimento à monografia, é o de assimilação, o que acontece de maneira explícita na continuidade discursiva, quando L1 resume o pensamento (ou conhecimento fundado, como prefere Anscombre) representado pela voz do SE-L, “*Diante do exposto, pode-se extrair que os direitos não são absolutos, podendo sofrer restrições*”, reverberando o ponto de vista defendido pelo tribunal, de que *a cláusula de inviolabilidade não pode servir de meio para salvaguardar práticas ilícitas*. Assim, apesar de se buscar impessoalidade ou se tentar, ao trazer a voz de um SE-L, L1 denuncia sua subjetividade.

É importante frisar que, na sequência, L1 marca linguisticamente a conclusão que obtém a partir das vozes evocadas. Note-se o uso da conjunção “Logo” em: “*Logo, ao nos depararmos com um problema de interpretação [...]*”. Outra observação a ser feita é quanto aos momentos em que L1 se mostra mais distanciado ou mais presente no enunciado.

O emprego de uma construção impessoal do tipo: “*Diante do exposto, pode-se extrair que [...]*” mostra maior distanciamento em relação ao dito. Já a construção seguinte, na primeira pessoa do plural “*Logo, ao nos depararmos com [...]*” configura-se como uma marca mais evidente da presença do locutor, recuperada por meio de um “nós” representativo de um “eu” somado a outro(s) sujeito(s). O efeito de sentido produzido por tal construção é o de trazer esse *outro* – o(s) interlocutor(es) – para o cenário enunciativo e assim, L1, nesse movimento de aproximação com o interlocutor, deixa transparecer sua subjetividade.

5.2.2 TERMOS EQUIVALENTES AOS MARCADORES E QUE PODEM ASSUMIR O PAPEL DE INTRODUTORES DE SE-LOCUTOR

5.2.2.1 Nomes predicativos de dizer com complemento inespecífico

M3T22

É notável que inúmeros oficiais brancos não acreditavam que os negros teriam coragem suficiente para lutar, muito menos, que poderiam realizar com destreza tal função.⁹⁵ Assim, os maiores problemas enfrentados pela *USCT* relacionavam-se a castigos excessivamente severos e abusivos e a desconfiança por parte dos oficiais brancos.⁹⁶

Entretanto, **os rumores** sobre **o avanço das tropas de descendentes africanos** passavam a percorrer todo o país. Os regimentos negros angariavam, cada vez mais, elogios e reconhecimento por parte dos próprios comandantes brancos, que salientavam a sua coragem e bravura - uma vez que bem treinados, disciplinados e conduzidos por esses oficiais. Porém, sempre existiam tensões e animosidades entre os tais chefes militares e os soldados negros.

Nesse exemplo, L1 narra os problemas enfrentados pelos negros, *no que se refere ao descrédito com relação à coragem e habilidade para desempenhar a função de soldados, além de castigos severos e abusivos*. Tal pensamento inicialmente guia a leitura do interlocutor tido de concluir que, conseqüentemente, os negros desempenhariam um papel secundário ou inexpressivo no conflito armado. Com o objetivo de contrapor esse pensamento, L1 introduz uma segunda voz, um SE-L, responsável pelo ponto de vista segundo o qual *havia rumores de que as tropas de descendentes africanos avançavam*.

Segundo L1, tais rumores passavam a percorrer todo o país, o que indica que essa voz representada por uma coletividade anônima possuía grande alcance, uma comunidade vasta, de contornos circunscritos no país.

Temos, portanto, no trecho M3T22, um caso de SE-L introduzido pela expressão “os rumores” que, segundo as análises de Anscombre (2005), faz parte da classe dos nomes predicativos de dizer, tais como: *a opinião (geral)*, *o rumor (público)*, *a crença (popular)*, *a reprovação(unânime)* etc. que remetem a uma voz pertencente a uma entidade inespecífica. Para o autor, tais expressões são naturalmente vocacionadas a designarem uma comunidade anônima, por representarem uma voz massificada. Assim, a expressão “os rumores” utilizada no trecho em destaque é um termo que desempenha o papel de voz coletiva e anônima sob a forma de uma massa.

Ao retomar sua voz no discurso, L1 adere ao ponto de vista do SE-L, ao informar como os regimentos negros *angariavam mais elogios e reconhecimentos*, tendo sua *coragem e bravura salientadas*, inclusive, pelos próprios oficiais brancos. Tal concordância, entretanto, é parcial, com a ressalva, marcada linguisticamente pelo uso do operador de contraposição “*porém*”, de que ainda existiam tensões e animosidades entre os chefes militares e os soldados negros, ponto de vista marcado no final do parágrafo.

5.2.2.2 Autoridade que transcende os indivíduos ou nomes que representam o papel de uma voz coletiva

M2T40

O dispositivo capta de forma significativa a essência da ideia de limitação de direito individual, pois correlaciona a medida da liberdade individual com os prejuízos que esta pode acarretar ao interesse coletivo. Além disso, expressa o princípio da reserva legal, ou seja, a possibilidade de restrições previstas em lei a direitos individuais, podendo se expressar na modalidade simples ou qualificada.

A Constituição **autoriza**, em diversas disposições, **a intervenção legislativa**, exigindo-se a previsão legal nesse sentido. Trata-se de reserva legal simples o deferimento do constituinte originário ao legislador através de fórmulas como “nos termos da lei” ou “salvo nas hipóteses previstas em lei”. Exemplo disso é o art.5º, VII, da CF, que estabelece a assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva assegurada, *nos termos da lei*.

No recorte acima, temos um caso de uma autoridade que transcende os indivíduos, inserida por L1 responsável pela monografia.

A autoridade em questão, segundo demonstra Anscombe (2005), em seus estudos, é um nome específico que desempenha o papel de uma voz, como acontece com “a lei”, “a gramática”, “o provérbio”, “a história”, “a ciência” etc. Essas expressões são representativas de uma comunidade e geralmente estão acompanhadas de verbos *dicendi* ou termos que desempenham a função de *dicendi*, como em: “A lei ou autoridade suprema (de uma determinada sociedade) garante...”, “A ciência ou o pensamento racional e lógico (de um grupo) nos ensina...”, “o provérbio ou a sabedoria popular (de um povo) diz que”.

No trecho M2T40 sob análise, temos uma lei suprema: “A *Constituição*”, que representa uma voz coletiva e anônima, que regra os direitos e deveres de um dado povo; de uma dada comunidade linguística. Dessa forma, configura-se como um SE-L e que traz para o enunciado o ponto de vista segundo o qual *a Constituição autoriza a intervenção legislativa desde que haja previsão legal*. Observe-se que o verbo *dicendi* “autorizar” exerce o papel de modalizador deôntico de possibilidade, já que possui o sentido de permissão.

Concluindo, L1 coloca em cena esse SE-L e assimila-se a ele, ao introduzir essa voz alheia coletiva como uma informação que, em seguida, é melhor explicada, nas próprias palavras de L1: “*Trata-se de reserva legal.....*” e em seguida, nesse entrelaçar de vozes, cita um artigo da Constituição como exemplo do que está afirmando: “*Exemplo disso é o art.5º, VII, da CF [...]*” que serve de suporte para o seu ponto de vista.

5.2.3 FRASES GENÉRICAS E FORMAS SENTENCIOSAS

M1T3

Passada a revolução industrial, o petróleo passou a ser tratado como um dos bens mais valiosos que um país poderia dispor a seu favor, entretanto, dado à sua composição, que utiliza matéria orgânica decomposta a milhares de anos, sabe-se que ele representa uma fonte finita de energia. Portanto, salvo um grande avanço tecnológico que permita uma utilização absurdamente eficiente das reservas que já são utilizadas ou a extração de óleo em locais ermos, ou até mesmo a descoberta de uma jazida que seja de proporções nunca antes vista, **as reservas de petróleo tendem a se esgotar**, mesmo que num horizonte relativamente longo. Outro fator que fez com que a sociedade percebesse a necessidade de uma mudança na política energética vigente, especialmente depois da chamada quarta fase da crise do petróleo, que ocorreu em função da Guerra do Golfo no início dos anos 90, é o fato do preço do petróleo depender bastante de fatores políticos e geográficos, o que o torna bastante suscetível a variações nessas áreas, que são, em geral, muito delicadas, visto que grande parte do petróleo consumido no mundo vem da região do Oriente Médio, que notadamente é área de constantes

conflitos de origem geopolítica.

No excerto M1T3 acima, retirado de uma monografia de conclusão de curso de Engenharia Elétrica, o locutor responsável pela monografia, L1, ao tratar do tema *formas de obtenção de energia*, evoca um SE-L de acordo com o qual *o petróleo é uma fonte finita de energia*, ocorrência já analisada no recorte M1T2.

Na continuidade discursiva, L1 coloca novamente uma voz coletiva e anônima em cena, ou seja, o SE-locutor, dessa vez, sob a forma de uma frase genérica, não introduzida por nenhum marcador específico, responsável pelo trecho “as reservas de petróleo tendem a se esgotar”.

Anscombre (2005, 2010, 2014) estudou esses tipos de frases e as considera como ocorrências de SE-locutor (vide capítulo 2 desta tese), pois, nesses tipos de construções, embora não haja a materialização linguística de marcadores mediativos, tampouco de seus termos equivalentes, observa-se a presença subjacente de saber compartilhado.

Assim, em “as reservas de petróleo tendem a se esgotar”, temos um tipo de saber evocado que emana de uma voz coletiva e anônima. É um saber fundado, em forma de frase genérica, construída a partir do estereótipo de *petróleo*, assim especificado: “O petróleo é um líquido natural oleaginoso”, “O petróleo é inflamável”, “O petróleo é utilizado para fins energéticos”, “O petróleo é uma fonte de energia não renovável”.

Trata-se, portanto, de um tipo de saber proveniente de estudos, da observação, e que é reverberado como um conhecimento já bastante difundido nas comunidades (sociedades) em geral com acesso à informação e com o qual L1 se engaja discursivamente. Inclusive, é esse o termo que L1 utiliza para dar continuidade discursiva: “*Outro fator que fez com que a sociedade percebesse a necessidade de uma mudança na política energética vigente [...]*”, indicando que o SE-L, de fato, remete a uma comunidade de falantes.

M1T7

Aliando todos esses fatores com a crescente preocupação com a questão ambiental, que, mesmo não havendo uma concordância entre os cientistas que estudam a fundo a questão no que diz respeito ao verdadeiro agente responsável pelas inegáveis e preocupantes mudanças climáticas foi responsável por incrustar, no imaginário das pessoas, a ideia de que **a queima do petróleo é a grande responsável por todos os problemas ambientais que assolam o planeta.**

Da soma desses três grandes problemas, surgiu, portanto, a necessidade de se extrair energia de novas fontes que fossem menos poluentes e que pudessem se tornar alternativas financeiramente competitivas, de modo a se reduzir, mesmo que pouco a pouco, a dependência do petróleo.

Em um outro momento de discussão na mesma monografia analisada no recorte anterior, observamos, no parágrafo em destaque, um jogo de vozes construído de uma forma bastante complexa, a utilização, por parte de L1, da estratégia de colocar em cena mais de um SE-locutor, como forma de criar, para o interlocutor, a imagem de que o discurso se apresenta com o firme propósito de isentar L1 pela responsabilidade enunciativa.

Nesse trecho podemos identificar, pelo menos, três exemplos de SE-locutores introduzidos por L1 e que também não aparecem introduzidos por marcadores mediativos genéricos. Para fins de análise, denominaremos os SE-L de SE-L1, SE-L2 e SE-L3, respectivamente.

O primeiro SE-L é uma comunidade *preocupada com a questão ambiental*. Podemos defini-la como uma comunidade linguística de contornos indefinidos, informação marcada no discurso pela expressão “*crescente preocupação*”. Nesse enunciado, não há marcas linguísticas que nos permitam afirmar que L1 faça parte dessa comunidade.

Um segundo SE-L é colocado em cena por L1: a comunidade formada pelos “*cientistas que estudam a fundo a questão*”. É uma comunidade científica de contornos um pouco mais delineados, dado que é formada por cientistas que estudam as condições climáticas “a fundo”. Note-se que, dentro de tal comunidade inserida no discurso por L1, não há um consenso acerca do *agente responsável pelas mudanças climáticas*. Ao trazer SE-L2 para o interior do enunciado, L1 defende o ponto de vista segundo o qual *nem mesmo os cientistas que estudam a fundo essa questão podem afirmar que o petróleo é o verdadeiro agente causador dos problemas ambientais*.

L1 coloca, ainda, em cena, uma terceira comunidade, formada pelas pessoas em geral, marcada linguisticamente pela expressão “*no imaginário das pessoas*”, comunidade que tem contornos indeterminados, portanto, é uma voz coletiva e anônima, o SE-L3 no mesmo parágrafo.

Na análise do entrelaçamento de vozes desse recorte em especial, é oportuno recuperar algo que Anscombe (2014) considerou importante no estudo do fenômeno do SE-L (vide

capítulo 2 deste trabalho). Segundo o autor, além de representar a voz de uma coletividade, o SE-L também pode indicar o tipo de conhecimento evocado. Assim, o SE-L pode apresentar um *saber alegado*, sem nenhum processo observacional subjacente ou um *saber fundado*, baseado na observação, experimentação ou dedução.

Essa relação com o tipo de saber aparece de forma muito clara na ocorrência de SE-L2 e SE-L3. Com relação ao SE-L2, a comunidade de cientistas representa o *saber fundado*, evocado para dar sustentabilidade ao argumento de que *nem mesmo os cientistas, que dominam uma área de conhecimento chegaram a um consenso a respeito do verdadeiro agente responsável pelas mudanças climáticas*, ideia à qual L1 se engaja.

No que diz respeito ao SE-L3, o tipo de conhecimento convocado é o *saber alegado*, que habita o “*imaginário das pessoas*” e que está difundido, segundo L1, de forma que “*a queima do petróleo é a grande responsável por todos os problemas ambientais que assolam o planeta*”. Nesse trecho, há alguns elementos que indicam o rechaço por parte de L1 com relação ao SE-L3, entre eles, o uso do verbo “*incrustar*”, como algo fixado na mente das pessoas, sem um filtro prévio.

Nota-se também o uso do adjetivo “grande” em “*grande responsável*” mostrando um certo exagero por parte de L1, um uso pejorativo. Por fim, o emprego do verbo “assolar” remete à ideia de total destruição, atribuindo “*à queima de petróleo*” um poder, uma dimensão maior àquela que ocorre na realidade. Por meio desses recursos linguísticos, o efeito de sentido gerado é uma crítica, indicando a atitude de reprovação de L1 com relação ao ponto de vista de SE-L3, mostrando como sua subjetividade se manifesta.

Feitas essas análises, passemos a estudar as demais estratégias de impessoalidade utilizadas pelos locutores nas monografias de conclusão de curso utilizadas como *corpus* para esta pesquisa.

5.3 DEMAIS ESTRATÉGIAS DE IMPESSOALIDADE

Para a análise dos trechos com ocorrências de estratégias de impessoalidade, adotamos as seguintes convenções:

Designação	Marcação
Destaque na parte da sentença que está sendo analisada	preto, em negrito
Para indicar a expressão linguística que manifesta impessoalidade	verde

Encontramos, em nossas análises, estratégias de impessoalidade com maior e também com menor grau de distanciamento do locutor em relação ao enunciado. Lembramos que todas as ocorrências encontradas no *corpus* estão devidamente catalogadas e disponíveis no apêndice C.

5.3.1 ESTRATÉGIAS DE IMPESSOALIDADE COM MAIOR GRAU DE DISTANCIAMENTO:

5.3.1.1 Nominalização

M3T27

A análise desses documentos é essencial para compreensão do processo de incorporação de homens de cor nos exércitos norteamericanos e muito do que ocorrerá no pós-abolição.

No trecho M3T27, temos um caso de nominalização. O locutor responsável pela monografia do curso de História faz uso de uma operação que consiste em empregar expressões nominais em lugar de ações, evitando atribuir a responsabilidade enunciativa a algum agente.

Fairclough (2001, p. 223) define nominalização como “a conversão de processos em nomes que tem o efeito de pôr o processo em si em segundo plano [...] além de usualmente não especificar os participantes, de forma que agente e paciente são deixados implícitos”.

García Negroni (2008) identificou, em seus estudos acerca da impessoalidade discursiva, a ocorrência dessa estratégia cujo objetivo é atenuar e até mesmo apagar as marcas de subjetividade em um dado enunciado.

Assim, o locutor (L1), ao colocar em cena um enunciado do tipo “*A análise desses documentos é essencial para compreensão do processo de incorporação [...]*” e, ao utilizar os termos “a análise” e “compreensão”, pretende omitir o agente de tais processos. Atente-se para o fato de que uma estruturação do tipo “*Alguém analisar esses documentos para que alguém compreenda o processo [...]*” utilizando verbos ao invés de estruturas nominais deixaria as marcas de subjetividade (dos agentes responsáveis pelas ações/attitudes) muito mais facilmente identificáveis no enunciado.

Observe-se também que, mesmo utilizando uma estratégia de distanciamento, produzindo “a ideia de que o ponto de vista exposto no enunciado apresenta a si mesmo” (NASCIMENTO, 2015 p.349), L1 não deixa de emitir uma avaliação, imprimindo sua atitude perante o enunciado por meio do predicado modal “é essencial” em: “*A análise desses documentos é essencial para compreensão [...]*”.

Dessa forma, percebemos um movimento de aproximação do locutor com o conteúdo proposicional, através da modalização avaliativa, mas que ainda não deixa totalmente claro para o interlocutor quem é o responsável por tal avaliação da *análise dos documentos como essencial para a compreensão*, num movimento de maior distanciamento que aproximação, cujo efeito de sentido é a criação de uma pretensa neutralidade enunciativa.

M4T40

Porém, esse processo de expansão altera as condições da economia bem como o “ponto de equilíbrio”. **É necessária**, portanto, **a análise dinâmica do sistema econômico**.

O trecho M4T40 exemplifica outra ocorrência de nominalização, dessa vez, em uma monografia do curso de Economia.

Ao tratar do tema *processo de expansão e condições da economia*, L1 lança mão do recurso da nominalização por meio da expressão: *a análise dinâmica do sistema econômico*

em que o sujeito não é um ser humano, um agente, mas uma coisa inanimada e abstrata: (FAIRCLOUGH, 2001) a “*análise dinâmica*”.

Assim, os participantes da interlocução não estão claramente especificados. Com esse recurso, o locutor tira o foco de si mesmo e o dirige para a informação que é revestida de uma certa autonomia discursiva e parece se apresentar. Essa estratégia visa isentar L1 pela responsabilidade enunciativa, numa atitude de distanciamento em relação ao dito.

Entretanto, o predicado modal “*É necessária*”, inserido na posição inicial e que incide sobre todo o enunciado, imprime ao conteúdo proposicional “*análise dinâmica do sistema econômico*” um caráter deôntico, em que o locutor apresenta o conteúdo como algo que precisa acontecer. Há um pequeno movimento de aproximação com o dito, com tal atitude de L1, entretanto, o distanciamento se mostra mais forte, por não estar claro no enunciado o agente do processo.

O efeito de sentido provocado pela omissão do posicionamento explícito do locutor nesse enunciado é o apagamento das marcas de subjetividade e, por conseguinte, o favorecimento da impessoalidade discursiva, ou o que Ducrot (1988) denominou *máscara de objetividade*.

5.3.1.2 Metonímia

M1T10

Este trabalho se propõe a realizar um estudo comparativo de algumas técnicas de MPPT, submetendo-as a diferentes perfis de temperatura e irradiância de modo que se possa observar o comportamento de cada uma das técnicas, estabelecendo qual delas se adéqua melhor para cada situação.

No excerto M1T10, há um caso de distanciamento por meio do recurso da metonímia. Conforme Ferraz (2013), a metonímia é tratada na gramática tradicional como um processo por meio do qual se emprega um termo para designar outro. Ainda, segundo a autora (op. cit. p. 88), a perspectiva linguística a compreende como “um processo de associação semântica através da contiguidade de significados, ou seja, o falante de uma determinada língua faz uma aproximação entre o significado de um termo e o significado de outro”.

Tal recurso foi identificado nos estudos empreendidos por García Negroni (2008) acerca da impessoalidade discursiva – como vimos no capítulo dois desta pesquisa – e se constitui em uma estratégia de atribuir ao texto (ou à investigação) as teses, intenções e conclusões veiculadas pelo locutor responsável pelo discurso.

Assim, no trecho em destaque, a metonímia se concretiza na substituição da expressão “trabalho” em lugar do locutor. Note-se que, quando L1 coloca em cena uma construção do tipo “Este trabalho se propõe”, na verdade, quem propõe é o locutor, responsável pela monografia como um todo. É uma operação bastante complexa em que o interlocutor é levado a associar uma ação, *a priori* desempenhada pelo locutor – a de se responsabilizar pelo conteúdo proposicional veiculado no enunciado – e a transfere ao “trabalho” ou à “monografia”, numa relação de contiguidade sujeito/objeto, ou ainda, de pertencimento entre obra e locutor cujo efeito de sentido é o de colocar em evidência o objeto (obra), com consequente tentativa de apagamento da presença do sujeito (locutor) no enunciado.

Assim, no exemplo, “*Este trabalho se propõe a realizar um estudo comparativo de algumas técnicas de MPPT [...]*”, retirado de uma monografia de engenharia elétrica, L1 atribui ao “trabalho” em si, ou seja, à monografia, suas reais intenções. Dessa forma, L1 lança mão de um artifício para isentar-se da responsabilidade enunciativa, num movimento de distanciamento com relação ao dito.

Conforme já mencionado neste trabalho, a argumentatividade/subjetividade é intrínseca à língua. Assim, numa tentativa de se tornar impessoal, L1 lança mão de estratégias para construir um discurso que parece ser neutro, ao se distanciar. O simples fato de L1 assumir essa posição já se configura como uma marca de subjetividade.

M4T47

A seção 3 busca apresentar as principais ideias de Keynes na TG relevantes para o desenvolvimento da discussão pós-keynesiana de longo prazo.

O trecho M4T47 também traz um exemplo de metonímia. O locutor responsável pela monografia do curso de Economia pretende informar ao leitor/interlocutor que apresenta “as principais ideias de Keynes na TG” na seção 3 do referido trabalho.

Para se revestir de uma impessoalidade, ou ainda, para dar a impressão de que o discurso se apresenta, opta por evitar uma construção do tipo “Busco apresentar na seção 3...” e utiliza uma construção que acaba por atribuir à “seção 3” tal ação, a de que “*busca apresentar as principais ideias*”, configurando-se em mais um caso em que o interlocutor é orientado discursivamente a fazer uma relação de contiguidade sujeito/objeto, como dissemos na análise anterior, de pertencimento entre obra/locutor.

Ao atribuir ao texto, ou à investigação – no caso, à “seção” – as intenções de quem enuncia, o locutor o faz para tentar ocultar sua presença no texto. É, portanto, uma estratégia de impessoalidade que o distancia da responsabilidade enunciativa. Entretanto, o movimento de aproximação do enunciado se dá logo em seguida, por meio do adjetivo “*relevante*”, por meio do qual faz uma avaliação positiva das *ideias apresentadas*, mesmo se colocando numa condição de distanciamento.

Ressaltamos que essa é uma estratégia bastante recorrente nas monografias analisadas, como pode ser verificado no apêndice C deste trabalho.

5.3.1.3 Uso do impessoal + infinitivo

M4T55

É importante perceber que a descrição do primeiro caso não poderá ser mantida indefinidamente. Salários fixados no piso, como já dito anteriormente, levaria a economia à um processo recessivo.

Outra estratégia que ocorre com bastante frequência nas monografias analisadas é o uso da estrutura impessoal com infinitivo, também identificada nos estudos de García Negroni (2008).

Vejamos o excerto M4T55 retirado de uma monografia do curso de Economia. O locutor, ao iniciar o parágrafo por meio da expressão “*É importante perceber que*”, com o verbo “ser” flexionado na terceira pessoa do singular combinado com uso de infinitivo “perceber”, visa revestir o conteúdo proposicional de uma isenção de responsabilidade enunciativa. Trata-se de uma construção cujo intento é não deixar claro o agente que considera *importante* perceber algo, sendo esse “algo”, de acordo com o enunciado, *a descrição do primeiro caso, que não poderá ser mantida indefinidamente*.

Contudo, apesar de todo o cuidado com a linguagem, o locutor deixa marcas de sua presença, nesse caso, desde o início do enunciado, o que pode ser verificado pelo uso da oração composta por um predicado modal do tipo avaliativo “*É importante que*”. Apesar de imprimir um caráter de ausência de agente no processo, e conseqüentemente um distanciamento pelos recursos já utilizados, L1 pretende chamar a atenção do interlocutor para que o conteúdo proposicional seja entendido como algo avaliado como “importante”.

5.3.1.4 Uso de passivas

M1T33

Para cada curva de potência por tensão, **define-se um ponto chamado de ponto de máxima potência**, onde para uma determinada configuração de entrada do sistema, será possível extrair a máxima potência daquele painel.

Com o mesmo objetivo de camuflar sua presença nas monografias analisadas, L1 faz uso de formas passivas, estratégia também bastante recorrente no *corpus*.

No recorte M1T33, L1 utiliza o verbo transitivo direto “definir” flexionado na terceira pessoa do singular combinado com a partícula apassivadora “se”, configurando-se num caso de apassivação pronominal e, por conseguinte, a ocultação do agente responsável pela ação. Assim, temos uma construção utilizada para explicar os passos de um certo procedimento adotado na pesquisa: *definir um ponto no painel para que seja extraída a máxima potência*, mas não se coloca a figura do pesquisador no cenário da investigação.

Tal estratégia visa marcar um distanciamento de L1 com o conteúdo veiculado, objetivando deixar indeterminado o responsável pela ação, conseqüentemente, isentando L1 da responsabilidade enunciativa.

M1T17

Realizando uma análise de circuitos na Figura 2.4, **pode-se obter a seguinte relação da corrente de saída da célula**, em função especialmente da corrente fotogerada e da tensão de saída.

Vejamos o recorte M1T17, retirado de uma monografia na área de Engenharia Elétrica, onde se lê: “... *pode-se obter a seguinte relação da corrente de saída da célula*... ”.

Nessa construção, temos um verbo flexionado na terceira pessoa do singular (pode) seguido da partícula “se”, constituindo-se num caso de voz passiva sintética. Com essa estratégia, L1 tenta neutralizar o agente do processo evocado.

No caso do trecho analisado, o locutor tenta se isentar da responsabilidade perante o dito, numa tentativa de ocultar sua presença. Todavia, utiliza recursos linguísticos através dos quais podemos recuperar a expressão modal refletiva no enunciado, como: “a seguinte relação da corrente de saída da célula pode ser obtida”, o que também indica uma aproximação perante o enunciado.

Note-se que L1, ao fazer uso do modalizador deôntico de possibilidade “pode-se”, expressa o conteúdo *obter uma relação da corrente de saída, em função da corrente fotogerada e da tensão de saída* como uma possibilidade, como algo que pode ocorrer no processo. A subjetividade de L1 ainda pode ser percebida nesse trecho pelo uso do avaliativo “especialmente”.

Assim, se por um lado essas ocorrências visam mascarar a presença do sujeito responsável pelo enunciado nas monografias analisadas, por outro, deixam explícitos seus posicionamentos em relação ao dito, dado o caráter subjetivo da língua.

M1T40

Para esse teste, **foi escolhido uma temperatura constante de 25 °C. O tempo de convergência foi analisado** nesse caso apenas a partir de 1 s, tempo em que a irradiância se torna estável.

No recorte M1T40, temos mais um caso também bastante recorrente nas monografias analisadas: a forma passiva analítica.

A utilização do verbo “ser” combinado com o particípio passado do verbo principal também cria o efeito de sentido de que a ação é recebida, apenas, e não praticada por alguém. É mais uma maneira de ocultar o agente.

Na construção do exemplo, temos as expressões “*foi escolhido*” e “*foi analisado*”, como passos adotados para a realização de um teste, ou seja, na descrição de um procedimento. Trata-se, portanto, de uma estratégia de tentativa de apagamento de marcas de subjetividade, provocando distanciamento do locutor em relação ao que enuncia.

5.3.1.4.1 Locutor distanciado, mas funcionando como um guia, controlando a interlocução

Conforme já apontamos, o locutor se utiliza de formas apassivadoras para causar distanciamento – ao criar a imagem de que o discurso se apresenta.

Ao observarmos algumas ocorrências de voz passiva nas monografias analisadas, nos saltou aos olhos um tipo de funcionamento bastante específico dessa construção, trata-se do uso de apassivação como marca de distanciamento, com o locutor funcionando como um guia no texto. Tal ideia surgiu a partir dos estudos de García Negroni (2008), que identificou, como veremos adiante, “Uso del nosotros inclusivo, en que el lector queda incorporado en el mismo grupo del autor, quien, por su parte, se posiciona como su guía en el texto⁸²” (GARCÍA NEGRONI, 2008, p. 13). A autora verificou o emprego da primeira pessoa do plural como um guia, conforme veremos na próxima seção sobre estratégias de aproximação.

Assim, verificamos no *corpus* desta pesquisa que, além da primeira pessoa do plural, o locutor utiliza o recurso da voz passiva para se transvestir de “guia do interlocutor”, produzindo um movimento de distanciamento pela responsabilidade enunciativa, mas mesmo assim, imprimindo força argumentativa ao dito. Vejamos como se processam tais ocorrências nos trechos a seguir:

M2T75

Serão destacados os reveses, as iniciativas e as ações que estão sendo adotadas por este Poder, hodiernamente, para combater a ineficácia constitucional. Ademais, serão apresentados aspectos gerais do controle concentrado e difuso de constitucionalidade, para, assim, evidenciar a atuação do Supremo Tribunal Federal na efetivação dos direitos fundamentais sociais.

No recorte M2T75 há um exemplo de como essa estratégia é utilizada. Ao iniciar o parágrafo, L1 por meio de uma estrutura apassivadora, anuncia que *os reveses, iniciativas e ações adotadas* por um poder receberão um “destaque”, o que lança no interlocutor a expectativa de que tais conteúdos serão tratados de uma forma especial no decorrer da leitura da monografia. Vale observar que, apesar de utilizar a forma apassivada como recurso de

⁸² Uso do nós inclusivo, em que o leitor é colocado no mesmo grupo do autor – que se posiciona como seu guia no texto. (Tradução nossa).

distanciamento, L1 imprime uma avaliação a respeito do que enuncia, fato materializado pela escolha do verbo “destacar”.

Em seguida, L1 novamente lança mão do recurso da forma apassivada para informar que os *aspectos gerais do controle concentrado e difuso de constitucionalidade* também serão apresentados.

Por meio de tais recursos linguísticos, L1 assume o papel explícito de “guia do interlocutor”, orientando a interlocução no que diz respeito à forma como a monografia está organizada e à sequência na qual serão apresentados os conteúdos. Tal orientação assume um caráter de controle, no sentido de orientar a forma como o discurso deve ser lido.

Ainda, ao apresentar a forma como as partes estruturais do trabalho se apresentam, o locutor demonstra obediência a um padrão estabelecido pelas regras de elaboração das monografias – que exigem a exposição ordenada e pormenorizada do assunto⁸³.

Convém ressaltar, no entanto, que há um sentido de distanciamento sugerido pelo emprego das passivas. Apesar de se colocar como distante, L1 utiliza expressões como em: “*estão... adotadas*”, “*serão destacados*” e “*serão apresentados*”, que denunciam semanticamente o controle, pelo fato de delimitarem um caminho a ser percorrido e, ao mesmo tempo, seguirem uma padrão. Há, desse modo, uma dupla funcionalidade do uso dessas expressões: ao mesmo tempo que assinalam um controle para com a leitura do texto, indicam o cumprimento de um padrão previamente estabelecido para o gênero e para o fazer científico.

Entendemos que L1, além de ocultar sua presença e consequente responsabilidade enunciativa pelo discurso apresentado, utiliza essa estratégia como forma de orientação da leitura do interlocutor. Em outras palavras, tal estratégia visa distanciar L1 ao passo que, mesmo de longe, guia a leitura.

M4T65

Esta monografia **está estruturada** em 6 seções além desta. Na seção seguinte a esta introdução, **será apresentada a metodologia** utilizada para este trabalho.

⁸³ De acordo com a ABNT NBR 14724:20011, p. 6 (cf. referências bibliográficas), discurso que é reverberado nos diversos manuais que normatizam a elaboração de trabalhos monográficos.

[...]

Na seção 4 **será apresentado o modelo de Harrod**, sendo este um desenvolvimento da teoria de Keynes.

Na monografia do Curso de Economia, temos outro exemplo de como o locutor pretende guiar o interlocutor na leitura da pesquisa.

Nesse exemplo, temos três ocorrências de estruturas passivas. Na primeira ocorrência, L1 guia o interlocutor no sentido de informar a quantidade de seções em que a monografia está dividida: “*Esta monografia **está estruturada** em 6 seções além desta.*” Em seguida, trata de orientar o leitor, ainda por meio dessa estratégia de impessoalidade, ou seja, distanciamento pela responsabilidade enunciativa. Isso ocorre no seguinte trecho: “*Na seção seguinte a esta introdução, **será apresentada** a metodologia utilizada para este trabalho*”. Assim, L1 deixa claro para o interlocutor o que poderá ser encontrado em determinada seção, mais uma vez guiando o interlocutor sobre a estruturação da sequência do trabalho. Na última ocorrência, informa por meio do trecho “*Na seção 4 **será apresentado** o modelo de Harrod [...]*” de forma que fica claro para o interlocutor onde está localizado o referido conteúdo e assim lança uma expectativa a respeito do que esperar da referida seção.

Essa estratégia de impessoalidade que, como mencionamos na análise anterior, atende à normatização, reforça a imagem do discurso não só como autônomo, mas também como autoexplicativo, no sentido que fornece instruções explícitas de como e onde as informações podem ser conferidas.

5.3.1.5 Personificação

Também observamos, nas monografias analisadas, a ocorrência do fenômeno da personificação, não descrito na classificação feita por García Negroni (2009) utilizada para nossas análises.

M1T53

Em relação ao tempo de convergência, **a técnica que apresentou a melhor resposta foi a HCM (2,1ms)** enquanto **a pior resposta foi dada pela técnica clássica P&O**.

Assim, tomaremos o conceito de *personificação* utilizado por Espíndola (2011), para quem alguns usos de expressões linguísticas traduzem uma ação própria de um ser humano.

No trecho M1T53, o responsável pela monografia do Curso de Engenharia Elétrica, ao discutir a respeito do *tempo de convergência*, utiliza a expressão “*a técnica que apresentou melhor resposta foi...*” e assim lança mão do recurso da personificação ao atribuir a ação de “apresentar a melhor resposta”, que é própria do ser humano, a uma técnica que remete a um conjunto de procedimentos de uma ciência.

L1 assim procede como uma forma de tornar o discurso impessoal. Ressalte-se que, caso L1 adotasse a postura de assumir a responsabilidade pelo dito, o discurso poderia ser: “Eu apliquei uma técnica cujo resultado foi 2,1 ms e, portanto, considero o melhor resultado”. Ao fazer uso da personificação, o locutor da monografia pretende não deixar marcas de sua presença, entretanto, sua subjetividade está marcada por meio do emprego das expressões avaliativas “melhor” e “pior” que qualificam as respostas obtidas por meio das técnicas utilizadas, conforme coloca L1. Assim, L1 deixa impresso o seu ponto de vista no enunciado.

M3T58

Esse episódio demonstrou que a escravidão não configurava-se enquanto uma instituição decadente, pelo contrário.

No trecho anterior, temos também um caso de personificação. Nessa ocorrência, L1 atribui ao “episódio” – não a sua própria capacidade de interpretação como ser humano e pesquisador – a ideia de que a escravidão não se configurava como uma instituição decadente.

A utilização desse artifício nos mostra mais uma vez como o locutor pode fazer uso de recursos linguísticos como a personificação para transferir seu papel de agente no processo discursivo a um ente abstrato, como um “episódio”. Coloca o “*episódio*”, então, na posição de um ser capaz de demonstrar algo a alguém. Busca, com essa estratégia, tornar o enunciado impessoal, produzindo um distanciamento pela responsabilidade enunciativa.

Feitas essas observações, a seguir estão apresentados os achados relativos às estratégias de maior personalização; com maior o grau de envolvimento com o dito.

5.3.2 ESTRATÉGIAS COM MENOR GRAU DE DISTANCIAMENTO

Em alguns casos, o locutor pode deixar sua presença transparecer um pouco ao longo nos enunciados das monografias investigadas. As ocorrências a seguir mostram como acontece tal movimento.

5.3.2.1 Uso da primeira pessoa do plural considerando o leitor como participante do grupo (e funcionando como guia na interlocução)

Com base na categorização feita por Negroni (2008), encontramos, no recorte M2T80, um exemplo com o locutor responsável pelo discurso como um todo fazendo uso da primeira pessoa do plural.

M2T80

Nesse primeiro momento, **debruçar-nos-emos sobre esse primeiro tipo de Estado**, que surgiu imediatamente após a Revolução da Independência Americana e a Revolução Francesa.

Ao lançar mão da forma “debruçar-nos-emos” no trecho “*Nesse primeiro momento, debruçar-nos-emos sobre esse primeiro tipo de Estado*”, L1 age como um guia ao longo do texto, orientando o interlocutor no sentido de que a sequência dos conteúdos a serem estudados se inicia com o “*primeiro tipo de Estado*”.

Por meio da escolha da primeira pessoa do plural ao enunciar o conteúdo, vemos como L1 deixa transparecer sua subjetividade numa relação locutor/interlocutor. Além de guiar, L1 aproxima-se desse interlocutor, orientando-o a conhecer os estudos, procedimentos e descobertas narradas na monografia. Entretanto, essa orientação ainda tem a função de estabelecer uma relação de L1 com o texto, como já dissemos, ao apontar o caminho, a exposição ordenada e pormenorizada dos assuntos, oriunda das determinações acerca da elaboração dos trabalhos monográficos, imprimindo caráter imparcial e distante.

Há, desse modo, uma dupla funcionalidade do uso dessas expressões: ao mesmo tempo que assinalam um controle para com a leitura do texto, indicam o cumprimento de um padrão previamente estabelecido para o gênero e para o fazer científico.

M2T82

Antes de **adentrarmos** na interpretação, faz-se mister **dissecarmos** como ela é realizada. Assim, **analisaremos** os métodos e a forma como se encerra a norma jurídica.

No trecho M2T82 temos mais um exemplo de utilização da primeira pessoa do plural com o locutor apresentando traços mais visíveis de sua subjetividade ao assumir a posição de guia ao longo do texto, estabelecendo uma relação de orientação com o interlocutor. Outro traço de sua subjetividade se configura na utilização da modalização avaliativa “*faz-se mister*” que coloca o conteúdo proposicional como algo que merece destaque.

Ao fazer uso das flexões “*adentrarmos*”, “*dissecarmos*”, “*analisaremos*”, L1 se transveste de uma voz que é sua, mas que ao mesmo tempo inclui o interlocutor da monografia, nas ações que são desempenhadas por ele mesmo. Por meio do pronome “*nós*”, L1 apresenta uma forma mais branda de impessoalidade, se comparada com as demais descritas nesta seção, mas que ainda assim dilui a sua presença no enunciado e consequente responsabilidade enunciativa.

5.3.2.2 Uso de pessoa coincidente

M2T83

Aos constitucionalistas, **espero não tê-los desapontado com o que fora explanado**. Aos brasileiros, após a leitura desse estudo, **anseio que não ignorem a efetividade da Constituição Federal**.

Entre as quatro monografias analisadas, deparamo-nos, na monografia do curso de Direito, com o único caso de uso de pessoa coincidente.

Nas últimas palavras que encerram o referido trabalho, temos no recorte M2T83 reproduzido acima, um exemplo de locutor utilizando a primeira pessoa do singular, materialização linguística realizada pelas formas “*espero*” e “*anseio*”, que refletem a voz de apenas um locutor no discurso. Assim, o “*eu*” expresso pela desinência de primeira pessoa, coincide com o único locutor que aparece no discurso, responsável pela monografia como um todo.

Dentre as estratégias descritas por Negroni (2008), a utilização de pessoa coincidente é a que apresenta o maior nível de exposição do locutor perante o dito e assim sua subjetividade se torna explícita. Inclusive, no recorte em destaque, L1, que se responsabiliza explicitamente pelo discurso veiculado, se dirige a dois interlocutores: os “*constitucionalistas*” e os “*brasileiros*”, sendo que o primeiro grupo está inserido no segundo.

Ao se dirigir ao primeiro grupo, por meio do verbo “esperar”, L1 expressa seu desejo de não desapontar o interlocutor a respeito do que *fora explanado* na monografia. Trata-se de uma ocorrência de modalização deôntica volitiva que, segundo Nascimento (2012, p. 86), “[...] pode funcionar como uma estratégia argumentativa bastante eficaz, já que preserva tanto a face do locutor como a do interlocutor [...]”. Assim, ao se expor e se responsabilizar enunciativamente, L1 o faz, ainda, com precaução.

Ressalte-se que o interlocutor “*constitucionalistas*”, a quem L1 explicitamente se dirige, é formado por uma comunidade de contornos mais ou menos definidos, formada por um grupo de pessoas que seguem certa doutrina do Direito e que, portanto, representam um ponto de vista provavelmente contrário ao que L1 defendeu com o trabalho monográfico. Como L1 não evocou o conhecimento ou ponto de vista de tal comunidade para dialogar no interior do enunciado, mas se dirige aos “*constitucionalistas*”, colocando-os como interlocutores, cabe aplicar nessa análise o termo SE-interlocutor⁸⁴.

Prosseguindo na análise, observamos que, após se dirigir aos “*constitucionalistas*”, L1 evoca, dessa vez, uma comunidade imensa, formada pelos “*brasileiros*”, cujos contornos são indefinidos, uma vez que engloba as pessoas que moram até mesmo além das fronteiras de um país de dimensões continentais. Tal comunidade possui um alcance infinitamente maior que o primeiro e inclusive contém o grupo dos “*constitucionalistas*”. Assim, tratamos também como um caso de SE-interlocutor.

L1 faz uso dos mesmos recursos da modalização volitiva, ao optar pelo verbo “ansiar”, também imprimindo um caráter de desejo ao conteúdo *não ignorar a efetividade da Constituição Federal*.

⁸⁴ A expressão utilizada por Anscombre (2005, p. 84) no original, em francês, é ON-*destinataire*. Assim, a tradução mais próxima para o português seria “SE-destinatário”. Entretanto, para fins de adequação terminológica à Teoria da Argumentação na Língua, optamos por traduzir a expressão como “SE-interlocutor”.

Note-se que enquanto o desejo lançado ao primeiro SE-interlocutor está restrito ao campo de expectativas correspondidas – ou não – no enunciado “*espero não tê-los desapontado*”, o efeito de sentido produzido pela segunda ocorrência de modalização é o de incitar o interlocutor (SE-interlocutor) à ação, fato que fica claro no conteúdo proposicional *ansiar que a efetividade não seja ignorada*, ou seja, L1 orienta discursivamente a leitura no sentido de que a comunidade formada pelos brasileiros realize o ato de fazer valer a efetividade da Constituição Federal. Assim, L1 deixa transparecer sua subjetividade.

Finda a terceira e última etapa de nossas análises, apresentamos, no capítulo sexto a seguir, nossas conclusões e considerações finais a respeito dos achados, no que se refere a: polifonia de locutores, SE-Locutor, modalização e impessoalidade discursiva no gênero estudado.

6 ENTRE A VOZ DA CIÊNCIA E A EXPRESSÃO DA SUBJETIVIDADE

[...] toda e qualquer atividade interacional pressupõe alguma intenção, uma vez que ninguém fala ou escreve sem um objetivo. Essas intenções não só ficam registradas no material linguístico que selecionamos enquanto interagimos, como já estão contidas na própria estrutura da língua.

(NASCIMENTO, 2005, p. 2).

6.1 RELEMBRANDO ALGUNS PONTOS PRINCIPAIS DO CAMINHO PERCORRIDO

Iniciamos nossa pesquisa partindo do pressuposto de que a língua é essencialmente argumentativa (DUCROT, 1988). Assim, escolhemos trilhar um caminho a partir da Teoria da Argumentação na Língua – TAL, por acreditarmos que, ao descrevermos algo, essa descrição dita “objetiva” é, na verdade, perpassada por aspectos subjetivos e intersubjetivos, ou *valor argumentativo*, como propõe Ducrot (1988). É, portanto, uma expressão de *atitude* e de um chamamento que o locutor faz ao interlocutor, esse outro com quem interagimos nas diferentes *esferas* da vida humana (BAKHTIN, 2000). Dessa forma, ao usarmos a língua, fazemos dela um debate entre os indivíduos e compreendemos a língua como constituída de argumentatividade (subjetividade).

Com o objetivo de verificar como a subjetividade se processa no gênero monografia de conclusão de curso (leia-se, na língua em uso), dado que uma das características desse gênero, conforme vimos, é o uso do estilo verbal impessoal, com ênfase no método, precisão e resultados, que exigem uma linguagem objetiva, fizemos uma extensa pesquisa a respeito do que o próprio Ducrot (1977, 1987, 1988, 1989, 2009) afirma sobre esses usos. Para o autor, cujos estudos são o fio condutor deste trabalho, alguns enunciados não aparecem como produto de uma subjetividade individual, mas são construções a cujos locutores não se atribui a responsabilidade da enunciação. Essa atitude revela um posicionamento do locutor, o da *máscara da imparcialidade*, para usar um termo do próprio linguista.

Vimos, ao longo dessa pesquisa, que tais usos não impedem a ocorrência de fenômenos reveladores da presença do locutor L1 e de demais locutores no discurso, bem como de diversificados modos de dizer, formas de direcionar a leitura, visto que a subjetividade é inerente à língua.

É importante ressaltar que as marcas linguísticas manifestas nas monografias de conclusão de curso são as provas da presença da subjetividade no discurso. Mesmo que não seja possível identificá-las, explicitamente, ainda assim a subjetividade se faz presente, pois, ao utilizarmos a língua, o fazemos em função de nossa expressividade (subjetividade) e das intenções que temos quando interagimos com outros sujeitos (intersubjetividade).

Os estudos que realizamos ao longo dos capítulos que compõem esta tese foram provocados a partir da hipótese de que a subjetividade se manifesta no gênero monografia de conclusão de curso através de fenômenos polifônicos, como a polifonia de locutores, o *ON-locuteur* (SE-locutor), além da modalização e de estratégias de impessoalidade. Observamos, no decorrer das análises, como tais usos pretendem ocultar a presença do locutor ou isentá-lo da responsabilidade enunciativa.

Vimos, ao longo das ocorrências, que há vários traços de subjetividade do locutor responsável pelo discurso nas monografias e que, mesmo se valendo de diferentes estratégias, entre elas, as estratégias de impessoalidade, não é possível para L1 negar a subjetividade inerente ao discurso. O que as análises revelam é que, em alguns momentos, há maior grau de distanciamento, quando L1 cria uma pretensa neutralidade. No entanto, nesses casos, a impessoalidade se constitui em mais uma forma por meio da qual L1 tenta ocultar sua presença no enunciado, o que, por si só, já revela um posicionamento enunciativo desse sujeito. Assim, entendemos que L1, ao pretender ocultar sua presença no enunciado, expressa uma tomada de posicionamento perante o dito: a de tentar negar a subjetividade, mas, paradoxalmente, acaba por revelar-se enquanto sujeito, já que deixa expresso um posicionamento enunciativo próprio.

Por meio das análises, confirmamos nossa hipótese, a de que a subjetividade se manifesta nas monografias por meio de alguns fenômenos, como veremos nas reflexões a seguir. Tal hipótese deu origem a três objetivos por meio dos quais sistematizamos o trabalho de identificação e descrição do funcionamento semântico-discursivo dos elementos presentes nas ocorrências.

6.2 REFLEXÕES A RESPEITO DOS RESULTADOS OBTIDOS

6.2.1 Com relação à polifonia de locutores no discurso relatado em estilo direto

Nas monografias analisadas com foco na ocorrência de polifonia de locutores no discurso relatado em estilo direto, foi possível identificar a presença de verbos *dicendi* não-modalizadores através dos quais L1 coloca em cena um segundo locutor que estrategicamente reforça o que foi apresentado por L1, sendo que a inserção de L2 no enunciado pode se configurar também de forma oculta, sem o registro linguístico do verbo *dicendi*.

Assim, com relação às ocorrências com verbo *dicendi* não-modalizador corroborando, reafirmando o que foi apresentado nas monografias analisadas, encontramos os seguintes *dicendi* não-modalizadores: *ver*, *aduzir*, *prelecionar*, *enxergar*, *pronunciar-se*, *explanar*, *definir*, *relatar*. Como expressões equivalentes, encontramos: *segundo x*, *trazer à baila*, *nas palavras de x*, além da vírgula ocupando lugar de verbo *dicendi* não-modalizador.

Tais verbos ou expressões marcam a entrada de outras vozes no discurso, além de demonstrar ao longo do trabalho de pesquisa que vários pontos de vista (vozes) são considerados e trazidos como representantes de diferentes fontes de saber.

Nesse entrelaçar de vozes ao longo do texto, também observamos a ocorrência de verbos *dicendi* não-modalizadores ou termos equivalentes com L1 introduzindo uma voz que se funde a sua, dando continuidade discursiva ao enunciado iniciado por L1. Registramos apenas um uso de expressão equivalente: *segundo x*. Verificamos que L1 pretende, com esse recurso, tornar a sua própria voz mais forte no discurso.

No que tange à ocorrência de verbos *dicendi* não-modalizadores ou termos equivalentes com L1 introduzindo uma voz que ao corroborar o que foi apresentado, acrescenta uma explicação mais detalhada ou conceito a respeito do tema tratado, registramos as seguintes ocorrências com *dicendi* não-modalizadores: *conceituar*, *ensinar*. Como expressões equivalentes, encontramos: *Esse é o entendimento de x*; e *segundo x*.

Também foi possível identificar casos em que L1 traz L2 para refutá-lo e assim o conhecimento vai sendo construído, por meio de diferentes pontos de vistas, com L1 conduzindo o discurso, a partir das vozes que ele apresenta na pesquisa, direcionando o discurso à conclusão a que pretende chegar.

Nos casos de polifonia de locutores no discurso relatado em estilo direto com verbos *dicendi* modalizadores, foi possível encontrar as mesmas funções desempenhadas por L2 introduzido pelos *dicendi* não-modalizadores, ou seja, corroborar, ratificar o que foi apresentado, introduzir uma voz que se funde a sua, dando continuidade discursiva ao enunciado iniciado por L1 e ainda com L1 introduzindo uma voz que ao corroborar o que foi apresentado, acrescenta uma explicação mais detalhada ou conceito a respeito do tema tratado. Assim, temos o seguinte panorama para ocorrência de verbos desse tipo: *afirmar, sustentar, denunciar, destacar, reafirmar*. Encontramos, ainda, as seguintes expressões equivalentes: *conforme acentua x, como bem destaca x*.

Desse modo, a presença de tais verbos ou expressões, ao introduzir a voz de L2, marca não apenas o entrelaçamento de vozes que se revezam no discurso, mas imprime uma orientação dada por L1 no sentido de direcionar a forma como o interlocutor deve ler o enunciado. Nesses casos, a subjetividade de L1 se manifesta de forma mais explícita ao apresentar a voz de L2 de modo avaliado, como um destaque, denúncia, defesa etc. Em outros momentos, utiliza-se de modalização epistêmico asseverativa, ressaltando o valor de verdade dos conteúdos veiculados por L2.

6.2.2 Com relação à polifonia de locutores no discurso relatado em estilo indireto

Identificamos a mesma dinâmica de manifestação da subjetividade por meio da polifonia de locutores no discurso relatado em estilo indireto. Assim, L1, faz uso da palavra alheia que ele mesmo coloca em cena tanto para apoiar seu ponto de vista como também para refutá-lo, ao trazer explicações sobre a teoria apresentada, introduzir conceitos, descrever fenômenos, trazer exemplos, explicar termos ou justificar pontos de vista ao longo da monografia.

A seguir, disponibilizamos o resumo das seguintes materializações linguísticas para esse tipo de polifonia: *abordar, deixar assente, entender, apresentar, definir, expor, considerar*. Com os seguintes termos equivalentes: *segundo, para, na esteira de x, de acordo com x, levar em consideração, x partir da ideia de que, x dar publicidade*

No caso dos *dicendi* modalizadores, identificamos no *corpus* analisado a ocorrência de modalização avaliativa, através da qual as palavras de L2 devem ser lidas como advertência, destaque e como implicatura. Também há ocorrência de modalização epistêmico-asseverativa

em que a ideia impressa na introdução da voz de L2 deve ser compreendida como (re)afirmação, asseveração, atestado de veracidade do conteúdo introduzido no enunciado. Registramos, ainda, casos de *dicendi* quase-asseverativos veiculando suposição, hipótese, sugestão, como se pode verificar a seguir: *admitir, implicar, advertir, asseverar, atestar, afirmar, apontar, supor, sugerir, atentar, destacar*. Os seguintes termos equivalentes foram encontrados: *como bem explana x, como bem adverte x*.

6.2.3 Com relação à polifonia de locutores no discurso relatado em estilo direto corroborando o discurso relatado em estilo indireto

É importante mencionar que, em algumas construções, L1 utiliza o discurso indireto para reformular ou explicar algo que será imediatamente retomado em relato direto na voz de L2 ou vice-versa. Assim, há trechos em que a voz de L2 corrobora, confirma o pensamento de L1, por exemplo, quando L1 traz a ideia de um determinado autor com um relato em estilo indireto e em seguida apresenta o trecho original. Tal estratégia é utilizada para comprovar o que L1 defendeu anteriormente. O estilo direto, nesse caso, assegura a exatidão do pensamento apresentado, ainda que o faça sem demonstrar responsabilidade enunciativa.

A seguir, resumimos as ocorrências dos *dicendi* modalizadores: *reiterar, afirmar, advertir, revelar, denunciar*, sendo que para esse tipo não encontramos expressões equivalentes. No que diz respeito aos não-modalizadores, relatamos as seguintes ocorrências: *abordar, ver*. As seguintes expressões equivalentes foram registradas: *Nas palavras do autor, segundo x, para, dar publicidade a*.

Como foi possível perceber, trata-se de um gênero com muitas incidências polifônicas. Em alguns momentos, L1 traz a voz do outro para se somar a sua, em uníssono, e assim não se responsabiliza sozinho pelo dito, mas compartilha essa responsabilidade com o outro. Em outros momentos, L1 coloca a voz de L2 prosseguindo na sucessão de enunciados que compõem o trabalho monográfico e assim é possível reconhecermos um teatro ou uma relação dialógica em que as vozes ora se juntam, ora se colocam em oposição, mas que ao longo do texto guiam o interlocutor a determinadas conclusões a que L1 quer fazer o outro chegar.

A respeito das ocorrências de modalização epistêmica, entendemos que, além de serem característicos do gênero, refletem a necessidade do locutor responsável pelo enunciado como um todo veicular na monografia um valor de verdade em relação ao conteúdo trazido

pelas palavras alheias introduzidas, além de compromisso com a veracidade das fontes de saber evocadas e análise de dados coletados.

Apesar de termos previsto, em nossas hipóteses, a ocorrência de polifonia de locutores em estilo direto e indireto, com *dicendi* modalizador ou não, foi uma surpresa nos depararmos com um fenômeno tão recorrente, principalmente no que concerne a uma considerável incidência de modalizações avaliativas, mostrando como o locutor se posiciona diante de outros locutores/vozes/fontes de saber/conhecimentos que seleciona para comporem o determinado ponto de vista acerca de um tema.

Com esses achados, alcançamos o primeiro objetivo específico proposto nesta pesquisa, o de identificar, descrever e analisar o funcionamento semântico-argumentativo da polifonia de locutores, através do discurso relatado, com verbos *dicendi* modalizadores ou não. Ressaltamos que a presença dos verbos *dicendi* – quer modalizadores ou não – e demais escolhas relatadas nas análises mostram como a subjetividade se mostra presente nesse gênero. Assim, por mais que L1 lance mão de construções linguísticas que busquem uma pretensa objetividade, tais construções não impedem o resgate de manifestações da subjetividade no discurso.

6.3 Com relação ao SE-locutor

Durante as análises, deparamo-nos com a ocorrência de um fenômeno peculiar e recorrente nas monografias, a presença do SE-Locutor (*ON-locuteur*), uma forma de polifonia em que L1 introduz no enunciado as palavras que representam o ponto de vista de uma coletividade, ou comunidade linguística e assim se configura também um caso de impessoalidade discursiva.

Assim como ocorre a utilização da palavra alheia pertencente a um indivíduo, é estabelecida uma relação de L1 com o tipo de saber que evoca, que traz para a monografia, podendo ser de rechaço ou assimilação das palavras do outro, sendo esse outro constituído, na maioria das vezes, por um número de pessoas sem definição exata, como um grupo de teóricos ou até uma comunidade infinita, de contorno indeterminado, ultrapassando as barreiras geográficas e temporais.

Assim, resolvemos denominar “caso clássico”, a ocorrência do SE-Locutor linguisticamente marcado por um verbo flexionado na terceira pessoa do singular do verbo combinado com o pronome SE. Tais expressões introdutoras de SE-Locutores, ao inserirem a voz coletiva e anônima por parte de L1, o fazem imprimindo uma orientação de sentido nos enunciados em que aparecem.

Desse modo, nos deparamos com construções do tipo: *acreditava-se que*, em que o saber evocado inicialmente é utilizado como “voz de ninguém” de modo que L1 traz um saber para o interior do discurso sem se comprometer. Todavia, ao procedermos um levantamento podemos mapear a origem desse saber (dessa voz) e atribuí-la a um grupo de pesquisadores, por exemplo, ou a um grupo de teóricos representativo de uma corrente doutrinária.

Também identificamos materializações linguísticas em que L1 apresenta um saber procedente de uma comunidade linguística de contornos indefinidos, como é o caso de “milhares de brasileiros e brasileiras”, em que a delimitação é apenas geográfica, mas de dimensões gigantescas. Tal estratégia visa tanto utilizar essa “quantidade” de vozes como suporte para o ponto de vista de L1, como pode ser utilizado – em algumas construções – para isentar L1 pela responsabilidade enunciativa.

As análises mostraram, ainda, que algumas comunidades apresentam contornos mais definidos que outras e que apesar de L1 introduzir uma voz representativa de uma coletividade, existem graus de anonimato. Assim, uma comunidade formada por “milhares de brasileiros” apresenta um grau de anonimato superior ao de uma comunidade composta por “economistas ortodoxos”, por exemplo, ou “membros de uma comitiva” ou “membros de um colegiado” de instituições, ainda que a responsabilidade enunciativa esteja diluída, por meio de uma voz coletiva.

Outra forma de diluir a responsabilidade enunciativa nas monografias analisadas é por meio de construções do tipo *sabe-se que*, a partir das quais, L1 apresenta as palavras alheias como um saber compartilhado e que conseqüentemente não pode ser contestado, inclusive, tendo o interlocutor como participante (ou como cúmplice?). Trata-se, portanto, de uma estratégia bastante eficaz.

Encontramos, também no *corpus* analisado, formas de trazer as palavras de outrem para tentar criar a uma pretensa imparcialidade por meio de estruturas indefinidas que funcionam como paráfrases da construção com o pronome SE indefinido. São termos que

atuam como representantes de fontes indefinidas, tais como: *muitos, poucos, alguns* etc. que podem surgir seguidos de *dicendi* modalizador ou não.

Expressões como *para x*, e *segundo x*, sendo esse “x” uma comunidade linguística, funcionam discursivamente como localizadores ou identificadores da fonte de saber evocada, dependendo do contexto em que aparecem, mesmo que seus contornos estejam revestidos de opacidade.

Dessa forma, L1 faz uso da configuração de grupo ou membros pertencentes a uma coleção de elementos para trazer a voz coletiva que será enunciativamente responsabilizada pelo dito, podendo aderir a esse grupo ou não. Inclusive, L1 pode se fazer valer dessa estratégia para apenas apresentar um saber e não se pronunciar a respeito do conteúdo apresentado. É mais uma forma sutil de conduzir a leitura do interlocutor, entregando a esse, a responsabilidade pelas conclusões, que na verdade, são as do próprio L1.

Constatamos que há ocasiões em que nomes predicativos de dizer com complemento inespecífico podem assumir o papel de SE-Locutor. São termos como: *os rumores, a opinião pública, a crença popular* etc. que remetem a uma voz pertencente a uma entidade inespecífica. Em outros momentos, esse sujeito é representado por uma expressão que remete a uma autoridade que transcende os indivíduos, como a lei, a gramática, a constituição a ciência, entre outros.

Por fim, foi possível identificar, nas monografias analisadas, casos em que L1 se utiliza de frases genéricas e formas sentenciosas que muitas vezes aparecem sem um marcador introdutório. Tais estruturas evocam uma voz coletiva e anônima, introduzida por L1 que são ativadas a partir de estereótipos.

Entendemos que tal fenômeno é mais uma estratégia do locutor responsável pelo enunciado como um todo ao trazer para o interior do discurso um L2, ou seja, uma voz representando um tipo de saber na qual L1 se apoia para defender um determinado ponto de vista. Ficou claro nas análises que, ao trazer um SE-L, L1 se posiciona diante dessa voz. Em alguns momentos, L1 se utiliza desse recurso para refutar o tipo de saber apresentado e prosseguir com a orientação discursiva que deseja imprimir no enunciado. Tal estratégia é muito eficaz, ao criar uma imagem de impessoalidade a partir de um conhecimento que é senso comum, ou seja, de um saber alegado. Em outros momentos, se baseia num saber fundado para prosseguir em seu discurso.

Além do SE-Locutor, encontramos também ocorrências que denominamos *SE-interlocutor*, quando o locutor responsável pelo enunciado se dirige a uma comunidade como seu interlocutor, ao invés de apenas um indivíduo e, dessa forma, sua voz ou seu ponto de vista abrange um número indefinido de interlocutores.

Assim, ressaltamos, nesses estudos, a importância do papel desempenhado pelos marcadores mediativos, nas construções que evocam comunidades linguísticas e pelos usos que o locutor responsável pela monografia faz ao introduzir tipos de saber, de desejar revelar ou não a fonte desse saber e como se relaciona com eles. Não menos importante é o papel dos estereótipos que ativam novas frases dentro do discurso e a partir das quais L1 organiza sua forma de se relacionar com o dito, com a palavra alheia e, conseqüentemente, com os saberes evocados imprimindo uma orientação discursiva na monografia como um todo.

Por meio das evidências, alcançamos o segundo objetivo desta pesquisa, ao identificarmos, descrevermos e analisarmos o funcionamento desse tipo de polifonia, mostrando como o SE-Locutor se manifesta também como um caso de impessoalidade discursiva e que, mesmo assim, é possível identificar o posicionamento de L1 diante do dito, ou seja, sua subjetividade.

6.4 Com relação às demais estratégias de impessoalidade

No que diz respeito às estratégias de impessoalidade, partimos daquelas que refletem uma maior distância em relação ao que se enuncia até chegar a uma maior explicitação da presença desse sujeito no enunciado, ou seja, graus dessa presença.

Assim, encontramos, nas monografias analisadas, casos de nominalização que se constituíram como uma forma utilizada por L1 para omitir ou mascarar sua presença nos enunciados, numa escala onde essa estratégia coloca o locutor em menor grau de evidência, ou seja, são ocorrências em que a subjetividade é menos aparente.

Além da nominalização, L1 utiliza o recurso da metonímia, muito recorrente, ao atribuir à monografia como um todo ou aos capítulos do trabalho, ou ainda, ao texto, às teses, objetivos e intenções do próprio L1. Trata-se de mais uma forma de camuflar a sua presença e criar a imagem de que o trabalho científico tem vida própria e é dotado de capacidades para se constituir e se apresentar sem a interferência do pesquisador.

Durante nossas investigações, deparamo-nos com outra estratégia bastante recorrente; o uso do impessoal + infinitivo cujo objetivo é o de neutralizar o agente do processo evocado, criando-se uma pretensa objetividade. Entretanto, é importante frisar que essas ocorrências, se por um lado visam mascarar a presença do sujeito responsável pelo enunciado como um todo, por outro, deixam explícito seu posicionamento em relação ao dito, o que pode ser verificado pelo uso da modalização.

Há, também, muitos trechos em que a forma passiva analítica é utilizada. Assim, o verbo “ser” combinado com o passado particípio do verbo principal também cria o efeito de sentido de que a ação é recebida, apenas, e não praticada por alguém. Essa estratégia pode se materializar linguisticamente tanto por meio da passiva pronominal como da passiva analítica. Dentre esses usos, ressaltamos um emprego particular dessa estrutura através do qual L1 funciona como um guia ao longo da leitura, criando uma expectativa no interlocutor a respeito dos procedimentos, assuntos ou tópicos a serem apresentados. Essa estratégia, além de ocultar a presença de L1, demonstra a maneira como se transveste de guia, conduzindo ou controlando a leitura. Assim, percebemos que o locutor ao passo que guia ou estabelece uma espécie de controle sobre o interlocutor – mesmo em posição de distanciamento – também é guiado pela normatização e pela padronização do gênero e do próprio fazer científico.

Encontramos também casos de personificação não previstos na categorização proposta por Garcia Negroni (2008, 2009) em sua sistematização a respeito de fenômenos de impessoalidade. Assim, uma vez identificada a ocorrência, resolvemos acrescentá-la em nossas análises. Nas monografias, é comum L1 atribuir ações desempenhadas por seres humanos a procedimentos e técnicas utilizados na pesquisa científica. Pretende, com essa estratégia, mais uma vez, não deixar marcas de sua presença no enunciado.

Assim, seguindo uma espécie de escala de gradação, em alguns momentos, percebemos a presença de L1 de forma um pouco mais explícita. Isso se dá pelo uso da primeira pessoa do plural em que se aproxima do interlocutor, como que o convidando a participar das ações planejadas, para isso, assume o papel de guia. Ainda assim, é mais uma maneira de diluir a sua presença.

Encontramos, contudo, na monografia do curso de Direito um único caso de pessoa coincidente, em que foi usada a primeira pessoa do singular quando o locutor, nos momentos finais da monografia, parece se desvincilhar de todas as normatizações e resolve se posicionar

com total responsabilidade pelo dito, rompendo a tensão objetividade/subjetividade. Foi o único caso de apropriação da posição “eu” em relação ao “outro”.

Verificamos como o uso de estratégias de impessoalidade por parte do locutor responsável pelo enunciado visa instalar uma pretensa neutralidade, além de diluir a responsabilidade pelo dito e ocultar a fonte de enunciação. Foi possível também perceber que nas monografias analisadas, é comum o uso de estratégias de impessoalidade, sendo bastante raro e até incomum o uso de primeira pessoa, em posição de responsável pelo dito, deixando o protagonismo para a pesquisa em si, reforçando a pretensa transparência do locutor em todo o processo.

Com esse estudo, foi possível cumprir o terceiro objetivo de nossa pesquisa. Assim, identificamos e descrevemos as diferentes estratégias de impessoalidade presentes no gênero. Ressaltamos que, conforme comprovado nas análises, o uso de estratégias de impessoalidade não neutraliza a subjetividade no discurso. Pelo contrário, o uso de tais recursos apenas reforça a existência de uma subjetividade inerente que, para atender aos critérios de pretensa imparcialidade, precisa ser “ocultada” por L1.

6.5 Reflexões finais

Finalizamos nossa pesquisa afirmando que a subjetividade se manifesta – no gênero monografia de conclusão de curso – através de fenômenos polifônicos, como a polifonia de locutores e o *ON-locuteur* (SE-locutor), além da modalização e de estratégias de impessoalidade. Nossa afirmativa tem como base o cumprimento dos três objetivos traçados inicialmente para compreendermos como a subjetividade se processa nesse gênero.

As análises mostram como tais fenômenos se manifestam e como esse gênero está povoado de palavras alheias, dado o caráter do próprio gênero, de apresentar resultados de pesquisas e de outras investigações para com elas dialogar, trazendo para o seu texto conhecimentos já estabelecidos, difundidos, por meio da voz do “outro” e nesse entrelaçar de vozes construir novos conhecimentos. Assim, podemos afirmar que a monografia é resultado de uma construção colaborativa de forma controlada, dado que não é constituída pela voz de qualquer pessoa e nem de uma única pessoa, mas por várias vozes inseridas por L1 que se entrelaçam e se fundem em um só discurso, representado pelo locutor responsável pela monografia.

Em outras palavras, nas monografias de conclusão de curso, há uma voz que se apresenta como porta-voz da ciência e que é constituída pela voz do outro, sendo esse outro o lugar ocupado pela palavra alheia, mobilizada por L1 para refutar ou apoiar seu ponto de vista e assim atuar sobre outrem, seu interlocutor.

Destarte, a palavra do outro é trazida gerando graus de compromisso com o dito, expressos por meio do recurso da modalização, em momentos de aproximação e de afastamento pela responsabilidade enunciativa. Nesse percurso, L1 lança mão de estratégias, como as que vimos nesse estudo, a fim de produzir no texto uma espécie de autonomia por meio da qual o texto se apresenta e se comporta como porta-voz da ciência.

Entretanto, as formas de referenciar a palavra alheia mostram a atitude de L1 e a maneira como orienta o interlocutor a respeito do que enuncia. Vemos, então, que até mesmo no discurso científico/acadêmico, o locutor deixa marcas de sua presença em um discurso que não é monológico ou neutro, havendo graus desse distanciamento e, assim, confirmamos a subjetividade inerente à língua.

Apesar de o sujeito fazer uso de uma série de estratégias para ocultar sua presença ou trazer para o interior do enunciado vozes de indivíduos ou coletividade para assimilá-las ou rechaçá-las, ou até mesmo fundi-las como se fosse uma voz autônoma, é possível recuperar as marcas linguísticas de como tal fenômeno se processa nos enunciados, marcas incontestáveis da subjetividade desse locutor, desse sujeito que se mostra presente, mesmo se pretendendo ausente e que faz intervenções no discurso, estabelecendo relações com os tipos de saber evocado, posicionando-se frente ao enunciado.

Por fim, acreditamos que a tentativa de uma descrição isenta é fruto de uma concepção positivista da ciência, com foco no método, nos procedimentos, no objeto, mais do que na capacidade de análise do sujeito pesquisador. Assim, o discurso científico apresenta-se como autônomo ao tentar ocultar a fonte de enunciação.

É importante frisar que elaborar um trabalho monográfico requer do graduando a apropriação de certos usos da língua para se revestir de um “eu” imparcial que se dirige a uma comunidade linguística (científica) e apresenta resultados alcançados em uma área do conhecimento. Esse sujeito necessariamente se depara, por um lado, com a perpetuação das prescrições contidas nos manuais e também com as exigências da própria academia, que muitas vezes reproduz uma visão marcadamente naturalista do fazer científico.

Há, portanto, uma tensão latente nesse sujeito que se inicia academicamente diante do seu querer-dizer. Uma tensão entre a objetividade a ser alcançada e a sua própria subjetividade. Desta feita, lança mão desses recursos para se revestir de uma subjetividade controlada, conforme dissemos, resultante de uma visão positivista do fazer científico. Por isso, há momentos em que o locutor responsável pelo discurso consegue atingir um nível de distanciamento pela responsabilidade do enunciado e há momentos em que tal subjetividade se manifesta de maneira mais explícita, como podemos perceber com o uso de modalizações e demais recursos semântico-discursivos. É nesses momentos que se pode perceber que a imparcialidade é apenas uma máscara e que o “eu” se torna mais presente diante desse “outro”, seu interlocutor.

REFERÊNCIAS

ALDRIGUE, Natália Sousa; ESPÍNDOLA, Lucienne C. Expressões linguísticas metafóricas como recurso argumentativo em folderes turísticos. **Veredas on line** – Temática. Ppg linguística/ufjf. Juiz de Fora - MG. ISSN 1982-2243. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2011/05/artigo-152.pdf>. Acesso em: junho de 2017.

ANSCOMBRE, Jean-Claude. Le ON-locuteur: une entité aux multiples visages. In: BRES, Jacques et al. **Dialogism et polyphonie**. Paris: De Boeck Supérieur (Champs linguistiques), p. 75-94, 2005.

_____. Autour d'une définition linguistique des notions de voix collective et de ON-locuteur. **Recherches linguistique**. Université Paris, n. 31, p. 29-64, 2010.

_____. Mediatividad, Omni-locutores, y marcadores del discurso. El caso del francés actual: *on sait que, on dit que, on prétend que, on raconte que, on admet que*. **Archivum**, n. 64, p. 7-26, 2014.

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **La argumentación en la lengua**. Versión española de Julia Sevilha e Marta Tordesillas. Madrid: Editora Gredos, 1994.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Disponível em: < <http://www.abnt.org.br/abnt/conheca-a-abnt> >. Acesso em 17 de setembro de 2015.

_____. **NBR: 14724:2011**. Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: 17 de março de 2011.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Palavras incertas: as não coincidências do dizer. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.[1978].

_____. Repères dans le champ du discours rapporté I. **L'information grammaticale** n. 55, p. 38-42. 1992.

BAKHTIN, Mikhail Volochinov. **Estética da criação verbal**. Tradução M.E.G. Gomes. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. [1979].

BALLY, Charles. **Linguistique générale et linguistique française**. Berne: Éditions Francke Berne, 1965.

BANFIELD, Ann. Où l'épistémologie, le style et la grammaire rencontrent l'histoire littéraire: le développement de la parole et de la pensée représentées. In: **Langue française**, n°44. Grammaire de phrase et grammaire de discours. 1979.

BASTOS, Ana Carolina Vieira. **Modalizadores no gênero ofício**: uma descrição semântico-argumentativa. João Pessoa: UFPB, 2011. (Dissertação de Mestrado).

BATISTA, Silvana Lino. Estratégias semântico-argumentativas no gênero textual/discursivo relatório. João Pessoa: UFPB, 2010. (Relatório de pesquisa PIBIC),

BARBOSA, Maria Vanice Lacerda de Melo. **Modalização e polifonia no gênero resenha acadêmico-científica**: Um olhar apreciativo sobre a voz da ciência. João Pessoa; UFPB, 2015. (Tese de doutorado).

BARBOSA, Maria Vanice Lacerda de Melo; NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. **O estilo direto corroborando o estilo indireto no gênero resenha acadêmica: estratégia semântico-argumentativa**. Texto apresentado na 25ª Jornada Nacional do GELNE, Natal-RN, 2014. Disponível em: <<http://www.gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2014/anexos/231.pdf>>. Acesso em: 20/06/2017.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral**. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1991.

BESSA, Clecida Maria Bezerra. **Que autoridades sustentam a autoridade?** A argumentatividade no gêneros artigo científico através do arrazoado por autoridade e da modalização discursiva. João Pessoa; UFPB, 2015. (Tese de doutorado).

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE Nº 776/97**. Orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_parecer77697.pdf>. Acesso em: 17 de agosto de 2017.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Parecer Nº 289/2003. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis. Brasília: MEC, 2003. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2003/pces289_03.pdf. Acesso em: 18 de agosto de 2017.

BUBER, Martin. **Eu e tu**. 2. ed. São Paulo: Moraes, 1977.

BÜHLER, Karl. **Theory of Language**: The representational function of language. Philadelphia, NL: John Benjamins Publishing Company, 2011. ProQuest ebrary. Web. Acesso em: 26 August 2016.

CASTILHO, Ataliba.T.; CASTILHO, Célia.M.M. Advérbios modalizadores. IN: ILARI, Rodolfo (org.) **Gramática do português falado**. v. II: Níveis de análise linguística. 2. ed. Revista. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

DUCROT, Oswald. **Princípios de Semântica Linguística**: dizer e não dizer. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. **O dizer e o dito**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.

_____. **Polifonia y argumentación**. Conferencias del seminário Teoria de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Valle, 1988.

_____. **Logique, structure, énonciation**. lectures sur le langage. Paris: Minuit, 1989. p. 165- 191.

_____. Prefácio. In: VOGT, Carlos. **O intervalo semântico**. São Paulo: Ateliê Editorial/Editora da Unicamp, 2009.

ESPÍNDOLA, Lucienne. **A entrevista**: um olhar argumentativo. João Pessoa: EDUEPB, 2004.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2001.

FERRAZ, Mônica Mano Trindade. Polissemia, metonímia ou extensão de sentido: um estudo da metonímia em diferentes perspectivas da semântica. *Revista virtual de Estudos da Linguagem: ReVEL*, v. 11, n. 20, 2013. [www.revel.inf.br]. Acesso em: 23 de setembro de 2017.

GARCÍA NEGRONI, María Marta. Subjetividad y discurso científico-académico. Acerca de algunas manifestaciones de la subjetividad em el artículo de investigación en español. **Revista Signos**. Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, Chile, v. 41, n.66, p. 5-31. 2008.

_____. Os modos de dizer do sujeito no discurso acadêmico. Trad. Maria Eta Vieira. In: MICHELETTI, Guaraciaba (Org.). **Enunciação e gêneros discursivos**. São Paulo: Cortez, p. 92-121. 2008.

_____. Dialogismo y polifonia enunciativa. Apuntes para una reelaboración de la distinción discurso / história. **Páginas de Guarda**, Buenos Aires, n.7, p. 15-31, 2009.

HOUAISS, Antonio. **Grande dicionário Houaiss**. Disponível em <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-2/html/index.php#1>>. Acesso em: 16/08/2017.

ILARI, Rodolfo. **Introdução à semântica**: brincando com a gramática. São Paulo: Contexto, 2001.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITÃO, Poliana Dayse V. PEREIRA, Regina Celi Mendes. In. PEREIRA, Regina Celi (Org.). **Ateliê de gêneros acadêmicos**. João Pessoa: Ideia, 2014.

LYONS, John. **Semantics**. v.1. Cambridge University Press, 1975.

_____. **Semantics**. v.2. Cambridge University Press, 1975.

MARCUSCHI, Luis Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola editorial, 2008.

MARQUE- PUCHEU, C. Source, inférence et position du locuteur dans les énoncés comportant selon. **Revue de sémantique et pragmatique**. 6. p. 111-121, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MEDEIROS, João Bosco. Medeiros – **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. **Jogando com as vozes do outro: a polifonia – recurso modalizador - na notícia jornalística**. João Pessoa; UFPB, 2005. (Tese de doutorado).

_____. A modalização no gênero notícia jornalística. **Revista do GELNE**. v. 8, n. 1/2, p. 71-85. 2006. Disponível em: < <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/11519/8109>>. Acesso em: 16 de março de 2017.

_____. A polifonia nos gêneros acadêmicos e formulaicos: a construção dos sentidos a partir da evocação da palavra alheia. **Letras de hoje**, Porto Alegre, v.50, n.3, p. 342-351, jul.-set. 2015.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do; SILVA, Joseli Maria da. O fenômeno da modalização: estratégia semântico-argumentativa e pragmática. In: NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do (Org.). **A argumentação na redação comercial e oficial: estratégias semântico-discursivas em gêneros formulaicos**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Texto e gramática**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PALMER, F. R. **Mood and modality**. 2. ed. Nova York: Cambridge University Press, 2009. [2001].

PUTNAM, Hilary. The meaning of meaning. In: **Mind, language and reality**. Philosophical papers. v 2. Cambridge University Press, 1975.

PLATÃO. **O sofista**. Tradução: Carlos Alberto Nunes. Créditos da digitalização: Juscelino D. Rodrigues. UFB, 1980. Versão para eBook. eBooksBrasil.com. Disponível em: <<http://www.odialetico.hpg.ig.com.br/>>. Acesso em: 20/08/2016.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SILVA, Joseli Maria da. Modo, modalidade, modalização: autonomia semântico-discursiva em expressões verbais. **Revista Prolíngua**. Revista eletrônica da UFPB. João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 41-58, jul-dez. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/article/view/16187>>. Acesso em: setembro de 2016.

SILVA, Marcos Antônio da. Argumentação e polifonia na língua. In: **A argumentação na redação comercial e oficial**: estratégias semântico-discursivas em gêneros formulaicos. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática ensino plural**. São Paulo: Cortez, 2003.

VOGT, Carlos. **O intervalo semântico**: contribuição para uma teoria semântica argumentativa. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial. 2009.

VOTRE, Sebastião J; PEREIRA, Vinícius C; GONÇALVES, José C. **Desenvolvendo a competência comunicativa em gêneros da escrita acadêmica**. Niterói: UFF, 2010.

APÊNDICE

APÊNDICE A – POLIFONIA DE LOCUTORES

APÊNDICE B – SE- LOCUTOR

APÊNDICE C – ESTRATÉGIAS DE IMPESSOALIDADE

APÊNDICE A – POLIFONIA DE LOCUTORES

5.1.1 DISCURSO RELATADO EM ESTILO DIRETO

5.1.1.1 Discurso relatado em estilo direto com verbo *dicendi* não-modalizador ou termo equivalente;

5.1.1.1.1 com L1 introduzindo uma voz que corrobora o que foi apresentado

M2T2

A Revolução Francesa trouxe consigo esta noção de homem-cidadão e introduziu o primeiro Estado constitucional. Com isso, houve uma substituição do Absolutismo em Constitucionalismo. **Segundo** as palavras de Bonavides ⁴:

Verifica-se, portanto, que a premissa capital do Estado Moderno é a conversão do Estado absoluto em Estado constitucional; poder já não é de pessoas, mas de leis [...]

M2T3

Antes de adentrarmos na interpretação, faz-se mister dissecarmos como ela é realizada. Assim, analisaremos os métodos e a forma como se encerra a norma jurídica. Para tanto, observemos a explanação do prestigiado Flóscolo da Nóbrega¹⁵ sobre o conteúdo da lei, **ao trazer à baila** o seguinte:

Quanto ao conteúdo, a lei se define como norma geral, abstrata e permanente, de caráter imperativo-atributivo, estabelecendo a conduta adequada aos interesses comuns [...].

M2T4

Contribuíram para a flexibilização dessas restrições não só a radical mudança ocorrida no próprio papel do Estado diante das necessidades insurgentes dos cidadãos, mas a consequência disso, com a crescente regulamentação dos direitos sociais, corroborando para o fenômeno de obstrução (*overload*) da função legislativa, tornando as leis obsoletas e improdutivas. Nesse sentido, **aduz** Cappelletti²⁰:

De um lado os parlamentares demonstraram o caráter fantasioso da sua pretensão de se erigirem em instrumentos onipotentes do progresso social. Demasiadas leis foram emanadas demasiadamente tarde, ou bem cedo tornaram-se totalmente obsoletas; muitas se revelaram ineficazes, quando não contraprodutivas, em relação às finalidades sociais que pretendiam

atingir; e muitas, ainda, criaram confusão, obscuridade e descrédito da lei.

M2T5

Cuida-se de competência normativa conferida ao Judiciário a oferecida ao Tribunal Superior Eleitoral, sob o alento do art. 121 da Lei Fundamental da República, que resguarda a atividade de expedição de resoluções que possuem força de lei a este órgão. Sobre a Justiça Eleitoral, **preleciona** Tito Costa²⁵:

[...] por meio do TSE, possui competência normativa ou regulamentar e até mesmo, de certa forma, legislativa, resultante esta de competência privativa desse órgão para expedir instruções que julga convenientes à execução do Código Eleitoral, ou tomar quaisquer providências para a execução da legislação eleitoral [...]

M2T6

Ana Paula de Barcellos **enxerga** a reserva do possível sob o prisma da restrição, como um **“fenômeno econômico de limitação dos recursos disponíveis diante das necessidades quase sempre infinitas a serem por eles supridas”**.

M2T7

Além disso, aqueles que possuem mais condições de acesso à Justiça, sejam através de representações coletivas ou mesmo de caráter individual, por serem detentores de mais recursos materiais, logicamente, possuem mais chance de obter respostas satisfativas aos pedidos pleiteados no Judiciário. Sobre o exposto, **aduz** Gustavo Ferreira Santos⁷⁷:

[...] Uma sociedade na qual todos os conflitos de matiz social são levados ao Judiciário em ações individuais tende a consolidar injustiças, uma vez que alguns detentores de mais informações e de recursos materiais mais facilmente irão obter respostas que correspondam aos seus pleitos, o que poderá refletir-se em menores condições, por outro lado, de atendimento pelo Estado de necessidades daqueles excluídos do acesso à Justiça.

Pronuncia-se, ainda, Ferreira Santos⁷⁸ **“garantir um amplo acesso individual ao Judiciário e mecanismos de representação em ações coletivas significa neutralizar, em certo grau, desigualdades no exercício de direitos”**.

M2T8

Também deve haver uma revisão das próprias prerrogativas dos advogados públicos, exemplo de medida necessária, é desincumbir o magistrado da concessão da justiça gratuita, devendo o defensor realizar esse deferimento ou não, já que tem mais meios de analisar a condição social daquele que requer assistência jurídica. Sobre o assunto, **explana** o Defensor Público Valdeon Pitaluga⁸⁰, Coordenador da Defensoria Pública de Paraíso do Tocantins:

Entendemos que a Defensoria Pública, instituição criada pela Constituição

Federal de 1988 (38 anos depois da LAJ) para promover orientação jurídica e defesa, em todos os graus, dos necessitados (artigo 134 c.c 5º LXXIV) deve ficar desobrigada, por seus membros, de requererem mencionada concessão de gratuidade para seus clientes [...]

M2T9

Diante do exposto, a pergunta formulada por Carvalho⁷⁹ serve de reflexão, diante das distorções existentes entre a crescente atuação dos grupos organizados nas ações diretas de constitucionalidade e a dificuldade encontrada individualmente pelos cidadãos de conseguirem assistência na busca da efetivação dos seus direitos, em específico, os sociais. **Vejam os:**

Não podemos deixar de notar ainda que, diferente do acesso à justiça comum que possui diversos problemas que não iremos aqui discutir, o acesso aos interesses dos grupos organizados da sociedade brasileira foi amplamente contemplado, seria esta diferença uma nova forma de participação da sociedade organizada via judicialização ou mais uma faceta da desigualdade crônica brasileira?

M2T10

A discricionariedade administrativa não é absoluta, devendo existir o controle jurisdicional em razão dos princípios norteadores como a moralidade e a publicidade, principalmente quando a consecução de determinados direitos fundamentais sociais não pode ser realizada sob o manto da “escassez artificial” de recursos. Nesse diapasão, Olsen⁶⁵:

Neste âmbito, a escolha e alocação de recursos feita para um determinado fim, e não para outro, necessitará de justificação. A partir do momento que se torna a escassez de recursos econômicos, para a realização dos direitos fundamentais como uma escassez artificial, e não natural, quando se está consciente de que o Estado escolhe dedicar recursos [...]

M3T1

Para tanto, os dirigentes do Sul utilizavam uma leitura própria da Constituição e princípios federalistas para garantir a manutenção da escravidão em seus estados, compreendida como uma espécie de “mal necessário” a composição da nação norte-americana. Ademais, **como define** Victor Izecksohn:

“O crescimento constante da população cativa, aliado à expansão do cultivo algodoeiro, reforçou a posição dos setores escravistas que paulatinamente assumiram uma atitude agressiva na política norteamericana, demandando territórios, financiamento e proteção por parte do Estado”⁴⁴.

M3T3

Um desses escravos, fugido do *Border State* de Maryland - no qual a escravidão só fora abolida em novembro de 1864 – foi John Boston, que integrou-se ao 14º Regimento do Brooklyn, no estado nortista de Nova York. Em correspondência datada de 12 de janeiro de 1862, direto do acampamento da tropa em Uptons Hills, no estado confederado da Virgínia, Boston **relata** para sua esposa sua nova condição de homem livre, soldado dos Estados Unidos: **“Eu estou agora em segurança no 14º Regimento do Brooklyn. Neste dia eu posso escrever a você graças a Deus como um homem livre. (...) Mas como o Senhor conduziu as Crianças de Israel para a terra de Canaã, assim ele me conduziu para uma terra na qual a liberdade irá chover. (...)Eu sou livre de todos os traficantes de escravos que chicoteiam”**¹⁴¹.

M4T1

A origem da moderna teoria do crescimento econômico, com o modelo de Harrod-Domar, nada mais é que uma extensão para o longo prazo do modelo Keynesiano. **Nas palavras de** Morandi (2004, p. 85) **“Keynes, apesar de não formular um modelo de crescimento, apresentou uma teoria que tem, senão toda a estrutura necessária, pelo menos a espinha dorsal teórica para se pensar o crescimento.”**

M4T2

A primeira (G) é resultado do coeficiente real de capital e de expectativas pregressas dos empresários; a segunda (Gw) é uma taxa teórica, desconhecida pelos agentes econômicos (investidores), que garante produzir demanda e oferta nos valores e quantidades “certos”; e a terceira (Gn) não representa nenhuma relação econômica, sendo determinada exogenamente, tratando-se do crescimento da força de trabalho e da produtividade.

Variações em Gw caracterizam as flutuações e o equilíbrio móvel. **Segundo** Preussler (2011, p.11, grifo do autor) **“as modificações de Gw permitem identificar os turning points do sistema, ou seja, os pontos de reversão de tendência. Nesses pontos, ocorre a mudança de uma fase de recessão para a de expansão, e vice-versa”**.

M4T4

Algumas hipóteses de Harrod, apresentadas na seção anterior, também se aplicam ao modelo de Solow. Por exemplo, **segundo** Jones (2000, p. 30, grifo do autor) **“a variável tecnológica A é ‘aumentadora de trabalho’ ou ‘Harrod-neutra’ [...] Uma hipótese importante no modelo de Solow é que o progresso tecnológico é exógeno: usando uma comparação comum, a tecnologia é como um ‘maná’ que cai do céu”**.

M4T5

O MKS, ao incorporar a dinâmica keynesiano-minskyana modela o comportamento das firmas de forma a que estas passam a considerar aspectos financeiros como: taxa de juros, o ‘q’ de Tobin⁵⁴, o grau de endividamento da firma e a taxa de lucros retida em relação ao seu

capital. Nas palavras de Cavalcanti Filho (2002) A tese buscou incorporar à análise evolucionária de instabilidade estrutural, em decorrência da mudança tecnológica, a hipótese de uma segunda instabilidade estrutural, em decorrência da fragilização da economia, ambas constituindo-se em propriedades dinâmicas agregadas que ‘emergem’ através da interação entre as atividades produtivas e financeiras desenvolvidas pelos agentes econômicos individuais (CAVALCANTI FILHO, 2002, p. 9

5.1.1.1.2 com L1 introduzindo uma voz que se funde a sua voz, dando continuidade discursiva ao enunciado iniciado por L1

M2T11

A alegação de inconstitucionalidade na ação direta deve se fundar, **segundo** lições de Meirelles Teixeira, “na violação de determinado preceito ou princípio, expresso ou implícito da Constituição, não no seu espírito como um todo”³³.

M2T12

Apesar do Ministro Celso de Mello ter enumerado os requisitos para a aplicação da reserva do possível, como o binômio do que seja razoável aferir do Poder Público e a disponibilidade financeira do Estado para tornar efetivas tais prestações, **segundo** Wang⁷³ “ainda é preciso que a jurisprudência do STF defina o que é um pedido razoável e o que se entende por disponibilidade financeira”

5.1.1.1.3 com L1 introduzindo uma voz que ao corroborar o que foi apresentado, acrescenta uma explicação mais detalhada ou conceito a respeito do tema tratado.

M2T13

Ademais, é salutar observar que a redemocratização encampada pela Constituição Federal de 1988, fomentou a renovação dos membros do Supremo Tribunal Federal, até então vinculados ao Regime Militar, bem como o fenômeno da judicialização, que agregado a outros fatores levou a transferência de poder para os juízes decidirem questões que até então cabiam ao Executivo ou ao Legislativo. De forma ínsita, Luis Roberto Barroso⁶ **conceitua** a judicialização, da seguinte forma:

Judicialização significa que algumas questões de larga repercussão política ou social estão sendo decididas por órgãos do Poder Judiciário, e não pelas instâncias políticas tradicionais: o Congresso Nacional e o Poder Executivo – em cujo âmbito se encontram o Presidente da República, seus ministérios e a administração pública [sic.] em geral [...].

M2T14

Tal doutrina, contudo, fora criticada, já que agredia ao postulado da segurança jurídica, deixando a cargo do Judiciário a noção de justo. **Esse é o entendimento de Paulo Nader¹⁷**: “a segurança jurídica não exige, porém o imobilismo do Direito, nem a submissão da literalidade da lei. O que não comporta é a incerteza jurídica, a improvisação, os caprichos do judiciário.”

M4T6

Ensina, ainda, Humberto Ávila⁶⁹ que a proporcionalidade deve atender a três requisitos: **adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito. Sendo a adequação referente ao meio utilizado para atingir o fim colimado pela Administração Pública ou legislador.**

M4T26

Variações em Gw caracterizam as flutuações e o equilíbrio móvel. **Segundo** Preussler (2011, p.11, grifo do autor) “**as modificações de Gw permitem identificar os turning points do sistema, ou seja, os pontos de reversão de tendência. Nesses pontos, ocorre a mudança de uma fase de recessão para a de expansão, e vice-versa**”. Sendo assim, Harrod incluiu uma variável na equação que permite amortizar a influência do acelerador, diminuindo a instabilidade do sistema.

5.1.1.2 com verbo *dicendi* modalizador ou por termo equivalente;

M2T15

O reconhecimento da existência de custos não é o cerne da problemática brasileira, mas a carência de recursos e a forma como os gestores públicos enfrentam tais questões, pois **conforme acentua** José Reinaldo de Lima Lopes “**estados de escassez resultam várias vezes de escolhas feitas [...]. São as escolhas de prioridade que podem levar à escassez uma área e não a outra**”.

M2T16

Além disso, o orçamento público, segundo previsão constitucional, deve se vincular à satisfação dos direitos sociais, **como bem destaca** Olsen⁶⁴: **Assim, no caso brasileiro, existe uma obrigação constitucional expressa para o Estado destinar recursos necessários à satisfação dos direitos fundamentais sociais [...].**

M3T4

O major Stearns **denuncia** este panorama, **destacando** a importância do soldo para esses soldados manterem suas famílias:

“Neste momento, há um número grande deles que são destituídos (de suas famílias), porque são soldados e trabalhadores nas fortificações (...). Devido a esta destituição das famílias que estavam nos pressionando muito severamente (...). O negro está muito ansioso para saber o que restará a família dele se ele se alista, e estaria alegre de dividir o pagamento dele para o apoio deles. Se o Governo lhe pagar \$13,00 por mês, ele pode [...]

M2T1

Ao abordar os direitos fundamentais, indiretamente os questionamentos se voltam ao dispêndio de recursos para financiá-los, não só para aqueles que requerem uma prestação positiva, mas também aos demais.

No mesmo sentido, Virgílio Afonso da Silva⁵⁹ **afirma** que “**não são apenas aqueles direitos garantidos pelo que se convencionou chamar de norma de eficácia limitada que exigem uma ação onerosa do Estado, mas também as liberdades públicas e os direitos políticos.**”

Os custos, por exemplo, com a polícia para que esta preserve a liberdade de ir e vir dos cidadãos cristaliza o entendimento de que existem despesas para manter os direitos que demandam “um não fazer” do Estado. Esses recursos para a satisfação dos direitos fundamentais provêm da arrecadação de tributos, já que as verbas, pelo menos teoricamente, devem ser revertidas para os próprios contribuintes, seja através da manutenção das estruturas estatais ou mesmo tendo por aporte a efetivação dos direitos sociais, através de prestações positivas estatais.

M4T3

A equação (29) é a taxa de lucro de equilíbrio de longo prazo, a famosa *Equação de Cambridge*. Em relação à rr e r , Pasinetti (1979, p. 123) **afirma** que estas **são “aquelas que tendem a realizar-se no longo prazo”**. Ou seja, se a economia capitalista crescesse ao longo de uma trajetória de equilíbrio e pleno emprego haveria uma taxa de lucro definida pela razão entre a taxa natural de crescimento e a propensão a poupar dos capitalistas, independentemente da existência ou do formato de qualquer função de produção agregada da economia.

M4T8

São, portanto, as flutuações dos investimentos que causam as flutuações no nível de emprego, se não houver uma mudança na propensão marginal a consumir para “**amortizar**” a variação. Em relação aos ciclos econômicos **afirma** que:

(...) **quando o sistema evolui, por exemplo, em direção ascendente, as forças que o impelem para cima adquirem inicialmente impulso e produzem efeitos**

cumulativos de maneira recíproca, mas perdem gradualmente a sua potência até que, em certo momento, tendem a ser substituídas pelas forças que 28 Como já demonstrado anteriormente, o investimento é determinado por vários fatores, dentre eles um de caráter subjetivo, que são as expectativas de longo prazo, tornando o processo ainda mais instável. 35 operam em sentido oposto e que, por sua vez, adquirem também intensidade durante certo tempo e fortalecem-se mutuamente, até que, alcançado o máximo desenvolvimento, declinam e cedem lugar às forças contrárias. (KEYNES, 1996, p. 293).

M4T9

A intervenção judicial no remanejamento das verbas orçamentárias, diante da escassez aparente de recursos, também se justifica quando estiver em confronto a satisfação dos direitos sociais, pois como bem **reafirma** Barcellos⁶⁶, “**dentre os objetivos constitucionais se encontra a preservação da dignidade da pessoa humana, condicionando os poderes públicos a buscarem condições mínimas de vida [...]**”.

5.1.2 DISCURSO RELATADO EM ESTILO INDIRETO

5.1.2.1 Discurso relatado em estilo indireto com verbo *dicendi* não-modalizador ou com termo equivalente;

M2T18

Segundo Ferdinand Lassalle²⁷, **as constituições sempre existiram, sendo um erro julgá-las como uma conquista dos tempos modernos.** Todavia, como se analisou em capítulo específico, a presença das Constituições de forma escrita, de modo que se assestrassem princípios como a separação dos poderes e direitos fundamentais é prerrogativa da substituição do Absolutismo em Constitucionalismo moderno.

M2T19

Entre os teóricos mais importantes que se destacaram na propagação dos princípios regedores desse momento histórico, estava Montesquieu, que no Espírito das Leis, **abordou o princípio da separação dos poderes.** Esse pensador francês **deu publicidade a uma divisão antes de tudo orgânica**, pois **para** ele **os órgãos que legislam não podem ser os mesmos que executam nem se encarregar de decidir controvérsia.**

M2T20

Já a ponderação de valores, **na esteira de** Alexy⁷⁰, **tem por fulcro definir qual dos princípios será utilizado, quando estes estiverem em confronto no caso concreto.**

M2T21

Kelsen, com a sua teoria de escalonamento das normas jurídicas, também **deixou assente** que **a Constituição tem um fundamento supremo**, já que a colocou na cúspide da ordem jurídica.

M2T22

Segundo João Luiz M. Esteves⁴¹, **essa morosidade do Excelso Pretório em enfrentar questões que envolvam direitos sociais guarda relação com a problemática de que uma vez sendo consolidado posicionamento nas fundamentações das decisões judiciais que garantam condições mais dignas, a adoção de entendimento diverso atacaria a cláusula da proibição do retrocesso social.**

M2T23

Fora mantida a decisão pelo STF, já que, **segundo** o relator do julgado⁴⁴, Ministro Celso de Mello, **a decisão protegia a parte mais frágil da relação e não causava danos ao erário público.**

M2T24

Diante de uma realidade social em constante transformação, os instrumentos hermenêuticos se mostram como um caminho necessário aos aplicadores do direito, ainda mais ao magistrado. Delimitar o campo de incidência dos mesmos é tarefa mais complexa, pois, **a cada novo caso concreto, o anterior serve de referência alastrando o alcance e sentido de um determinado princípio, como bem explana** Holmes⁵².

M2T25

No tocante aos direitos sociais, por estarem incluídos no rol dos fundamentais, tomando por referência a Teoria Externa explanada anteriormente, **entende** Gilmar Mendes⁵³ que **ditos direitos devem ser concebidos como princípios.**

M2T26

Dentre os argumentos, Barcellos⁵⁴ **apresenta** algumas questões, que também foram debatidas no presente trabalho, tais quais: **invasão de competência pelo Judiciário de atribuições do Legislativo e Executivo, rompendo o equilíbrio entre os poderes; apenas o Executivo e Legislativo possuem legitimidade democrática para fixar políticas públicas; o Judiciário não teria capacidade técnica de avaliar o impacto global de suas decisões, já que dispõe apenas de uma visão causídica.**

M4T9

Porém, apesar de lançar um novo paradigma para a ciência econômica de determinação

do emprego (no curto período), através do princípio da demanda efetiva, este foi apenas o ponto de partida para algo de maior complexidade: o crescimento e as trajetórias econômicas no *longo prazo*, objeto de estudo deste trabalho. **Para Keynes, no longo prazo estaremos todos mortos.**

M4T10

De acordo com Keynes, existem fatores objetivos e subjetivos que determinam a propensão a consumir dos indivíduos. Dentre os fatores objetivos destacados pelo mesmo, todos resultam de uma forma geral da variação da renda real. Sejam por meio de política fiscal do governo, melhores expectativas acerca da renda futura, ou mesmo variações da taxa de juros (ao influenciar o investimento, i.e., a renda).

M4T11

De acordo com Keynes, para uma economia que se encontre em expansão, o nível de renda, devido a um aumento no nível de emprego, também irá aumentar o consumo agregado. Porém, **de acordo com** a “Lei Psicológica Fundamental” de Keynes, **essa expansão do consumo agregado será inferior ao aumento da renda agregada da economia.**

M4T12

Para o modelo de Harrod, **a força de trabalho cresce a uma taxa exógena e constante e o progresso técnico é neutro, influenciando apenas a produtividade do trabalho** (ou seja, não altera as relações K/Y e K/L).

M4T13

Segundo o autor, esta **propensão a poupar ($1 - c$), que se torna maior quanto maior for o nível de renda, justifica a ampliação das desigualdades em uma economia rica: “o paradoxo da pobreza em meio à abundância”.**

M4T14

Segundo Keynes, esta relação não é definida com base na experiência pregressa. Os empresários não determinam a eficiência marginal do capital de acordo com o estoque de capital presente, que será substituído ou somado, olhando sua trajetória de rendimentos e depreciação ao longo do tempo.

M4T15

Para Keynes, há um problema de causalidade nesta relação, pois o gasto gera a renda e, portanto, o investimento (gasto) que determina a poupança (renda)

M4T16

A demanda por moeda²⁶, **segundo** Keynes, ocorre por três motivos: i) Para transações; ii) Por precaução; iii) Para especulação.

M4T17

O que essa situação representaria para a economia? **De acordo com** Keynes, a **propensão a consumir da comunidade, à medida que o emprego e o nível de renda aumentam, mais distante torna a oferta da demanda agregada**. Ou seja, amplia a lacuna¹⁵ entre Z e D. **Segundo** o autor, **esta propensão a poupar ($1 - c$), que se torna maior quanto maior for o nível de renda, justifica a ampliação das desigualdades em uma economia rica: “o paradoxo da pobreza em meio à abundância”**.

M4T18

Para Kaldor, **as economias capitalistas desenvolvidas teriam uma capacidade produtiva suficiente para empregar toda a mão de obra**. Isto significa que o único obstáculo ao crescimento econômico seria a quantidade de força de trabalho disponível

M4T19

A contribuição de Pasinetti valida o resultado encontrado por Kaldor. Porém, estes autores divergem quanto as diferentes propensões a poupar. **Para** Kaldor, **a propensão a poupar resulta da natureza da renda empresarial (classes sociais “clássicas”)**, enquanto que **para** Pasinetti **a propensão a poupar resulta de distintos comportamentos das classes sociais em relação à poupança**.

M4T20

Em seu modelo, Kaldor **define** a poupança não mais como ³⁸ Supor a existência do pleno emprego na economia era decorrente do momento em que as economias se encontravam que era a famosa “Era de Ouro” ⁵⁴ uniforme, mas sim **como uma fração ponderada dos rendimentos entre as duas classes** (capitalistas e trabalhadores).

M4T21

De acordo com Pasinetti (1979), Kaldor diz que **o sistema capitalista atravessa duas fases: Num primeiro momento, o estoque de capital da economia não é capaz de absorver toda a mão de obra**.

M4T22

De acordo com Freitas (2002), **os resultados do modelo de Harrod eram**

decorrentes do fato de que a taxa de poupança e de crescimento da produtividade eram exógenas.

M4T23

Segundo Maribondo (2009), **em uma economia com bens heterogêneos, pensar em agregação do capital físico perde todo o sentido.** Por exemplo, em uma fábrica que produz determinado produto x, seu capital total será composto por vários bens de capital de naturezas distintas.

M4T24

Para Keynes, a questão sobre o equilíbrio de longo prazo seria empiricamente irrelevante. **Segundo** o autor, as flutuações e os ciclos econômicos, influenciados principalmente pela Eficiência Marginal do Capital, mas também pela preferência pela liquidez diante da incerteza dos agentes, seriam a regra da economia.

M4T25

Para Kaldor, as diferentes taxas de produtividade explicariam as diferenças entre as taxas de crescimento entre países, refletindo seu grau de dinamismo tecnológico.

M4T27

De acordo com Pasinetti (1979), **este é um retorno à abordagem da distribuição de renda da Escola Clássica.** Destaca-se o papel do capitalista como principal agente da economia, porém, a distribuição do excedente da produção é visto de forma diferente entre os Clássicos e os Pós-Keynesianos. Para os primeiros, o lucro é um resíduo do produto da economia, enquanto que para os segundos os salários que são o resíduo.

Para Kaldor, a taxa de lucro é determinada (como será visto adiante) pela propensão marginal a consumir dos capitalistas e pela taxa natural de crescimento e o que sobra vai para os salários. **Para** David Ricardo ocorre o inverso. Com os salários fixados no nível de subsistência, todo o excedente seria apropriado pelos capitalistas na forma de lucro.

M4T28

Ainda neste capítulo, Keynes **expõe** os fatores discutidos no trabalho original do multiplicador de Kahn, que levam ao resultado de que variações no emprego primário são acompanhadas por variações de diferentes magnitudes no emprego agregado da economia. Estes não serão expostos aqui, pois Keynes **leva em consideração** em seu livro o *princípio geral do multiplicador*, em que **flutuações no investimento podem alterar o emprego e a renda da economia em maiores proporções.**

M4T29

Domar **parte da ideia que** os investimentos desempenham um papel estratégico no sistema, pois, **através do multiplicador, determinam a demanda efetiva da economia e, ao mesmo tempo, compreende um acréscimo à capacidade produtiva existente.** Diferentemente de Harrod, **considera** em seu modelo apenas **a importância do investimento para a determinação da taxa de crescimento de equilíbrio**, principalmente ao considerar a expansão do capital.

5.2.2.2 Discurso relatado em estilo indireto com verbo *dicendi* modalizador ou termo equivalente;

M4T30

De forma mais geral, Keynes **admite** que $k = k'$, **implicando** que, **se houver um aumento do emprego da indústria de investimento na magnitude de n** (dada uma política fiscal expansionista, por exemplo), **o emprego total da economia crescerá n vezes.** A variação positiva da renda causada por esta expansão do investimento expande o consumo, porém inferior a esta variação, de forma que a maior poupança final iguale-se ao investimento realizado.

5.1.2.2.1 Com modalização asseverativa:

M2T19

Como **assevera** Galdino⁶¹, **geralmente os juízes não relevam a capacidade econômica do ente público para atender a demanda, mas ficam adstritos tão somente ao problema jurídico.** Tendo em vista isso, alguns direitos ficam cobertos em prejuízo de outros.

M2T20

Dessa forma, se impulsionou uma participação cada vez mais ativa do Judiciário brasileiro. Todavia, conforme **assevera** Carvalho⁷⁵, **isso também contribuiu para um desfecho de esvaziamento do controle difuso, tendo em vista a preferência pelo modelo concentrado, sob o ponto de vista jurídico da “ampla legitimação, a presteza e a celeridade desse modelo processual, dotado inclusive da possibilidade de se suspender imediatamente a eficácia do ato normativo questionado, mediante pedido de cautelar.”**

M2T21

Vê-se, pois, com essa crise parlamentar, a descentralização legislativa, consistente na possibilidade dos órgãos, tanto do próprio Legislativo, como dos outros poderes, exercerem a função normativa, como uma tentativa de diminuir a sobrecarga do parlamento e, desse modo, atingir as imposições do mundo contemporâneo com eficiência e agilidade. Esse fenômeno também fortaleceu o Judiciário, já que alguns doutrinadores, como Kelsen²³, **atestam o**

controle de constitucionalidade como uma atividade legiferante, embora a doutrina não seja unânime a esse respeito, pois identificam alguns autores que se trata, em verdade, de um componente do universo jurisdicional.

M3T7

Soldados negros bem treinados ficariam em pé de igualdade com qualquer soldado branco. O major **afirma** que **sob seu comando encontravam-se três regimentos compostos, ao todo, por aproximadamente 3.000 negros.** A grande maioria desses homens deixou para trás mulheres, filhos e parentes que ainda necessitavam de cuidados e dinheiro para o seu sustento.

M4T31

Esse **processo de revisão das expectativas**, como **afirmou Keynes**, **é gradual e contínuo, levando em consideração os resultados recentes das suas decisões.** Isso não significa que o produto e o emprego corrente são determinados pelos resultados obtidos no passado, mas sim que os resultados recentes influenciam as expectativas de curto prazo.

5.1.2.2.2 Com modalização quase-asseverativa:

M3T8

Os dados quantitativos relativos ao número de negros integrados aos exércitos do Norte e do Sul durante o conflito da secessão são variáveis. Entretanto, a autora Jayne McCormick **aponta para um número de alistados que ficaria em torno de 178 a 210 mil negros.** Os estados separatistas do Sul e os *border states* foram responsáveis pelo alistamento de, aproximadamente, 135 mil negros.

M2T27

A separação dos poderes não raro se apresenta como um obstáculo ao deferimento, pelo Poder Judiciário, de prestações positivas ladeadas em princípios vinculados à dignidade da pessoa humana. Dentre os argumentos [...],

Em relação à segunda colocação, alguns pontos fundamentam a legitimidade do Judiciário. **Aponta Barcellos⁵⁶, na esteira de outros doutrinadores, o seguinte: o Judiciário foi criado pela própria Constituição Federal, dela derivando seu poder; os órgãos de cúpula deste Poder são formados pela vontade conjunta do Executivo e Legislativo, conferindo certo grau de representatividade; e, o exercício da atividade jurisdicional impõe a prestação de contas publicamente das decisões, motivando-as.** Enfim, esse conjunto de razões são capazes de justificar o caráter democrático do poder em comento.

M4T32

Kaldor **supõe** que **trabalhadores têm poupança nula, eles “gastam o que ganham”**. Esta hipótese, apesar de simplificar o resultado é bastante realista pois, os salários destinam-se à sobrevivência dos trabalhadores, enquanto que os lucros destinam-se a acumulação do capital.

M4T33

Portanto, sc permanecerá como a única propensão marginal a poupar relevante para determinar: razão entre lucros e poupanças para todas as categorias, distribuição de renda entre lucros e salários e a taxa de lucro da economia (PASINETTI, 1979). O autor **sugere um exercício interessante que ajuda a visualizar a questão** e este será repetido aqui. **Suponha o caso em que $P_c = 0$. A relação scP_c que determina a taxa de lucro (P_c/K_c) desaparece. Como sw não pode determinar a taxa de lucro, esta permanecerá indeterminada.**

5.1.2.2.3 Com modalização avaliativa:

M2T17

Outros fatores devem orientar também as decisões judiciais, como a proporcionalidade, já que a concessão de uma prestação positiva pelo magistrado pode esvaziar a possibilidade de concessão de outro direito, como já ressaltado.

Por exemplo, as demandas por cirurgias não realizadas pelo Sistema Único de Saúde, não disponíveis no Brasil ou mesmo o tratamento de doenças por meio de medicamentos extremamente caros, tornando-se inexequíveis tais prestações por ausência de verbas.

Tais situações devem ser analisadas pelo magistrado, tendo por base também os custos, bem como deve ser observado se o estado tem condições de arcar com tais gastos, sem perder de vista as necessidades vitais da coletividade, buscando alcançar o mínimo vital para cada cidadão.

A superação dos mecanismos de limitação à concretização dos direitos fundamentais repousa, como bem explica Kelbert⁶⁷, na proporcionalidade, ponderação de valores, a vedação de retrocesso e o mínimo existencial frente à reserva do possível. .Quanto aos dois últimos, em momento oportuno do presente estudo foram realizadas as devidas considerações, merecem, portanto, esclarecimento os dois primeiros pontos.

M2T18

Todavia, a ideia de estabelecimento de restrição a direitos suscita uma problemática, pois, **como bem adverte Friedrich Klein⁴⁶, usando das leis da lógica, não pode existir restrição a direito individual, mas tão somente o conceito do que seja a mesma.**

M3T9

No âmbito da questão da escravidão na historiografia sobre a secessão, é interessante a análise

realizada por Eric Hobsbawm, em “A era do Capital”. O autor **atenta** para o fato de que **não é necessária apenas uma compreensão da escravidão como sendo a causa primordial dos embates entre Sul e Norte**. Para além dessa questão é preciso entender porque a escravidão conduziu o país a guerra civil e a secessão, ao invés de encontrar uma solução que levasse a coexistência⁹.

M4T34

A partir da teoria do emprego determinado pelo PDE, *Keynes* desenvolve sua análise para explicar o fenômeno das flutuações da economia e como ocorrem os ciclos econômicos. Dentre todos os fatores que causam a instabilidade econômica, **destaca a eficiência marginal do capital**, já que o investimento²⁸ é o principal elemento determinante do produto e este último (investimento) depende, principalmente, do primeiro (EMgK).

5.1.3 DISCURSO RELATADO EM ESTILO DIRETO CORROBORANDO O DISCURSO RELATADO EM ESTILO INDIRETO

5.1.3.1 Com verbo *dicendi* não-modalizador:

M2T84

Sergio Fernando Moro⁶³ sustenta que a reserva do possível é uma das facetas da reserva da consistência, sendo uma forma de interpretação das normas. **Vejamos:**

Na interpretação de algumas dessas normas, especialmente das que veiculam direitos a prestações materiais, como o direito à educação ou à saúde, o juiz deve agir com redobrada cautela. Ele não pode desenvolver ou efetivar direitos sem que existam meios materiais disponíveis para tanto. Por outro lado, o atendimento de determinada pretensão a prestações materiais pode esvaziar outras. Nessas hipóteses, pode-se falar no limite da reserva do possível como faceta especial da reserva da consistência.

M4T35

As teorias do valor e da moeda seriam as duas faces da lua, mas o caminho entre elas permanece desconhecido. **Para** Keynes, esta divisão da economia em “Teoria do Valor” e “Teoria da moeda” seria incorreto. **Nas palavras do autor,**

A dicotomia correta é, no meu modo de ver, entre a teoria da indústria ou da empresa individual e das remunerações e distribuição de dada quantidade de recursos entre diversos usos, de uma parte, e a teoria da produção e do emprego como um todo, de outra (Keynes, 1936, p. 278).

5.1.3.2 Com verbo *dicendi* modalizador

M2T23

Adverte ainda Eduardo Cambi⁷ sobre **a importância do Judiciário no enfrentamento de questões relativas aos direitos sociais**, sobretudo mencionando **a problemática da modernização tardia brasileira, fragilizando a concretização dos direitos fundamentais sociais**, conforme análise apresentada abaixo:

Em países de modernidade tardia, como o Brasil, onde os direitos fundamentais sociais não foram minimamente concretizados, o papel do Estado, como instituição capaz de promover a efetivação desses direitos, indispensáveis à transformação social, depende da observância obrigatória da Constituição.

M3T2

Mesmo estando restrito a tratar dos negros do Tennessee, o major Stearns **afirma** que a melhor forma de se tratar os soldados negros seria lhes concedendo soldo justo e regular:

“Elemento importante na civilização do negro é salário bom, regularmente pago. Ele sabe bem o que ele quer, e ele sabe adquirir o que ele quer, se ele tem pagamento justo e a liberdade dele, ele sabe, também, o que ele deveria evitar, e tem uma percepção muito justa de egoísmo e sagacidade considerável”. 138

M3T5

Apesar do exército nortista não estar livre de tais práticas racistas e injustas, o oficial sulista **revela** que o norte denunciava as agressões realizadas por oficiais sulistas a negros que atingiam a União, geralmente fugindo do sul: **“É um engano supor que os relatórios que aparecem nos documentos do Norte de crueldades para com os negros no Sul são extremamente falsos”**.¹³⁹

M4T7

A correspondência do major Stearns **nos revela** que esta prática tornava-se cada vez mais comum nos estados do sul, sendo uma saída viável para senhores que visavam o dinheiro oriundo das indenizações ou simplesmente livrar-se contingente humano indesejável: **“Muitos deles desejaram os escravos deles levados, quer adquirissem compensação ou não. Foram oferecidos aproximadamente quarenta a mim no último mês.”**¹⁴⁰

M4T36

O major Stearns, aponta para **o** posicionamento nortista com relação a essas práticas. Apesar do exército nortista não estar livre de tais práticas racistas e injustas, o oficial sulista **revela** que **“o norte denunciava as agressões realizadas por oficiais sulistas a negros que atingiam a União, geralmente fugindo do sul: É um engano**

supor que os relatórios que aparecem nos documentos do Norte de crueldades para com os negros no Sul sejam falsos”.¹³⁹

M4T37

O major Stearns **denuncia** este panorama, destacando a importância do soldo para esses soldados manterem suas famílias:

“Neste momento, há um número grande deles que são destituídos (de suas famílias), porque são soldados e trabalhadores nas fortificações (...). Devido a esta destituição das famílias que estavam nos pressionando muito severamente (...). O negro está muito ansioso para saber o que restará a família dele se ele se alista, e estaria alegre de dividir o pagamento dele para o apoio deles. Se o Governo lhe pagar \$13,00 por mês, ele pode [...]

APÊNDICE B – SE- LOCUTOR

5.2.1 SE-LOCUTOR INTRODUZIDO POR MARCADORES MEDIATIVOS GENÉRICOS

5.2.1.1 Caso clássico: verbo *dicendi* + SE ou expressões equivalentes

M1T1

Sabe-se que na saída de um painel fotovoltaico se tem um valor de corrente dependente da tensão. Portanto, aliou-se a uma fonte de corrente controlada, um bloco chamado de *Interpreted MATLAB Function (IMF)*, que é responsável por definir o valor da corrente da fonte de corrente baseado nas equações que definem o painel.

M1T2

Passada a revolução industrial, o petróleo passou a ser tratado como um dos bens mais valiosos que um país poderia dispor a seu favor, entretanto, dado à sua composição, que utiliza matéria orgânica decomposta a milhares de anos, **sabe-se que ele representa uma fonte finita de energia.**

M2T24

A doutrina liberal fora acolhida inicialmente pelo capitalismo, já que a livre concorrência era uma ideia animadora para o desenvolvimento econômico. **Acreditava-se que a mão invisível do mercado juntamente com o egoísmo de todos, seriam o suficiente para balancear a economia.** Todavia, com a mecanização do processo de produção advieram consequências, como a fabricação de produtos iguais e mais acessíveis, além de tornar as técnicas artesanais obsoletas. Posteriormente, com a segunda revolução industrial o mercado passou a ser dominado por um número cada vez menor de empresas. Os capitalistas não mais se comprazem com a liberdade que detinham e o Estado é chamado a intervir na economia.

M2T25

Sendo assim, diante da posição assumida pelo Supremo Tribunal Federal, embora não unânime, e da segunda tese, resta predominante o entendimento de descartar o mandado de injunção como uma das modalidades de descentralização legislativa.

Em virtude do apresentado, **constata-se que não existe interpretação sem a conformação da norma à realidade,** bem como que **o grau de criatividade e a legitimidade judicial estão umbilicalmente ligados ao fenômeno da crise parlamentar.**

M1T3

Passada a revolução industrial, o petróleo passou a ser tratado como um dos bens mais valiosos que um país poderia dispor a seu favor, entretanto, dado à sua composição, que utiliza matéria orgânica decomposta a milhares de anos, **sabe-se que ele representa uma fonte finita de energia.**

M3T10

Esses escravos, apesar de integrados ao exército, continuavam a ser propriedade de seus senhores, sendo utilizados nas forças armadas em trabalhos similares aos que tinham nas *plantations* e outras atividades que empregavam a mão de obra escrava. Esses negros não eram compreendidos como soldados, e sim como “necessidade militar”, sendo indispensável enviá-los - ao fim do conflito - novamente aos seus senhores⁸⁴.

Chegou-se a aventar – em meados de 1864 – **a possibilidade dos sulistas empregarem escravos no exercício militar prometendo**, aqueles que eventualmente sobrevivessem ao conflito, **a liberdade ao término da guerra**. Entretanto, esta medida não chegou a ser aplicada, uma vez que as tropas as quais se prometeu a liberdade não chegaram a atuar no embate com os nortistas⁸⁵.

M3T11

Apesar da existência de algumas escolas, em geral, o ensino de negros estava desorganizado e enfrentava o poder de uma legislação que restringia o acesso de descendentes de africanos a educação. Em 1740 a Carolina do Sul proibiu os negros de trabalharem como escriturários. Em Ohio, o ano de 1848 marcou a proibição dos negros de frequentarem escolas. Em 1850 uma nova legislação expulsou os negros das escolas no estado nortista de Indiana. **Pensa-se que o fato dessas escolas existirem já era, por si só uma vitória para as comunidades negras norte-americanas.**

Havendo restrições, também havia resistência a elas. Sendo assim, foram organizadas algumas escolas clandestinas destinadas ao ensino dos negros, sobretudo, nos estados do sul, onde tais restrições se faziam sentir mais forte.

M4T39

Ao invés de explicar o emprego na economia a partir de um modelo “orientado pela oferta”¹³, o faz por meio do “Princípio da Demanda Efetiva”. O que usualmente **se afirma** sobre Keynes é que **sua teoria é essencialmente preocupada com a demanda.**

5.2.1.2 SE-Locutor ocorrendo na forma de sujeitos genéricos

M2T26

Cotas nas universidades, discussão do uso de células tronco nas pesquisas científicas, julgamento do “Mensalão”, aplicação do regimento jurídico de greve da iniciativa privada para

as que ocorrem no setor público, reformas na previdência social, aplicabilidade da lei da “ficha limpa”, casamento entre pessoas do mesmo sexo. Não precisa ser estudante de direito para saber quem vem enfrentando tais questões de grande repercussão. Os ministros do Supremo Tribunal Federal, os magistrados, os intérpretes do direito, todos esses são chamados para encontrar soluções, muitas vezes, não abrangidas pelas leis. Aliás, elas passaram a compor uma paisagem em que aparecem como pano de fundo, tendo como imagem principal, a sociedade. **Ora, mas sempre fomos os receptores das leis, os personagens principais, suscitaríamos alguns.** **Afirmariam,** ainda, **estes,** que **o Judiciário está além do seu tempo.** Será que essas afirmações correspondem à realidade? Seu João que aguarda uma decisão da Justiça para obtenção de um medicamento negado pelo Estado. O recente morador de rua, Fernando, que antes havia perdido a sua casa na enchente e que o governo prometeu a construção de sua habitação, mas até agora não cumpriu com a obrigação. Dona Josefa, que lava roupa e mora em um quatinho, para que o filho tenha uma educação de qualidade, todavia, até a presente data, após três anos na escola, o menino mal consegue escrever o próprio nome, porque no colégio somente há um professor para alunos que estariam em séries diferentes. Enfim, todos eles, como **milhares de brasileiros e brasileiras, discordam que o Judiciário sempre interveio,** nesses casos, **para assegurar os direitos tidos como fundamentais sociais.** O assunto não se refere a João, Fernando, Josefa, mas aos aplicadores do direito, aos brasileiros, aos que se importam com a efetividade daquela que consideramos a segunda Bíblia: a Constituição Federal.

M3T12

Entretanto, as autoridades governamentais **alegaram** que **não havia necessidade da incorporação de negros a instituição militar,** uma vez que não cabia a eles lutar em um conflito que era compreendido como uma guerra apenas de homens brancos.

M2T28

A Corrente do Direito Livre **defendeu posicionamentos diametralmente opostos à Exegese,** posto que assim como a própria designação de “livre”, o juiz, ao decidir uma questão, não encontrava óbice em não aplicar as normas se assim o quisesse.

M3T13

Observou-se que não raro, soldados negros **apontam** para **o preconceito e para os atos de discriminação existentes na instituição militar** constando esses temas em pelo menos duas cartas de um conjunto analisado de quatro correspondências escritas por soldados de cor.

M3T14

A elite local – defensora arraigada dos princípios federalistas – **desafiava frequentemente a administração central,** protagonizando a chamada Crise da Nulificação, circunstância na qual recusou-se a pagar os impostos ao governo federal.

M4T38

De um lado, economistas ortodoxos **acreditam** numa ordem perfeita e "estável" alcançada através da ação dos mercados que se ajustam, via preços, determinando a organização e distribuição da produção e da riqueza em uma trajetória "ótima", ou seja, o "equilíbrio geral". Para alcançar este resultado perfeito ou o "mundo ideal", é necessário que o mecanismo de mercado seja regido pela "mão invisível", que a economia seja liberal.

5.2.1.2 SEGUNDO X, NA OPINIÃO DE X, PARA X E EQUIVALENTES.

M2T38

Também há direitos fundamentais sem expressa previsão da Constituição Federal de reserva legal. Nesses casos, anota Gavara de Cara⁴⁸, o legislador pode justificar a intervenção com respaldo nos princípios de hierarquia constitucional ou nos direitos de terceiros. Situação, abordada pela doutrina, diz respeito à fiscalização das correspondências dos presos, que **segundo** posicionamento do Supremo Tribunal Federal **é possível**, por mais que haja previsão expressa na Constituição Federal de inviolabilidade das correspondências, ao fundamento de que **diante de um prejuízo à segurança pública, excepciona-se a norma encampada no art.5º,XII, primeira parte**, pois a cláusula de inviolabilidade não pode servir de meio para salvaguardar práticas ilícitas.

M2T39

Os indicadores sociais **demonstram** que **há um longo caminho a ser perseguido para que os cidadãos tenham seus direitos minimamente concretizados**. Para tanto, o Estado deve se apresentar como instituição capaz de promover efetivação desses direitos [...]

M3T21

Porém, sempre existiam tensões e animosidades entre os tais chefes militares e os soldados negros. Inicialmente, o choque cultural foi imenso e levou a criação de concepções racistas e preconceituosas. **Para** muitos oficiais brancos, **os soldados negros possuíam fortes traços de ingenuidade e imaturidade**. Assim, os ex-escravos eram compreendidos como seres primitivos.

5.2.2 TERMOS EQUIVALENTES AOS MARCADORES E QUE PODEM ASSUMIR O PAPEL DE SE-LOCUTOR

5.2.2.1 Nomes predicativos de dizer com complemento inespecífico

M3T22

É notável que inúmeros oficiais brancos não acreditavam que os negros teriam coragem suficiente para lutar, muito menos, que poderiam realizar com destreza tal função.⁹⁵

Assim, os maiores problemas enfrentados pela USCT relacionavam-se a castigos excessivamente severos e abusivos e a desconfiança por parte dos oficiais brancos.⁹⁶

Entretanto, **os rumores** sobre **o avanço das tropas de descendentes africanos** passavam a percorrer todo o país. Os regimentos negros angariavam, cada vez mais, elogios e reconhecimento por parte dos próprios comandantes brancos, que salientavam a sua coragem e bravura - uma vez que bem treinados, disciplinados e conduzidos por esses oficiais. Porém, sempre existiam tensões e animosidades entre os tais chefes militares e os soldados negros.

M3T23

A ampliação do território norteamericano era amplamente defendida pelos representantes sulistas no congresso, uma vez que representaria a alargamento de sua fronteira agrícola e do próprio número de escravos necessários para manter as novas terras anexadas produtivas. Em contraponto, **a opinião pública nortista** encontrava-se profundamente **dividida** acerca deste **tema**. A própria anexação do território do Texas enquanto estado escravista em 1844 e a guerra empreendida contra os mexicanos entre 1846 e 1848 foram amplamente contestadas por grupos que temiam uma expansão da instituição escravista - para o resto do país.

M3T26

Desta forma, havia uma manutenção da concepção da raça negra como inferior, havendo grande desconfiança quanto ao desempenho como soldados. A opinião pública e as tropas brancas, em geral, **baseavam-se em estereótipos raciais, compreendendo os negros como infantis, selvagens e limitados**.

5.2.2.2 Autoridade que transcende os indivíduos ou nomes que representam o papel de uma voz coletiva

M2T40

A Constituição **autoriza**, em diversas disposições, **a intervenção legislativa**, exigindo-se a previsão legal nesse sentido. Trata-se de reserva legal simples o deferimento do constituinte originário ao legislador através de fórmulas como “nos termos da lei” ou “salvo nas hipóteses previstas em lei”. Exemplo disso é o art.5º, VII, da CF, que estabelece a assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva assegurada, *nos termos da lei*.

M2T41

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal **tem feito ponderações** quanto a **alguns aspectos da legitimidade, deixando assentado que deve ser exigido do Governador do**

Estado, da Mesa da Assembleia Legislativa, das confederações sindicais e das entidades de classe de âmbito nacional, a pertinência temática, ou seja, deve o conteúdo da norma impugnada atingir interesses próprios com as atribuições exercidas por essas categorias.

M2T42

[...] a jurisprudência do STF entende que em alguns casos pode ser restringida à **retroatividade**, havendo a chamada modulação da eficácia declaratória de inconstitucionalidade.

5.2.3 FRASES GENÉRICAS E FORMAS SENTENCIOSAS

M1T3

Portanto, salvo um grande avanço tecnológico que permita uma utilização absurdamente eficiente das reservas que já são utilizadas ou a extração de óleo em locais ermos, ou até mesmo a descoberta de uma jazida que seja de proporções nunca antes vista, **as reservas de petróleo tendem a se esgotar**, mesmo que num horizonte relativamente longo.

M1T7

Aliando todos esses fatores com **a crescente preocupação com a questão ambiental**, que, mesmo **não havendo uma concordância** entre os cientistas que estudam a fundo a questão no que diz respeito ao verdadeiro agente responsável pelas inegáveis e preocupantes mudanças climáticas (o petróleo) **foi responsável por incrustar**, no imaginário das pessoas, a ideia de que **a queima do petróleo é a grande responsável por todos os problemas ambientais que assolam o planeta**.

M1T8

A energia solar é uma das fontes de extração de energia com maior potencial ainda não explorado, pois o uso da tecnologia de semicondutores aplicado para fins de obtenção de energia é relativamente novo.

M2T43

A Revolução Francesa trouxe consigo esta noção de homem-cidadão e introduziu o primeiro Estado constitucional.

M2T44

A Comuna de Paris de 1848, a sindicalização das classes proletárias, as internacionais socialistas, a Revolução Bolchevique de 1917, a Encíclica Rerum Novarum, de Leão XIII, documento este que **criticava** o Estado Liberal por não propiciar condições dignas aos operários, **são o cenário que definiram o surgimento de um novo tipo de Estado.**

M2T45

Não há como todos serem beneficiados. Por isso, como mecanismo de controle, em capítulo próprio explanado, o Judiciário se vale da *reserva do possível* para negar prestações positivas do Estado. Portanto, a Jurisdição Constitucional cumpre o seu papel sem ofender os limites que lhe são impostos, se direcionando não só pelo consenso social, mas nas teorias como a da reserva do possível que circundam o ordenamento jurídico pátrio.

M2T46

Como **a dignidade da pessoa humana possui um caráter basilar nas decisões que concretizam direitos sociais**, faz-se mister a observação deste princípio quando aplicado para flexibilizar o dogma da separação dos poderes.

M3T24

A Guerra de Secessão foi o conflito mais brutal de toda a América.

A relação entre a escravidão e a Guerra Civil tem sido abordada com cuidado, uma vez que consiste em um tema delicado para a historiografia estadunidense. A Guerra de Secessão foi o conflito mais brutal de toda a América. Milhares de pessoas perderam a vida, sendo a maioria soldados das forças armadas norteamericanas. Inicialmente, esses soldados eram recrutas voluntários, porém esse tipo de alistamento angariava poucos homens para as fileiras dos exércitos do norte e sul.

M3T25

O Norte tornava sua posição cada vez mais radical, enquanto o Sul defendia suas idéias escravistas de forma exacerbada. O Sul **entendia** a escravidão como **um direito constitucional que deveria ser garantido pelo governo nacional**, enquanto o Norte **entendia** a escravidão como **uma instituição arcaica e que estava fadada ao desuso e ao desaparecimento.**

APÊNDICE C - ESTRATÉGIAS DE IMPESSOALIDADE

5.3.1 ESTRATÉGIAS DE IMPESSOALIDADE COM MAIOR GRAU DE DISTANCIAMENTO:

5.3.1.1 Nominalização

M1T9

A **simulação do painel**, sem considerar as técnicas, e para as condições de temperatura e irradiância propostas, **forneceu o seguinte valor de potência no PMP: 144,40 W.**

M2T49

Logo, não resta dúvida que **a relativização da separação dos poderes é medida necessária em alguns casos**, principalmente quando o Judiciário é chamado para intervir com o fito de efetivar direitos fundamentais sociais, conforme se fixou no entendimento dos Tribunais.

M2T50

Sendo assim, **o assunto abordado é de extrema importância para o universo jurídico**, pois congrega os motivos pelos quais é necessária a crescente interferência do Judiciário para combater a ineficácia constitucional e o estudo de mecanismos que apresentem soluções aos intérpretes do direito para atravessar eventuais restrições aos direitos fundamentais sociais.

M2T51

O assunto abordado neste primeiro momento **é essencial para a compreensão da longa trajetória percorrida pela sociedade na busca de efetivação de seus direitos, principalmente o concernente aos sociais [...]**

M3T27

A análise desses documentos é essencial para compreensão do processo de incorporação de homens de cor nos exércitos norteamericanos e muito do que ocorrerá no pós-abolição.

M4T40

É necessária, portanto, **a análise dinâmica do sistema econômico [...]**

M4T41

A utilização desta ferramenta permite a eliminação de possíveis erros humanos, pois esta organiza em uma única planilha todas as trajetórias rodadas pelo programa, para o número de períodos selecionado, da variável que se deseja observar.

M4T42

A ausência deste critério impossibilitaria o tratamento estatístico das variáveis, não sendo possível obter, como por exemplo, a média por não apresentarem uma distribuição normal.

M4T44

O uso da simulação computacional permite preservar o caráter complexo das relações de uma economia. Apesar de o modelo gerar resultados quantitativos, as análises dos resultados realizadas são qualitativas, pois o que se propõe é observar as trajetórias.

5.3.1.2 Metonímia

M1T10

Este trabalho se propõe a realizar um estudo comparativo de algumas técnicas de MPPT, submetendo-as a diferentes perfis de temperatura e irradiância de modo que se possa observar o comportamento de cada uma das técnicas, estabelecendo qual delas se adéqua melhor para cada situação.

M1T11

As técnicas de MPPT são parte primordial de um sistema fotovoltaico e serão, portanto, o objeto principal de estudo desse trabalho.

M1T14

A Tabela 1 apresenta os resultados para a potência no PMP, tempo de convergência, o rendimento e a energia extraída da técnica para cada uma das cinco técnicas apresentadas.

M1T15

O teste 5 propõe testar as técnicas para uma variação brusca de 400 W/m^2 no valor da irradiância, ocorrendo quando o de simulação for 1 s, para uma temperatura constante de 25°C .

M1T16

Este capítulo apresentou uma descrição detalhada de cada um dos cinco testes propostos para que se fosse possível comparar as técnicas de MPPT.

M2T52

Cabe ao presente capítulo destacar as principais aquisições, perdas, retrocessos e evoluções incorporadas aos direitos fundamentais sociais nesse percurso.

M2T53

A proposta deste capítulo é revelar a necessidade da crescente interferência do Judiciário para suprir as inconstitucionalidades nas leis e atos do Poder Público. Serão destacados os reveses, as iniciativas e as ações que estão sendo adotadas por este Poder, hodiernamente, para combater a ineficácia constitucional. Ademais, serão apresentados aspectos gerais do controle concentrado e difuso de constitucionalidade, para, assim, evidenciar a atuação do Supremo Tribunal Federal na efetivação dos direitos fundamentais sociais.

M2T54

Este capítulo se compromete a estabelecer formas que auxiliem o intérprete do direito a atravessar eventuais restrições aos direitos fundamentais sociais. Dentre esses mecanismos se mostrará a necessária aplicação dos princípios, a ideal aplicação da reserva do possível no direito brasileiro e a demonstração [...]

M3T28

Eis que o breve estudo da formação das tropas de negros durante um período crucial e problemático da história dos Estados Unidos, a Guerra Civil, que aqui se apresenta, insere-se nessa nova perspectiva, demonstrando-se que mesmo com restrições à investigação *in loco* da documentação, utilizando fontes disponibilizadas em acervo *on-line*, os projetos podem tornarem-se viáveis.

M3T29

Conclui-se com esse estudo que a inclusão de negros nas tropas que fizeram a guerra e a sua assimilação em uma nova realidade sem escravidão que dela emergiu, são parte de um processo bem maior, cujas origens não estão na Guerra Civil propriamente dita e sua conclusão não se dá com o fim dela.

M3T30

A despeito de todos esses senões, **a análise das cartas desses soldados demonstra suas experiências e dificuldades, ajudando-nos a compreender melhor o ingresso e institucionalização das tropas compostas por descendentes africanos.**

M4T45

Assim, esta monografia trata de temas considerados empiricamente irrelevantes pelo espírito pragmático do fundador da macroeconomia e inspirador de boa parte, se não da maioria, das correntes teóricas que se debruçam sobre a dinâmica do comportamento agregado das economias capitalistas.

M4T46

O que se propõe neste trabalho é apresentar as discussões feitas por autores póskeynesianos sobre o longo prazo e a instabilidade da economia.

M4T49

Os resultados apresentados no gráfico anterior (gráfico 6) mostram, mais uma vez, que o MKS reflete bem os modelos apresentados anteriormente.

M4T50

Este trabalho permitiu, através da teoria de Keynes e os modelos de Harrod, Kaldor e Pasinetti, perceber que a instabilidade é a marca relevante para a análise de longo prazo, mesmo quando se buscava discutir a determinação e a manutenção da estabilidade do equilíbrio.

M4T51

A equação (33) mostra uma relação interessante. Primeiro façamos alguma manipulações algébricas para reescrevê-la:

5.3.1.3 Uso do impessoal + infinitivo

M1T17

Realizando uma análise de circuitos na Figura 2.4, **pode-se obter** a seguinte relação da corrente de saída da célula, em função especialmente da corrente fotogerada e da tensão de saída

M1T18

Após toda a modelagem matemática, **é possível simular**, utilizando o MATLAB ou qualquer outro programa de simulação matemática, **as curvas características de um módulo fotovoltaico**, que é a fonte de várias características elétricas do conjunto, representando uma espécie de "identidade" daquele arranjo de células.

M1T19

Partindo desses parâmetros e utilizando as condições padrão de operação ($S = 1000 \text{ W/m}^2$ e $T = 298 \text{ K}$), **é possível traçar duas curvas**, que podem ser vistas nas Figuras 2.5 e 2.6.

M1T20

Após uma breve introdução das características físicas e elétricas dos painéis fotovoltaicos vistos no capítulo anterior, **é possível agora trabalhar o conceito das técnicas** que seguem o ponto de máxima potência.

M1T21

É importante deixar claro que, independentemente dos painéis serem fixos ou "móveis", sempre é necessário o uso de técnicas de MPPT, capazes de buscar a máxima potência do painel para qualquer condição de irradiância e temperatura no ambiente.

M1T22

Desse modo, **é possível** de uma maneira simples e eficiente, **aumentar a precisão da técnica**

M1T23

Como é possível perceber, seu funcionamento é praticamente idêntico ao do método de Condutância Incremental, a grande diferença é o fato de que o passo de incremento do método não é fixo, ela varia de acordo com a derivada da potência pela tensão.

M1T24

Ao implementar a técnica, **é possível perceber que ela apresenta uma brusca variação de V_{inc}** , visto que seu valor varia com o cubo da relação da variação da potência pela tensão, fazendo com que a tensão passe da tensão de circuito aberto nas primeiras iterações, impedindo a convergência da técnica.

M1T25

Definido esse tempo, **também é necessário definir o passo com que as técnicas de MPPT vão trabalhar:** o valor escolhido deve ser maior que o passo da simulação, a fim de evitar erros, e, portanto, o passo das técnicas foi definido como $T_{MPPT} = 100\mu s$.

M1T26

Antes de iniciar os testes, **é importante demonstrar a influência da temperatura e da irradiância sobre o comportamento das curvas do painel simulado**

M1T27

É possível perceber que a variação da tensão de circuito aberto é de aproximadamente 10 V, com a curva da temperatura a 75 °C operando com V_{oc} próximo a 27 V enquanto a curva da temperatura a 0 °C opera com V_{oc} de aproximadamente 36 V.

M1T28

Para esse caso, **é possível perceber que há uma separação visível entre cada curva para os valores iniciais de tensão**, o que é contrário ao caso da Figura 4.2, quando para os mesmos valores de tensão, **é praticamente impossível distinguir uma curva da outra.**

M1T29

Em relação a energia extraída de célula, **é importante registrar que a velocidade em que a técnica opera, somada à menor oscilação em torno do PMP está associada a maior energia.**

M1T30

Pensando em trabalhos futuros, **pode-se analisar os diferentes tipos de topologias dos conversores CC/CA e seus comportamentos** quando associados a diferentes tipos de técnicas de MPPT; **estudar também, de forma mais aprofundada [...]**

M1T31

[...] pode-se testar também outras técnicas de MPPT que venham a surgir com o passar dos anos e compará-las com as técnicas clássicas, sendo uma espécie de evolução natural desse trabalho; por fim, também pode ser estudado com um pouco mais de cuidado a técnica HCMP.

M2T55

Deve-se ressaltar, ainda no que tange ao Estado Constitucional, **que ele ostenta três distintas modalidades essenciais**, quais sejam: Estado constitucional da [...]

M2T56

Ademais, **é salutar observar que a redemocratização encampada pela Constituição Federal de 1988, fomentou a renovação dos membros do Supremo Tribunal Federal**, até então vinculados ao Regime Militar, bem como o fenômeno da [...]

M2T57

Impende ressaltar, contudo, **que os legitimados podem ser considerados como partes meramente formais, por terem esse tipo de competência estatuída [...]**

M2T58

Enfim, não compete aos órgãos jurisdicionais criar o direito, mas interpretá-lo de modo mais favorável aos anseios sociais à luz das normas insculpidas no ordenamento jurídico pátrio, ou seja, **é possível inovar**, mas dentro da sua órbita de competência.

M2T59

É salutar enfatizar que essa integração pressupõe [...]

M2T60

Por outro lado, em relação aos outros legitimados **não se faz necessário satisfazer esse requisito.**

M2T61

Pode-se constatar, com isso, **que o núcleo material da dignidade da pessoa humana se serve do mínimo existencial como a descrição do mesmo fenômeno**¹³ [...]

M2T62

Deve-se ressaltar, ainda, **que a exigência da reserva do plenário não se limita a declaração de inconstitucionalidade**, mas a própria decisão do Tribunal de incidência ou não da lei ou ato normativo, seja total ou parcialmente.

M2T63

É salutar enfatizar, que diferente do controle concentrado, esse modelo pressupõe a existência [...]

M2T64

Por fim, é oportuno expor que, atualmente, há um movimento liderado por Gilmar Mendes no sentido de se atribuir eficácia *erga omnes* pelo próprio Supremo Tribunal Federal, em sede de controle incidental ou concreto, servindo a resolução [...]

M2T65

Logo, pode-se extrair que a garantia de um amplo acesso à justiça, representa uma das soluções de possibilitar ao cidadão à concretização de seus direitos sociais, pois o magistrado antes de exercer o seu papel criativo de interpretação da norma jurídica, sem se afasta [...]

M2T66

Pode-se concluir, portanto, que o amplo espectro de legitimados em sede de controle concentrado de constitucionalidade, principalmente com a atuação significativa dos grupos organizados da sociedade brasileira, demonstra que a problemática da atuação do Judiciário na concretização dos direitos não se reveste da ausência de atitude dos órgãos legitimados a propor as ações, mas ao conservadorismo dos ministros em suas decisões.

M2T67

Assim, pode-se constatar que em face da insuficiência de recursos, é melhor a distribuição das verbas sem discrepâncias entre os diversos setores, pois desse modo haverá a possibilidade de um maior número de beneficiários [...]

M2T68

Diante do exposto, pode-se extrair que os direitos não são absolutos, podendo sofrer restrições. Logo, ao nos depararmos com um problema de interpretação, de colisão de direitos, os princípios aplicáveis ao caso concreto se pautarão na premissa de que os direitos não são absolutos.

M2T69

Como apontado, a função legislativa passou por turbulências. Entretanto, é salutar enfatizar que isso não ocorreu tão somente pela crescente demanda dos cidadãos em terem seus direitos reconhecidos, mas também devido ao surgimento da sociedade técnica, em que as soluções às questões levantadas deveriam ser

rápidas, não encontrando o Legislativo preparo suficiente para atingir esses objetivos almejados. **Outros fatores, vale frisar, corroboraram para essa tônica vivenciada por esse Poder,** a exemplo da falta de especialistas, já que os mandatários eleitos não [...]

M3T31

Neste contexto, **é interessante notar que grande parte da vasta produção sobre o tema privilegia uma análise da vitória da União,** sendo escassos os trabalhos que procuram, compreender o porquê da derrota sulista.

M3T32

Entretanto, **é importante salientar que nem todos os estados do Sul aderiram à causa separatista.**

M3T33

Porém, **é preciso salientar que este episódio demonstrou as grandes divergências entre os dois blocos políticos, sociais e econômicos dentro da federação.**

M3T34

Neste sentido, **é importante atentar para o fato de que os grandes proprietários das plantations não constituíam maioria entre a população, pelo contrário.** Porém, eram eles os detentores do poder econômico e do prestígio social, comandando as decisões políticas.

M3T35

Entretanto, **é necessário atentar para o fato de que o ensejo da guerra ia muito além das causas políticas.** O objetivo do conflito não era apenas a preservação da União, pelo contrário³⁹. Os motivos da secessão possuíam raízes muito mais profundas, que remetiam ao período colonial.

M3T36

A partir disso, **é válido dizer que a escravidão foi fator crucial para a eclosão da Guerra Civil,** promovendo um combate ideológico entre as duas porções do país.

M3T37

Entretanto, **é necessário compreender que apesar de constituir os primórdios da política de**

emancipação dos escravos, o *Segundo Confiscation Act* não ofereceu nenhuma garantia de manutenção dos direitos civis dos exescravos, uma vez que o objetivo da emancipação era servir aos interesses nortistas e governamentais, não garantir melhores padrões de vida aos descendentes de africanos.

M3T38

Importante salientar que nem todos estavam necessariamente comprometidos com uma agenda política sendo recrutados de modo mais ou menos coercitivo ou por visarem benefícios mais diretos.

M3T39

Para além dessas questões, **é ainda possível identificar os anseios desses soldados que partiam para guerra ainda escravos** – não raro fugidos do sul – **ou livres**, geralmente deixando suas famílias desamparadas em seu local de origem, como exemplificado anteriormente.

M3T40

Neste sentido, **é importante reiterar que os comandantes brancos de tropas de cor nortistas tinham sob seu comando regimentos com um bom número de negros com conhecimento acerca da leitura e escrita.**

M3T41

A partir da análise dessas cartas escritas por soldados negros também pode-se traçar um panorama do analfabetismo entre os descendentes de africanos.

M4T52

O importante a considerar sobre as expectativas de curto prazo, em relação aos investimentos, é que elas podem alterar as expectativas de longo termo à medida que os produtores revisam suas expectativas.

M4T53

Um ponto importante a destacar nesta seção, discutida no último capítulo do terceiro livro da Teoria Geral, **é o papel do multiplicador.**

M4T54

Neste ponto **é importante ressaltar que a concepção de equilíbrio de Harrod aproxima-se**

mais da Keynesiana e não do conceito usual neoclássico de maximização de lucro (no ponto em que receita marginal é igual ao custo marginal).

M4T55

É importante perceber que a descrição do primeiro caso não poderá ser mantida indefinidamente. Salários fixados no piso, como já dito anteriormente, levaria a economia à um processo recessivo.

M4T56

Pode-se perceber que em todos os momentos das trajetórias em que $P/Y < (1/sc)$. $Gn.v \rightarrow Gw < Gn$, assim como exposto anteriormente.

M4T57

Agora considerando a equação (33), de que forma pode-se encontrar a taxa de lucro, tendo ela duas igualdades? Analisando a segunda igualdade percebe-se que a presença da variável W na equação torna a taxa de lucro *indeterminada*, pois haverá diferentes montantes de Pw e W que garantam a igualdade entre $Pw/Sw = Pw/sw(W+Pw)$, dado qualquer sw .

5.3.1.4 Uso de passivas

M1T32

Em virtude do problema apresentado no método HCM, é proposta uma variação nesse método, que será chamado de Método de Perturbação e Observação com Passo Variável Modificado (HCMP), que consiste em, além do uso de um saturador operando em 5%, da inserção de um fator chamado de fator atenuante (γ), que varia entre 0 e 1:

M1T33

Para cada curva de potência por tensão, define-se um ponto chamado de ponto de máxima potência, onde para uma determinada configuração de entrada do sistema, será possível extrair a máxima potência daquele painel.

M1T34

Esses perfis de irradiância e tensão foram pensados de forma a submeter a técnica a uma grande variação, passando do caso mais impossível, por exemplo, um degrau de temperatura e irradiância, ao caso mais real, utilizando variações em rampa.

M1T35

Além delas, **uma atenção especial será dada** a uma variação da técnica de condutância incremental, chamada de Condutância Incremental com Passo Variável (INC)

M1T36

Além desse parâmetros estimados, **foram utilizados os seguintes valores** para os demais parâmetros do sistema, obtidos do *datasheet* do KC200GT:

M1T37

Esse fator atenuante foi definido de forma heurística, de modo que, após exaustivos testes, chegou-se a um valor de $y = 0,01$, de modo que a técnica responda de maneira adequada.

M1T38

As técnicas são submetidas a diferentes condições de operação, com o intuito de eleger, se possível, uma técnica que se sobressaia as demais em cada teste.

M1T39

[...] **o capacitor foi retirado e substituído** por uma fonte controlável de tensão a fim de simular a tensão imposta sobre o conversor [...]

M1T40

Para esse teste, **foi escolhido uma temperatura constante de 25 °C**. O tempo de convergência foi analisado nesse caso apenas a partir de 1 s, tempo em que a irradiância se torna estável.

M2T69

Hodiernamente, devido aos cidadãos engajados na revolução de outrora, **vivencia-se uma nova realidade no Brasil**: a do “Estado Provedor”, devendo atender às necessidades básicas dos cidadãos, como energia elétrica, água, transporte [...]

M2T70

Em se tratando de custeamento de prestações sociais, **restrições foram impostas**, já que com o déficit orçamentário não há como abarcar com todas as demandas sociais postas à baila.

M2T71

Todavia, **se evidenciou**, no presente trabalho, que **a efetividade da Constituição Federal restaria comprometida** se não houvesse uma relativização da separação dos poderes diante da violação de um direito social.

M3T42

A guerra civil norte-americana, ou Guerra de Secessão, **deflagrou-se** nos Estados Unidos da América entre os anos de 1861 e 1865, e envolveu estados na porção Norte contra aqueles situados mais ao Sul do país.

M3T43

Assim, **objetiva-se uma análise do processo de desenvolvimento das tropas compostas por homens de cor nos Estados Unidos**, buscando compreender como se deu sua institucionalização. Por fim, **se pretende** ainda uma análise da questão da liberdade para os negros que engrossavam as fileiras do exército tanto da União, quanto da Confederação.

M3T44

Analisando a produção estadunidense, **percebe-se a importância e singularidade do tema da Secessão** - tanto para a opinião pública, quanto para a comunidade acadêmica – tomado como um momento muito delicado na constituição da nação norte-americana.

M3T45

Esta separação – que não será objeto desse trabalho – **centra-se** no delicado tema da relação Guerra Civil e abolição.

M3T46

O presente estudo baseou-se, basicamente, nesta ampla bibliografia norteamericana, atrelando essas leituras a análise de fontes primárias.

M3T47

A produção local mantinha-se dependente do mercado britânico, sempre procurando expandir os domínios de sua monocultura algodoeira e a área de abrangência da comercialização de sua produção agrícola para territórios

M3T48

Os negros, particularmente, **eram vistos** como passageiros em solo americano, sendo a escravidão uma instituição a ser superada pelas forças do desenvolvimento econômico e político.

M3T49

Logo, **percebeu-se** que **o número de homens brancos em idade de combate** não era suficiente, problema identificado nos exércitos tanto do Sul, quanto do Norte. Assim, passou-se, primeiramente, ao alistamento de homens de outras nacionalidades.

M3T50

A este panorama, **somava-se o fato** de que os senhores proibiam o acesso de seus escravos a armas de fogo, como muito soldados eram ex-escravos, não raro, regimentos completos nunca haviam sequer tocado em um mosquete.

M3T51

Percebe-se portanto, que **a mudança na importância da função exercida** não passou despercebida por esses homens e, longe de serem passivos ante o momento, atuam no reconhecimento de sua condição.

M3T52

Também **as comunicações entre áreas pertencentes às duas facções beligerantes foram afetadas** pela guerra. **O serviço postal no sul foi cortado**, os selos dos estados separatistas não possuíam validade no Norte e as cartas endereçadas ao sul frequentemente retornavam aos seus remetentes.

M3T53

Assim, **o sul - seus habitantes e seu contingente militar - foram profundamente afetados** pelo bloqueio nortista no USPC. Entretanto, **sempre se encontraram meios de transpor o bloqueio**.

M3T54

Os inimigos à frente – a metrópole inglesa e os indígenas que resistiam – **eram mais fortes** do que as diferenças internas entre nortistas e sulistas.

M4T58

É exatamente nesse processo de reversão, geralmente abrupto, que **o ciclo econômico deflagra-se** numa crise. Uma característica importante dos ciclos é sua regularidade na sequência de seus movimentos.

M4T59

Um aspecto interessante deste resultado é que **nenhuma consideração sobre a relação capital produto** foi mencionada como importante para chegar à taxa de lucro compatível com o crescimento de equilíbrio.

M4T60

A escolha do MKS como modelo de simulação computacional para teste teórico dos resultados dos modelos apresentados neste trabalho é justificada pelo fato de ter sido objeto de estudo em pesquisa³ junto ao orientador deste trabalho e autor do MKS.

M4T61

As variáveis calculadas pelo modelo são coletadas pela ferramenta “Macro” do Excel, que facilita a tabulação dos dados, para análise e aplicação de métodos estatísticos necessários.

5.3.1.5 Locutor distanciado, mas funcionando como um guia:

M1T41

Para que fosse possível o estudo das técnicas, **foi necessário uma breve, mas bastante proveitosa pesquisa** a cerca das características que compõem uma célula solar, desde o princípio básico do seu funcionamento, explicado pela física dos semicondutores, à sua representação elétrica em forma de circuitos, o que facilitou bastante o entendimento dos seus parâmetros, visando uma maior capacidade de extração de potência e pelos fatores que podem limitar o rendimento de uma célula, como por exemplo, uma variação na irradiância ou na temperatura, ou um defeito na sua fabricação.

M1T42

Este capítulo apresentou uma descrição detalhada de cada um dos cinco testes propostos para que se fosse possível comparar as técnicas de MPPT. Além disso, **foram apresentadas as curvas características do painel KC200GT da Kyocera** para diferentes [...]

M1T43

[...] por fim, **será proposta uma alteração** para esta última técnica através da inclusão de um

limitador PI, originando a técnica de Perturbação e Observação com Passo Variável Modificado (HCMP).

M1T44

[...] inicialmente, **será feito a modelagem de um painel fotovoltaico** ideal utilizando a ferramenta *SIMULINK* do MATLAB, depois; **será feita uma análise individual de cada uma das técnicas descritas acima**; por fim, **serão testados alguns perfis diferentes de irradiância e temperatura**, a fim de obter o tempo de resposta e o rendimento de cada uma das técnicas em cada situação distinta, a fim de descobrir qual técnica responde melhor em cada uma das situações.

M1T45

A seguir, **são apresentados alguns dos fatores** que influenciam o rendimento de uma célula.

M1T46

Inicialmente **é apresentada um pouco da física dos semicondutores**, que são os materiais que proporcionaram o desenvolvimento da tecnologia que permite a geração de energia utilizando painéis solares.

M1T47

Os conceitos de tensão de circuito aberto e corrente de curto circuito, necessários para os cálculos, **serão introduzidos** na seção seguinte.

M1T48

O fluxograma do método de Perturbação e Observação com Passo de Integração Variável **pode ser visto** na Figura 3.4.

M1T49

Como já foi explicado no Capítulo 2, a fim de realizar os testes envolvendo as técnicas de MPPT, **foi necessário a concepção**, com o auxílio do MATLAB/Simulink, **de um modelo simples de um painel fotovoltaico**. Como referência, **foram utilizados** os parâmetros do painel KC200GT da Kyocera.

M1T50

É utilizado o modelo do painel KC200GT da Kyocera que **é descrito** no Capítulo 2 e as cinco

técnicas de MPPT (P&O, IC, INC, HCM e HCMP) **vistas** no Capítulo 3.

M1T51

Os resultados **serão apresentados** no Capítulo 5.

M1T52

Após os testes realizados no capítulo anterior, **é interessante que haja** uma discussão um pouco mais detalhada dos resultados obtidos, destacando quais técnicas se comportam melhor que as outras.

M2T72

A proposta deste capítulo é revelar a necessidade da crescente interferência do Judiciário para suprir as inconstitucionalidades nas leis e atos do Poder Público. **Serão destacados os reveses, as iniciativas e as ações** que estão sendo adotadas por este Poder, hodiernamente, para combater a ineficácia constitucional. Ademais, **serão apresentados aspectos gerais do controle concentrado e difuso de constitucionalidade**, para, assim, evidenciar a atuação do Supremo Tribunal Federal na efetivação dos direitos fundamentais sociais.

M2T73

A **cautela**, própria dos juízes, juntamente com o espírito de um defensor dos direitos das classes mais oprimidas, **será observada** no decorrer destas páginas, já que o presente estudo tem por fulcro tracejar um Judiciário forte, que equilibre as debilidades dos demais Poderes, sem perder de vista os anseios sociais.

M2T74

Posteriormente, **se mostrará a descentralização** legislativa e a tentativa dos magistrados em exercerem um papel criativo **se afastando de métodos de interpretação** que buscavam tão somente revelar a vontade do legislador. Ademais, **serão apresentados aspectos gerais do controle concentrado e difuso de constitucionalidade**.

M2T75

Serão destacados os reveses, as iniciativas e as ações que estão sendo adotadas por este Poder, hodiernamente, para combater a ineficácia constitucional. Ademais, **serão apresentados aspectos gerais do controle concentrado e difuso de constitucionalidade**, para, assim, evidenciar a atuação do Supremo Tribunal Federal na efetivação dos direitos fundamentais sociais.

M2T76

Nesse diapasão, para esclarecer a aplicabilidade da proibição do retrocesso no plano vertical,

ou seja, na relação entre Estado e cidadãos, tendo por fundamento o mínimo existencial, **será trazida à luz a jurisprudência do Egrégio Supremo Tribunal Federal.**

M2T77

Como forma de embasar tais constatações, é fundamental apresentar os posicionamentos adotados pela jurisdição constitucional, decifrando nos julgados quais os entendimentos dominantes no que atine ao enfrentamento de questões postas a sua apreciação, tendo por tela: direitos fundamentais sociais *versus* auto restrição. Para tanto, **será realizada uma análise** em apartado de alguns pleitos judiciais que tenham como temática: salário mínimo, educação e saúde, denotando a respectiva atuação do Supremo Tribunal Federal em cada assunto que será abordado.

M2T7

Quanto aos dois últimos, em momento oportuno do presente estudo **foram realizadas as devidas considerações**, merecem, portanto, esclarecimento os dois primeiros pontos.

M2T79

No presente estudo, **os controles concentrado e difuso serão destacados**, dando ênfase a algumas observações pertinentes para o entendimento do presente estudo.

M3T55

No presente capítulo **realizar-se-á um esboço da cronologia da criação das tropas negras**, tanto dos confederados como da União. Nessa cronologia, **se analisarão** detidamente **proclamações oficiais do presidente Lincoln** acerca das tropas de negros, o *Militia Act* e o *Segundo Confiscation Act*, fontes primárias para a elaboração desse capítulo.

M3T56

Como parte da metodologia para a análise dessas correspondências, **elas foram aglutinadas** a partir dos assuntos que mais são abordados, com especial atenção para a delicada relação estabelecida entre soldados negros e os oficiais e colegas brancos.

M4T62

Como base para este desenvolvimento, **aspectos relevantes da Teoria Geral de Keynes (1936) serão apresentados** no primeiro capítulo deste trabalho.

M4T63

Além disto, a propriedade ‘*dinâmica Keynesiana*’, decorrente do Princípio da Demanda Efetiva, é um **caráter importante do MKS** (modelo teoricamente composto pela integração teórica de três autores, a saber: Minsky, Keynes e Schumpeter), que **será posteriormente discutido** neste trabalho e utilizado para realização das simulações computacionais.

M4T64

Na seção sobre o modelo de Harrod **será mostrado o oposto**: o alcance do equilíbrio com pleno emprego requer um esforço de investimentos que, além de ampliar a capacidade produtiva da economia, estimula também a demanda agregada, movendo a demanda efetiva 16 em direção ao nível do pleno emprego.

M4T65

Esta monografia **está estruturada** em 6 seções além desta. Na seção seguinte a esta introdução, **será apresentada a metodologia** utilizada para este trabalho.

[...]

Na seção 4 **será apresentado o modelo de Harrod**, sendo este um desenvolvimento da teoria de Keynes.

M4T66

Na seção 6 **será apresentado o modelo MKS e as simulações computacionais** realizadas para o teste teórico dos resultados dos modelos anteriormente apresentados. **As simulações foram feitas** a partir do cálculo das taxas de crescimento e de lucro consubstanciado pela teoria apresentada neste trabalho. Por fim, na seção 7, **serão feitas as considerações finais** acerca de todo o esforço teórico realizado neste trabalho.

M4T67

Na etapa subsequente, para obtenção dos dados, **foi utilizado o método de simulação computacional**.

M4T68

A partir deste ponto do trabalho, **será apresentada a solução pós-keynesiana e uma breve exposição das bases do modelo neoclássico** e suas respectivas diferenças com o modelo de Harrod.

M4T69

As flutuações que naturalmente ocorrem nas economias capitalistas, devido às decisões de investimentos serem instáveis, **serão discutidas** na próxima seção.

M4T70

Os parâmetros foram escolhidos a partir de tal critério de seleção: a combinação de política econômica que não resulte em trajetórias explosivas da dívida, evitando análises distorcidas.

M4T71

Para a elaboração deste trabalho, **foram geradas 100 simulações, com 240 períodos**.

M4T72

Após percorrer os modelos citados anteriormente, **serão feitas discussões** a partir dos resultados gerados pelas simulações computacionais para o modelo MKS, como teste teórico da análise pós-keynesiana do *longo prazo*. Para tal objetivo, **serão calculadas as taxas de crescimento da economia**, tais quais descritas por Harrod e a taxa de lucro de equilíbrio resultante dos modelos de Kaldor e Pasinetti, dada pela Equação de Cambridge.

5.3.1.6 Personificação

M1T12

Este método se utiliza de um incremento variável em cada passo de integração, baseado na inclinação da derivada dP/dV (*slope*), ajustando da melhor maneira possível a tensão do painel.

M1T13

Dessa forma, **o método consegue funcionar como foi proposto inicialmente**, ou seja, tendo um passo variável a cada iteração.

M1T53

Em relação ao tempo de convergência, **a técnica que apresentou a melhor resposta foi a HCM (2,1ms)** enquanto a pior resposta foi dada pela técnica clássica P&O.

M3T58

Esse episódio demonstrou que a escravidão não configurava-se enquanto uma instituição decadente, pelo contrário.

5.3.2 ESTRATÉGIAS COM MENOR GRAU DE DISTANCIAMENTO

5.3.2.1 Uso da primeira pessoa do plural considerando o leitor como participante do grupo (e funcionando como guia na interlocução)

M2T80

Nesse primeiro momento, **debruçar-nos-emos** sobre esse primeiro tipo de Estado, que surgiu imediatamente após a Revolução da Independência Americana e a Revolução Francesa.

MT281

Como **vimos**, o século XX foi palco de amplas transformações, atravessando a pré-modernidade, a modernidade representada pelo Estado Social, e, por fim, o Estado Neoliberal, a seguir descrito.

M2T82

Antes de **adentrarmos** na interpretação, faz-se mister **dissecarmos** como ela é realizada. Assim, **analisaremos** os métodos e a forma como se encerra a norma jurídica.

M2T84

Para melhor compreensão do que fora enfatizado, **avaliemos** a seguinte conjuntura: [...]

M2T86

O arcabouço jurídico que **vislumbramos** hodiernamente com a Constituição como a guardiã dos direitos dos cidadãos, do controle do poder pelos Poderes, sendo estes sustentáculos da organização do Estado, remonta a uma evolução histórica, fruto de revoluções de classes, da razão em detrimento da religião, da aparição cristalizada da soberania, do Estado Moderno.

M3T57

Além das cartas escritas pelos soldados de descendência africana ainda há de se atentar para a correspondências assinada por oficiais brancos comandantes das tropas negras. Essa correspondência pode **nos** revelar muito acerca da interação entre brancos e negros no âmbito militar, bem como a respeito do tratamento e dos direitos que eram concedidos aos soldados de cor.

5.3.2.2. Uso de pessoa coincidente

M2T83

Aos constitucionalistas, **espero não tê-los desapontado com o que fora explanado.** Aos brasileiros, após a leitura desse estudo, **anseio que não ignorem a efetividade da Constituição Federal.**